



Ano CIX da IOE
110ª da República
Nº 29.288

Imprensa Pública "Arthur Viana"

DIÁRIO OFICIAL

0961

Belém, quinta-feira,
31 de agosto de 2000

100%
ELETRÔNICO

05 cadernos - 64 páginas

PODER EXECUTIVO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

A HISTÓRIA NO DIÁRIO OFICIAL

AUGUSTO MONTENEGRO (XCIII)

Para a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança, o governador Augusto Montenegro efetuou mais um empréstimo externo na ordem de 650 mil libras esterlinas com a firma Seligmann, Brothers & Cia.

Para a conclusão da ferrovia, Montenegro expediu o Decreto nº 1551, de 29 de fevereiro de 1908, estabelecendo os quadros definitivos do pessoal da administração, assim como, números de cargos e as respectivas tabelas de vencimento. O pessoal acrescentado pelo decreto seria admitido em proporção da necessidade do serviço e da extensão do tráfego da estrada.

O decreto determinava ainda que, logo que o tráfego chegasse a Bragança, a Estrada de Ferro Benjamin Constant seria considerada ramal da de Bragança. E quando fosse entregue o último trecho da estrada, ficaria suprimido o cargo de engenheiro fiscal do prolongamento.



OnLine

www.ioepa.com.br

e-mail: diario@ioepa.com.br

Detran realiza concursos sobre a educação de trânsito no Estado

O Departamento de Trânsito do Estado do Pará promove quatro concursos (redação, gincana intercolegial, jingle e humor) para educação de trânsito no Estado. Com o apoio do governo estadual, os concursos do Detran abrem

espaço para a participação de alunos de todas as escolas da capital e do interior. As inscrições para a gincana estão abertas até 4 de setembro e para jingle, humor e redação até o dia 11.

(Caderno 1 - Pág. 3)

Eleitor pode receber título até cinco dias antes das eleições

O eleitor que pediu alistamento ou transferência do título poderá receber o documento até cinco dias antes das eleições. A medida foi adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral, através da resolução nº 2718, e

é válida para as zonas eleitorais de todo o Estado. Com isso, o tribunal pretende garantir o direito do voto a todo cidadão. O prazo de entrega dos títulos terminaria hoje.

(Judiciário 3 - Pág. 7)

Industrialização de água

A Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente concede licença de operação para extração e industrialização de 3.500 litros de água mineral por mês, em Belém. Quem recebeu a licença foi a empresa Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda.

(Caderno 2 - Pág. 8)

Doação de sangue

O Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa) estabelece parceria com a Defensoria Pública para formar o Grupo de Doadores de Sangue da Defensoria. A meta é mostrar a outras entidades a importância da doação de sangue. O convênio assinado vigorará por um ano.

(Caderno 2 - Pág. 3)

Convênio da Seicom

A Seicom repassa recursos para a Câmara de Dirigentes Lojistas de Capanema, em apoio ao evento "IV Liquida Geral-Toda Cidade Liquidando Tudo". Serão repassados R\$ 4 mil para a realização do evento, que acontece no município.

(Caderno 1 - Pág. 2)

Serviços na Enasa

A Empresa de Navegação da Amazônia assina contrato de R\$ 16 mil com a empresa VM Engenharia. O contrato prevê serviços no trapiche, nas instalações elétricas e no estaleiro da Enasa.

(Caderno 2 - Pág. 6)



226-0556

**ALMIR GABRIEL**

GOVERNADOR DO ESTADO

HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

MARTINHO CARMONA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIOS ESPECIAIS**GOVERNO**

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR

GESTÃO

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

INFRA-ESTRUTURA

JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO

PRODUÇÃO

SIMÃO ROBSON OLIVEIRA JATENE

DEFESA SOCIAL

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

PROTEÇÃO SOCIAL

MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL

PROMOÇÃO SOCIAL

MARCO XIMENES PONTE

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS**EDUCAÇÃO**

MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS

AGRICULTURA

WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS

ADMINISTRAÇÃO

CARLOS JEHÁ KAYATH

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

SEGURANÇA PÚBLICA

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

TRANSPORTE

PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO

OBRAS PÚBLICAS

HAROLDO COSTA BEZERRA

TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

SULEIMA FRAIHA PEGADO

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

RAMIRO JAIME BENTES

CULTURA

PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES

FAZENDA

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA

SAÚDE PÚBLICA

EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO

JUSTIÇA

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

ESPORTE E LAZER

FRANCISCO DIAS FERNANDES

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JÚNIOR

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

CEL. PM JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA

POLÍCIA MILITAR

CEL. PM MAURO LUIZ CALANDRINI FERNANDES

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

CEL. BM JOSÉ CUPERTINO CORRÊA

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS

CONSULTOR GERAL DO ESTADO

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE

PROCURADOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

GLESDON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ

NESTA EDIÇÃO**AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Despacho da Ouvidoria Cad. 2-Pág. 2

Resoluções Cad. 2-Pág. 2

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Dispensa de Licitação Cad. 2-Pág. 2

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

Portarias Cad. 1-Pág. 3

DEFENSORIA PÚBLICA

Portaria Cad. 2-Pág. 3

Termo de Dispensa Cad. 2-Pág. 3

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 3

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

Regulamentos de Concurso Cad. 2-Pág. 3

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 3

Extrato de Contrato Cad. 2-Pág. 3

Contrato de Prestação de Serviço Cad. 2-Pág. 3

EMPRESA PÚBLICA OFIR LOYOLA

Aviso de Edital Cad. 2-Pág. 4

Dispensa de Licitação Cad. 2-Pág. 4

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 4

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

Aviso aos Licitantes Cad. 2-Pág. 6

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 6

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

Portarias Cad. 2-Pág. 7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

Portaria Cad. 2-Pág. 7

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Portaria Cad. 2-Pág. 7

Edital Cad. 2-Pág. 7

NÚCLEO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Portarias Cad. 2-Pág. 7

PARTICULARES

Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará Cad. 2-Pág. 7

Cepisa Cad. 2-Pág. 7

Companhia Docas do Pará Cad. 2-Pág. 7

Companhia Agroindustrial de Monte Alegre Cad. 2-Pág. 7

Conselho Regional de Economia Cad. 2-Pág. 7

Empreendimentos Pague Menos S/A Cad. 2-Pág. 7

Sintitur Cad. 2-Pág. 7

Taxi Aéreo Jet-News Ltda Cad. 2-Pág. 7

Fundamazom Cad. 2-Pág. 8

Cartório Vale Vega Cad. 2-Pág. 8

Diagro Rações S/A Cad. 2-Pág. 8

Oyamota do Brasil S/A Cad. 2-Pág. 8

Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda Cad. 2-Pág. 8

B Comercio Ltda Cad. 2-Pág. 8

POLÍCIA CIVIL

Portarias Cad. 2-Pág. 8

PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ

Aviso de Licitação Cad. 2-Pág. 8

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Portarias Cad. 1-Pág. 11

SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA

Portaria Cad. 2-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Portarias Cad. 2-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DA CULTURA

Resolução Cad. 1-Pág. 14

Portarias Cad. 1-Pág. 115

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES

Portarias Cad. 1-Pág. 14

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 2

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO

Resumo de Contratos Administrativos Cad. 1-Pág. 7

Dispensa de Licitação Cad. 1-Pág. 11

Comunicação Cad. 1-Pág. 7

Portarias Cad. 1-Pág. 7

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER

Portarias Cad. 2-Pág. 2

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 2

SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA

Portarias Cad. 1-Pág. 15

Extrato de Termo Aditivo Cad. 1-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Portarias Cad. 2-Pág. 1

Extrato de Contrato Cad. 2-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA

Portarias Cad. 1-Pág. 15

SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Portarias Cad. 1-Pág. 1

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria Cad. 1-Pág. 1

Aviso Cad. 1-Pág. 1

Extrato de Termo Aditivo Cad. 1-Pág. 1

Inexistência de Licitação Cad. 2-Pág. 1

Aviso Cad. 1-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aviso Cad. 1-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Portarias Cad. 1-Pág. 1

Resultado de Licitação Cad. 1-Pág. 1

SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES

Extrato de Termo de Sub-rogação Cad. 1-Pág. 4

Portarias Cad. 1-Pág. 4

Aviso de Licitação Cad. 1-Pág. 4

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

Comunicado Cad. 2-Pág. 3

Homologação Cad. 2-Pág. 3

CADERNO DO JUDICIÁRIO**JUSTIÇA FEDERAL****SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ**

Ata de Audiência de Distribuição Automática Cad. 1-Pág. 1

COMARCA DE SALINÓPOLIS

Edital Cad. 1-Pág. 1

SUBSEÇÃO DE SANTAREM

Boletim nº 033 e 034/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA

Boletim nº 123, 124 e 125/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 6ª VARA

Boletim nº 076/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 5ª VARA

Boletim nº 110/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA

Editais de Citacao Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 3ª VARA

Boletim nº 081/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA

Boletim nº 132 e 133/00 Cad. 1-Pág. 1

JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA

Boletim nº 142/00 Cad. 1-Pág. 1

Edital de Citacao Cad. 1-Pág. 1

Boletim Estatístico Junho 2000 Cad. 1-Pág. 1

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Resoluções Cad. 3-Pág. 7

Acórdãos Cad. 3-Pág. 7

Pauta de Julgamento Cad. 3-Pág. 7

Portarias Cad. 3-Pág. 7

CARTÓRIO DA 76ª ZONA ELEITORAL

Edital Cad. 3-Pág. 7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

VTB de Abaetetuba Cad. 1-Pág. 1

14ª VTB de Belém Cad. 1-Pág. 1

13ª VTB de Belém Cad. 1-Pág. 1

12ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 1

10ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 1

9ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 1

7ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 4

5ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 5

3ª VTB de Belém Cad. 2-Pág. 5

1ª VTB de Belém Cad. 3-Pág. 5

Estatística Global Cad. 2-Pág. 14

Pauta de Julgamento da 2ª Turma Cad. 2-Pág. 16

Relação 46/00 - 4ª Turma Cad. 2-Pág. 16

Relação 43/00 - 3ª Turma Cad. 2-Pág. 16

Relação 47/00 - 2ª Turma Cad. 2-Pág. 16

Relação 35/00 - 1ª Turma Cad. 2-Pág. 16

Cabinete da vice-presidência Cad. 3-Pág. 2

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 1002/2000, DE 30 DE AGOSTO DE 2000
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.168, de 27 de maio de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 929/2000 - GAB/SESPA,
RESOLVE:
autorizar EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO, Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública, a viajar a Salvador-BA, no dia 30 de agosto do corrente, a fim de participar da 6ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência do titular, JOSE MANOEL DE SOUZA MARQUES, Secretário-Adjunto.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE AGOSTO DE 2000
LUÍZ HELENO SANTOS DO VALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, em exercício

PORTARIA Nº 1003/2000-CCG, 30 DE AGOSTO DE 2000
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 1.927/00-GS,
RESOLVE:
exonerar SEBASTIÃO DA SILVA RAMALHO do cargo em comissão de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação, a contar de 7 de agosto de 2000.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE AGOSTO DE 2000
LUÍZ HELENO SANTOS DO VALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, em exercício

PORTARIA Nº 1004/2000-CCG, DE 30 DE AGOSTO DE 2000
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 1.927/00-GS,
RESOLVE:
nomear RAIMUNDO CORRÊA COSTA LIMA, para exercer o cargo em comissão de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação, a contar de 7 de agosto de 2000.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE AGOSTO DE 2000
LUÍZ HELENO SANTOS DO VALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, em exercício

PORTARIA Nº 1005/2000-CCG, DE 30 DE AGOSTO DE 2000
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 2.117/00-GS,
RESOLVE:
nomear MARIA DAS GRAÇAS LOBO, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Rede Física, Código GEP-DAS-012.4, lotada na Secretaria Executiva de Estado de Educação, a contar de 24 de agosto de 2000.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE AGOSTO DE 2000
LUÍZ HELENO SANTOS DO VALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, em exercício



**DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, nº 2271 - Marco
CEP: 66.090-120 - Belém - Pará
PABX: 246-7888 - Redação (fax): 266-2082

Diretor Presidente em exercício
JOSÉ NÉLIO PALHETA
Diretor Administrativo e Financeiro
ANA CLAUDIA MEDEIROS
Diretor Técnico
LAÉRCIO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor de Documentação e Divulgação
CLAUDIO ROCHA



SECRETARIA EXECUTIVA DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Secretária: Suleima Fraiha Pegado
Av. Gov. José Malecher, 652 - (091) 224-1412

DIÁRIA:
PORTARIA Nº 1868/00 - SETEPS, 23.08.2000.
Nome da Servidora: REGINA TEODÓSIO DOS S. R. DA PAIXÃO
Cargo: Assistente Social
Local: São Francisco do Pará
Período: 29/08/00 a 31/08/00
Nº de Diária: 02 e ½ (duas e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de dar Acompanhamento e Assessoramento Técnico às Unidades Produtivas e Associativas no Município.

PORTARIA Nº 1865/00 - SETEPS, 23.08.2000.
Nome da Servidora: REGINA MAGNA REIS DE SOUZA
Cargo: Assistente Social
Local: Salinópolis
Período: 24/08/00 a 28/08/00
Nº de Diária: 04 e ½ (quatro e meia)

Motivo da Viagem: com objetivo de reunir com os Membros da Comissão Municipal, para orientações e participar da assinatura do Termo de Posse dos membros, que ocorrerá por ocasião da convenção dos Lojistas do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 1891/00 - SETEPS, 28.08.2000.
Nome da Servidora: BENEDITA MENDONÇA F. ARAÚJO
Cargo: Assistente Social
Local: Castanhal
Período: 29/08/00 a 01/09/00
Nº de Diária: 03 e ½ (três e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de conhecer e cadastrar 04 Comunidades que trabalham com Artesanato no Município.

PORTARIA Nº 1893/00 - SETEPS, 28.08.2000.
Nome do Servidor: ELIAZAR FERREIRA DA SILVA
Cargo: Motorista
Local: Mojú e Tailândia
Período: 30/08/00 a 31/08/00
Nº de Diária: 01 e ½ (uma e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de conduzir o veículo a serviço desta SETEPS.

PORTARIA Nº 1894/00 - SETEPS, 28.08.2000.
Nome da Servidora: LEILA NAZARÉ G. MACHADO
Cargo: Secretária Adjunta
Local: Mojú e Tailândia
Período: 30/08/00 a 31/08/00
Nº de Diária: 01 e ½ (uma e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de participar das atividades ligadas à Criação de Renda nos Municípios.

PORTARIA Nº 1897/00 - SETEPS, 29.08.2000.
Nome do Servidor: REGINALDO JOFRE GUIMARÃES NUNES
Cargo: Motorista
Local: Jacundá
Período: 30/08/00 a 02/09/00
Nº de Diária: 03 e ½ (três e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de conduzir o veículo a serviço desta SETEPS.

PORTARIA Nº 1900/00 - SETEPS, 29.08.2000.
Nome do Servidor: REGINALDO JOFRE GUIMARÃES NUNES
Cargo: Motorista

Local: Abaetetuba
Período: 03/09/00
Nº de Diária: ½ (meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de conduzir o veículo a serviço desta SETEPS.

PORTARIA Nº 1901/00 - SETEPS, 29.08.2000.
Nome da Servidora: HELENE SILVA DE AZEVEDO CARVALHO
Cargo: Conselheira
Local: Brasília-DF
Período: 10/09/00 a 12/09/00
Nº de Diária: 02 e ½ (duas e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de participar da II Reunião de Interlocutores Estaduais da Secretaria de Estado de Assistência Social.

PORTARIA Nº 1909/00 - SETEPS, 29.08.2000.
Nome do Servidor: RUY GUILHERME CARVALHO PEREIRA
Cargo: Assessor
Local: Ponta de Pedras
Período: 30/08/00 a 03/09/00
Nº de Diária: 04 e ½ (quatro e meia)
Motivo da Viagem: com objetivo de Coord. as Ações de Financiamento à Pessoa Física ou Jurídica para Micro e Pequenos Empreendimentos - COLMEIA.

SUPRIMENTO DE FUNDOS:
PORTARIA Nº 1866/00 - SETEPS, 24.08.00
Nome da Servidora: REGINA TEODÓSIO DOS S. R. DA PAIXÃO
Cargo: Assistente Social
Matrícula nº: 3202895-013
Valor do Suprimento: R\$100,00 (cem reais)
Elementos de Despesas:
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$100,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1892/00 - SETEPS, 28.08.00
Nome da Servidora: BENEDITA MENDONÇA F. ARAÚJO
Cargo: Assistente Social
Matrícula nº: 0346209-020
Valor do Suprimento: R\$50,00 (cinquenta reais)
Elementos de Despesas:
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$50,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1895/00 - SETEPS, 28.08.00
Nome da Servidora: LEILA NAZARÉ G. MACHADO
Cargo: Secretária Adjunta
Matrícula nº: 3202895-013
Valor do Suprimento: R\$300,00 (trezentos reais)
Elementos de Despesas:
Material de Consumo: R\$200,00
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$100,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1898/00 - SETEPS, 29.08.00
Nome do Servidor: REGINALDO JOFRE GUIMARÃES NUNES
Cargo: Motorista
Matrícula nº: 3221695-015
Valor do Suprimento: R\$400,00 (quatrocentos reais)
Elementos de Despesas:
Material de Consumo: R\$300,00
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$100,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1899/00 - SETEPS, 29.08.00
Nome do Servidor: REGINALDO JOFRE GUIMARÃES NUNES
Cargo: Motorista
Matrícula nº: 3221695-015
Valor do Suprimento: R\$50,00 (cinquenta reais)
Elementos de Despesas:
Material de Consumo: R\$19,40
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$30,60
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1907/00 - SETEPS, 29.08.00
Nome do Servidor: JURACI JOSÉ ARAÚJO SANTOS
Cargo: Ch. Div. Serv. Auxiliares
Matrícula nº: 3207463-010
Valor do Suprimento: R\$7.000,00 (sete mil reais)
Elementos de Despesas:
Material de Consumo: R\$3.000,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física: R\$2.000,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: R\$2.000,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

PORTARIA Nº 1910/00 - SETEPS, 29.08.00
Nome do Servidor: RUY GUILHERME CARVALHO PEREIRA
Cargo: Assessor
Matrícula nº: 3253759-014
Valor do Suprimento: R\$150,00 (cento e cinquenta reais)
Elementos de Despesas:
Passagens e Despesas com Locomoção: R\$150,00
Prazo de aplicação: 30 dias após o vencimento

T A B E L A

ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

ASSINATURA SEMESTRAL: Na capital:
R\$ 50,00 • Outras cidades: R\$ 156,00
ASSINATURA ANUAL: Na capital:
R\$ 100,00 • Outras cidades: R\$ 312,00
PUBLICAÇÕES Centímetro x col. de
8cm: R\$ 28,00

COMPOSIÇÃO
Centímetro x col. de 8cm: R\$ 4,00
FOTOLITO
Centímetro x col. de 8cm: R\$ 2,00
PREÇO DO EXEMPLAR
R\$ 0,40
RECLAMAÇÕES
24 horas após a circulação do Diário e 8

dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS ou MEMORANDOS
Devem acompanhar as publicações
PAGAMENTOS
Em Cheque Nominal à IMPRENSA
OFICIAL DO ESTADO

OBSERVAÇÃO
As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL não dão direito ao recebimento de CADERNOS ESPECIAIS, elaborados exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

As matérias para publicação serão recebidas, impreterivelmente, até as 16 horas.

DIÁRIO OFICIAL NA INTERNET: <http://www.ioepa.com.br>

INTERNET: www.ioepa.com.br

LICENÇA PRÊMIO:

PORTARIA Nº 1811/00 - SETEPS, 17.08.00

Nome do Servidor: ELERVAN MOREIRA LOPES
Cargo: Engenheiro
Lotação: DITRA
Matrícula: 3212742-018
Nº de Licença: 60 (sessenta)
Período: 11/09/00 a 09/11/00

LICENÇA SAÚDE:

PORTARIA Nº 1912/00 - SETEPS, 30/08/00

Nome da Servidora: ANA JOVELINA PARENTE CRUZ
Cargo: Servente
Matrícula: 3194310-012
Nº de Licença: 32 (trinta e dois) dias
Período: 09/08/00 a 09/09/00

COLOCAR À DISPOSIÇÃO:

PORTARIA Nº 1890/00 - SETEPS, DE 28/08/00

A SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL, no uso da competência delegada através do Decreto Nº 2.235, de 16 de julho de 1997,

e Considerando os termos do Processo Nº 144859/00 de 28/08/00-SETEPS;

RESOLVE:

Colocar à disposição da Governadoria do Estado do Pará com ônus para o Órgão de origem, a servidora SHEILA MARIA CARDOSO LISBÔA, cargo Assistente Social, Matrícula Nº 3199380-010, lotada na Secretaria do Executivo do Trabalho e Promoção Social, a partir de 01/09/00.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se
Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social, em 28/08/00.

SULEIMA FRAIHA PEGADO

Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social

RESULTADO / HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2000 - SETEPS

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações da Unidade Operacional da SETEPS de Assistência ao Idoso "Casa do Ancião DOM MACEDO COSTA".

FIRMAS HABILITADAS:

BETTA SERVIÇOS GERAIS LTDA

SERVI-SAN LTDA

D. ROCHA SERVIÇOS GERAIS LTDA

BERTILLON SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

FIRMAS INABILITADAS:

COOPERATIVA MISTA DE TRAB. DAS IND. E PRET. DE SERV. DO EST. DO

PARÁ E AMAPÁ LTDA (COOPERINDUS)

BRASIL SERVIÇOS GERAIS LTDA

IOLITA CARDOSO FERNANDES - ME

Os autos do processo encontram-se franqueados aos interessados
Belém, 31 de agosto de 2000.

A Comissão / SETEPS

SECRETARIA EXECUTIVA
DE TRANSPORTES

Secretário: Pedro Abílio Torres do Carmo
Av. Almirante Barroso, 3639 - (091) 243-3613

EXTRATO DO TERMO DE SUB-ROGAÇÃO E CESSÃO E
TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

PROCESSO: 1997/123248

SUB-ROGANTE/CEDEnte: C.M.J. - CONSTRUTORA LTDA.

SUB-ROGADA/CESSIONÁRIA: FERREIRA FRANCO ENG. LTDA.

INTERVENIENTE/ANUENTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE

TRANSPORTES - SETRAN.

DO CONTRATO: A CEDENTE é titular, na qualidade de contratada, do contrato de empreitada nº A.JUR 056/97, decorrente da licitação a que se refere o Edital de Tomada de Preço nº 030/97 e 028/97, celebrado com a Secretaria Executiva de Transportes - SETRAN, que tem por objeto a execução dos serviços de Infra/Meso/Super-Estrutura e Sinalização de 03 (três) pontes mistas (concreto/aço), localizada na Rodovia BR-158-Redenção/Santana do Araguaia, trem tipo 45 com 8,60 metros de largura, sob jurisdição do 6º N.R.

DA CESSÃO/SUB-ROGAÇÃO: Por este instrumento e na melhor forma de direito, a cedente cede e transfere à cessionária, e esta aceita, todos os direitos, obrigações e responsabilidades contemplados e/ou decorrente do instrumento contratual mencionado na CLÁUSULA 1, precedente, exclusivamente no que diz respeito à A.JUR 056/97 aos lotes 1, 2 e 3, compreendido no Km 8,20 sobre o Rio Igarapé Maginco, com 21,00x8,60m de extensão e Km 36,4 sobre o Rio Igarapé São Benedito II, com 24,00x8,60m de extensão na Rodovia BR-158.

Para a presente CESSÃO do objeto do contrato A.JUR 056/97, fica considerado o valor contratado de R\$203.928,27, correspondente a execução dos lotes 1, 2, e 3 do contrato.

Data: 22 / 08 / 2000

Ordenador: PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO

Secretário Executivo de Transportes, em exercício

Obs.: Republicado por haver saído com incorreções no DOE nº 29286 de 29/08/2000.

EXTRATO DO TERMO DE SUB-ROGAÇÃO E CESSÃO E
TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

PROCESSO: 1997/123290

SUB-ROGANTE/CEDEnte: C.M.J. - CONSTRUTORA LTDA.

SUB-ROGADA/CESSIONÁRIA: FERREIRA FRANCO ENG. LTDA.

INTERVENIENTE/ANUENTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE

TRANSPORTES - SETRAN.

DO CONTRATO: A CEDENTE é titular, na qualidade de contratada, do contrato de empreitada nº A.JUR 049/97, decorrente da licitação a que se refere o Edital de Tomada de Preço nº 030/97, celebrado com a Secretaria Executiva de Transportes - SETRAN, que tem por objeto a execução dos serviços de Infra/Meso/Super-Estrutura e Sinalização de 03 (três) pontes mistas (concreto/aço), localizada na Rodovia BR-158-Redenção/Santana do Araguaia, trem tipo 45 com 8,60 metros de largura, sob jurisdição do 6º N.R.

DA CESSÃO/SUB-ROGAÇÃO: Por este instrumento e na melhor forma de direito, a cedente cede e transfere à cessionária, e esta aceita, todos os direitos, obrigações e responsabilidades contemplados e/ou decorrente do instrumento contratual mencionado na CLÁUSULA 1, precedente, exclusivamente no que diz respeito à A.JUR 049/97 aos lotes 1, 2 e 3, compreendido no Km 65,8 sobre o Rio Araras, com 42,00x8,60m de extensão e Km 88,7 sobre o Rio Inajá, com 63,00x8,60m de extensão. Para a presente CESSÃO do objeto do contrato A.JUR 049/97, fica considerado o valor contratado de R\$752.864,00, correspondente a execução dos lotes 1, 2, e 3 do contrato.

Data: 22 / 08 / 2000

Ordenador: PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO

Secretário Executivo de Transportes, em exercício

Obs.: Republicado por haver saído com incorreções no DOE nº 29286 de 29/08/2000.

ASSUNTO: LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 093 DE 30.08.2000.

Nome: RAIMUNDO DA SILVA COSTA

Função: Braçal

Lotação: 2º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 094 DE 30.08.2000.

Nome: JOSÉ DAMASCENO DA SILVA

Função: Braçal

Lotação: 2º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 095 DE 30.08.2000.

Nome: JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA

Função: Braçal

Lotação: 3º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 096 DE 30.08.2000.

Nome: ANTONIO GOMES DOS SANTOS

Função: Auxiliar de Operador

Lotação: 6º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1997/2000

PORTARIA Nº 097 DE 30.08.2000.

Nome: JOÃO MARCOS DE MOURA

Função: Braçal

Lotação: 1º NR

Período: 01.09 a 29.12.2000

Trânsitos: 1993/96 e 1996/99

PORTARIA Nº 098 DE 30.08.2000.

Nome: DURVAL JOSÉ DE OLIVEIRA

Função: Braçal

Lotação: 2º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 099 DE 30.08.2000.

Nome: MANOEL DOMINGOS DOS REIS

Função: Braçal

Lotação: 2º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 100 DE 30.08.2000.

Nome: PEDRO ALVES DA SILVA

Função: Braçal

Lotação: 2º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 101 DE 30.08.2000.

Nome: RAIMUNDO DE DEUS FERREIRA

Função: Braçal

Lotação: 4º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1997/2000

PORTARIA Nº 102 DE 30.08.2000.

Nome: JOSÉ MARIA DE MELO

Função: Braçal

Lotação: 8º NR

Período: 01.09 a 30.10.2000

Trânsito: 1996/99

PORTARIA Nº 103 DE 30.08.2000.

Nome: VERA LÚCIA DE SOUZA

Função: Auxiliar de Administração

Lotação: DDI

Período: 04.09 a 01.11.2000

Trânsito: 1994/97

PORTARIA Nº 104 DE 30.08.2000.

Nome: LILIAN LÚCIA RIBEIRO DA COSTA

Função: Auxiliar de Administração

Lotação: Seção de Cadastro e Movimentação Funcional

Período: 08.09 a 07.10.2000

Trânsito: 1992/95

REGISTRE-SE, DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

IVANILDO SOARES BARATA

Diretor Administrativo e Financeiro

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2000

OBJETO: Conservação na Rodovia PA-167, trecho Senador José Porfírio / Transamazônica, com extensão de 85,60 km.

A Comissão Permanente de Licitação da SETRAN, comunica aos interessados que devido incorreção na publicação no Diário Oficial do Estado, nº 29.286, página 4, Caderno 1, do dia 29/08/2000, onde se lê "... extensão de 94 km.",

Leia-se: "... extensão de 85,60 km".

Belém, 30 de Agosto de 2000.

LUIZ G. TAVARES DOS SANTOS

Presidente da CPL - SETRAN

SECRETARIA EXECUTIVA DE
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Secretário: Frederico Aníbal da Costa Monteiro
Rua Boaventura da Silva, 401 - (091) 210-2100

PORTARIA Nº 0991, DE 18 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de julho de 2000, que aprova os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

RESOLVE:

1 - Reduzir no montante de R\$ 40.588,00 (QUARENTA MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	R\$			
	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO
PROGRAMA: 0010-REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES LOTÉRICAS, CONCURSO DE PROGNÓSTICOS E SIMILARES	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00
ORDINÁRIO	061	0,00	40.588,00	0,00
	061	0,00	40.588,00	0,00
	061	0,00	40.588,00	0,00
TOTAL	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00
	0,00		40.588,00	0,00

Reduzir da Portaria nº 0156, de 17/02/00, publicada no D.O. E nº 29.192, de 13/04/00.

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1026, DE 23 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de julho de 2000, que aprova os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

RESOLVE:

1 - Aumentar no montante de R\$ 834.324,00 (OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	R\$			
	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO
PROGRAMA: 0123-APÓIO ADMINISTRATIVO	60.000,00		57.577,00	57.172,00
	60.000,00		57.577,00	57.172,00
	60.000,00		57.577,00	57.172,00

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	57.577,00	57.172,00
ORDINÁRIO			
FUNTELPA	061 28.000,00	28.000,00	28.000,00
	001 22.000,00	22.000,00	22.000,00
DIARIAS			
FUNTELPA	061 0,00	7.577,00	6.000,00
	001 0,00	0,00	1.172,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
FUNTELPA	061 10.000,00	0,00	0,00
PROGRAMA: 0101-EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO GOVERNO-SOCIEDADE	27.551,00	605.224,00	27.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.551,00	46.683,00	27.000,00
ORDINÁRIO			
FUNTELPA	061 0,00	6.083,00	0,00
	050 0,00	13.600,00	0,00
	001 21.000,00	22.000,00	22.000,00
DIARIAS			
FUNTELPA	061 6.351,00	5.000,00	5.000,00
INVESTIMENTOS	0,00	558.541,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
FUNTELPA	061 0,00	558.541,00	0,00
TOTAL	87.551,00	662.801,00	84.172,00

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 0987, DE 18 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de Julho de 2000, que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

R E S O L V E M:

1 - Aumentar no montante de R\$ 920.227,64 (NOVECENTOS E VINTE MIL, DUZENTOS E VINTE E SETE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO
PROGRAMA: 0125-APOIO ADMINISTRATIVO	0,00		50.197,10	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		4.197,10	0,00
DEA				
SAGRI	001	0,00	197,10	0,00
ITERPA	001	0,00	4.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		11.000,00	0,00
DEA				
ITERPA	061	0,00	1.000,00	0,00
UTILIDADE PÚBLICA				
TELEFONE				
SAGRI	001	0,00	10.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00		35.000,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
ITERPA	061	0,00	35.000,00	0,00
PROGRAMA: 0061-ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	0,00		150.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00		150.000,00	0,00
OBRAS				
SECTAM	001	0,00	150.000,00	0,00
PROGRAMA: 0046-DEFESA FITO-ZOOSANITÁRIA E À MELHORIA DA	0,00		714.030,54	0,00
PRODUTIVIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		714.030,54	0,00
ORDINÁRIO				
SAGRI	006	0,00	714.030,54	0,00
PROGRAMA: 0041-MODERNIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA ESTADUAL	0,00		6.000,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		4.000,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
SAGRI	006	0,00	4.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		2.000,00	0,00
ORDINÁRIO				
SAGRI	006	0,00	2.000,00	0,00
TOTAL	0,00		920.227,64	0,00

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1013, DE 22 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de Julho de 2000, que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

R E S O L V E M:

1 - Aumentar no montante de R\$ 58.364.055,43 (CINQUENTA E OITO MILHÕES, TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO
PROGRAMA: 0125-APOIO ADMINISTRATIVO	0,00		35.979.888,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		35.979.888,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
SEDURB	001	0,00	42.899,00	0,00
SEEL	001	0,00	57.920,00	0,00
NAF	001	0,00	32.933,00	0,00
GAB. GOV. - CASA CIVIL	001	0,00	1.086.784,00	0,00
GAB. GOV. - CASA MILITAR	001	0,00	116.397,00	0,00
AUDITORIA GERAL DO ESTADO	001	0,00	50.961,00	0,00
SEAD	001	0,00	322.171,00	0,00
SAGRI	001	0,00	847.504,00	0,00
SECULT	001	0,00	154.470,00	0,00
SEDUC	001	0,00	1.555.711,00	0,00
SEFA	001	0,00	4.452.706,00	0,00
SEJUC	001	0,00	143.313,00	0,00
SEPLAN	001	0,00	238.184,00	0,00
SESPA	003	0,00	3.545.749,00	0,00
SEGUP	001	0,00	120.582,00	0,00
SEOP	001	0,00	118.831,00	0,00
SETEPS	001	0,00	453.093,00	0,00
SEICOM	001	0,00	107.178,00	0,00
PGE	001	0,00	318.044,00	0,00
PMMA	001	0,00	8.486.608,00	0,00
SECTAM	001	0,00	198.230,00	0,00
SETRAN	001	0,00	680.544,00	0,00
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	345.713,00	0,00
CBM	001	0,00	1.462.683,00	0,00
GAB. DO VICE-GOVERNADOR	001	0,00	60.883,00	0,00
CGE	001	0,00	16.461,00	0,00
ASIPAG	001	0,00	69.129,00	0,00
POLÍCIA CIVIL	001	0,00	3.096.411,00	0,00
FUNTELPA	001	0,00	166.870,00	0,00
FCPTN	001	0,00	177.231,00	0,00
FCG	001	0,00	43.387,00	0,00
FCV	001	0,00	53.916,00	0,00
LOTERPA	061	0,00	14.582,00	0,00
SUSIPE	001	0,00	638.513,00	0,00
IPASEP	061	0,00	577.730,00	0,00
PRODEPA	001	0,00	785.135,00	0,00
ITERPA	001	0,00	135.370,00	0,00
EMATER	001	0,00	606.453,00	0,00
CEASA	061	0,00	13.101,00	0,00
INIEP	001	0,00	76.000,00	0,00
FUND. SANTA CASA	003	0,00	488.772,00	0,00
HEMOPA	003	0,00	162.267,00	0,00
HCGV	003	0,00	28.601,00	0,00
OFIR LOYOLA	003	0,00	280.082,00	0,00
OFIR LOYOLA	069	0,00	400.000,00	0,00
DETRAN	061	0,00	120.234,00	0,00
FUNCAP	001	0,00	390.899,00	0,00
PARAMINERIOS	001	0,00	29.159,00	0,00
CDI	001	0,00	12.093,00	0,00
JUCEPA	061	0,00	88.134,00	0,00
PARATUR	001	0,00	43.957,00	0,00
UEPA	001	0,00	1.286.525,00	0,00
ETERPA	061	0,00	80.719,00	0,00
ARCON	025	0,00	49.174,00	0,00
	020	0,00	21.017,00	0,00
IAP	001	0,00	60.971,00	0,00
CPC	001	0,00	861.238,00	0,00
EMATER/SENTENÇAS JUDICIAIS	001	0,00	523.500,00	0,00

COHAB/SUBVENCÕES/SETEPS	001	0,00	82.166,00	0,00
PROGRAMA: 0106-DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00		12.241.200,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		12.241.200,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
SEDUC	043	0,00	12.241.200,00	0,00
PROGRAMA: 0105-DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	0,00		4.938.704,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		4.938.704,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
SEDUC	001	0,00	4.938.704,00	0,00
PROGRAMA: 0102-EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	0,00		377.046,43	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		377.046,43	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
SEDUC	001	0,00	377.046,43	0,00
PROGRAMA: 0011-GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	0,00		244.659,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		244.659,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
NAF	001	0,00	244.659,00	0,00
PROGRAMA: 0060-O ESTADO PELA PAZ	0,00		105.041,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		105.041,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
DETRAN	061	0,00	105.041,00	0,00
PROGRAMA: 0008-SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00		4.394.270,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		4.394.270,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
IPASEP	061	0,00	4.394.270,00	0,00
PROGRAMA: 0087-TUDO PELA PAZ	0,00		83.247,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		83.247,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO				
DETRAN	061	0,00	83.247,00	0,00
TOTAL	0,00		58.364.055,43	0,00

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1025, DE 23 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de Julho de 2000, que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

R E S O L V E M:

1 - Aumentar no montante de R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO
PROGRAMA: 0125-APOIO ADMINISTRATIVO	0,00		60.200,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		60.200,00	0,00
ORDINÁRIO				
IOE	061	0,00	53.140,00	0,00
VALE TRANSPORTE				
IOE	061	0,00	7.060,00	0,00
COMBUSTÍVEL				
IOE	061	0,00	2.200,00	0,00
PROGRAMA: 0023-PRODUÇÃO GRÁFICA	0,00		27.800,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		27.800,00	0,00
ORDINÁRIO				
IOE	061	0,00	27.800,00	0,00
TOTAL	0,00		200.000,00	0,00

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1013, DE 22 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de Julho de 2000, que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

R E S O L V E M:

1 - Aumentar no montante de R\$ 58.364.055,43 (CINQUENTA E OITO MILHÕES, TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

INTEGRAMENTE DO QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

CINCO CENTAVOS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO	SET
PROGRAMA: 0125-APOIO ADMINISTRATIVO	7.000,00	27.224,27	0,00		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.524,27	0,00		
FOLHA SUPLEMENTAR	001	0,00	4.524,27	0,00	
PMPA	001	0,00	22.700,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.000,00	22.700,00	0,00		
ORDINÁRIO					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	17.000,00	0,00	
DEA					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	5.700,00	0,00	
VALE TRANSPORTE					
POLÍCIA CIVIL	001	7.000,00	0,00	0,00	
PROGRAMA: 0090-ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE CRISE	0,00	14.381,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	14.381,00	0,00		
ORDINÁRIO					
REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	14.381,00	0,00	
PROGRAMA: 0091-ATENDIMENTO RESIDUAL	0,00	81.000,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	81.000,00	0,00		
ORDINÁRIO					
SEJU	001	0,00	81.000,00	0,00	
PROGRAMA: 0112-COMUNICAÇÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	0,00	58.000,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.000,00	0,00		
ORDINÁRIO					
GAB. GOV - CASA CIVIL	001	0,00	6.000,00	0,00	
INVESTIMENTOS					
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
GAB. GOV - CASA CIVIL/COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	001	0,00	52.000,00	0,00	
PROGRAMA: 0060-O ESTADO PELA PAZ	0,00	16.149,65	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	16.149,65	0,00		
ORDINÁRIO					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	12.400,00	0,00	
GAB. GOV - CASA MILITAR /DESTAQUE DA PM	001	0,00	1.672,65	0,00	
DEA					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	1.165,00	0,00	
DIÁRIAS					
GAB. GOV - CASA MILITAR/DESTAQUE DA PM	001	0,00	912,00	0,00	
PROGRAMA: 0119-SISTEMA DE TRANSPORTES	0,00	5.522.000,00	0,00		
INVESTIMENTOS	0,00	5.522.000,00	0,00		
OBRAS					
SETRAN	001	0,00	1.100.000,00	0,00	
DEA					
SETRAN	001	0,00	4.422.000,00	0,00	
PROGRAMA: 0088-TODOS PELA PAZ	0,00	46.035,53	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	46.035,53	0,00		
ORDINÁRIO					
DEFENSORIA PÚBLICA	001	0,00	44.561,00	0,00	
COMBUSTÍVEL					
GAB. GOV - CASA MILITAR/DESTAQUE DA PM	001	0,00	1.474,53	0,00	
TOTAL	7.000,00	5.764.790,45	0,00		

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data. Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1008, DE 21 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 1º do parágrafo único do Decreto nº 4142, de 06 de julho de 2000, que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE - 00.

RESOLVE:

I - Aumentar o montante de R\$ 11.464.958,56 (ONZE MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), a quota do 3º trimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/3º TRI - ANO 00	GRUPO DE DESPESA	FONTE	JUL	AGO	SET
PROGRAMA: 0125-APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	51.093,00	0,00		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.505,00	0,00		
FOLHA SUPLEMENTAR					
AUDITORIA GERAL DO ESTADO 001	0,00	2.505,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	8.000,00	0,00		
DIÁRIAS					
GAB. GOV - CASA MILITAR	001	0,00	8.000,00	0,00	
INVESTIMENTOS					
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
LOTTERPA	061	0,00	40.588,00	0,00	
PROGRAMA: 0043-BEIJÁ-FLOR - ELEVAÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO NO PARÁ	0,00	42.835,00	0,00		
INVESTIMENTOS	0,00	42.835,00	0,00		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
PARATUR	001	0,00	42.835,00	0,00	
PROGRAMA: 0118-DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	4.000.000,00	0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS					
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS - OUTROS					
ENC. SEFA	0,00	4.000.000,00	0,00		
3066 Transferências à Companhia de Saneamento do Pará	001	0,00	4.000.000,00	0,00	
PROGRAMA: 0000-ENCARGOS ESPECIAIS	2.054.256,47	4.924.849,00	0,00		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.054.256,47	0,00	0,00		
FOLHA DE PAGAMENTO					
ENC. PGE	2.054.256,47	0,00	0,00		
9010 Encargos com Débitos Precatórios	001	2.054.256,47	0,00	0,00	
ODC					
MUNICÍPIOS					
ENC. SEFA	0,00	4.917.000,00	0,00		
9003 Transferências Financeiras aos Municípios	001	0,00	4.917.000,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS					
DÍVIDA DAS EMPRESAS					
ENC. SEFA	0,00	7.849,00	0,00		
9008 Transferência à Companhia de Habitação do Estado do Pará	001	0,00	7.849,00	0,00	
PROGRAMA: 0114-INFRA-ESTRUTURA GOVERNAMENTAL	0,00	5.000,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.000,00	0,00		
ORDINÁRIO					
GAB. GOV - CASA MILITAR	001	0,00	5.000,00	0,00	
PROGRAMA: 0117-INTERESSE DO ESTADO SOBRE O PATRIMÔNIO	386.925,09	0,00	0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS	386.925,09	0,00	0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS					
ENC. PGE	386.925,09	0,00	0,00		
2424 Desapropriação de Imóveis	001	386.925,09	0,00	0,00	
TOTAL	2.441.181,56	9.023.777,00	0,00		

II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data. Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1038, DE 24 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 2º do Decreto nº 3871, de 11 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o contingenciamento das dotações orçamentárias.

Resolvem:
Art. 1º - Descontingenciar a(s) dotação(s) orçamentária(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s): Secretaria Executiva de Educação, na forma abaixo discriminada(s).

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
16101.1212801022.371	349033	001	3.750
	349039	001	15.000

Art. 2º - A utilização da(s) dotação(s) orçamentária(s) referida(s) no artigo anterior, visa a readequação da(s) dotação(s) orçamentária(s) do(s) Órgão(s).

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1039, DE 24 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3866, de 03 de janeiro de 2000, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

Resolve:

I - Aumentar o Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 41.053,59 (QUARENTA E UM MIL, CINQUENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS), na(s) dotação(s) do(s) elemento(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
07101.1512201252.903	319092	001	7.714,37
29101.2612201252.903	319092	001	33.339,22

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a(s) dotação(s) do(s) elemento(s) de despesa da(s) mesma(s) atividade(s) da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
07101.1512201252.903	319011	001	7.714,37
29101.2612201252.903	319011	001	33.339,22

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PORTARIA Nº 1023, DE 23 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3866, de 03 de janeiro de 2000, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

Resolve:

I - Aumentar o Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 751.870,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E UM MIL, OITOCENTOS E SETENTA REAIS), na(s) dotação(s) do(s) elemento(s) de despesa da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
02101.0112201252.902	349034	001	5.000
	349030	001	16.250
	349092	001	17.910
02101.0927200082.018	349036	001	180.000
04101.0212201252.900	349034	001	200.000
04101.0212201252.902	349055	001	300.000
	349036	001	5.000
11106.0412201142.416	349014	001	5.000
12101.0309201212.436	349039	001	2.595
12101.0312201252.900	349030	001	3.000
12101.0312201252.901	349014	001	11.875
12101.0312201252.902	349039	001	5.240
12101.0312201252.904	349039	001	5.240

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a(s) dotação(s) do(s) elemento(s) de despesa da(s) mesma(s) atividade(s) da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
02101.0112201252.902	349036	001	5.000
	349054	001	16.250
	349008	001	17.910
02101.0927200082.018	349030	001	180.000
04101.0212201252.900	349033	001	100.000
04101.0212201252.902	349036	001	300.000
	349030	001	100.000
	349039	001	5.000
11106.0412201142.416	349030	001	5.000
12101.0309201212.436	349036	001	2.595
12101.0312201252.900	349034	001	1.020
12101.0312201252.901	349036	001	1.980
	349039	001	10.246
12101.0312201252.902	349054	001	1.629
	349036	001	5.240
12101.0312201252.904	349036	001	5.240

III - A PRESENTE PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NESTA DATA.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PORTARIA Nº 0988, DE 18 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3866, de 03 de janeiro de 2000, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

Resolve:

I - Aumentar o Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 215.350,00 (DUZENTOS E QUINZE MIL, TRÊZCENTOS E CINQUENTA REAIS), na(s)

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

dotação (s) do (s) elemento (s) de despesa da (s) Unidade (s) Orçamentária (s), conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
56201.2112201252.903	319092	001	4.000
	349092	001	1.000
24101.2212201252.902	349039	001	15.000
14101.2060500412.079	349034	006	2.000
14101.2060400462.452	349033	006	4.500
	349036	006	16.750
	349039	006	12.100
14101.2060200461.079	349034	046	10.000
27101.1051100611.162	459051	001	150.000

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a (s) dotação (s) do (s) elemento (s) de despesa da (s) mesma (s) atividade (s) da forma abaixo discriminada (s):

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
56201.2112201252.903	319011	001	4.000
	349041	001	1.000
24101.2212201252.902	349014	001	15.000
14101.2060500412.079	349033	006	2.000
14101.2060400462.452	349014	006	9.000
	349030	006	1.850
	349034	006	22.500
14101.2060200461.079	349030	046	10.000
27101.1051100611.162	459052	001	150.000

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PORTARIA Nº 1014, DE 22 AGOSTO DE 2000
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3866, de 03 de janeiro de 2000, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

Resolve:
I - Aumentar o Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 108.503,26 (CENTO E OITO MIL, QUINHENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS), na (s) dotação (s) do (s) elemento (s) de despesa da (s) Unidade (s) Orçamentária (s), conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
52201.0342100872.281	345039	001	28.000,00
08101.2712201252.903	319004	001	4.900,00
	319016	001	1.700,00
08101.2781300992.356	455051	001	36.353,26
16101.1212501022.378	349048	001	2.550,00
16101.1212801022.371	349039	001	20.000,00
50201.1412201252.902	349040	001	15.000,00

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a (s) dotação (s) do (s) elemento (s) de despesa da (s) mesma (s) atividade (s) da forma abaixo discriminada (s):

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	RS 1,00 VALOR
52201.0342100872.281	349030	001	28.000,00
08101.2712201252.903	319013	001	5.000,00
08101.2781300992.356	459051	001	36.353,26
16101.1212501022.378	349034	001	2.550,00
16101.1212801022.371	349034	001	20.000,00
50201.1412201252.902	349039	001	15.000,00

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

PORTARIA Nº 1012, DE 22 AGOSTO DE 2000
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E A SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 2º, do Decreto nº 4145, de 06 de julho de 2000, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/3º TRIMESTRE/00.

Resolve:
I - Aumentar no valor de R\$ 984.000,00 (NOVECIENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E QUATROZENTOS REAIS), fonte 012, a quota do 3º trimestre, da Unidade Orçamentária: 12101 - Ministério Público.
II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO FERNANDO MACHADO
Secretário Executivo da Fazenda, em exercício

PORTARIA Nº 1063, DE 30 DE AGOSTO DE 2000

A Diretora Administrativa-Financeira, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1247, de 29 de outubro de 1997, Considerando os termos do processo nº 139994/2000

Resolve:
Aplicar ao servidor RAIMUNDO SANTOS SOUZA, Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0026280-015, na forma do inciso II Art. 201 da Lei 5.810/94 a penalidade de REPREENSÃO pelo cometimento de infração disciplinar.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação Geral, 30 de agosto de 2000
LUCILA DOS SANTOS SERIQUE
Diretora Administrativa-Financeira

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: 1º
CONVÊNIO ORIGINAL: FDE Nº 071/00

Objeto do Convênio Original: "Aquisição de uma Retroescavadeira".
Valor do Convênio Original: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Partes: Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Município de Acará.
Objeto e Justificativa do Aditamento: "Redução do valor da Contrapartida Municipal, de R\$20.000,00 (vinte mil reais), para R\$10.000,00 (dez mil reais), face redução no valor do Equipamento."
Ordenador Responsável: MARIA DE NAZARÉ AZEVEDO ARAÚJO Diretora de Assuntos Municipais e Metropolitanos.

SECRETARIA
EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO

Secretária: Maria Izabel Castro Amazonas
Rod. Augusto Montenegro, Km 9 - (091) 248-2060

COMUNICAÇÃO
CONVITE Nº 025/2000

A Comissão Permanente de Licitação da SEDUC, comunica aos interessados na CONVITE Nº 025/2000-CPL/SEDUC, que recebeu recurso da empresa MANSUR PROPAGANDA LTDA., contra o resultado da referida licitação.
Belém, 29 de agosto de 2000.
A Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICAÇÃO
CONVITE Nº 025/2000

A Comissão Permanente de Licitação da SEDUC, comunica aos interessados na CONVITE Nº 025/2000-CPL/SEDUC, que tomou conhecimento do recurso interposto pela empresa MANSUR PROPAGANDA LTDA., negando provimento ao mesmo.
Belém, 30 de agosto de 2000.
A Comissão

DESIGNAÇÃO
PORTARIA Nº 396/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes dos Processos nºs 24106/99, 81290/99 e 58608/2000-SEDUC.
RESOLVE:
Designar as servidoras MARIA NATIVIDADE SANTOS DA SILVA, ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA, NAZIRA SOARES LABAD, para sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar os fatos relatados nos citados processos.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 21 de agosto de 2000.
ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

PORTARIA Nº 397/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes dos Processos nºs 48821/99 e 66060/99-SEDUC.
RESOLVE:
Designar as servidoras MARIA NATIVIDADE SANTOS DA SILVA, ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA, NAZIRA SOARES LABAD, para sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar os fatos relatados nos citados processos.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 21 de agosto de 2000.
ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

PORTARIA Nº 401/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes do Processo nº 58502/2000-SEDUC.
RESOLVE:
Designar as servidoras ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA, DIVANIRA DE ARAÚJO BRITO, MARIA NATIVIDADE SANTOS DA SILVA, para sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar os fatos relatados nos citados processos.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 23 de agosto de 2000.

ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

PORTARIA Nº 403/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes do Processo nº 67.754/2000-SEDUC.
Considerando os termos do Ofício nº 002/2000-CS;
Considerando o Princípio da Ampla Defesa;
Considerando ainda o que dispõe o § 2º do Art. 220 da Lei nº 5810 de 24.01.94;
RESOLVE:
Designar DEFENSOR DATIVO, o servidor JANICE MAIA DE AGUIAR, matrícula nº 5787793-010, ocupante do cargo de advogado, lotado na Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva de Educação, para funcionar nessa qualidade no Processo Administrativo Disciplinar nº 67754/2000-SEDUC, o qual se encontra disponível para vistas objetivando promoção da DEFESA ESCRITA, no prazo legal.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 24 de agosto de 2000.
ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

PORTARIA Nº 402/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições legais. Considerando os termos do Artigo 50 da Lei nº 9.784 de 29.01.94 e os motivos apresentados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 129/2000-GS de 24.04.2000, publicada no DOE nº 29.201 de 27.04.2000, prorrogada através da Portaria nº 296/2000-GS de 26.06.2000, com data retroativa a 23.06.2000, publicada no DOE nº 29.242 de 27.06.2000, Aditada pela Portaria nº 300/2000 de 03.07.2000, publicada no DOE nº 29.249 de 06.07.2000, que impediram de concluí-lo no prazo legal;
Considerando decisão do S.T.F. no M. S. nº 22.055 - RS;

RESOLVE:
01 - Redesignar as servidoras ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA, MARIA NATIVIDADE SANTOS DA SILVA e RAIMUNDO RABELO FÓRO BARBOSA, para em Comissão e sob a presidência da primeira, prosseguirem na apuração dos fatos relatados nos autos do Processo nº 164323/1999-SEDUC.
02 - Fixar para conclusão dos trabalhos o prazo de 60 (sessenta) dias;
03 - Esta Portaria entra em vigor a partir de 24.08.2000.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 24 de agosto de 2000.
ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

PORTARIA Nº 340/2000-GS

A Secretária Executiva de Educação do Estado, usando de suas atribuições.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar SIMONE SUELI COLTINHO PINHEIRO, WILSON PEREIRA MARTINS e BERNADETE MORAES SANTIAGO, para comporem a Comissão Especial de Licitação, referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2000-CPL/SEDUC, sob a presidência da primeira.
Art. 2º Designar MARIA SANTANA F. DE SOUZA e SILVIA MARIA PENHA OLIVEIRA, para comporem a Comissão referida no art. 1º, na condição de suplentes.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, em 23 de agosto de 2000.
ICLEIA COSTA NINA
Secretária Adjunta Executiva de Educação

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CONTRATO: SERVIÇOS TEMPORÁRIOS

PARTES:
CONTRATANTE: SEDUC
CONTRATADO: ORISVALDO GONÇALVES DA SILVA
DATA: A PARTIR DE 01.07.99
CARGO/LOTACAO: PROF/EE MIGUEL BITAR/ BREVES
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº 28.244 DE 28.06.96

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE PORTARIAS E ASSUNTOS DIVERSOS
LICENÇA CARGO ELETIVO
PORTARIA Nº: 18172/00 DE 25/08/00
NOME: ANUNCIACÃO TRINDADE DE SOUSA DIAS
MATRÍCULA: 5469724/010
CARGO/LOT: VIGIA/ERC. HUMBERTO DE CAMPOS/BELÉM
PERÍODO: DE 03 MESES, A CONTAR DE 01/07/00

PORTARIA Nº: 18177/00 DE 28/08/00
NOME: MARIA DA GLÓRIA SOUSA DO ROSÁRIO
MATRÍCULA: 0651214/017
CARGO/LOT: PROF/EE PROF. ELIAS GORAYEB/ TRACATEUA
PERÍODO: DE 03 MESES, A CONTAR DE 01/07/00

DISPENSA DE FUNÇÃO
PORTARIA Nº: 18086/00 DE 28/08/00
NOME: REGINA LUCIA BRANCO LOBATO
MATRÍCULA: 5755743/019

CARGO/LOT: ADM.ESC./EE. AMÉRICO S. DE OLIVEIRA/ICOARACI/BELÉM
TIPO DE GRAT: GD (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 28/08/00

PORTARIA Nº: 18085/00 DE 28/08/00
NOME: MARIA DO SOCORRO SILVA DE FARIAS
MATRÍCULA: 0362590/019
CARGO/LOT: DATHIÓGRAFO/EE. CORNÉLIO DE BARROS/BELÉM
TIPO DE GRAT: FG-3 (SECRETÁRIA)
PERÍODO: A PARTIR DE 25/04/00

DESIGNAR
PORTARIA Nº: 18088/00 DE 28/08/00
NOME: REGINA LÚCIA BRANCO LOBATO
MATRÍCULA: 5755743/019
CARGO/LOT: ADM.ESC./EE. ANEXO I AMÉRICO S. DE OLIVEIRA/ICOARACI/BELÉM
NÍVEL: GD (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 28/08/00, ATÉ ULT. DELIBERAÇÃO

PORTARIA Nº: 18087/00 DE 28/08/00
NOME: MARIA DO SOCORRO SILVA DE FARIAS
MATRÍCULA: 0362590/019
CARGO/LOT: DATHIÓGRAFO/EE. DEODORO DE MENDONÇA/BELÉM
NÍVEL: FG-3 (SECRETÁRIA)
PERÍODO: A PARTIR DE 25/04/00

LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA Nº: 18175/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: SUELI DO SOCORRO DO ROSÁRIO BELO
MATRÍCULA: 0445878/015
CARGO/LOT: PROF./E. DEB. R.R. DE SOUZA/TUCURUÍ
PERÍODO: 15.09.00 À 13.11.00
TRIÊNIO: 16.05.85 À 15.05.88

PORTARIA Nº: 18174/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 120
NOME: LUIZA MAIA ELAQUE NAHUM OLIVEIRA
MATRÍCULA: 0777633/017
CARGO/LOT: PROF./EE. ENEDINA S. DE MELO/IGARAPÉ MIRI
PERÍODO: 16.08.00 À 14.10.00 E 15.10.00 À 13.12.00
TRIÊNIO: 09.06.86 À 08.06.89 E 09.06.89 À 08.06.92

PORTARIA Nº: 18182/00 DE 28.08.00
Nº DE DIAS: 120
NOME: JOSÉ LINO VITÓRIANO
MATRÍCULA: 0267350/017
CARGO/LOT: AG.PORT./ERC. STO ANTONIO/BELTERRA
PERÍODO: 02.10.00 À 30.11.00 E 01.02.00 À 29.01.00
TRIÊNIO: 01.04.89 À 31.03.92 E 01.04.92 À 31.03.95

PORTARIA Nº: 18148/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 120
NOME: MARIA JOSÉ DA SILVA SOARES
MATRÍCULA: 0237507/016
CARGO/LOT: PROF./EE. SÃO PEDRO/SÃO MIGUEL DO GUAMA
PERÍODO: 21.08.00 À 19.10.00 E 20.10.00 À 18.12.00
TRIÊNIO: 01.09.84 À 31.08.87 E 01.09.87 À 31.08.90

PORTARIA Nº: 18151/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: TEREZA FERREIRA VALENTE
MATRÍCULA: 0255483/010
CARGO/LOT: INP. ALU./EE. ANT. C. MACHADO/TERRA SANTA
PERÍODO: 01.11.00 À 30.12.00
TRIÊNIO: 01.04.95 À 31.03.98

PORTARIA Nº: 18149/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: ROSA HELENA BAIÁ DE VASCONCELOS
MATRÍCULA: 0585769/013
CARGO/LOT: AG.PORT./EE. AFRÂNIO DE A. LINS/M. ALEGRE
PERÍODO: 06.09.00 À 04.11.00
TRIÊNIO: 12.05.96 À 11.05.99

PORTARIA Nº: 18150/00 DE 25.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: FRANCISCA BENEDITA DE OLIVEIRA PINHEIRO
MATRÍCULA: 0410004/014
CARGO/LOT: AG.PORT./E. STO ANTONIO/ALENQUER
PERÍODO: 02.10.00 À 30.11.00
TRIÊNIO: 06.05.96 À 05.05.99

PORTARIA Nº: 18181/00 DE 28.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: SOLIVETE MARIA SANTIAGO LIMA
MATRÍCULA: 0777846/016
CARGO/LOT: PROF/5 DRE. SANTARÉM/SANTARÉM

PERÍODO: 01.09.00 À 30.10.00
TRIÊNIO: 17.04.95 À 16.04.98

PORTARIA Nº: 18179/00 DE 28.08.00
Nº DE DIAS: 60
NOME: MARIA DE NAZARÉ PURIFICAÇÃO DO VALE
MATRÍCULA: 0390666/010
CARGO/LOT: PROF./EE. PRINCESA ISABEL/ANANINDEUA
PERÍODO: 01.09.00 À 30.10.00
TRIÊNIO: 16.08.97 À 15.08.00

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS
PORTARIA Nº: 17697/00 DE 09/08/00
NOME: REGINA CÉLIA DO AMARAL VASCONCELOS
MATRÍCULA: 5564867/019
PERÍODO: 01/08/00 À 14/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. JOÃO PILATOS/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17698/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DO CARMO DE SOUZA E SOUZA
MATRÍCULA: 5567548/010
PERÍODO: 01/08/00 À 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. JOÃO PILATOS/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17699/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DE NAZARÉ TAVRES BALDEZ FILHA
MATRÍCULA: 0341398/014
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. EDUCACIONAL SÃO GERALDO/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17700/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA MELO
MATRÍCULA: 0526908/011
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PRÍNCIPE DA PAZ/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17619/00 DE 09/08/00
NOME: DOMINGAS MIRAANDA DA SILVA
MATRÍCULA: 0496030/010
PERÍODO: 01/09/00 À 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. O. PENALBER/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17620/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA IRANI TEIXEIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 0022200/010
PERÍODO: 01/09/00 À 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. O. PENALBER/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17621/00 DE 09/08/00
NOME: MARCOS AMORAS DIAS
MATRÍCULA: 0353868/015
PERÍODO: 01/09/00 À 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. O. PENALBER/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17692/00 DE 09/08/00
NOME: ERICK ROSALBA DA COSTA
MATRÍCULA: 5557704/013
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MADRE TEREZA DE CALCUTÁ/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17818/00 DE 14/08/00
NOME: CARMEM LÚCIA DE LIMA MENEZES
MATRÍCULA: 5557658/019
PERÍODO: 01/09/00 À 15/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MADRE TEREZA DE CALCUTÁ/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17626/00 DE 09/08/00
NOME: RAIMUNDA DA SILVA TEIXEIRA
MATRÍCULA: 0024562/014
PERÍODO: 01/09/00 À 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. RUI BARATA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17087/00 DE 03/08/00
NOME: ANA LÚCIA TAVARES MELLO
MATRÍCULA: 0517712/014
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MANOEL DE J. MORAES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17088/00 DE 03/08/00
NOME: SILVIA CRISTINA MESSIAS DE FREITAS

MATRÍCULA: 5141591/014
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MANOEL DE JESUS MORAES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17089/00 DE 03/08/00
NOME: MARIA LÚCIA RIBEIRO MAIA
MATRÍCULA: 0357235/010
PERÍODO: 03/07/00 À 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MANOEL DE JESUS MORAES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17090/00 DE 03/08/00
NOME: ANA CÉLIA BRAZ CORDEIRO
MATRÍCULA: 0530743/016
PERÍODO: 03/07/00 À 01/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MANOEL DE J. MORAES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17587/00 DE 09/08/00
NOME: VANILZE DE LOURDES MENEDES OLIVEIRA
MATRÍCULA: 5418216/035
PERÍODO: 04/09/00 À 18/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PRO. SANTANA MARQUES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17588/00 DE 09/08/00
NOME: DIRCE PESSOA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 0470341/016
PERÍODO: 04/09/00 À 03/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PRO. SANTANA MARQUES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17589/00 DE 09/08/00
NOME: NELI DE SOUZA DIAS
MATRÍCULA: 5363543/010
PERÍODO: 04/09/00 À 03/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PRO. SANTANA MARQUES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17590/00 DE 09/08/00
NOME: SILVANO DOS SANTOS LOBATO
MATRÍCULA: 0455539/014
PERÍODO: 04/09/00 À 03/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PRO. SANTANA MARQUES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17591/00 DE 09/08/00
NOME: DULCIMAR RODRIGUES SOBRAL
MATRÍCULA: 0469998/019
PERÍODO: 04/09/00 À 03/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PRO. SANTANA MARQUES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17598/00 DE 09/08/00
NOME: HERMOGENES CORRÊA DA MOTA
MATRÍCULA: 0345725/018
PERÍODO: 01/09/00 À 15/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17592/00 DE 09/08/00
NOME: ADISEN FARIAS DE JESUS
MATRÍCULA: 0469661/020
PERÍODO: 28/08/00 À 11/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOAQUIM VIANA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17666/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DAS GRAÇAS SILVA CARNEIRO
MATRÍCULA: 5112818/022
PERÍODO: 12/07/00 À 25/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOAQUIM VIANA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17581/00 DE 09/08/00
NOME: ROSA MARIA PAMPLONA BELTRÃO
MATRÍCULA: 5473349/022
PERÍODO: 01/10/00 À 30/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17671/00 DE 09/08/00
NOME: TÂNIA MARIA JACÓ LIMA DE ARAÚJO
MATRÍCULA: 0786250/023
PERÍODO: 15/06/00 À 29/07/00
ANO: 1999
UNIDADE: EE. MÁRIO BARBOSA/BELÉM

PORTARIA Nº: 17667/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DE LOURDES REIS BONFIM

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

MATRÍCULA: 0730750/017
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROFA. REGINA C. S. SILVA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17668/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA LÚZIA FERREIRA FORMIGOSA
MATRÍCULA: 5362989/024
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROFA. REGINA COELI SOUZA SILVA

PORTARIA Nº: 17669/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA LÚCIA RAMOS DE SOUZA
MATRÍCULA: 0526649/018
PERÍODO: 03/07/00 A 01/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROFA. REGINA C. SOUZA SILVA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17670/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA YOLANDA VIEIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 3218503/0244
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROFA. REGINA C. SOUZA SILVA/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17610/00 DE 09/08/00
NOME: ANTONIO EZEQUIEL ARAÚJO
MATRÍCULA: 0322172/014
PERÍODO: 04/09/00 A 03/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17611/00 DE 09/08/00
NOME: ANTONIO CARLOS MARTINS CASTRO
MATRÍCULA: 5314747/016
PERÍODO: 04/10/00 A 02/11/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17612/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA ANGELICA COSTA DE ARAÚJO
MATRÍCULA: 0730696/010
PERÍODO: 01/09/00 A 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17613/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA HELENA DA SILVA SOARES
MATRÍCULA: 5521920/010
PERÍODO: 02/10/00 A 31/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17614/00 DE 09/08/00
NOME: VALDEMAR PEREIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 0026328/029
PERÍODO: 02/10/00 A 31/10/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PINTO MARQUES/BELÉM

PORTARIA Nº: 17664/00 DE 09/08/00
NOME: ANA LÚCIA DA COSTA GUERREIRO
MATRÍCULA: 5441862/013
PERÍODO: 01/08/00 A 14/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROFA. PALMIRA GABRIEL/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17663/00 DE 09/08/00
NOME: ANTONIO JÚLIO DA SILVA ARAÚJO
MATRÍCULA: 3166830/029
PERÍODO: 01/08/00 A 14/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SÃO JOÃO BATISTA/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17661/00 DE 09/08/00
NOME: FRANCELINO RABELO FORO BARBOSA
MATRÍCULA: 0452203/011
PERÍODO: 01/08/00 A 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SÃO JOÃO BATISTA/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17662/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA AMORIM
MATRÍCULA: 0752983/015
PERÍODO: 01/08/00 A 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SÃO JOÃO BATISTA/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17673/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA ANUNCIACÃO CABRAL DE VASCONCELOS

MATRÍCULA: 5054877/010
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. TANCREDO NEVES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17674/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DO SOCORRO DA ROCHA
MATRÍCULA: 0354422/019
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. TANCREDO NEVES/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17633/00 DE 09/08/00
NOME: IOLANDA MARIA GUEDES DAS NEVES
MATRÍCULA: 0448095/016
PERÍODO: 03/07/00 A 01/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PAULO MARANHÃO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17634/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA DA COSTA
MATRÍCULA: 2023237/031
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PAULO MARANHÃO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17635/00 DE 09/08/00
NOME: MARIA DE NAZARÉ SILVA DA ROCHA
MATRÍCULA: 0525324/018
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PAULO MARANHÃO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17636/00 DE 09/08/00
NOME: VIRGÍNIA DE NAZARETH MIRALHA GONÇALVES
MATRÍCULA: 5470579/029
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PAULO MARANHÃO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17643/00 DE 09/08/00
NOME: AMAURY PIEDADE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 5499216/012
PERÍODO: 01/08/00 A 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. J. P. ATHIAS/BELÉM

PORTARIA Nº: 17616/00 DE 09/08/00
NOME: CASSIANO MATOS DE SÁ
MATRÍCULA: 0627887/012
PERÍODO: 01/09/00 A 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. JOSÉ A. MAIA/BELÉM

PORTARIA Nº: 17675/00 DE 09/08/00
NOME: RAIMUNDO AGNELO PEREIRA
MATRÍCULA: 5492904/018
PERÍODO: 01/08/00 A 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. JOSÉ A. MAIA/BELÉM

PORTARIA Nº: 17693/00 DE 09/08/00
NOME: ANA MARIA DE NAZARÉ NASCIMENTO FERREIRA
MATRÍCULA: 5221234/012
PERÍODO: 01/08/00 A 30/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PROF. JOSÉ A. MAIA/BELÉM

PORTARIA Nº: 17637/00 DE 09/08/00
NOME: JOSÉ LIGEIRO DE SOUZA
MATRÍCULA: 0321125/028
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17638/00 DE 09/08/00
NOME: ANA CRISTINA OLIVEIRA SALES
MATRÍCULA: 6309585/020
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17639/00 DE 09/08/00
NOME: ANA CLEIDE DE SOUZA FERREIRA LIMA
MATRÍCULA: 5392985/018
PERÍODO: 03/07/00 A 01/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17640/00 DE 09/08/00
NOME: ROSANGELA MARIA DE NAZARÉ BARBOSA E SILVA

MATRÍCULA: 0557579/017
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17641/00 DE 09/08/00
NOME: ANA MARIA DA COSTA SILVA
MATRÍCULA: 0446394/016
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17642/00 DE 09/08/00
NOME: EDMAR PIRES DE HOLANDA
MATRÍCULA: 5268435/016
PERÍODO: 03/07/00 A 16/08/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SANTO AFONSO/BELÉM

PORTARIA Nº: 17622/00 DE 09/08/00
NOME: EDSON ALVES FRANÇA
MATRÍCULA: 5435609/010
PERÍODO: 01/09/00 A 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MARIA ESTELITA BARBOSA DA SILVA/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17623/00 DE 09/08/00
NOME: JOBEIRVAL DA SILVA CRUZ
MATRÍCULA: 5454506/015
PERÍODO: 01/09/00 A 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MARIA ESTELITA BARBOSA DA SILVA/ICOARACI

PORTARIA Nº: 17624/00 DE 09/08/00
NOME: EDILENA ROSA RIBEIRO DOS SANTOS
MATRÍCULA: 5217415/011
PERÍODO: 01/09/00 A 30/09/00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MARIA ESTELITA BARBOSA DA SILVA

PORTARIA Nº: 17175/00 DE 03.08.00
NOME: ALMERINDA MACIEL SOARES
MATRÍCULA: 5272289/030
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. ROMULO MAIORANA/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17176/00 DE 03.08.00
NOME: CLEONICE DE JESUS FERREIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 5655390/027
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. ROMILO MAIORANA/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17177/00 DE 03.08.00
NOME: RUI FERREIRA DO ESPERITO SANTO
MATRÍCULA: 6030580/011
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. ROMULO MAIORANA/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17139/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DA GRAÇA MONDONÇA FARIAS
MATRÍCULA: 0305880/010
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PAULO FRANSINITTI/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17142/00 DE 03.08.00
NOME: LÚCIA DE NAZARÉ RODRIGUES TROCCOLI
MATRÍCULA: 0393673/019
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. O. PENALBER/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17141/00 DE 03.08.00
NOME: PIA DE FÁTIMA LIMA SARMENTO
MATRÍCULA: 0353884/019
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. O. PENALBER/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17143/00 DE 03.08.00
NOME: WILMA DE SOUZA CANTANHEDE
MATRÍCULA: 0405620/028
PERÍODO: 03.07.00 A 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. O. PENALBER/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17144/00 DE 03.08.00
NOME: DULCILENE FARAH DAMOUS DE QUEIROZ

MATRÍCULA: 0394556/017
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. RENATO FRANCO/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17145/00 DE 03.08.00
NOME: BENEDITO OTÁVIO VALENTE SANCHES
MATRÍCULA: 0348015/017
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. RENATO FRANCO/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17023/00 DE 03.08.00
NOME: JOÃO DA SILVA GOMES
MATRÍCULA: 0315257/013
PERÍODO: 01.08.00 À 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17024/00 DE 03.08.00
NOME: TEREZINHA A. B. ROCHA
MATRÍCULA: 0315290/018
PERÍODO: 01.08.00 À 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17025/00 DE 03.08.00
NOME: ADAÍLGA CAROLANO DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 0315427/015
PERÍODO: 01.08.00 À 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17182/00 DE 03.08.00
NOME: JOÃO ABERTO DE OLIVEIRA SOUZA
MATRÍCULA: 5153080/015
PERÍODO: 01.09.00 À 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17183/00 DE 03.08.00
NOME: JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
MATRÍCULA: 0338796/010
PERÍODO: 01.09.00 À 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17306/00 DE 07.08.00
NOME: IVALDO COSTA LIMA
MATRÍCULA: 0661988/012
PERÍODO: 02.10.00 À 31.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. MÁRIO CHERMONT/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17060/00 DE 03.08.00
NOME: M^º DO PERPETUO SOCORRO VILHENA DE S. LUCENO
MATRÍCULA: 0033326/028
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. VALENTE RIBEIRO/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17305/00 DE 07.08.00
NOME: IVANILDA VIEIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 5628482/015
PERÍODO: 02.10.00 À 15.11.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. VALENTE RIBEIRO/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17061/00 DE 03.08.00
NOME: LUCILAUDIA MARTINS LEAL
MATRÍCULA: 5439728/019
PERÍODO: 01.09.00 À 15.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. VALENTE RIBEIRO/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17146/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DA PROVIDÊNCIA TAVARES DE QUEIROZ
MATRÍCULA: 0675792/016
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PTE COSTA E SILVA/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17147/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DE NAZARÉ XEREZ DUTRA
MATRÍCULA: 0358096/019
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PTE COSTA E SILVA/ BELEM

PORTARIA Nº: 17148/00 DE 03.08.00
NOME: TELMA ARAÚJO BRANH

MATRÍCULA: 0241989/010
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PTE COSTA E SILVA/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17149/00 DE 03.08.00
NOME: ELOISA MARIA DE SOUSA LEÃO
MATRÍCULA: 0353191/015
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PTE COSTA E SILVA/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17150/00 DE 03.08.00
NOME: DIRNEIDE PINHEIRO DE SOUZA
MATRÍCULA: 0517976/012
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. PTE COSTA E SILVA/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17164/00 DE 03.08.00
NOME: JAIME SILVA LIMA
MATRÍCULA: 55722878/017
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. COM. SÃO FRANC. DE ASSIS/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17165/00 DE 03.08.00
NOME: ESPERANÇA MARIA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 5558603/015
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. COM. SÃO FRANC. DE ASSIS/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17166/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA JOSÉ BRITO FERREIRA
MATRÍCULA: 5277256/015
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. COM. SÃO FRANC. DE ASSIS/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17167/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DE NAZARÉ ROLIM MONTEIRO
MATRÍCULA: 0242020/011
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. COM. SÃO FRANC. S. DE ASSIS/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17168/00 DE 03.08.00
NOME: TEODOMIRO VELASCO ALVES
MATRÍCULA: 5287324/010
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. C. COM. SÃO FRANC. DE ASSIS/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17157/00 DE 03.08.00
NOME: VERA LÚCIA DA CONCEIÇÃO
MATRÍCULA: 0198242/033
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17158/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE SOUSA
MATRÍCULA: 5451310/013
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17159/00 DE 03.08.00
NOME: HELOISA MARIA DA COSTA SILVA E SILVA
MATRÍCULA: 0351032/010
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17160/00 DE 03.08.00
NOME: FRANCISCO GUIMARÃES PEREIRA
MATRÍCULA: 0653632/016
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17161/00 DE 03.08.00
NOME: MARIA DINAIR GUEDES DA COSTA
MATRÍCULA: 0347370/010
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 171162/00 DE 03.08.00
NOME: TEREZA LÚCIA DAS NEVES TRINDADE

MATRÍCULA: 0520772/014
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17163/00 DE 03.08.00
NOME: MARILIA CEREJA DA SILVA
MATRÍCULA: 5451205/018
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. PE. ORIONE/ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17138/00 DE 03.08.00
NOME: GILDA MARTINS CARVALHO BARBOSA
MATRÍCULA: 0399299/010
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. MANOELA DA COSTA/ BELÉM

PORTARIA Nº: 17625/00 DE 09.08.00
NOME: DILMA PEREIRA RODRIGUES
MATRÍCULA: 5213045/010
PERÍODO: 01.09.00 À 15.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. RUI BARATA/ ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 17627/00 DE 09.08.00
NOME: DOMINGOS DO ESPIRITO SANTO BATISTA
MATRÍCULA: 5510147/011
PERÍODO: 01.08.00 À 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17580/00 DE 09.08.00
NOME: JOSÉ CAJUEIRO VENTURA
MATRÍCULA: 5510171/017
PERÍODO: 02.10.00 À 31.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17628/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA DAS GRAÇAS SILVA
MATRÍCULA: 0449016/017
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17631/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA IRECE SILVA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 5509033/018
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17630/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA SELMA FARIAS BATISTA
MATRÍCULA: 5510155/013
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17629/00 DE 09.08.00
NOME: NAZARÉ SANTOS DA COSTA
MATRÍCULA: 0446734/010
PERÍODO: 03.07.00 À 01.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17665/00 DE 09.08.00
NOME: EDNA JACIRMA BASTOS
MATRÍCULA: 0530530/017
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17632/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO
MATRÍCULA: 5500745/024
PERÍODO: 03.07.00 À 16.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. R. AMANAJAS/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17659/00 DE 09.08.00
NOME: LUIZ CARLOS BRITO MONTEIRO
MATRÍCULA: 0675156/017
PERÍODO: 01.08.00 À 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. SÃO JOSÉ/ MARITUBA

PORTARIA Nº: 17660/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA LUIZA ASEVEDO BARATA SOUZA

MATRÍCULA: 0341258/013
PERÍODO: 01.08.00 Á 14.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. SÃO JOSÉ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17324/00 DE 08.08.00
NOME: MARIA DE NAZARÉ FALCÃO ROCHA DE SOUZA
MATRÍCULA: 6007066/024
PERÍODO: 01.08.00 Á 14.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. SÃO JOSÉ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17600/00 DE 09.08.00
NOME: NILMA CÉLIA BARBOSA RABELO
MATRÍCULA: 0448290/010
PERÍODO: 02.10.00 Á 31.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOÃO MILTON DANTAS / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17601/00 DE 09.08.00
NOME: JOAQUIM DE LIMA PRESTE
MATRÍCULA: 5593999/014
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. SOC. P. SER. DA D. PROVIDÊNCIA / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17606/00 DE 09.08.00
NOME: JOSÉ CLAUDINO GRANDE DE VASCONCELOS
MATRÍCULA: 5440882/011
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. R. AMANAJAS / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17607/00 DE 09.08.00
NOME: RITA CHARLETE BEZERRA
MATRÍCULA: 0320242/011
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. R. AMANAJAS / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17608/00 DE 09.08.00
NOME: JOÃO SOARES SOEIRO
MATRÍCULA: 0306010/017
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. R. AMANAJAS / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17609/00 DE 09.08.00
NOME: JOSÉ ALVES DE LIMA
MATRÍCULA: 5245923/012
PERÍODO: 01.10.00 Á 30.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. R. AMANAJAS / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17645/00 DE 09.08.00
NOME: ANA MARIA RIBEIRO MACHADO
MATRÍCULA: 0731129/015
PERÍODO: 20.07.00 Á 18.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17646/00 DE 09.08.00
NOME: CARLOS AUGUSTO DA SILVA LIMA
MATRÍCULA: 5791634/010
PERÍODO: 20.07.00 Á 18.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17647/00 DE 09.08.00
NOME: EDNA CONCEIÇÃO DE SOUZA
MATRÍCULA: 0456942/016
PERÍODO: 20.08.00 Á 18.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17648/00 DE 09.08.00
NOME: JOÃO PONSECA DE SOUSA
MATRÍCULA: 5315867/027
PERÍODO: 20.07.00 Á 02.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17649/00 DE 09.08.00
NOME: JORGE DE AGUIAR FREIRE
MATRÍCULA: 0077151/029
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17650/00 DE 09.08.00
NOME: LEONICE MARIA DA SILVA GOMES

MATRÍCULA: 0674591/013
PERÍODO: 20.07.00 Á 18.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17651/00 DE 09.08.00
NOME: LIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 5245265/022
PERÍODO: 01.08.00 Á 14.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17652/00 DE 09.08.00
NOME: LIANA LOBATO LEAL NEVES
MATRÍCULA: 0353973/037
PERÍODO: 20.07.00 Á 02.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO DE QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17653/00 DE 09.08.00
NOME: MANOEL MARTINS PERES
MATRÍCULA: 0390402/012
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO DE QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17654/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA GOMES DA SILVA
MATRÍCULA: 0390577/019
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17655/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA IVONETE LOPES CORRÊA / MARITUBA
MATRÍCULA: 0456900/016
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17656/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA JOSÉ VALENTE DA SILVA
MATRÍCULA: 5282403/013
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIROZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17657/00 DE 09.08.00
NOME: RAIMUNDO DOS SANTOS SOUZA
MATRÍCULA: 0228745/027
PERÍODO: 20.07.00 Á 02.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17658/00 DE 09.08.00
NOME: ROSILMA MARTINS OLIVEIRA
MATRÍCULA: 04710520/014
PERÍODO: 01.08.00 Á 30.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17682/00 DE 09.08.00
NOME: CLAUDIA REGINA DA ROCHA MARQUES
MATRÍCULA: 0675342/012
PERÍODO: 21.08.00 Á 04.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17683/00 DE 09.08.00
NOME: NORMA IRACEMA LOPES DE LIMA
MATRÍCULA: 5628270/013
PERÍODO: 04.09.00 Á 18.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17684/00 DE 09.08.00
NOME: PEDRO DOS SANTOS LEITE
MATRÍCULA: 5313694/016
PERÍODO: 02.10.00 Á 31.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17685/00 DE 09.08.00
NOME: SAPHIRA TEIXEIRA DE LIMA
MATRÍCULA: 5481040/017
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17686/00 DE 09.08.00
NOME: SÔNIA DE SOUZA DE AZEVEDO

MATRÍCULA: 0390240/012
PERÍODO: 01.09.00 Á 30.09.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17579/00 DE 09.08.00
NOME: MARIA LENIR CASTRO GOMES
MATRÍCULA: 0530778/011
PERÍODO: 01.09.00 Á 15.10.00
ANO: 2000
UNIDADE: ERC. OTILIA BEGOT / MARITUBA

PORTARIA Nº: 17644/00 DE 09.08.00
NOME: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA REIS
MATRÍCULA: 0189529/012
PERÍODO: 20.07.00 Á 18.08.00
ANO: 2000
UNIDADE: EE. JOSÉ EDMUNDO QUEIRÓZ / MARITUBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2000
A Secretaria Executiva de Educação / SEDUC, inscrita no CGC/MF sob o nº 05054937/0001 - 63, com sede nesta cidade à Rodovia Augusto Montenegro KM 10 S/Nº, representada pela Secretária Executiva de Educação, Dra. MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS, no âmbito de suas atribuições legais resolve determinar a DISPENSA DE LICITAÇÃO para locação do imóvel, situado na Rua Arcipreste Manoel Teodoro, nº 820, Batista Campos, para fins escolares, referente ao processo Nº 171.616/2000, com fundamento no art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93. Belém, 28 de agosto de 2000.
Dra. MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO



SECRETARIA
EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário: Carlos Jehá Kayath
Av. Gentil Bittencourt, 43 - (091) 210-2000

PORTARIA Nº 0379 DE 26 DE ABRIL DE 2000.
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463, de 11.09.86.
Considerando que DEMÉTRIO PEREIRA DE HOLANDA, solicita através do Processo nº 1998/204908-SEAD, revisão de sua reforma, e;
Considerando o parecer favorável constante no referido Processo.
RESOLVE:
Reificar os proventos do Subenente PM RG 1704 – DEMÉTRIO PEREIRA DE HOLANDA, MF 3407373-018, pertencente ao Quadro de Pessoal Inativo da PMPa, reformado "Ex-officio", na mesma graduação, pelo Decreto nº 1171 de 27.11.80-SEIJU, sob o acórdão nº 11.623 de 10.02.81-TCE.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de abril de 2000.
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário Executivo de Administração.
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.853 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0471 DE 03 DE MAIO DE 2000
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79,
Considerando que ROSENDO BARROS NUNES, solicita através do Proc. nº 1998/142589-SEAD, revisão de seus proventos e;
Considerando o parecer favorável constante no referido Processo.
RESOLVE:
Reificar os proventos de ROSENDO BARROS NUNES, Mat. nº 0154873-013, aposentado no cargo de Guarda de Trânsito de 3ª Classe, Ref. II, lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, fixados no Decreto datado de 20.01.76, sob o Acórdão nº 9554 de 23.03.76-TCE.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 03 de maio de 2000.
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário Executivo de Administração.
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 2632 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1999
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.
RESOLVE:
Aposentar, de acordo com o art. 33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts. 35, "Caput" e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, combinado com V. Acórdão nº 16.985/89-TCE, art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5810/94, combinado com art. 36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, art. 130, da Lei nº 5810/94, combinado com o Decreto nº 7228/90, CRIUSA FERREIRA DAS CHAGAS, Mat. nº 0219398-011, no cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de São Caetano de Odivelas.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 07 de dezembro de 1999.
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário Executivo de Administração.
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.817 de 10.08.2000.

PORTARIA Nº 1102 DE 29 DE JUNHO DE 1999

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, art.3º, da Emenda Constitucional nº 20/98 arts.140, inciso III, § 1º, inciso XII e 114 § 2º da Lei nº 5810/94, CLAUDIO AUGUSTO PROENÇA, Matr nº 0082368-010 no cargo de Médico, Código GEP-ANSM-612, Ref.II, lotado na Secretaria Executiva de Saúde Pública.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 29 de junho de 1999.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.726 de 27.06.2000.

PORTARIA Nº 1959 DE 20 DE SETEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, art.140, inciso III, § 1º, inciso XII da Lei nº 5810/94, EDUARDO JOSÉ GONÇALVES, Matr nº 3166295-012, na função de Procurador, lotado no Instituto de Terras do Pará-ITERPA. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 20 de setembro de 1999.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.850 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 2226 DE 25 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "d" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.35, "Caput" e 37 § 2º da Lei nº 5351/86, art. 131, § 1º, inciso VII, da Lei nº 5810/94, TEREZA LIMA BENTES, Matr nº 0250368-016, no cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, Ref.I, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Óbidos.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 25 de outubro de 1999.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.840 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0756 DE 05 DE JUNHO DE 2000.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "d" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso VI da Lei nº 5810/94, ALZENIR LEITÃO BARBOSA, Matr nº 0520195-016, na função de Servente, Ref.I, lotado na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Santa Maria do Pará.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de junho de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.818 de 10.08.2000.

PORTARIA Nº 0716 DE 01 DE JUNHO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, combinado com o art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso IX da Lei nº 5810/94, ANA LOPES BOTELHO DE SOUZA, Matr nº 0234257-018, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref.II, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Santarém Novo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 01 de junho de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0635 DE 24 DE MAIO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso I, da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso VII, da Lei nº 5810/94, ANTONIO RODRIGUES CABRAL, Matr nº 0542075-014, na função de Vigia Ref.I, lotado na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Salvaterra.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 24 de maio de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.860 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0519 DE 10 DE MAIO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5810/94, ANA MARIA COUTO ANTUNES, Matr nº 0107816-012, na função de Agente de Saúde, Ref.II, lotada na Secretaria Executiva de Saúde Pública-SESPA.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 10 de maio de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.840 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0562 DE 12 DE MAIO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "a", da Constituição Estadual, art.140, inciso III, § 1º, inciso XII da Lei nº 5810/94, EDUARDO JOSÉ GONÇALVES, Matr nº 3166295-012, na função de Procurador, lotado no Instituto de Terras do Pará-ITERPA. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 12 de maio de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.847 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0385 DE 02 DE MAIO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 051/85, art.1º, inciso I, IV do Decreto nº 712/95, art.7º, § 2º e 3º, inciso IX, alínea "j" da Lei Complementar nº 022/94, Resolução nº 15.220/97-TCE, ISMAEL DE FÁTIMA MAIA ENGELKE, Matr nº 0060089-017 no cargo de Investigador de Polícia, código GEP-PC-708.4 Classe "D" lotada na Polícia Civil do Pará. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 02 de maio de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.860 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 1035 DE 04 DE JULHO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso IX da Lei nº 5810/94, FRANCISCA NEIDE CASTELO BRANCO LIMA, Matr nº 0372161-019 no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref.I, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Castanhal. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 04 de julho de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.846 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0697 DE 25 DE MAIO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "d" da Constituição Estadual, combinado com o art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.35, "Caput" e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, art. 131, § 1º, inciso VII da Lei nº 5810/94, ILMA CAMOURAS CHAVES, Matr nº 0507270-017, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD1-401, Ref.VI, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Bragança.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 25 de maio de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0267 DE 20 DE MARÇO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "a" da Constituição Estadual, art.142 da Lei nº 5810/94, combinado com o art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso XII da Lei nº 5810/94, alterado pelo Decreto nº 2950/94, art.131, § 1º, inciso XII da Lei nº 5810/94, IRACI BRAGA DO AMARAL, Matr nº 5007682-015, na função de Auxiliar Técnico, Ref.II, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 20 de março de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.839 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 1139 DE 14 DE JULHO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/99, art.131, § 1º, inciso VIII da Lei nº 5810/94, JOÃO NAZARE DA SILVA, Matr nº 0076368-014, no cargo de Agente de Portaria, código GEP-TP-1.102, Ref.II, lotado na Secretaria Executiva de Saúde Pública-SESPA.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 14 de julho de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 1090 DE 17 DE JULHO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/99, art.131, § 1º, inciso VI da Lei nº 5810/94, MARIA DE NAZARE GOMES DA SILVA, Matr nº 0508985-012, na função de Professor Assistente PA-A, lotado na Secretaria Executiva de Educação-Mun. de Bragança.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 17 de julho de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0762 DE 05 DE JUNHO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "a" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.140, inciso III, § 1º, inciso X e 114, "Caput" da Lei nº 5810/94, combinado com o Decreto nº 7228/90, MARIA DAGMAR CABRAL FRANCO Matr nº 0363901-031, na função de Professor Colaborador, lotada na Secretaria Executiva de Educação-Distrito de Mosqueiro.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de junho de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.853 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0641 DE 24 DE MAIO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "d" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131 § 1º, inciso X, da Lei nº 5810/94, MANOEL ARAUJO DA TRINDADE, Matr nº 2048205-011, na função de Braçal, Nível I, lotado na Secretaria Executiva de Transportes-SETRAN.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 24 de maio de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.853 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0307 DE 24 DE ABRIL DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.35, "Caput" e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, combinado com o Acórdão nº 16.985/88-TCE, art.131, § 1º, inciso VIII da Lei nº 5810/94, combinado com art.36, Participação Único da Lei nº 5351/86, MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA, Matr nº 0267353-014, na função de Professor Assistente, PA-B, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Marabá.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 24 de abril de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 1085 DE 17 DE JULHO DE 2000

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "a" da Constituição Estadual, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/99, art.131, § 1º, inciso VIII da Lei nº 5810/94, PAULINA CARLOS DE SOUZA ALMEIDA, Matr nº 0076368-014, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref.II, lotado na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Bragança.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 17 de julho de 2000.

SILENE NAZARE CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0848 DE 12 DE JUNHO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.35, "Caput" e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, combinado com V.Acordão nº 16.985/89-TCE, art.131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5810/94, combinado com art.36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, RAIMUNDO DE JESUS MELO FIEL, Matr.º 0547000-016, no cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, Ref.II, lotado na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Cametá.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 12 de junho de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.860 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0640 DE 24 DE MAIO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "d" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5810/94, RAIMUNDO THOMAZ DE AQUINO PIMENTEL, Matr.º 2034182-013, na função de Braçal, Nível 1, lotado na Secretaria Executiva de Transportes-SETRAN.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 24 de maio de 2000.

SILENE NAZARÉ CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.860 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0408 DE 26 DE ABRIL DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, arts.35, "Caput" e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, combinado com V.Acordão nº 16.985/89-TCE, art.131, § 1º, inciso VIII da Lei nº 5810/94, combinado com art.36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, art.114, da Lei nº 5810/94, combinado com o Decreto nº 5379/88, RAIMUNDA MARLISE ARAÚJO COSTA, Matr.º 0280666-019, no cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, Ref.VIII, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Itatuba.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de abril de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.841 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0493 DE 09 DE MAIO DE 2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "b" da Constituição Estadual, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/99, art.131, § 1º, inciso V, da Lei nº 5810/94, TEREZINHA DE JESUS SANTOS MIRANDA, Matr.º 0322229-019, na função de Servente, Ref.I, lotada na Secretaria Executiva de Educação-mun. de Abacetetuba.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 09 de maio de 2000.

CARLOS JEHÁ KAYATH

Secretário Executivo de Administração.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.846 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 1137 DE 14 DE JULHO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "c" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5810/99, VIVALDO FERREIRA GAMA, Matr.º 0331082-014, no cargo de Agente de Portaria, código GEP-TP-1.102, Ref.II, lotado na Secretaria Executiva de Educação-Capital ERC "Santo Afonso".

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 14 de julho de 2000.

SILENE NAZARÉ CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.853 de 17.08.2000.

PORTARIA Nº 0667 DE 25 DE MAIO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158 de 14.03.79.

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com o art.33, inciso III, alínea "a" da Constituição Estadual, combinado com art.3º da Emenda Constitucional nº 20/98, art.131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5810/94, VALTER DA PAIXÃO VIANA, Matr.º 2045648-017, na função de Capataz, Nível 5, lotado na Secretaria Executiva de Transportes-SETRAN.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 25 de maio de 2000.

SILENE NAZARÉ CAMPOS ALVES

Secretária Executiva de Administração, em exercício.

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 29.853 de 17.08.2000.



SECRETARIA
EXECUTIVA DE JUSTIÇA

Secretário: Maria de Lourdes Silva da Silveira
Rua 28 de Setembro, 339 - (091) 223-2597

PORTARIAS

LICENÇA NOJO

PORTARIA Nº 243, DE 24 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a certidão de Óbito nº 068.765, de 23.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER oito (08) dias de afastamento, no período de 16.08 a 23.08.2000, ao servidor PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA, em virtude do falecimento de seu genitor.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 24 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

LICENÇA SAÚDE

PORTARIA Nº 245, DE 28 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e, Considerando O Laudo Médico nº 6269/2000, de 23.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER dezesseis (16) dias de Licença Saúde, a servidora ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA PANTOJA PIMENTEL, matrícula nº 5427487-029, ocupante do cargo de Chefe da divisão de Recepção e Atendimento desta SEJU, lotada no PROCON, Laudo Médico assinado pela Dra. VERA DIAS, no período de 21.08 a 05.09.2000.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 28 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 237, DE 22 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

Designar a servidora ANA MARIA CARDOSO SOARES, matrícula nº 0043605-016, lotada nesta Secretaria Executiva de Justiça, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Seção de Registro e Movimentação Funcional - FG-4, a partir de 01.09.2000.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, de 22 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 238, DE 22 DE AGOSTO DE 2000.

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora RITA DE CÁSSIA CHAHINI SANTONI, Assessora, matrícula nº 5725127-011, lotada nesta Secretaria Executiva de Justiça, para Gerenciar o SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SACI, coordenado pela Secretária Executiva de Justiça.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 22 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

DIÁRIAS

PORTARIA Nº 211, DE 20 DE JULHO DE 2000.

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados no CENPREN, para executarem Operação Verão de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, no Município de Salinópolis/PA, no período de 21 a 24.07.2000.

CARMEM LÚCIA RIBEIRO DE MAGALHÃES

MARIA CRISTINA MOLLER DA SILVA

Nº DE DIÁRIAS: 04 (quatro) para cada servidor

VALOR: 3,5 x 50,00 = R\$-175,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 20 de julho de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 212, DE 20 DE JULHO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias ao servidor abaixo relacionado, lotado na SESPA, ora a disposição do CENPREN, desta SEJU, para transportar equipe técnica para execução da Operação Verão de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, no Município de Salinópolis/PA, no período de 21 a 24.07.2000.

RAIMUNDO NONATO DE AMORIM NETO

Nº DE DIÁRIAS: 04 (quatro) para cada servidor

VALOR: 3,5 x 50,00 = R\$-175,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 20 de julho de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 217, DE 08 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, para atender Operação Documentos do Projeto Cidadania, no período de 11 a 12.08.2000, no Município de Capitão Poço/PA, em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado.

ANA MARIA PEREIRA PEREIRA

KELLY REGINA CASTRO CASTELO BRANCO

ROMUALDO GONÇALVES DESOUSA

Nº DE DIÁRIAS: 02 (duas) para cada servidor

VALOR: 1,5 x 50,00 = R\$-75,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 08 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 218 DE 08 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias ao servidor abaixo relacionados, pelo deslocamento ao Município de Capanema/PA, no período de 02 a 04.08.2000, para entrega de carteiras de identidade, emitidas pelo Projeto Cidadania, por ocasião de Operação Documentos naquele município.

MANOEL MOURÃO DA SILVA

Nº DE DIÁRIAS: 04 (quatro) para cada servidor

VALOR: 2,5 x 50,00 = R\$-125,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 08 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 219, DE 08 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento ao Município de Capanema/PA, no período de 04 a 07.08.2000, quando transportou o Coordenador do Projeto Cidadania, para tratar assunto referente a entrega de

carteiras de identidade naquele Município.

GERMÃO DOS SANTOS PARENTE

Nº DE DIÁRIAS: 04 (quatro)

VALOR: 3,5 x 50,00 = R\$-175,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 08 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 220, DE 08 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias aos servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento ao Município de Capanema/PA, no período de 02 a 07.08.2000, para entrega de carteiras de identidades, emitidas pelo Projeto Cidadania, por ocasião de Operação Documentos naquele Município.

FERNANDO JOSÉ BAHIA JÚNIOR

Nº DE DIÁRIAS: 06 (seis)

VALOR: 5,5 x 60,00 = R\$-330,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 08 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 221, DE 08 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o memorando nº 90/2000, de 18.08.2000,

RESOLVE:

CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento ao Município de Bragança/PA, no período de 09 a 10.08.2000, para entrega de carteiras de identidades, emitidas pelo Projeto Cidadania, por ocasião de Operação Documentos naquele Município.

EMIRALDO LOBO RAIOL

GERMÃO DOS SANTOS PARENTE

Nº DE DIÁRIAS: 02 (duas) para cada servidor

VALOR: 1,5 x 50,00 = R\$-75,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 08 de agosto de 2000.

MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA

Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA Nº 223, DE 10 DE AGOSTO DE 2000

A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do convênio 1387/2000, celebrado entre o CENPREN, desta SEJU, e PROJETO AD/BRA/99E02,

RESOLVE:

CONCEDER diárias a servidora lotada na Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, abaixo relacionada, pelo deslocamento a Belém/PA, no período de 10 a 12.08.2000, para ministrar curso de capacitação ao corpo técnico do Centro de

Atenção Psicossocial - CAP VITÓRIA REGIA.

CARMEM LÚCIA RIBEIRO DE MAGALHÃES

Nº DE DIÁRIAS: 03 (três)

INTERNET: www.ioepa.com.br

VALOR: 2,5 x 152,00 = R\$-380,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 10 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 224, DE 10 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados no Projeto Cidadania, desta SEJU, para realizarem Operação Documentos nos Municípios de Peixe Boi e Salinópolis, no período de 13 a 21.08.00.
ANA CLARA MENONÇA SOARES
CARLOS DA SILVA PENA
CLAUDIO DAS MERCES CORDEIRO DE CASTRO
EDALTON DE OLIVEIRA CASTRO
JOSE ALBERTO DE ALMEIDA VASCONCELOS
ROMUALDO GONÇALVES DE SOUZA
N° DE DIÁRIAS: 09 (nove) para cada servidor
VALOR: 8,5 x 50,00 = R\$-425,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 10 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 228, DE 11 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados no Projeto Cidadania, desta SEJU, para executarem Operação Documentos nos municípios de Marapanim e Vigia/PA, no período de 13 a 20.08.2000.
ADARCISO ALVES DA SILVA
EDNA MARIA MARQUES DA COSTA
GERMANO DOS SANTOS PARENTE
MARIA DO CARMO MARQUES DA COSTA
PAULO FABRICIO NUNES TAVARES
VALDENOR DOS SANTOS CORREA
N° DE DIÁRIAS: 08 (oito) para cada servidor
VALOR: 7,5 x 30,00 = R\$-225,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 11 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 231, DE 11 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias (prorrogação) aos servidores abaixo relacionados, para atender programação do Grupo Raízes, na Aldeia Mapuera, no período de 30.07 a 01.08.00.
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES L. DOS SANTOS
GUSTAVO AMÉRICO PINTO DA SILVA
N° DE DIÁRIAS: 03 (três) para cada servidor
VALOR: 03 x 60,00 = R\$-180,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 11 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 232, DE 11 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados na SEDS, para atender programação do Grupo Raízes, no Município de Baião, no período de 16 a 18.08.00, com o objetivo de fazer um levantamento e análise, em conjunto com as comunidades Quilombolas e outros órgãos governamentais, sobre as necessidades dessas comunidades, no que se refere ao recolhimento das terras, saúde, educação, qualificação, identificação e apoio a atividades produtivas.
GUSTAVO AMÉRICO PINTO DA SILVA
MARIA ADELINA GUGLIOTTI BRAGLIA
RAIMUNDO SÉRGIO RODRIGUES FERNANDES
N° DE DIÁRIAS: 03 (três) para cada servidor
VALOR: 2,5 x 50,00 = R\$-125,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 11 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 233, DE 14 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados na SEDS, para atender programação do Grupo Raízes, no Município de Acará, no dia 05.08.00, com o objetivo de fazer um levantamento e análise, em conjunto com as comunidades Quilombolas e outros órgãos governamentais, sobre as necessidades dessas comunidades, no que se refere ao recolhimento das terras, saúde, educação, qualificação, identificação e apoio a atividades produtivas.
MARIA ADELINA GUGLIOTTI BRAGLIA
RAIMUNDO SÉRGIO RODRIGUES FERNANDES
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES L. DOS SANTOS
GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA
ROZA MARLENE MODOLO
N° DE DIÁRIAS: 01 (uma) para cada servidor
VALOR: 0,5 x 60,00 = R\$-30,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 14 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 234, DE 17 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias ao servidor abaixo relacionados, pela viagem ao Município de Vigia/PA, no período de 17 a 20.08.00, onde participará da Operação Documentos, do Projeto Cidadania, desta SEJU.

FERNANDO JOSÉ BAHIA JÚNIOR
N° DE DIÁRIAS: 04 (quatro)
VALOR: 3,5 x 40,00 = R\$-140,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 17 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 241, DE 23 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, pela viagem ao Município de Dom Elizeu/PA, no período de 24 a 27.08.00, onde participará da Operação Documentos Cidadania/Assembleia Legislativa.
GESUALDO DA COSTA VELOSO
KELLY REGINA CASTRO CASTELO BRANCO
GERMANO DOS SANTOS PARENTE
LAÉRCIO LIMA MOTA
FERNANDO JOSÉ BAHIA JÚNIOR
N° DE DIÁRIAS: 04 (quatro) para cada servidor
VALOR: 3,5 x 30,00 = R\$-175,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 23 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 242, DE 23 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, pela viagem a Cidade de Goiânia/GO, no período de 31.08 a 02.09.2000, onde participará do 1° Fórum Nacional de Justiça e Sistema Prisional, representando o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.
EMANUEL LIMA VASCONCELOS
N° DE DIÁRIAS: 04 (quatro)
VALOR: 3,5 x 152,00 = R\$-532,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 23 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

PORTARIA N° 249, DE 23 DE AGOSTO DE 2000
A SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do ofício 255/00, de 08.08.2000, do Diretor da 5ª URE/SANTARÉM/PA.
RESOLVE:
CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, pela viagem ao Município de Santarém/PA, no período de 27.08 a 02.09.2000, onde ministrará curso "Uso das Drogas e suas consequências, para professores da 5ª Unidade Regional de Educação.
FRANCISCO BENEDITO TORRES
MARIA DO CARMO SILVA
PEDRO PAULO OLIVEIRA DE VASCONCELOS
N° DE DIÁRIAS: 07 (sete) para cada servidor
VALOR: 6,5 x 50,00 = R\$-325,00
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA, 23 de agosto de 2000.
MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
Secretária Executiva de Justiça

ERRATA
Na PORTARIA N° 200, de 12.07.2000, publicada no Diário Oficial do Estado n° 29.259, de 20.07.00, onde se lê: SOURE, lê-se: BRAGANÇA.



**SECRETARIA EXECUTIVA DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

Secretário: Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara
Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - (091) 224-9637

**AVISO
TOMADA DE PREÇO N.º 002/2000-SEGUP**

A Secretaria Executiva de Segurança Pública, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço n.º 002/2000-SEGUP, para aquisição de Material de Expediente para atender necessidades do CIOp, IESP e SEGUP.
Dia: 18.09.2000
Hora: 10:00 horas
Local: Rua Arcipreste Manoel Teodoro n.º 305 (Sala de Conselhos).
Outrossim, avisa que os editais estão a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, no mesmo endereço, no horário normal de expediente.
Belém, 30 de Agosto de 2000.
a) Comissão



**SECRETARIA
EXECUTIVA DE CULTURA**

Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Av. Gentil Bittencourt, 650 - (091) 242-6143

**FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ
TANCREDO NEVES**

**REVOGAÇÃO DE CESSÃO
PORTARIA N° 211 DE 23 DE AGOSTO DE 2000**

Assunto: Revogação de Cessão
Nome: Benedito Wilfredo Monteiro Filho
Órgão de Origem: FCPPTN
Órgão de Destino: SECULT
Cargo: Consultor Jurídico
Lotação: CJU

**CESSÃO DE SERVIDOR
PORTARIA N° 212 DE 23 DE AGOSTO DE 2000**

Servidor(a): Benedito Wilfredo Monteiro Filho
Cargo: Consultor Jurídico
Órgão de Origem: SECULT
Órgão de Destino: Casa Civil da Governadoria
Ônus: Sem ônus para o órgão de origem
Data: Os efeitos desta Portaria retroagem a 01.08.2000

RESOLUÇÃO N° 004/00, DE 16 DE AGOSTO DE 2000.
A COMISSÃO GERENCIADORA DO SEMEAR, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao disposto no art. 13, inciso II, alínea c, item 1, do Decreto n° 2.756, de 14 de abril de 1998, que regulamenta a lei n° 5.885, de 9 de fevereiro de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Projetos culturais relacionados, em anexo, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, na forma da Lei 5.885, de 9 de fevereiro de 1995.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala de Sessões, 16 de agosto de 2000.
PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
Presidente

**RESOLUÇÃO N° 004/00
ANEXO**

PROJETO: "PROJETO DE APOIO À PRODUÇÃO DE
ARTES PLÁSTICAS EM SANTARÉM"
PROCESSO: 077/00
PROPONENTE: INSTITUTO SANTARENO DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR
CGC/CPF: 05.410.725/0001-71
VALOR: R\$ 34.214,00

PROJETO: "RESGATE DA CERÂMICA DE SANTARÉM
E ALTER DO CHÃO"
PROCESSO: 078/00
PROPONENTE: INSTITUTO SANTARENO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR
CGC/CPF: 05.410.725/0001-71
VALOR: R\$ 25.316,00

3- PROJETO: "SANTAREM DA MEMÓRIA"
PROCESSO: 079/00
PROPONENTE: UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ
CGC/CPF: 15.752.686/0001-44
VALOR: R\$ 49.334,00

PROJETO: "MONTAGEM TEATRAL GUDIBAI
POROROCA"
PROCESSO: 087/00
PROPONENTE: SOCIEDADE CIVIL GRUPO
EXPERIENCIA
CGC/CPF: 05435920/0001-56
VALOR: R\$ 39.000,00

5- PROJETO: ESPETÁCULO DE DANÇA "LUZ"
PROCESSO: 089/00
PROPONENTE: CENTRO DE DANÇA E FITNESS I.T.D.A
CGC/CPF: 02.251.428/0001-32
VALOR: R\$ 50.000,00

6- PROJETO: "GAIA"
PROCESSO: 083/00
PROPONENTE: IDAN NILDA DE AMORIM GOÊS
CGC/CPF: 129377112-00
VALOR: R\$ 50.000,00

7- PROJETO: EDIÇÃO DE CD'S E SHOW DE LANÇAMENTO
"FIZ DA VIDA UMA CANÇÃO" - ANDRÉA PINHEIRO
PROCESSO: 088/00

PROPONENTE: ANDRÉA MARIA DEMIRANDA
PINHEIRO
CGC/CPF: 352.859.902-20
VALOR: R\$ 49.784,00

OBS: Republicada por ter sido incorreto no Diário Oficial do dia 30 de agosto de 2000.

FÉRIAS-JULHO/00

PORTARIA Nº 192 DE 03 DE JUNHO DE 2000

Servidor(a): Ana Maria Ambrosia da Silva
P.A. 17.04.99 a 16.04.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Ana Maria Rodrigues da Conceição
P.A. 01.06.98 a 31.05.99 Férias 01.07.00 a 30.07.00
Servidor(a): Armando de Oliveira Hesketh Filho
P.A. 28.06.99 a 27.06.00 Férias 15.07.00 a 13.08.00
Servidor(a): Claudete de Jesus dos Santos Quaresma
P.A. 01.05.99 a 30.04.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Edilson Silva dos Santos
P.A. 01.06.99 a 31.05.00 Férias 01.07.00 a 30.07.00
Servidor(a): Iete Pena Azevedo Quicroz
P.A. 01.06.99 a 31.05.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Ivone da Conceição Ferreira Coelho
P.A. 14.06.99 a 13.06.00 Férias 05.07.00 a 03.08.00
Servidor(a): Lecomarina Araújo de França
P.A. 15.06.99 a 14.06.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Linda Raimunda de Souza Fernandes
P.A. 01.07.99 a 30.06.00 Férias 17.07.00 a 15.08.00
Servidor(a): Maria das Neves Cordeiro Dias
P.A. 14.08.99 a 13.08.00 Férias 01.07.00 a 30.07.00
Servidor(a): Maria do Carmo Araújo Maues
P.A. 03.12.98 a 02.12.99 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Maria Regina Maneschy Faria Sampaio
P.A. 02.05.98 a 01.05.99 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Marília Matos Soares
P.A. 11.06.99 a 10.06.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Nazaré de Fátima Palha de Nogueira
P.A. 30.03.99 a 29.03.00 Férias 10.07.00 a 08.08.00
Servidor(a): Olof Gilberto de Vasconcelos Romário
P.A. 02.06.99 a 01.06.00 Férias 10.07.00 a 08.08.00
Servidor(a): Raimunda Assunção Silva de Barros
P.A. 15.02.99 a 14.02.00 Férias 17.07.00 a 15.08.00
Servidor(a): Renee de Azevedo Moraes
P.A. 17.06.99 a 16.06.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Rita de Cássia Fernandes Ferreira
P.A. 02.04.99 a 01.04.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Rosa Dias dos Santos
P.A. 13.03.99 a 12.03.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Rosalina do Socorro Carvalho Leão
P.A. 25.02.99 a 24.02.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Sandra Helena Lima Franco Nogueira
P.A. 01.06.99 a 31.05.00 Férias 17.07.00 a 15.08.00
Servidor(a): Sidney Reis Rodrigues
P.A. 09.03.99 a 08.03.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00
Servidor(a): Sílvia de Nazaré Margalho do Vale
P.A. 01.04.99 a 31.03.00 Férias 03.07.00 a 01.08.00

DESIGNAR PARA RESPONDER

PORTARIA Nº 202 DE 14 DE AGOSTO DE 2000

Servidor(a): Eliécia Maria Calado Bastos
Matrícula nº 0715808-014
Cargo: Biblioteconomista
Motivo: Responder pela Diretoria de Bibliotecas Públicas,
durante a ausência do titular.
Dia: 09.08.00

DESIGNAR

PORTARIA Nº 171 DE 11 DE JULHO DE 2000

Servidoras: Ana Claudia Moraes Ribeiro, Mat. nº 5333083-017
e Soraya Sophia Dutra Rodrigues, nº 5546524-017
Motivo: Para atuarem como Agentes de Desenvolvimento e
Capacitação-ADC, desta SECULT/FCIPTN

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 201 DE 09 DE AGOSTO DE 2000

Dias: 30 (trinta) Restante
Servidor(a): Bértina da Costa Eversdosa
Matrícula nº 0030945-010
Trânsito: 14.03.95 a 14.03.98
Período: 17.07.00 a 15.08.00

ERRATA

PORTARIA Nº 366 DE 01.12.99, PUBLICADA NO D.O.E

de 11.01.00
Servidor(a): Sandra Maria Martins
Onde se lê: P.A. 01.12.96 a 30.11.97
Leia-se: P.A. 01.12.98 a 30.11.99

PORTARIA Nº 124 DE 01.06.00, PUBLICADA NO D.O.E

de 01.06.00
Servidor(a): Sandra Maria Martins
Onde se lê: P.A. 01.12.98 a 30.11.99
Leia-se: P.A. 01.12.99 a 30.11.00

SECRETARIA
EXECUTIVA DA FAZENDA

Secretária: Teresa Lusía Mártire Coelho Cativo Rosa
Av. Visconde de Souza Franco, 110 - (091) 212-0066

RESUMO DAS PORTARIAS DA DAD

PORTARIA Nº 1363 DE 24.08.2000

Considerando o Plano de Viagem Nº. 43/2000/IFMT conforme Ofício Circular nº. 036/2000/IFMT de 25.07.2000 e Portaria nº. 0555/2000/DPF de 09.08.2000.
AUTORIZAR, aos servidores HELENIZE HELENA FERREIRA LOBATO, LUIZ FERNANDO AMARAL BOTELHO, MARCOS OLIVEIRA CARDOSO, MANOEL DO ESPÍRITO SANTO QUARESMA DA SILVA, MIRACI FURTADO FAJLACHE, MANOEL SANTOS DE SOUSA, NAZARÉ DE FÁTIMA FERNANDES ALBUQUERQUE, ROSA HERMÍNIA PESSÓA MATTOS, SALVIO NAZARENO GALVÃO ARCOVERDE e JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA RAMOS, o pagamento de 11 (onze) diárias para cada participante, no período de 24.08 a 03.09.2000, em virtude do Programa de Fiscalização Itinerante nas Fronteiras (PFIF) - Inspeção Fazendária do Janga, no Janga.

RESUMO DE PORTARIA DA DPF

PORTARIA Nº. 0609 DE 28.08.2000.

DESIGNAR, o servidor ANTÔNIO CARLOS CORRÊA PINTO DE OLIVEIRA, Diretor de Administração, Matrícula nº. 5811481-027, para responder pela Diretoria de Programação Financeira, nas faltas e impedimentos do titular, sem ônus para o Estado, a contar de 28.08.2000.

RESUMO DAS PORTARIAS DO DERH

PORTARIA Nº. 1389 DE 29.08.2000

LAUDO MÉDICO Nº. 6309/2000/IPASEP.

AUTORIZAR, 08 (oito) dias de Licença Saúde, à servidora SUELY MARIA LOPES ALVES, Agente Auxiliar de Fiscalização, Matrícula nº. 5132363-010, lotada na 15ª Região Fiscal, no período de 09 a 16.08.2000.

PORTARIA Nº. 1390 DE 29.08.2000

LAUDO MÉDICO Nº. 6257/2000/IPASEP.

PRORROGAR, por mais 62 (sessenta e dois) dias, a Licença Saúde do servidor RODOLFO AMARANTE DE BARROS, Agente Auxiliar de Fiscalização, Matrícula nº. 5128927-010, lotado na 9ª Região Fiscal, no período de 26.08 a 26.10.2000.

PORTARIA Nº. 1391 DE 29.08.2000

LAUDO MÉDICO Nº. 6266/2000/IPASEP.

PRORROGAR, por mais 32 (trinta e dois) dias, a Licença Saúde do servidor PELAYO GENTIL NETO, Agente Administrativo, Matrícula nº. 5175885-019, lotado na Divisão de Controle de Documentos Fiscais, no período de 23.08 a 23.09.2000.

TORNAR SEM EFEITO

As publicações do Diário Oficial do Estado de nºs. 29.286, de 29/08/2000 e 29.287, de 30/08/2000 referentes a publicação de autorização da prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 025/98/SEFA, celebrado entre a Secretaria Executiva da Fazenda e o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

Partes: Secretaria Executiva da Fazenda, CGC nº 05.054.903/0001-79 e a Secretaria Especial de Estado de Proteção Social, CGC nº 03.626.812/0001-10.
Objeto do Termo: O presente instrumento tem por objetivo a "Cessão de Uso" do imóvel localizado no Município de Breves, listado da Rua Paes de Carvalho, nº 2051, de propriedade da CEDENTE, com exclusiva finalidade de sua utilização pela CESSIONÁRIA para instalação de Unidade Regional de Proteção Social.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.
Data da Assinatura: 24.08.2000
Ordenador Responsável: Paulo Fernando Machado

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº DE TERMO ADITIVO: 1º TAC

CONVÊNIO ORIGINAL Nº: 03/99/SEFA

Partes: Secretaria Executiva da Fazenda, CGC nº 05.054.903/0001-79 e a Procuradoria Geral do Estado, CGC nº 34.921.759/0001-29
Objeto do Convênio Original: o presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros à Procuradoria Geral do Estado, para fins de adaptação da sua rede elétrica e instalação da rede lógica, compreendendo a instalação ou adaptação dos pontos elétricos necessários e 50 (cinquenta) pontos de cabeamento lógico UTP (rede local), instalação de cabeamento lógico coaxial para terminais de vídeo IBM e instalação de linha privativa de comunicação de dados (LPCD) nas dependências da Procuradoria Geral do Estado do Pará, visando o estabelecimento das condições de administração dos Componentes Cobrança Judicial e Contencioso Administrativo e Judicial (Atividade 7) do Projeto de Modernização da administração Tributária do Estado do Pará, elaborados segundo o Regulamento Operativo do PNAFE, com o acompanhamento da Unidade de Coordenação Estadual do Projeto - UCE da Secretaria Executiva da Fazenda, com o objetivo de agilizar a cobrança coativa da dívida ativa da Fazenda Pública Estadual e fortalecer os processos de integração entre a administração fazendária e o órgão de representação judicial.
Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de previsão de prazo para aplicação dos recursos financeiros de que trata o Convênio nº 03/99/SEFA, o qual deverá ser de 01 (um) ano, a contar de 22/09/1999, passando a Cláusula Segunda do Convênio original a ter a seguinte redação: "2.1. A Secretaria Executiva da Fazenda alocará recursos financeiros no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) oriundos de rendimentos de aplicações financeiras

relativas ao Projeto de Modernização da Administração Tributária do Estado do Pará, conforme abertura de crédito suplementar, objeto do Decreto nº 3335, de 11.01.99.

2.2. O prazo para a aplicação dos recursos objeto do presente Convênio será de 01 (um) ano, iniciando-se em 22 de setembro de 1999 e encerrando-se em 22 de setembro de 2000.

Termo Inicial: 22.09.1999

Termo Final: 22.09.2000

Data da Assinatura do Aditamento: 24.08.2000

Ordenador Responsável: Paulo Fernando Machado

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº 025/98/SEFA, celebrado entre esta Secretaria Executiva da Fazenda e o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, firmado em 01.09.1998, pelo prazo de 02 (dois) anos, com fundamento na Cláusula Sétima, item 7.2. do Contrato Original, na Lei nº 8.666/93 com as alterações posteriores, com base no Parecer Jurídico nº 276/2000, da Consultoria Jurídica da SEFA.

Belém, 29 de Agosto de 2000

TERESA LUSIA M.C. CATIVO ROSA

Secretária Executiva da Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO - DIR. JULG.

O Ilmo. Sr. Dr. Marcos Antônio Cardoso Lobato MD. Diretor de Julgamento em Exercício desta Secretaria de Executiva da Fazenda, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais da firma BELOJAS LTDA, processo nº 09.869/99, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal foi julgado procedente em decisão de 1ª instância, ficando INTIMADO, 15 (quinze) dias após a data de publicação deste Edital, a pagar o Crédito Tributário correspondente ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários - TART, findo o qual, sujeitar-se-á a cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TART, o mesmo deverá ser apresentado junto à Diretoria de Julgamento, sito a Rua dos Mundurucus nº 2710, 2º andar.

Belém (Pa), 28 de agosto de 2000

MARCOS ANTÔNIO CARDOSO LOBATO

Diretor de Julgamento

SECRETARIA
EXECUTIVA DE SAÚDE

Secretário: Eduardo Luiz da Silva Loureiro
Av. Cons. Furtado, 1597 - (091) 928-1257

RESUMO DE PORTARIAS

PRORROGAR

PORTARIA Nº 0504/25.08.2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE PÚBLICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 030/95, CONSIDERANDO QUE A LEI COMPLEMENTAR Nº 036/04.12.98, QUE AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS CONSOANTE JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE E PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, RESOLVE:
PRORROGAR, A CONTAR DE 30.08.2000, NOS TERMOS PRAZO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 036/04.12.98, O CONTRATO DA SERVIDORA ABAIXO RELACIONADO:
NOME CARGO LOTAÇÃO
AUCINEA MARIA SOCORRO ABREU DE OLIVEIRA
FISIOTERAPEUTA URE/MATERNAL INFANTIL E ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 0503/25.08.2000

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE PÚBLICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 030/95, CONSIDERANDO QUE A LEI COMPLEMENTAR Nº 036/04.12.98, QUE AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS CONSOANTE JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE E PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, RESOLVE:
PRORROGAR, A CONTAR DE 28.08.2000, NOS TERMOS PRAZO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 036/04.12.98, O CONTRATO DA SERVIDORA ABAIXO RELACIONADO:
NOME: ERMELINDA DO ROSÁRIO MOUTINHO DA CRUZ
CARGO: MÉDICO
LOTAÇÃO: DT/ LABORATÓRIO CENTRAL

AUTORIZAR

PORTARIA Nº 0490/24.08.2000

NOME: DIRCE RODRIGUES BARRA
CARGO: DATILÓGRAFO
LOTAÇÃO: 13/ UN LIMOIEIRO DO AJURÚ
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELEITIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0491/24.08.2000
NOME: MARIA DA CONCEIÇÃO ABREU NOVAES
CARGO: AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO: 13/ UM LIMOEIRO DO AJURU
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0492/24.08.2000
NOME: DOMINGOS DA SILVA CAMPOS
CARGO: AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO: 13/ UM LIMOEIRO DO AJURU
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0488/24.08.2000
NOME: JOANA MONTEIRO NEVES
CARGO: AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO: 3/ UM CURUÇA
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0489/24.08.2000
NOME: MANOEL MARÇAL PEREIRA
CARGO: MOTORISTA
LOTAÇÃO: UNIDADE DE REABILITAÇÃO PSICO SOCIAL
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0493/24.08.2000
NOME: SERGIO RICARDO DA CONCEIÇÃO RIBEIRO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO: DIVISÃO DE CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0494/24.08.2000
NOME: LAUDIMAR MENDES
CARGO: ENFERMEIRO
LOTAÇÃO: 1º CRS
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0495/24.08.2000
NOME: MARIO OSVALDO CORREA
CARGO: AGENTE DE FOTOGRAFIA
LOTAÇÃO: GABINETE
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0496/24.08.2000
NOME: ANTÔNIO FERNANDO AMORIM CALANDRINE DE AZEVEDO
CARGO: MÉDICO
LOTAÇÃO: 1/ CS JADERLÂNDIA
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0500/24.08.2000
NOME: RAIMUNDO DESOUSA FREITAS
CARGO: AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO: 3º CRS
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

PORTARIA Nº 0501/24.08.2000
NOME: FELIX FRANCISCO BATISTA
CARGO: DATILÓGRAFO
LOTAÇÃO: 3/ UM SÃO DOMINGOS DO CAPIM
OBJETIVO: AFASTAMENTO EM VIRTUDE DE CONCORRER A CARGO ELETIVO
PERÍODO: 01.07 A 10.10.2000

REMOÇÃO
PORTARIA Nº 0487/22.08.2000
NOME: JANETE DO SOCORRO PINHEIRO DA SILVA
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO: DIRETORIA OPERACIONAL

REMOÇÃO: 1º CRS
VIGÊNCIA: A CONTAR DE 21.08.2000

PORTARIA Nº 0498/29.08.2000
NOME: ANTÔNIO SERGIO MEDEIROS DE MELO
CARGO: AGENTE DE PORTARIA
LOTAÇÃO: DIVISÃO DE IMUNIZAÇÃO/ DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA/DT
REMOÇÃO: 1/ HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS
VIGÊNCIA: A CONTAR DE 08.08.2000

PORTARIA Nº 0497/29.08.2000
NOME: ELIZETE DA VEIGA ANDRADE
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
REMOÇÃO: 13º CRS

PORTARIA Nº 0505/29.08.2000
NOME: EURIDICE DA SILVA FERNANDES
CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE
LOTAÇÃO: 6/ CS ABAETETUBA
REMOÇÃO: URE REDUTO

PORTARIA Nº 0502/29.08.2000
NOME: RAIMUNDO NONATO CORREA DANIN
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO: 3/ UM SÃO DOMINGOS DO CAPIM
REMOÇÃO: 5/ CS SANTA MARIA DO PARÁ

TERMO DE DISTRATO
NOME: IRAN MONTEIRO DIAS
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO: URE/ REDUTO
VIGÊNCIA: A CONTAR DE 21.08.2000

APOSTILA
PORTARIA Nº 040 DE 16 DE AGOSTO DE 2000
ANEXO DA PORTARIA Nº 040/16.08.2000
FICA RETIFICADO NA PRESENTE PORTARIA O SEGUINTE:
ONDE LÊ-SE: PEDRO FAVACHO MELO
LEIA-SE: PEDRO SANTOS DO NASCIMENTO
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, EM 31.08.2000
EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE PÚBLICA

ERRATA
ONDE SE LÊ
A Comissão Especial de Licitação/SESPA, comunica aos interessados o Resultado da Análise das Propostas Financeiras da CONCORRÊNCIA Nº 001/SESPA/2000, Aquisição de Material Permanente (Equipamento Hospitalar), como segue abaixo:
- FIRMAS VENCEDORAS:
OLIDEF-CZ Ind. e Com. de Aparelhos Hospitalares Ltda. venceu os itens nº 01, 06 e 26 pelo critério de menor preço.
F. CARDOSO & Cia Ltda. - venceu os itens nº 02, 05, 12 e 38, pelo critério de menor preço.
MEDICAL - Mercantil de Aparelhagem Médica Ltda. - venceu os itens nº 03, 17 e 37, pelo critério de menor preço.
GIGANTE RECÉM - NASCIDO Ind. , Com. e Rep. Ltda.- venceu os itens nº 07, 24, 25 e 47, pelo critério de menor preço.
BRASIMPEX MEDICAL Ltda. - venceu os itens nº 08 e 09, pelo critério de menor preço.
SOCIBRA - PARÁ Com. e Rep. Ltda. - venceu os itens nº 10, 26, 36, 39, 41 e 42, pelo critério de menor preço.
OMNI MEDICAL Ltda. - venceu os itens de nº 11, 13, 19, 21, 27, 30, 40, 43 e 45, pelo critério de menor preço.
BLB Eletrônica Ltda. - venceu os itens nº 15, 16, 20, 31, 32 e 35, pelo critério de menor preço.
CIRÚRGICA NORTE Com. e Rep. Ltda. - venceu os itens 18 e 22, pelo critério de menor preço.
MB Com. e Rep. Ltda. - venceu o item nº 23, pelo critério de menor preço.
NOVAMED Comercial Ltda. - venceu o item nº 28, pelo critério de menor preço.
Com. e Rep. PRADO Ltda. - venceu o item nº 29, pelo critério de menor preço.
Centro Brasileiro Eletro-Médicos Ltda. - venceu o item nº 44, pelo critério de menor preço.
FANEM Ltda. - venceu o item nº 46, pelo critério de menor preço.
INTERMED Equip. Med. Hosp. Ltda. - venceu os itens nº 48 e 49, pelo critério de menor preço.
Belém-Pa., 18 de agosto de 2.000.
A Comissão.
LEIA-SE
A Comissão Especial de Licitação/SESPA, comunica aos interessados o Resultado da Análise das Propostas Financeiras da CONCORRÊNCIA Nº 001/SESPA/2000, Aquisição de Material Permanente (Equipamento Hospitalar), como segue abaixo:
- FIRMAS VENCEDORAS:
OLIDEF-CZ Ind. e Com. de Aparelhos Hospitalares Ltda. venceu os itens nº 01, 06

e 26 pelo critério de menor preço.
F. CARDOSO & Cia Ltda. - venceu os itens nº 02, 05, 12 e 38, pelo critério de menor preço.
MEDICAL - Mercantil de Aparelhagem Médica Ltda. - venceu os itens nº 03, 17 e 37, pelo critério de menor preço.
GIGANTE RECÉM - NASCIDO Ind. , Com. e Rep. Ltda.- venceu os itens nº 07, 24, 25 e 47, pelo critério de menor preço.
BRASIMPEX MEDICAL Ltda. - venceu os itens nº 08 e 09, pelo critério de menor preço.
SOCIBRA - PARÁ Com. e Rep. Ltda. - venceu os itens nº 10, 36, 39, 41 e 42, pelo critério de menor preço.
OMNI MEDICAL Ltda. - venceu os itens de nº 11, 13, 19, 21, 27, 30, 40, 43 e 45, pelo critério de menor preço.
BLB Eletrônica Ltda. - venceu os itens nº 15, 16, 20, 31, 32 e 35, pelo critério de menor preço.
CIRÚRGICA NORTE Com. e Rep. Ltda. - venceu os itens 18 e 22, pelo critério de menor preço.
IMPOR MEDICAL Ltda. - venceu o item nº 23, pelo critério de menor preço.
NOVAMED Comercial Ltda. - venceu o item nº 28, pelo critério de menor preço.
Com. e Rep. PRADO Ltda. - venceu o item nº 29, pelo critério de menor preço.
Centro Brasileiro Eletro-Médicos Ltda. - venceu o item nº 44, pelo critério de menor preço.
FANEM Ltda. - venceu o item nº 46, pelo critério de menor preço.
INTERMED Equip. Med. Hosp. Ltda. - venceu os itens nº 48 e 49, pelo critério de menor preço.
Belém-Pa., 18 de agosto de 2.000.
A Comissão.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO: Nº 23212/99

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SERVIÇO DE PATOLOGIA CLÍNICA
CONTRATANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA/SUS-PA.
- CGC Nº 05.054.929/0001-17
CONTRATADO: PROTEUS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CIA. LTDA-CNPJ Nº 02.697.510/0001-95
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: C.F., ART. 199, S 1º, LEI Nº 8.080/90, ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO; LEI Nº 8.666/93, ART. 25, CAPUT E PORTARIA/MS Nº 1.286/93.
VALOR: ATÉ R\$ 3.064,23 (TRÊS MIL, SESSENTA E QUATRO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)/MÊS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO - 2000/ FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - UF: PARÁ/M.S.- FONTES DE RECURSOS: 100, 150, 151 e 153 e NATUREZA: 3.3.90.00
RATIFICAÇÃO: POR EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO, Secretário Executivo de Saúde Pública, em, 30 de Agosto de 2000.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO: Nº 78508/00

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SERVIÇO DE PATOLOGIA CLÍNICA
CONTRATANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA/SUS-PA.
- CGC Nº 05.054.929/0001-17
CONTRATADO: LABORATÓRIO AUXILIARS DIAGNOSIS - CNPJ Nº 01.202.887/0001-63.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: C.F., ART. 199, S 1º, LEI Nº 8.080/90, ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO; LEI Nº 8.666/93, ART. 25, CAPUT E PORTARIA/MS Nº 1.286/93.
VALOR: ATÉ R\$ 3.510,77 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E DEZ REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)/MÊS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO - 2000/ FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - UF: PARÁ/M.S.- FONTES DE RECURSOS: 100, 150, 151 e 153 e NATUREZA: 3.3.90.00
RATIFICAÇÃO: POR EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO, Secretário Executivo de Saúde Pública, em, 30 de Agosto de 2000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº DO CONVÊNIO: 22/2000.

PARTES: SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA/SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS-SEOP, CGC Nº 05.054.911/0001-15.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 22/00, que objetiva o repasse de recursos financeiros por parte da SESPÀ à SEOP, visando a construção de 01 (um) Centro de Saúde na Área da CDP- Belém.
VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R\$ 61.000,00 (SESSENTA E HUM MIL REAIS)
JUSTIFICATIVA E OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 22/00, que objetiva o repasse de recursos financeiros por parte da SESPÀ à SEOP, visando a construção de 01 (um) Centro de Saúde na Área da CDP- Belém.
VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo vigorará até 31.10.2000.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 20.101; Programa de Trabalho: 1030.100.61-1164; Elemento de Despesa: 4590-51; Fonte de Recurso: 03.
DATA DA ASSINATURA: 03/08/2000
ORDENADOR: José Manoel de Souza Marques, Secretário Adjunto da Secretaria Executiva de Saúde Pública.



Ano CIX da IOE
110ª da República
Nº 29.288

DIÁRIO OFICIAL

0977

CADERNO 2

Belém, quinta-feira,
31 de agosto de 2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ



SECRETARIA EXECUTIVA
DE OBRAS PÚBLICAS

Secretário: Haroldo Bezerra
Trav. do Chaco, 2158 - (091) 226-4351

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

1º (PRIMEIRO) T.A. - OES N.º 13/00 - CONVITE N.º 12/00
PARTES: SEOP - CNPJ N.º 05.054.911/0001-15 x HIDROPOÇOS LTDA. - CNPJ N.º 03.496.451/0001-50
OBJETO: SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA E EXECUÇÃO DE POÇOS TUBULARES, NO MUNICÍPIO DE PALESTINA/PA.
VALOR DO CONTRATO ORIGINÁRIO: R\$ 29.500,00 (VINTE NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ART. 57, § 1º, II DA LEI 8.666/93
TERMO INICIAL: 27.08.00
TERMO FINAL: 26.09.00
DATA: 25.08.00.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ARQ.º OLÍMPIO YUGO OHNISHI

4º (QUARTO) T.A. - CONTRATO N.º 36/99 - TP N.º 24/99
PARTES: SEOP - CNPJ N.º 05.054.911/0001-15 x ATLANTIS ENGENHARIA LTDA. - CNPJ N.º 00.824.287/0001-74
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SEFA, NO MUNICÍPIO DE BELÉM.
VALOR DO CONTRATO ORIGINÁRIO: R\$ 267.787,27 (DUZENTOS E SESENTA E SETE MIL, SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)
ADITIVOS ANTERIORES:
1º T.A. - 27.04.00
2º T.A. - 29.04.00
3º T.A. - 27.06.00
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ART. 57, § 1º, I E IV DA LEI 8.666/93
TERMO INICIAL: 27.08.00
TERMO FINAL: 26.10.00
DATA: 25.08.00.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ARQ.º OLÍMPIO YUGO OHNISHI

6º (SEXTO) T.A. - CONTRATO N.º 20/99 - TP N.º 12/99
PARTES: SEOP - CNPJ N.º 05.054.911/0001-15 x MARTHA TAVARES ENGENHARIA LTDA. - CNPJ N.º 03.000.724/0001-23
OBJETO: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE ESPECIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA.
VALOR DO CONTRATO ORIGINÁRIO: R\$ 543.379,33 (QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)
ADITIVOS ANTERIORES:
1º T.A. - 07.02.00
2º T.A. - 27.04.00
3º T.A. - 12.05.00
4º T.A. - 26.06.00
5º T.A. - 26.07.00
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ART. 57, § 1º, I E IV DA LEI 8.666/93
TERMO INICIAL: 25.08.00
TERMO FINAL: 24.10.00
DATA: 25.08.00.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ARQ.º OLÍMPIO YUGO OHNISHI

6º (SEXTO) T.A. - CONTRATO N.º 38/99 - TP N.º 22/99
PARTES: SEOP - CNPJ N.º 05.054.911/0001-15 x M.D. CONSTRUTORA LTDA. - CNPJ N.º 83.384.412/0001-08
OBJETO: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE ESPECIAL NA ÁREA DA CDR, MUNICÍPIO DE BELÉM.
VALOR DO CONTRATO ORIGINÁRIO: R\$ 533.410,62 (QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E SESENTA E DOIS

CENTAVOS)
ADITIVOS ANTERIORES:
1º T.A. - 31.01.00
2º T.A. - 09.05.00
3º T.A. - 16.06.00
4º T.A. - 26.06.00
5º T.A. - 16.08.00
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ART. 57, § 1º, I E IV DA LEI 8.666/93
TERMO INICIAL: 28.08.00
TERMO FINAL: 22.10.00
DATA: 28.08.00.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ARQ.º OLÍMPIO YUGO OHNISHI



SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Secretário: Emanuel Arestí Santana Gonçalves Matos
Trav. Lomas Valentina, 2717 - (091) 266-5000

PORTARIA N.º 480/99 - GAB/SECTAM DE 03/08/99
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
NOME E MATRÍCULA DOS SERVIDORES:
- JOSÉ EDUARDO BATISTA DE SOUSA - 175411
- RAIMUNDO COSME DE OLIVEIRA JUNIOR - 191549
LOCAL: ITAITUBA
PERÍODO: 07 A 21/08/2000
OBJETIVO: REALIZAR LEVANTAMENTO DE SOLOS DA ÁREA DO ENTORNO, COM VISTA AO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.

PORTARIA N.º 485/99 - GAB/SECTAM DE 07/08/99
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
NOME E MATRÍCULA DOS SERVIDORES:
- EDSON CARVALHO BRASIL - 5153670-012
- JOSÉ LUIZ BASTOS RODRIGUES - 842
LOCAL: BELÉM
PERÍODO: 14 A 18/08/2000
OBJETIVO: PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE DEFINIÇÕES DE PROPRIEDADES E FORMAS DE INTERNALIZAÇÃO DA REVISÃO DE MEIO TERMO.

PORTARIA N.º 488/2000 - GAB/SECTAM DE 10/08/2000.
ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:
- MARIA RUTH CHAVES FRANCO SANTA ROSA - 5438039-010
VALOR DO SUPRIMENTO: R\$ 500,00
PTRES: 272103 FONTE: 016 34.90.99 R\$ 500,00
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 10/08 A 08/09/2000
DATA DA CONCESSÃO: 10/08/2000

PORTARIA N.º 491/2000 - GAB/SECTAM DE 11/08/2000.
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
NOME E MATRÍCULA DOS SERVIDORES:
- ARGEMIRA SANTOS ARAÚJO - 0122122-016
- PATRÍCIA DO SOCORRO M. LIMA - 0000047-999
- GABRIELA NUNES CAMPOS - 0000017-999
- MARIA ALICE LUNA M. L. PENHA - 0000083-999
- GILBERTO GONZALEZ PINA - 5654777-014
LOCAL: PARAGOMINAS
PERÍODO: 12 A 21/08/2000
OBJETIVO: PARTICIPAR DA XXXIV EFAPA.

PORTARIA N.º 494/2000 - GAB/SECTAM DE 11/08/2000.
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:
- WALDIR ROSSYCLÉIA LIMA DA SILVA - 2057662-027
LOCAL: SANTA IZABEL DO PARÁ
PERÍODO: 26/07/2000
OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA EM PARCERIA COM A SAGRI, SESPA E PROMOTORA PÚBLICA DAQUELE MUNICÍPIO, NO MATADOURO CENTAURO LTDA.

PORTARIA N.º 495/2000 - GAB/SECTAM DE 11/08/2000.
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:
- RONALDO JORGE DA SILVA LIMA - 5136750-011
LOCAL: BRASÍLIA
PERÍODO: 08 A 11/08/2000
OBJETIVO: PARTICIPAR DE REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DAS CÂMARAS TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS E INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E AÇÕES DE OUTORGA E REGULAMENTAÇÃO.

PORTARIA N.º 503/2000 - GAB/SECTAM DE 14/08/2000.
ASSUNTO: LOTAÇÃO DE SERVIDOR
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:
- GUILHERME FERREIRA BENTES - 0028703-012
CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO "B"
LOTAÇÃO: DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE - DMA
A PARTIR DE 10/08/2000.



SECRETARIA
EXECUTIVA DE AGRICULTURA

Secretário: Wandenkolk Pasteur Gonçalves
Trav. do Chaco, 2232 - (091) 226-1363

PORTARIA N.º 129 DE 30 DE AGOSTO DE 2000
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE AGRICULTURA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando a Lei Complementar nº 036 de 4 de dezembro de 1998, que dispõe sobre os Servidores Temporários no Estado do Pará, com Base no Art. 36 da Constituição Estadual e Leis Complementares;
Considerando que a referida Lei Autoriza a Administração Pública Direta, Indireta ou Funcional de qualquer dos poderes do Estado inclusive Tribunais de Contas e Ministérios Públicos, a prorrogar o contrato da servidora temporária.
RESOLVE:
Prorrogar até 27 de fevereiro de 2001 o contrato da servidora temporária, Eng.º Agr.º LUCIANA PAUXIS GABRIEL.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA, 30-8-2000



SECRETARIA EXECUTIVA DE
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Secretário: Ramiro Jaime Bentes
Av. Pres. Vargas, 1020 - (091) 241-4500

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO N.º 009/2000

PARTES: Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Capanema.
OBJETO: o repasse pela SEICOM à Câmara de Dirigentes Lojistas de Capanema, o valor de R\$4.000,00, com apoio e incentivo no evento da "IV Líquida Geral - Toda Cidade Liquidando Tudo", a ser realizado no município de Capanema-PA.
VALOR: R\$4.000,00 (quatro mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101.23.691.0055.2120.344039.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 29.08.2000
ORDENADOR RESPONSÁVEL: RAMIRO JAYME BENTES, Secretário Executivo de Indústria, Comércio e Mineração.

DIÁRIAS

PORTARIA N.º 308 DE 30 DE AGOSTO DE 2000
NOME E CARGO DO SERVIDOR: JOSÉ OCTÁVIO FRANCO JATENE, Diretor da Área de Indústria, GEP-DAS-5; Nº DE DIÁRIAS: 03 (três); LOCAL: Marabá-PA; OBJETIVO DA VIAGEM: a serviço desta Secretaria; PERÍODO: 01.09 A 03.09.2000.

PORTARIA Nº 309 DE 30 DE AGOSTO DE 2000
NOME E CARGO DO SERVIDOR: TABAJARA NORAT DE VASCONCELOS,
 Assistente Técnico, Ref. XXVII, Nº DE DIÁRIAS: 03 (três); LOCAL: Marabá-PA;
OBJETIVO DA VIAGEM: a serviço desta Secretaria; PERÍODO: 01.09 A 03.09.2000.

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA Nº 310 DE 30 DE AGOSTO DE 2000
NOME E CARGO DO SERVIDOR: TABAJARA NORAT DE VASCONCELOS,
 Assistente Técnico, Ref. XXVII, MATRÍCULA: 0830046-014; CIC: 032.012.792-34
VALOR DO SUPRIMENTO: R\$ 100,00 (Cem Reais)
ELEMENTO DE DESPESAS:
 24101 - 22 - 661 - 0056 - 2132 - 349034-36 - R\$ 100,00
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 10 dias a contar da publicação
PERÍODO DE PREST. DE CONTAS: 10 dias após aplicação
DATA DA CONCESSÃO: 30.08.2000

FERIAS
PORTARIA Nº 311 DE 30 DE AGOSTO DE 2000
RESOLVE:
 CONCEDER aos servidores abaixo relacionados 30 (trinta) dias de férias regulamentares.

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO DE GOZO
Ana Maria de C. M. Menezes	2000	02.10.2000 a 31.10.2000
Eliizabeth Dreher Nunes Meira	2000	16.10.2000 a 14.11.2000
Mª da Conceição Lima da Silva	2000	09.10.2000 a 07.11.2000

SECRETARIA EXECUTIVA ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº TERMO ADITIVO: 003/2000 - SEDURB
Nº CONTRATO ORIGINAL: 003/1999 - SEDURB
 Partes: Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional e Transamérica Serviços e Comércio LTDA - TRANSHECK - CNPJ/MF Nº 69.054.668/0001-56.
 Objeto do Contrato Original: Prestação de serviços de alimentação coletiva com a entrega de vale alimentação à SEDURB.
 Fundamento Legal: Carta Convite nº 05/99.
 Valor do Contrato Original: R\$ 15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais).
 Justificativa do Termo Aditivo: Prorrogação de prazo por existência de saldo.
 Termo inicial/Termo final: 26.08.00 até 25.11.00.
 Dotação: 07101.15.122.0125.2903 - 349039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.
 Fonte: 001.
 Foro: Comarca de Belém.
 Ordenador de Despesas: Antônio Maria Fonseca Pereira

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 399/2000-SEEL, DE 29.08.2000
 Nome: Lucilene Bastos Farinha Silva
 Cargo: Secretária Adjunta
 Mat. 3199402-016 - CPF. 081.219.402-06
 Nº Diárias: 03 (três) diárias - Origem: Belém - Destino: Brasília
 Período: 30.08. a 01.09.2000
 Objetivo: Elaborar orçamento para 2001.

PORTARIA Nº 400/2000-SEEL, DE 29.08.2000
 Nome: Nazaré Rodrigues Trajano
 Cargo: Assessora
 Mat. 5805619-018 - CPF. 036.360.972-53
 Nº Diárias: 03 (três) diárias - Origem: Belém - Destino: Brasília
 Período: 30.08. a 01.09.2000
 Objetivo: Fechar e prestar esclarecimentos da prestação de contas dos Projetos Navegar junto ao INDESP.

PORTARIA Nº 401/2000-SEEL, DE 29.08.2000
 Nome: Sata Lorenz Melo Viana da Costa
 Cargo: Assessora
 Mat. 0028185-015 - CPF. 042.408.982-34
 Nº Diárias: 03 (três) diárias - Origem: Belém - Destino: Brasília
 Período: 30.08. a 01.09.2000
 Objetivo: Elaborar orçamento das Emendas Parlamentares.

PORTARIA Nº 402/2000-SEEL, DE 29.08.2000
 Nome: Luis Geraldo de Souza Lisboa
 Cargo: Colaborador
 CPF. 033.102.562-80

Nº Diárias: 08 (oito) diárias - Origem: Belém - Destino: Marabá
 Período: 30.08. a 06.09.2000
 Objetivo: Participar de reuniões com o Secretário Municipal de Marabá, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Capitania dos Portos, SECTAM, SETRAN e outros assuntos inerentes aos III jogos de Povos Indígenas.

CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
PORTARIA Nº 403/2000-SEEL, DE 29.08.2000.
 NOME: Luis Geraldo de Souza Lisboa
 CARGO: Colaborador - CPF. 033.102.562-80
 VALOR SUPRIMENTO: R\$50,00 (Cinquenta reais)
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08101 - 27.812.0095.1237
 ELEMENTO DE DESPESA: 3490.34.36
 PERÍODO DE APLICAÇÃO: 30 (Trinta) dias a contar da data do recebimento dos numerários destinados a custear despesas eventuais de pronto pagamento
 PRAZO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 (Trinta) dias, após o período de aplicação.
 Francisco Dias Fernandes
 Secretário Executivo de Esporte e Lazer- SEEL.

TERMO ADITIVO Nº 001/2000-SEEL, AO CONVÊNIO Nº 007, DE 11.08.2000.
 Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 007/2000-SEEL, firmado entre a SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER, CNPJ-MF nº 03.143.730, 0001-30 e a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CNPJ nº 85.773.226/0001-52.
 Objeto: Alterar a Cláusula Segunda e Sexta do Convênio originário, em relação ao valor inicial, ficando acrescido de R\$-14.000,00 (Quatorze mil reais), de uma só vez, após a assinatura do Termo Aditivo e em relação a conta funcional, sendo 080101.27.811.0091.246, no elemento de despesa 459051.
 Data de Assinatura: 11 de agosto de 2000
 Lucilene Bastos Farinha Silva
 Secretária Adjunta
 Alan José de Almeida
 Presidente da Associação

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

DESPACHO DA OUVIDORIA DE 29/08/00
(PROCESSO Nº E990271-GTJ)
O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO INSTITUCIONAL JURÍDICO, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DE OUVIDOR DA AGÊNCIA
ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS -
ARCON, CONFERIDA PELA PORTARIA Nº 005/99, DE 09.07.99 - ARCON/
GAB.

CONSIDERANDO o processo nº E990271-GTJ, Protocolo Geral nº 1999/106829, em que FLÁVIO WANZELER NASCIMENTO JESUS CHAGAS reclama contra CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A;
 CONSIDERANDO o parecer jurídico nº 322, datado de 25.08.00, que considera procedente a reclamação, visto que o valor cobrado pela concessionária a título de acúmulo de consumo está incorreto e propõe que seja revisto.
RESOLVE:
 Determinar a Concessionária Centrais Elétricas do Pará S/A, que proceda a revisão do rateamento a título de acúmulo de consumo do consumidor, Sr. Flávio Wanzeler Nascimento Jesus Chagas, UC nº 522252, conforme conclusão do parecer jurídico nº 322 e na forma do artigo 53 da Portaria DNAEE 466/97.
 Dê ciência, publique-se, cumpra-se.
 Antonio Carlos de Andrade Monteiro
 Ouvidor da ARCON

DESPACHO DA OUVIDORIA DE 29/08/00
(PROCESSO Nº E990220-GTJ)
O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO INSTITUCIONAL JURÍDICO, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DE OUVIDOR DA AGÊNCIA
ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS -
ARCON, CONFERIDA PELA PORTARIA Nº 005/99, DE 09.07.99 - ARCON/
GAB.

CONSIDERANDO o processo nº E990220-GTJ, Protocolo geral nº 1999/91114, em que ANICETO XAVIER DE ALMEIDA, reclama contra CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A., aduzindo que no período de 02/99 até 05/99, ficou sem o fornecimento de energia e que seja desconsiderada a cobrança indevida;
 CONSIDERANDO o parecer jurídico nº 307, de 28.07.00, que considerou parcialmente procedente a reclamação, concluindo que cabe ao consumidor o pagamento de acúmulo de consumo correspondente a 996 KWh e não 2.660 KWh como exigia a Concessionária;
RESOLVE:
 Determinar a Centrais Elétricas do Pará S/A, a revisão da cobrança de 2.660 KWh por acúmulo de consumo de energia da UC nº 1646818, registrada na conta de 01/99, devendo ser faturado o correspondente 996 KWh, conforme cálculo descrito no parecer nº 307 da Assessoria Jurídica da ARCON;
 No período de 02/99 a 05/99 em que a UC esteve sem energia, as contas de consumo que foram faturadas deverão ser canceladas;
 Dê ciência, publique-se e cumpra-se.
 Antonio Carlos de Andrade Monteiro
 Ouvidor da ARCON

RESOLUÇÃO CONERC Nº 05 / 2000, DE 08 DE AGOSTO DE 2000
 Dispõe sobre o recurso administrativo interposto pela CELPA à decisão da OUVIDORIA da ARCON, referente ao Processo nº E990843-GTJ.
 O Presidente do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC, no uso das atribuições previstas no inciso VI do art. 22 do Regimento Interno do CONERC,
 Considerando que de acordo com o art. 13, inciso V da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, compete ao CONERC analisar e decidir sobre os recursos interpostos das decisões do Diretor Geral pelos prestadores dos serviços e usuários,
 Considerando o Parecer da Relatoria e a deliberação do Fórum Geral e do Fórum de Energia Elétrica em reunião realizada em 08 de agosto de 2000;
RESOLVE:
 Art. 1º - Deverá a CELPA ressarcir o consumidor Raimundo Braga Gracich, em R\$2.661,69 (dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), Unidade Consumidora nº 1279130, pelos danos causados aos seus equipamentos elétricos.
 Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
 PAULO ELCIDIO CHAVES NOGUEIRA
 Presidente do CONERC

RESOLUÇÃO CONERC Nº 04 / 2000, DE 08 DE AGOSTO DE 2000
 Dispõe sobre o recurso administrativo interposto pela CELPA à decisão da OUVIDORIA da ARCON, referente ao Processo nº E990689-GTJ.
 O Presidente do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC, no uso das atribuições previstas no inciso VI do art. 22 do Regimento Interno do CONERC,
 Considerando que de acordo com o art. 13, inciso V da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, compete ao CONERC analisar e decidir sobre os recursos interpostos das decisões do Diretor Geral pelos prestadores dos serviços e usuários,
 Considerando o Parecer da Relatoria e a deliberação do Fórum Geral e do Fórum de Energia Elétrica em reunião realizada em 08 de agosto de 2000;
RESOLVE:
 Art. 1º - Que seja estabelecido para cobrança, à Unidade Consumidora nº 10827248, a média do consumo dos meses de julho, agosto e setembro de 1999, considerando-se a proporcionalidade de trinta dias para o mês de julho daquele ano, uma vez que fora cobrado apenas quinze dias, retaturando-se os meses de outubro, dezembro de 1999 e janeiro do ano 2000, obedecendo-se a média global de 72kwh (setenta e dois quilo watt hora);
 Art. 2º - Reclassificar a Unidade Consumidora nº 10827248 na classe residencial "baixa renda";
 Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
 PAULO ELCIDIO CHAVES NOGUEIRA
 Presidente do CONERC

RESOLUÇÃO CONERC Nº 03 / 2000, DE 08 DE AGOSTO DE 2000
 Dispõe sobre o recurso administrativo interposto pela CELPA à decisão da OUVIDORIA da ARCON, referente ao Processo nº E990105-GTJ.
 O Presidente do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC, no uso das atribuições previstas no inciso VI do art. 22 do Regimento Interno do CONERC,
 Considerando que de acordo com o art. 13, inciso V da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, compete ao CONERC analisar e decidir sobre os recursos interpostos das decisões do Diretor Geral pelos prestadores dos serviços e usuários,
 Considerando o Parecer da Relatoria e a deliberação do Fórum Geral e do Fórum de Energia Elétrica em reunião realizada em 08 de agosto de 2000;
RESOLVE:
 Art. 1º - Deverá a CELPA cancelar a cobrança de R\$995,40 (novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), imputados a reclamante da Unidade Consumidora nº 4223734, DORIS NEIDE DERZI VIEIRA.
 Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
 PAULO ELCIDIO CHAVES NOGUEIRA
 Presidente do CONERC

EMPRESA PÚBLICA OFIR LOYOLA

DISPENSA DE LICITAÇÃO
 Despacho do Diretor Administrativo exarado no processo nº 177269/2000-EPOL, decidida pela declaração de Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos. Com base no art. 24 Inciso IV da Lei nº 8.666/93.
RAIMUNDO DE VASCONCELOS OLIVEIRA
 Diretor Administrativo
 O Diretor Geral da Empresa Pública Ofir Loyola, após análise do processo, resolve ratificar a decisão do Diretor Administrativo reconhecendo o Ato de Dispensa de Licitação.
 Belém, 30 de agosto de 2000
NILO ALVES DE ALMEIDA
 Diretor Geral/EPOL

AVISO DE EDITAL
 Órgão: Empresa Pública Ofir Loyola.
 Modalidade: Convite nº 026/2000-EPOL.
 Objeto: Material para Manutenção (elétrico, hidráulico, pintura)
 Abertura: 14/9/2000 - 9 horas
 Edital: O edital encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação da Empresa Pública Ofir Loyola, situado na Av. Magalhães Barata, nº 992, no horário de 8 às 14 horas.
 Belém, 30 de agosto de 2000
A COMISSÃO

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 143.943/2000 CONVITE Nº 028/2000-REEDIÇÃO

Objeto: Aquisição de Suprimentos de Informática.
Data da Abertura: 06/09/2000 às 10:30 hs.
Local: PRODEPA - Proc de Dados do Estado do Pará
OBS: Os interessados poderão retirar o Edital na Sede da PRODEPA, à Rod. Augusto Montenegro KM 10, na sala 412-CPI, no horário de 08:00 às 13:00, munidos do carimbo da firma.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

COMUNICADO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2000/SUSIPE

A Comissão de licitação da SUSIPE comunica aos interessados que, no bojo do processo relativo à Tomada de Preço nº 006/2000/SUSIPE, o ilustre Superintendente rejeitou, na totalidade os recursos da MULTINORTE COMERCIAL LTDA e da INTERFRUOS LTDA e acolheu o recurso da MARFRAN COMERCIAL LTDA para considerar válida a sua proposta com fulcro no art. 3º c/c. 45 § 1º, I da Lei nº 8.666/93.

Belém (PA), 30 de agosto de 2000.
Comissão de Licitação da SUSIPE.

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2000/SUSIPE.

A Comissão de Licitação da SUSIPE comunica aos interessados que, no bojo do processo relativo à Tomada de Preço nº 007/2000/SUSIPE, o ilustre Superintendente rejeitou, na totalidade, o recurso da MULTINORTE COMERCIAL LTDA e acolheu o recurso da MARFRAN COMERCIAL LTDA para considerar válida a sua proposta com fulcro no art. 3º c/c. 45, § 1º, I da Lei nº 8.666/93.

Belém (PA), 30 de agosto de 2000.
Comissão de Licitação da SUSIPE.

HOMOLOGAÇÃO

De tudo o que consta do processo relativo à Tomada de Preço nº 006/2000/SUSIPE, destinada a adquirir Carne Bovina Traseira com Osso (Corte Especial), e diante do julgamento da C.P.I. da SUSIPE, decido homologar o presente certame que, sob o critério "Menor Preço", elegeu a empresa MARFRAN COMERCIAL LTDA como vencedora da licitação.

Belém (PA), 30 de agosto de 2000.
JOSE ALYRIO WANZELER SABBÁ
Superintendente do Sistema Penal

HOMOLOGAÇÃO

De tudo o que consta do processo relativo à Tomada de Preço nº 007/2000/SUSIPE, destinada a adquirir Frango Congelado, e diante do julgamento da C.P.I. da SUSIPE, decido homologar o presente certame que, sob o critério "Menor Preço", elegeu a empresa MARFRAN COMERCIAL LTDA como vencedora da licitação.

Belém (PA), 30 de agosto de 2000.
JOSE ALYRIO WANZELER SABBÁ
Superintendente do Sistema Penal

HOMOLOGAÇÃO.

De tudo o que consta do processo relativo ao convite nº 021/2000/SUSIPE, destinado a adquirir Suprimentos de Informática, e, diante do julgamento da C.P.I. da SUSIPE, decido homologar o presente certame que, sob o critério "Menor Preço", elegeu os seguintes licitantes vencedores:

Fadel Comercio e Representações LTDA itens s- 01,03,04 e 07
Bombons e Descartáveis Ltda - item 06
Marcelo Carvalho de Oliveira-ME - itens - 02,05,08,09,10 e 11.

Belém (PA), 29 de agosto de 2000.
JOSE ALYRIO WANZELER SABBÁ
Superintendente do Sistema Penal

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 607/00-DP-G, DE 30.08.00

O Procurador Geral da Defensoria Pública do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 9º da Lei Complementar nº 13 de 18 de junho de 1993,

Considerando o disposto no Art 51 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

RESOLVE:

I - Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão Especial de Licitação, em caráter de exclusividade e sem prejuízo de suas atribuições funcionais à licitação e CARTA CONVITE Nº 005/00.

PRESIDENTE: Leila da Silva Monteiro, Matrícula nº 5175634-010

MEMBROS: Laura Maria Fragoso Pires de Freitas, Matrícula nº 3083799-014 e Nazare

da Silva Carneiro, Matrícula nº 5413605-014
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se
ANELISE FREITAS DE AZEVEDO
Procuradora Geral em exercício

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 013/93, NESTE ATO REPRESENTADA PELA PROCURADORA-GERAL EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O PROCESSO Nº 243/00-DA-DP, RESOLVE RECONHECER A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 24, X, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 8.883/93 PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SENADOR MANOEL BARATA Nº 1279 - ICOARACI, PARA SERVIR DE SEDE DO NÚCLEO SETORIAL DE ICOARACI.

BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000
ANELISE FREITAS DE AZEVEDO
PROCURADORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 002/2000

PARTES: CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ-HEMOPA E DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
OBJETO DO CONVÊNIO: Formação do grupo de Doadores Voluntários de Sangue da DEFENSORIA, composta pelos servidores e seus dependentes, bem como o incentivo a outros órgãos e entidades legalmente constituídas, a perceberem a importância da doação de sangue como exercício da cidadania, atuando como multiplicador de informações.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do convênio.

DATA DE ASSINATURA: 25 de agosto de 2000.

RESPONSÁVEIS: Pelo HEMOPA - LUCIANA MARADEI e DEFENSORIA PÚBLICA - GLEDSON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ.

FORO: Comarca de Belém

OBJETIVO: Compor parceria com o Hemopa, com a finalidade de aumentar o fluxo de sangue a ser doado naquela instituição, desmistificando, conscientizando e enaltecendo a doação de sangue, como exercício de cidadania.

NÚCLEO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

EXTRATO DE PORTARIA PORTARIA Nº 362/2000 DE 07/07/2000.

Servidor: JOAQUIM AUGUSTO SOUZA DE MENEZES

Cargo: Assessor Superior II da SEINFRA

Matrícula Funcional: nº 2017440-059

Dotação Orçamentária: 09.101.04.122.0011.2044-349034

Valor: R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais)

Período para aplicação: 60 (sessenta) dias e para prestação de contas: 30 (trinta) dias após a aplicação.

República por apresentar incorreção.

PORTARIA Nº 378/2000 DE 18/07/2000.

Servidor: ÂNGELA MARIA COSTA PEREIRA DE SOUSA

Cargo: Chefe de Gabinete da SEINFRA

Matrícula Funcional: nº 5722918-047

Dotação Orçamentária: 09.101.04.122.0011.2040-349034

Valor: R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais)

Período para aplicação: 60 (sessenta) dias e para prestação de contas: 30 (trinta) dias após a aplicação.

República por apresentar incorreção.

MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALENCAR
Gerente do NAF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 430 DE 22.08.2000

CONCEDER, ao servidor ADMILSON LOPES DA CRUZ, Matrícula Nº 3154963-014, lotado na Coordenação de Ações Regionais e Sociais/Santa Izabel, 90 (NOVENTA) dias de Licença para Candidatura a Cargo Eletivo, de acordo com a Lei Complementar Nº 64 de 18.05.90, Art. 1º, II alínea I, no período de 01.07 a 28.09.2000, devendo retornar ao serviço no dia 29.09.2000. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.07.2000.

PORTARIA Nº 449 DE 28.08.2000

COLOCAR, à disposição da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a servidora ANA RITA SANTANA TRINDADE, ocupante do Cargo de Agente de Saúde,

Matrícula Nº 5121531-019, lotada no Departamento de Assistência/Odontológico, com ênus para este Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 17.07.2000.

PORTARIA Nº 451 DE 29.08.2000

CONCEDER, ao servidor ANTONIO CARLOS FONTIQUES DE LIMA, Presidente deste Instituto, Código DAS-01.6, Matrícula Nº 5703468-014, lotado no Gabinete da Presidência, Diárias para fazer face as despesas com Alimentação e pousada na cidade de São Paulo, nos dias 30 a 31.08.2000 e 01 e 02.09.2000, em vista técnica à POLIMEDA presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 30.08.2000

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO I CONCURSO DE JINGLES "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO" REGULAMENTO

(1) • DOS OBJETIVOS: (3) • DA APRESENTAÇÃO:

O DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado do Pará) promove o I CONCURSO DE JINGLE SOBRE O TRÂNSITO, com o objetivo de criar peça publicitária que divulgue e informe sobre o Programa Pacto Pela Vida No Trânsito sob uma nova ótica, divulgar compositores, revelar e incentivar novos talentos.

(2) • DAS INSCRIÇÕES:

2.1. Podem inscrever-se compositores e músicos de língua portuguesa de qualquer nacionalidade. 2.2. As inscrições estarão abertas em todos os postos do DETRAN e pólos: Abaetetuba (Ciretran), Castanhal (Ciretran ou URE), Redenção (Ciretran) e Santarém (Ciretran ou DMTU). 2.3. O prazo das inscrições será até o dia 11 de setembro de 2000. 2.4. Será considerada a data de postagem das inscrições feitas via correio. 2.5. Cada compositor poderá inscrever, no máximo, 02 (dois) jingles.

(3) • DA APRESENTAÇÃO:

3.1. Os jingles devem ser apresentados da seguinte maneira: 01 (uma) fita K7 ou CD; 05 (cinco) cópias da letra sem o (s) nome (s) do (s) compositor (es); 05 (cinco) cópias com o (s) nome (s) do (s) compositor (es). 3.2. Cada jingle deve conter, no máximo, 30 (trinta) segundos. 3.3. Os trabalhos deverão ser apresentados da seguinte forma: Devem ser colocados em 01 (um) envelope grande, endereçado ao Concurso de Jingle do DETRAN-PA, tendo no remetente, apenas, o pseudônimo e o endereço do compositor. Dentro do envelope grande, deve ter um segundo envelope pequeno, lacrado, com a ficha de inscrição do concorrente, devidamente preenchida e contendo, por fora, apenas o pseudônimo do compositor e o (s) título da (s) peça (s) enviada (s). 3.4. Os jingles poderão ser entregues na Sede e nos postos do DETRAN ou remetidos por via postal para: I CONCURSO DE JINGLES DO DETRAN-PA, Estrada do Murutucum, km 04 B1, Administrativo, Bairro do Marco, CEP 66610-120 Belém-Pa. 3.5. Os trabalhos não selecionados não serão devolvidos aos seus autores.

(4) • DOS JULGAMENTOS DAS OBRAS:

4.1. Os jingles serão avaliados por um júri composto por 04 (quatro) membros consagrados nos cenários musical e publicitário local. 4.2. O júri selecionará 05 (cinco) jingles. Os jingles selecionados serão utilizados nas campanhas publicitárias do Programa Pacto Pela Vida No Trânsito. 4.3. As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis. 4.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Evento. 4.5. O desrespeito a qualquer item deste regulamento resultará na eliminação do participante e cada inscrição subentende sua total aceitação.

(5) • DA PREMIAÇÃO:

5.1. Os 05 (cinco) jingles selecionados receberão um prêmio de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). 5.2. Ao DETRAN, reserva-se o direito de usar os trabalhos selecionados pelo prazo de 01 (um) ano.

PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO I CONCURSO DE JINGLES "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO" FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____ CO: _____ RJ: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____
CEP: _____ FONE: _____ FAX: _____
PSEUDÔNIMO DO COMPOSITOR: _____
FICHA DE INSCRIÇÃO
Recebido por: _____ Em: _____ / _____ / _____
ESTE REGULAMENTO ESTÁ BASEADO NA LEI Nº 8666/93, INCISO II, ARTIGO 17 E 24.

PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO I CONCURSO DE HUMOR "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO" REGULAMENTO

(1) • DOS OBJETIVOS:

O DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado do Pará) promove o I CONCURSO DE HUMOR SOBRE O TRÂNSITO, com objetivo de divulgar os

INTERNET: www.ioepa.com.br

grandes nomes, revelar e incentivar novos talentos.

(2) • DAS INSCRIÇÕES:

2.1. Podem participar artistas brasileiros, amadores ou profissionais. 2.2. Os trabalhos deverão ser inéditos e devem ser apresentados nas seguintes modalidades: Cartum, Charge e Caricatura. 2.3. As inscrições estarão abertas em todos os postos do DETRAN e pólos: Abacetuba (Ciretran), Castanhal (Ciretran ou URE), Redenção (Ciretran) e Santarém (Ciretran ou DMTU). 2.4. O prazo das inscrições será até o dia 11 de setembro de 2000. 2.5. Será considerada a data de postagem das inscrições feitas via correio. 2.6. Cada artista poderá inscrever, no máximo, 01 (um) trabalho em cada modalidade.

(3) • DA APRESENTAÇÃO:

3.1. Os trabalhos deverão ser bidimensionais, executados sobre papel ou cartolina, a cores ou não, sem qualquer tipo de moldura, no formato 30cm x 40 cm, no sentido vertical. Não serão aceitos trabalhos colados ou executados sobre cartão, eucatex ou outros materiais similares. 3.2. Só serão aceitos trabalhos originais (fotocópias ou reproduções em computador não serão permitidas). 3.3. Os trabalhos deverão ser apresentados da seguinte forma: Devem ser colocados em 01 (um) envelope grande, endereçado ao I Concurso de Humor do DETRAN-PA, tendo no remetente, apenas o pseudônimo e o endereço do artista. Dentro do envelope grande, deve ter um segundo envelope pequeno, lacrado, com a ficha de inscrição do concorrente, devidamente preenchida e contendo, por fora, apenas o pseudônimo do artista e o(s) título(s) da(s) peça(s) enviada(s). 3.4. Os trabalhos poderão ser entregues na sede do DETRAN ou remetidos por via postal para: I CONCURSO DE HUMOR DO DETRAN-PA, Estrada do Murutucum, km 04 B1, Administrativo, Bairro do Marco, CEP 66610-120 - Belém-Pa. 3.5. Os trabalhos não selecionados serão devolvidos aos seus autores.

(4) • DA PREMIAÇÃO:

4.1. Haverá um prêmio no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para o primeiro colocado de cada modalidade. 4.2. Para cada modalidade serão conferidas 04 (quatro) menções honrosas e selecionados no máximo 30 (trinta) trabalhos para exposição. 4.3. Não haverá divisão de prêmios, devendo a banca julgadora decidir quais serão os vencedores no caso de empate. 4.4. Os trabalhos premiados e selecionados ficarão expostos na comemoração da Semana do Trânsito que acontecerá no mês de setembro. 4.5. Os trabalhos premiados e as menções honrosas passarão a fazer parte do acervo do DETRAN e poderão ser amplamente utilizados na divulgação do evento, sem qualquer ônus.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os promotores não se responsabilizam por eventuais danos ou extravios na remessa ou devolução dos trabalhos.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE HUMOR
"UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
FICHA DE INSCRIÇÃO**

Recebido por: _____ Em: _____/_____/_____
Nº: _____

NOME: _____

CIC: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

PSEUDÔNIMO DO ARTISTA: _____

Nº DE TRABALHOS APRESENTADOS ()

CHARGE () CARTUM () CARICATURA ()

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

ESTE REGULAMENTO ESTÁ BASEADO NA LEI NÚMERO 8666/93. INCISO II, ARTIGO 17 E 24.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE GINCANA INTERCOLEGIAL
PROJETO III - "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
REGULAMENTO**

(1) • DO OBJETIVO •:

A I Gincana Intercolegial do Pacto Pela Vida No Trânsito é destinada a todas as escolas estaduais da região metropolitana de Belém. Tem como objetivo o intercâmbio cultural, social e principalmente a conscientização da comunidade estudantil de uma nova visão sobre o trânsito.

(2) • DAS INSCRIÇÕES:

2.2. As inscrições estarão abertas até o dia 04 de setembro de 2000 no posto do DETRAN. 2.3. Poderão inscrever-se escolas do ensino médio da região metropolitana de Belém. 2.4. Cada escola deverá formar 01 (uma) equipe de 30 alunos que a representará. 2.5. Cada equipe deverá eleger 05 (cinco) representantes. Cada escola só poderá inscrever 01 (uma) equipe.

(3) • DAS TAREFAS:

3.1. As escolas participantes receberão algumas tarefas antecipadamente, em reunião que será realizada no dia 04 de setembro de 2000 no Auditório do Colégio Souza Franco às 9:00hs. 3.2. Para reunião de entrega das tarefas, cada escola deverá mandar 01 (um) técnico e 02 integrantes da equipe. 3.3. Tarefas-surpresa também serão solicitadas no dia da gincana. 3.4. Para cada tarefa executada, as equipes receberão pontos. 3.5. As tarefas solicitadas terão pesos diferentes de acordo com o grau de dificuldade de cada uma. Os pesos serão divulgados juntamente com as tarefas. 3.6. A equipe que, ao término da gincana, obtiver maior número de pontos será a vencedora.

(4) • A GINCANA INTERCOLEGIAL:

A I GINCANA PACTO PELA VIDA NO TRÂNSITO acontecerá no dia 16 de setembro 2000 no Ginásio da UEPA.

ESTE REGULAMENTO ESTÁ BASEADO NA LEI NÚMERO 8666/93. INCISO II, ARTIGO 17 E 24.

(5) • DA PREMIAÇÃO:

5.1.1º Lugar: R\$ 1.500,00 + 01 computador para a escola.

2º Lugar: R\$ 1.000,00 + 01 computador para a escola.

3º Lugar: R\$ 500,00 + 01 computador para a escola.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
GINCANA "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
FICHA DE INSCRIÇÃO**

Recebido por: _____ Em: _____/_____/_____
Nº: _____

NOME DA ESCOLA: _____

END: _____

FONE: _____

NOME DO DIRETOR: _____

NOME DA EQUIPE: _____

NOME DOS REPRESENTANTES: _____

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

Belém, _____ de _____ de 2000

Assinatura do responsável pela inscrição.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE REDAÇÃO
"UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
REGULAMENTO**

(1) • DOS OBJETIVOS:

O DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado do Pará) promove o I CONCURSO DE REDAÇÃO "500 ANOS EM TRÂNSITO", com o objetivo de provocar uma reflexão do trânsito sob uma nova ótica e incentivar novos talentos.

(2) • DAS INSCRIÇÕES:

2.1. Poderão inscrever-se alunos do ensino médio, da capital e do interior. 2.2. As inscrições estarão abertas em todos os postos do DETRAN e pólos: Abacetuba (Ciretran), Castanhal (Ciretran ou URE), Redenção (Ciretran) e Santarém (Ciretran ou DMTU). 2.3. O prazo de entrega será até o dia 11 de setembro de 2000. 2.4. Será considerada a data de postagem das inscrições feitas via correio. 2.5. Cada aluno poderá inscrever, no máximo, 02 (duas) redações.

(3) • DA APRESENTAÇÃO:

3.1. A redação deverá ser em forma de carta apresentada em 04 (quatro) vias, com no máximo 03 (três) laudas. A lauda padrão tem 30 (trinta) linhas com 72 (setenta e dois) toques, em corpo 12. 3.2. Os trabalhos deverão ser apresentados da seguinte forma: Devem ser colocados em 01 (um) envelope grande, endereçado ao I Concurso de Redação do DETRAN-PA, tendo no remetente, apenas o pseudônimo e o endereço do autor. Dentro do envelope grande, deve ter um segundo envelope pequeno, lacrado, com a ficha de inscrição do concorrente, devidamente preenchida e contendo, por fora, apenas o pseudônimo do aluno e o título das redações enviadas. 3.4. As redações poderão ser entregues na sede do DETRAN ou remetidas por via postal para: I CONCURSO DE REDAÇÃO DO DETRAN-PA, Estrada do Murutucum, km 04 B1, Administrativo, Bairro do Marco, CEP 66610-120 Belém-Pa. 3.5. As redações não selecionadas não serão devolvidas aos seus autores. 3.6. Respeitando o artigo 3.1 (da apresentação), aqueles que desejarem, poderão, em anexo, enviar seus trabalhos em disquete 3 1/2 (programa Word 6.0), sendo também indispensável o envio de 04 (quatro) cópias em papel.

(4) • DOS JULGAMENTOS DAS OBRAS:

4.1. As redações serão avaliadas por um júri composto por 03 (três) professores. 4.2. O júri selecionará redações de 20 (vinte) alunos. 4.3. As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis. 4.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Evento. 4.6. O desrespeito a qualquer item deste regulamento resultará na eliminação do participante e cada inscrição subentende sua total aceitação.

(5) • DA PUBLICAÇÃO:

5.1. Ao DETRAN, reserva-se o direito de usar as redações selecionadas pelo prazo de 01 (um) ano. Após decorrido este prazo, os direitos retornam aos seus respectivos autores.

(6) • DA PREMIAÇÃO:

1º LUGAR: R\$ 800,00 2º LUGAR: R\$ 500,00 3º LUGAR: R\$ 200,00

REGULAMENTO I CONCURSO DE REDAÇÃO PROJETO III - "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO". ESTE REGULAMENTO ESTÁ BASEADO NA LEI NÚMERO 8666/93. INCISO II, ARTIGO 17 E 24.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE REDAÇÃO
"UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
FICHA DE INSCRIÇÃO**

Recebido por: _____ Em: _____/_____/_____
NOME DO ALUNO: _____ SÉRIE: _____

NOME DA ESCOLA: _____

ENDEREÇO DO ALUNO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____
CEP: _____ FONE: _____
PSEUDÔNIMO DO ALUNO: _____

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE CONTOS
PROJETO III - "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
REGULAMENTO**

• DOS OBJETIVOS:

O DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado do Pará) promove o I CONCURSO DE CONTOS SOBRE TRÂNSITO, com o objetivo de pensar o trânsito, divulgar escritores de língua portuguesa, revelar contos inéditos e, acima de tudo, incentivar a discussão e reflexão acerca do trânsito.

(2) • DAS INSCRIÇÕES:

2.1. Podem inscrever-se escritores de língua portuguesa de qualquer nacionalidade. 2.2. As inscrições estarão abertas em todos os postos do DETRAN e pólos: Abacetuba (Ciretran), Castanhal (Ciretran ou URE), Redenção (Ciretran) e Santarém (Ciretran ou DMTU). 2.3. O prazo de entrega será até o dia 11 de setembro de 2000. 2.4. Será considerada a data de postagem via correio. 2.5. Cada escritor poderá inscrever, no máximo, 02 (dois) contos inéditos. PARÁGRAFO ÚNICO: Considera-se inédito o conto que não tenha sido dado a conhecimento público por qualquer meio de comunicação.

(3) • DA APRESENTAÇÃO:

3.1. Os contos devem ser apresentados em 04 (quatro) vias, em espaço 2 (ou duplo para microcomputadores), letra corpo 12, grafados em uma só face do papel. Admite-se todo tipo de reprodução, desde que legível. Os textos ilegíveis serão desclassificados. 3.2. Cada conto deve conter, no máximo, 05 (cinco) laudas. 3.3. Os contos devem ser apresentados da seguinte forma: Devem ser colocados em um envelope grande endereçado ao I CONCURSO DE CONTOS DO DETRAN-PA, tendo no remetente, apenas o pseudônimo e o endereço do autor. Dentro do envelope grande, deve ter um segundo envelope pequeno, lacrado, com a ficha de inscrição do concorrente, devidamente preenchida e contendo, por fora, apenas o pseudônimo do autor e o(s) título(s) do(s) conto(s) enviados. 3.4. Os contos poderão ser entregues na sede do DETRAN ou remetidos por via postal para: I CONCURSO DE CONTOS DO DETRAN-PA, Estrada do Murutucum, km 04 B1, Administrativo, Bairro do Marco, CEP 66610-120 Belém-Pa. 3.5. Os contos não selecionados não serão devolvidos aos seus autores. 3.6. Respeitando o artigo 3.1 (da apresentação), aqueles que desejarem, poderão, em anexo, enviar seus trabalhos em disquete 3 1/2 (programa Word 6.0), sendo também indispensável o envio de 04 (quatro) cópias em papel.

(4) • DOS JULGAMENTOS DAS OBRAS:

4.1. Os contos serão avaliados por um júri composto por 03 (três) membros consagrados no cenário local. 4.2. O júri selecionará 20 contos, que serão publicados em Antologia e cada escritor terá direito a 20 (vinte) exemplares e certificado de participação. 4.3. As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis. 4.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Evento. 4.5. O lançamento da Antologia far-se-á em cerimônia pública a ser anunciada pelo DETRAN. 4.6. O desrespeito a qualquer item deste regulamento resultará na eliminação do participante e cada inscrição subentende sua total aceitação.

(5) • DA PUBLICAÇÃO

5.1. O I CONCURSO DE CONTOS DO DETRAN-PA será publicado através do DETRAN. 5.2. Ao DETRAN, reserva-se o direito de usar os contos selecionados pelo prazo de 01 (um) ano. Após decorrido este período, os direitos retornam aos seus respectivos autores. 5.3. O DETRAN encarregar-se-á da distribuição dos exemplares do I CONCURSO DE CONTOS à Bibliotecas, Centros Culturais e outras instituições.

**PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO
I CONCURSO DE CONTOS
PROJETO III - "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO"
FICHA DE INSCRIÇÃO**

NOME: _____ CIC: _____

RG: _____ ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ FONE: _____ FAX: _____

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: _____

Recebido por: _____ Em: _____/_____/_____
REGULAMENTO I CONCURSO DE CONTOS PROJETO III - "UM NOVO OLHAR SOBRE O TRÂNSITO". ESTE REGULAMENTO ESTÁ BASEADO NA LEI NÚMERO 8666/93. INCISO II, ARTIGO 17 E 24.

AVISO

O Departamento de Trânsito do Estado do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 823/00 - DS/DAF/CA/DRH, torna pública que na abertura da Tomada de Preços nº 009/2000 - CPL, para a aquisição de mobiliário para o DETRAN/PA, foram considerados os seguintes vencedores por Grupo:

Grupo A - Galusse Metal Linea Móveis para escritório Ltda,
Grupo B - O.M.F. Comércio e Participações Ltda,
Grupo C e H - Investimov Comércio e Representação de Móveis Ltda,
Grupo D e E - Panel Comércio e Representações Ltda.

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

Grupo G – Aceco Produtos para escritório e informática Ltda.
Belém, 29 de Agosto de 2000.
Patrícia Regina Leonty da Cunha
Presidente da CPL
Visto: Rosa Maria Chaves da Cunha
Diretora Superintendente

PORTARIA Nº 1174/2000 – DS/PROJUR

CONSIDERANDO os fatos relatados diretamente pelo Deputado Seffer junto a Direção maior deste Órgão a aplicação de multa por conduzir veículo sem uma das placas, quando da abordagem pela equipe de fiscalização do DETRAN/PA, deslocada para o Município de Salinas;

CONSIDERANDO ainda que o chefe da equipe Dr. ALDO havia liberado o veículo de placas JTS-9882/PA, sem o aplicativo da multa, face a aceitação dos argumentos de seu proprietário;

CONSIDERANDO finalmente que apesar de liberado do ônus da infração foi posteriormente autuado e notificado para o pagamento da multa através deste DETRAN/PA

RESOLVE:

Em atendimento aos termos das Portarias de n.ºs. 1039/2000 – DS/PROJUR e Portaria 1096/2000 – DS/PROJUR

NOMEAR Comissão de Sindicância composta pelos servidores JAIME DE SOUSA FURTADO, MARIA ELIZABETE GARCIA GONÇALVES e MARIA DO SOCORRO BRITO SILVA, para sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar a irregularidade do fato em tudo observando o disposto no art. 199 e seguintes da Lei nº 5.810/94 (RJU).

Gabinete da Superintendência, 28 de Agosto de 2000

ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA

Diretora Superintendente

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 146/2000

O DIRETOR/PRESIDENTE DO INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Laudo n.º 6171, do IPASEP- Departamento de Assistência e Perícia Médica,

RESOLVE:

Conceder Licença-Saúde a servidora DULCILENE BARRETO DE SOUZA, Metrologista, Mat.041, no período de 26.06.2000 à 05.07.2000.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE

Gabinete da Presidência do Instituto de Metrologia do Estado do Pará, Belém, 26 de Agosto de 2000.
OSWALDO PEIXOTO MARQUES
Diretor/ Presidente

PORTARIA Nº 147/2000

O DIRETOR/PRESIDENTE DO INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Laudo n.º 6170, do IPASEP- Departamento de Assistência e Perícia Médica,

RESOLVE:

Conceder Licença - Maternidade a servidora DULCILENE BARRETO DE SOUZA, Metrologista, Mat.041, no período de 26.07.2000 à 22.11.2000.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE

Gabinete da Presidência do Instituto de Metrologia do Estado do Pará, Belém, 26 de Agosto de 2000.
OSWALDO PEIXOTO MARQUES
Diretor/ Presidente
IMEP/INMETRO/PA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

PORTARIA Nº 011/00-DGPC/PA - BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000
JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

CONSIDERANDO o requerimento firmado por DARCI SARMANHO MORAES, dependente de CELSO RICARDO SARMANHO MORAIS – Investigador de Polícia Civil, falecido em 23/03/1995;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 355/00-GAB/CGPC, de 18/08/2000, da lavra do Dr. ADONAI MATIAS MOTAS, Corregedor Geral de Polícia Civil – em exercício, que sugeriu a Dr.ª GEOVANA GONÇALVES DIAS CARNEIRO – Delegada de Polícia Civil, para presidir o Processo Administrativo com escopo de apurar as circunstâncias em que ocorreu o falecimento de CELSO RICARDO SARMANHO MORAIS – Investigador de Polícia Civil, em 23/03/1995, no Município de Paragominas;

CONSIDERANDO o que determina o Decreto o Decreto Governamental n.º 2.490, de 13/11/1997, nos termos de seu artigo 4º, imperativo legal, portanto, para

que seja assegurado ao servidor, o pagamento do Seguro de Acidente de Trabalho requerido;

RESOLVE:

I – Instaurar Processo Administrativo com fulcro de esclarecer as circunstâncias em que ocorreu o falecimento do servidor CELSO RICARDO SARMANHO MORAIS, Investigador de Polícia Civil, em 23/03/1995, no Município de Paragominas, e comprovar se o mesmo encontrava-se no exercício da função;

II – Designar a Dr.ª GEOVANA GONÇALVES DIAS CARNEIRO – Delegada de Polícia Civil, para presidir o Processo Administrativo que irá apurar o fato em tela;

III – Determinar que os trabalhos sejam concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria;

IV – Determinar à Corregedoria Geral de Polícia Civil e ao Departamento de Administração Policial a adoção das providências julgadas necessárias ao cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 030/2.000-DGPC/PAD

BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.....

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 13/2000/PAD, datado de 21/08/2000, em que a Dr.ª ALCIDEA NEIDE DA SILVA FEITOSA – Delegada de Polícia Civil, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, solicita prorrogação de prazo para conclusão de Processo Administrativo, instaurado através da Portaria n.º 015-A/00-DGPC/PAD, de 13/06/2000, (publicada no Diário Oficial do Estado nº 29.239, de 21/06/2000).

RESOLVE:

I - Conceder sessenta (60) dias de prorrogação de prazo, para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria nº 015-A/2000-DGPC/PAD, conforme preceitua o Artigo 208 da Lei n.º 5.810/94, a contar de 21/08/2000;

II – Determinar à Corregedoria Geral de Polícia Civil e ao Departamento de Administração Policial que tomem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 031/2000-DGPC/PAD

BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e VI da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 069/99-DGPC/PAD, de 19/11/99, que apurou irregularidades funcionais atribuídas ao servidor JOSÉ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES, Investigador de Polícia Civil;

CONSIDERANDO o Parecer nº 618/2000-CJLP, de 22/08/2000, da lavra da Dr.ª SYLVIA DE PAULA FREITAS CRUZ, Assessora Policial, que após acurada análise dos autos manifesta-se pela NULIDADE TOTAL do procedimento, sugerindo a constituição de nova Comissão para apurar o mesmo fato, com fulcro no artigo 225, “caput”, da Lei n.º 5.810/94;

RESOLVE:

I – Acatar Parecer nº 618/2000-CJLP, de 22/08/2000 e Declarar NULIDADE TOTAL do Processo Administrativo Disciplinar nº 069/99-DGPC, de 19/11/99, com fulcro no artigo 225, “caput”, da Lei n.º 5.810/94;

II – Determinar à Corregedoria Geral de Polícia Civil que indique nova Comissão Processante;

III – Ao Departamento de Administração para que adote as providências de estilo para o pleno cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 169/2000-DGPC/DIVERSOS

BELÉM, 23 DE AGOSTO DE 2000

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e VI da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO que nos termos do art. 8º, inciso I, II e IV da Lei Complementar nº 022, de 15/03/94, são atribuições do Delegado Geral dirigir, gerir e representar a Polícia Civil; zelar pelo cumprimento sistemático e uniforme das funções institucionais, bem como, exercer os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial Civil;

CONSIDERANDO o Requerimento do servidor GERALDO GABRIEL DOS SANTOS FILHO, Escrivão de Polícia Civil, que requer afastamento da função pública para concorrer ao cargo de Vereador do Município de Belém;

CONSIDERANDO o que preceitua o Art. 1º, inciso VII, alínea “b” da Lei Complementar nº 64/90;

CONSIDERANDO o Exame e Parecer nº 589/2000-CJLP, de 08/08/2000, da lavra do Dr. LUCIANO COSTA, Assessor Jurídico;

RESOLVE:

I – Acatar o Exame e Parecer nº 589/2000-CJLP, de 08/08/2000, da lavra do Dr. LUCIANO COSTA, Assessor Jurídico;

II – Conceder à servidora, o afastamento do exercício do cargo de Escrivão de Polícia Civil, a contar de 01/07/2000, conforme preceitua o Art. 1º, inciso VII, alínea “b” da Lei Complementar nº 64/90;

III – Determinar que o referido servidor apresente até a data de 06/07/2000, o comprovante de registro de sua candidatura perante a Administração Policial;

IV – Determinar à Diretoria de Polícia Operacional e ao Departamento de Administração Policial que adotem as providências pertinentes ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 176/2000-DGPC/DIVERSOS

BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e VI da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO o teor do Ofício 290/2000-GAB/SEC, de 19/07/2000, que determina sejam tomadas as providências contidas no despacho do Exm.º Sr. Consultor do Estado, a Fl. 525 do Processo 90/99;

CONSIDERANDO despacho exarado pelo Exm.º Dr. Luiz Heleno Santos do Vale – Subchefe da Casa Civil, nos Autos do Processo n.º 90/99, a fl. 520;

CONSIDERANDO que o processo n.º 90/99, tem por objeto a solicitação de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/96-GAB/DGPC, que apurou transgressões disciplinares atribuídas, a época, aos servidores MARCO ANTÔNIO SENA CHAGAS, LÚCIO ANTÔNIO DA SILVA LOBATO e VÍTOR MORAES RODRIGUES JÚNIOR – Investigadores de Polícia Civil.

RESOLVE:

I – Determinar aos servidores DILERMANO GOMES TAVARES, RAIMUNDO SÁVIO BARROS BATISTA e EMIR MEDEIROS DE MIRANDA – Delegados de Polícia Civil, procederem, sob a presidência do primeiro, REVISÃO no Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/99-GAB/DGPC, com fulcro no artigo 229 da Lei n.º 5.810/94;

II – À Corregedoria Geral de Polícia Civil e ao Departamento de Administração Policial para que adotem as providências de estilo ao fiel cumprimento do presente ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

PORTARIA Nº 177/2000-DGPC/DIVERSOS

BELÉM, 28 DE AGOSTO DE 2000

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e VI da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar n.º 022/94, de 15/03/94, que confere ao Delegado Geral atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial Civil;

CONSIDERANDO o deslocamento do Dr. LUIZ FERNANDES ROCHA, Diretor de Polícia Operacional, à cidade de Palmas/TO, no período de 28 de agosto a 02 de setembro, com escopo de Reunião Ordinária do COMEN;

RESOLVE:

I – Determinar o Dr. NILTON JORGE BARRETO ATAYDE, Diretor do Deptº de Polícia da Capital, para responder pelos trabalhos da Diretoria de Polícia Operacional, no impedimento de seu titular, no período de 28/08 a 02/09/2000;

II – Determinar à Diretoria de Polícia Operacional e ao Departamento de Administração Policial que tomem as providências devidas para o pleno cumprimento do presente ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES

Delegado Geral de Polícia Civil

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ENASA – EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PRIMEIRO (1º) TAAO CONTRATO Nº C-002/00

Partes: ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia S/A, C.G.C 049.352.547/0001-86 x LEONI VERLAINEMADEIRA DE CARVALHO, CIG/MF 033.608.067-00; Objeto do Contrato Originário: Contratação para execução de serviços de inspeção, vistoria e laudo técnico, sobre a frota ativa e inativa da ENASA, com vistas a subsidiar o processo de privatização da Empresa; Modalidade de Licitação ao Contrato Originário: com fundamento no artigo 24, II, da Lei 8.666/93; Valor do Contrato originário: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais); Justificativa e objeto do aditamento: prorrogação do prazo com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93,

INTERNET: www.ioepa.com.br

contratação para execução de serviços de inspeção, vistoria e laudo técnico, sobre a frota ativa e inativa da ENASA, com vistas a subsidiar o processo de privatização da Empresa; Termo inicial do Aditivo: 14.08.00; Termo final do Aditivo: 28.11.2000; Valor do aditamento: R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) Dotação Orçamentária: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 349039; Data de assinatura: 14.08.2000; Ordenador Responsável: Loriwal Rei de Magalhães.

SEGUNDO (2º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº C-019/99

Partes: ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia S/A CGC 049.352.547/0001-86 x Escritório Cavalcante, Pereira & Advogados Associados Advocacia S/C, CGC 83.340.497/0001-14; Objeto do Contrato Originário: Contratação de firma para prestação de serviços jurídicos em geral, necessários à adequação de seus contratos em curso à atual situação da empresa, assim como a sua defesa em todas e quaisquer causas trabalhistas e cíveis, em qualquer instância, foro ou tribunal; Modalidade de Licitação ao contrato originário: Carta Convite nº 12/99, art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93; Valor mensal do contrato originário: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais); Aditivo anterior: 1º T.A. – 02.12.99; Justificativa do Aditamento: com base no art. 57 II, da Lei 8.666/93; Objeto do Aditamento: Contratação de firma para prestação de serviços jurídicos em geral, necessários à adequação de seus contratos em curso à atual situação da Empresa, assim como a sua defesa em todas e quaisquer causas trabalhistas e cíveis, em qualquer instância, foro ou tribunal; Termo Inicial: 26/08/2000; Termo Final: 25/08/2001; Valor mensal: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais); Dotação Orçamentária: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – 349039; Data de Assinatura: 26/08/2000; Ordenador Responsável: Loriwal Rei de Magalhães.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº C-012/00

Partes: ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia S/A, CGC 049.352.547/0001-86 & VM Engenharia Ltda., CGC 63.831.234/0001-09 Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços nas instalações elétricas em geral, no Estaleiro da Empresa, para atendimento no trapiche; Modalidade de Licitação: Carta Convite nº 18/00, art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93; Termo inicial: 22.08.00; Termo final: 20.09.00; Valor: R\$ 16.370,00 (dezesseis mil, trezentos e setenta reais); Dotação Orçamentária: Recurso do Estado – Investimento 459051; Data de assinatura: 22.08.00; Ordenador responsável: Loriwal Rei de Magalhães; Foro: Belém.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA POR PRAZO DETERMINADO

Partes: ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia S/A, CGC 049.352.547/0001-86 & ROBSON DIAS DE BRITO; CIC 398.865.732-87; Objeto: Prestação de Serviços na função de Assessor da Presidência, Nível Médio Profissionalizante, referência 02, para Assessoramento à Presidência da ENASA; Termo Inicial: 20/08/00; Termo Final: 19/08/2001; Valor Mensal: R\$ 700,00 (setecentos reais); Data: 20/08/00; Ordenador Responsável: Loriwal Rei de Magalhães; Foro: Belém.

Partes: ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia S/A, CGC 049.352.547/0001-86 & PATRÍCIA PEREIRA CARVALHO DOSSANTOS; CIC 461.979.662-04; Objeto: Prestação de Serviços na função de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira, Nível Médio Profissionalizante, referência 01, para Assessoramento à Diretoria Administrativa e Financeira da ENASA; Termo Inicial: 21/08/00; Termo Final: 20/08/2001; Valor Mensal: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); Data: 21/08/00; Ordenador Responsável: Loriwal Rei de Magalhães; Foro: Belém.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PORTARIA Nº 17.111 DE 25/08/2000

Conceder à servidora Maria de Lourdes Lobão Pessoa, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe C, Nível 1, matrícula n.º 0616222, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81 da Lei n.º 5.810/94-RJU, no período de 17 a 21.08.2000; considerando os termos do Laudo Médico do TCE n.º 176, de 23.08.2000.

PORTARIA Nº 17.112 DE 25/08/2000

Conceder à servidora Marli da Conceição Marques Franco, Técnico Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-405 Classe B Nível 3, matrícula n.º 0100057, 08 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81 da Lei n.º 5.810/94-RJU, no período de 16 a 23.08.2000; considerando os termos do Laudo Médico do TCE n.º 175, de 23.08.2000.

PORTARIA Nº 17.113 DE 25/08/2000

Conceder à servidora Tereza Cristina Araújo dos Reis, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100429, 15 (quinze) dias de licença para atender pessoa da família, nos termos do art. 85, da Lei n.º 5.810/94-RJU, no período de 16 a 30.08.2000; considerando os termos do Laudo Médico do TCE n.º 174, de 23.08.2000.

PORTARIA Nº 17.114 DE 25/08/2000

Conceder à servidora Cecília Amorim de Almeida, Analista de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe C, Nível 2, matrícula n.º 0698130, 30 (trinta) dias de licença para atender pessoa da família, nos termos do art. 85, da Lei n.º 5.810/94-RJU, no período de 10.08 a 08.09.2000; considerando os termos do Laudo Médico do TCE n.º 177, de 23.08.2000.

PORTARIA Nº 17.116 DE 29/08/2000

Conceder à servidora Edir Costa Pereira de Souza, Analista Auxiliar de Controle Externo TCE-ATI-406 Classe B, Nível 3, matrícula n.º 0179361, 30 (trinta) dias de

licença prêmio, referente ao trênio de 16.10.96/99, nos termos do art. 98 da Lei n.º 5.810/94-RJU, no período de 11.09 a 10.10.2000, considerando a solicitação do interessado, através do documento protocolado sob o n.º 2000/04733-9.

PORTARIA Nº 17.117 DE 29/08/2000

Prorrogar, por excepcional interesse público, a partir de 01.09.2000, os contratos dos servidores temporários Flaviano Ramos Pereira Neto, Regilson Vasconcellos Jesus Técnico Informática-Programador TCE-ATI-402 Classe A Nível 1, e Joaquim Alexandre de Almeida Perote Agente Auxiliar de Serviços Gerais TCE-AA-302 Classe A Nível 1, admitidos por força da Lei Complementar n.º 07/91, até o limite prescrito na Lei Complementar n.º 36/98.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A
CONTRATADA: ABDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO
OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO CORPORATIVO E DE COMPLIACE, COM DELINEAMENTO DE NOVOS PRODUTOS, IDENTIFICAÇÕES DE NICHOS DE MERCADO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE “CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT”.
VALOR: R\$=13.476,00 (NA ASSINATURA) E R\$=22.460,00 (MENSAL).
DATA DE AUTORIZAÇÃO: 25.08.2000
DATA DA RATIFICAÇÃO: 28.08.2000
RESPALDO LEGAL: ART. 24, XIII DA LEI 8.666/93
PROCESSO: S/N.º DIFIN - DICOM

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL

O Secretário Geral da Junta Comercial do Estado do Pará - JUCBPA no exercício de sua competência, com amparo no que dispõe o Art. 60 da Lei n.º 8.934/94 e seus § 1º e 2º c/c Art. 48 do Decreto 1.800/96 que a regulamentou, e fulcrado no Art. 3º da Instrução Normativa-DNRC n.º 72/98, NOTIFICA a empresa PLANAR CONSTRUÇÃO, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. NIRE 1520013980-3, para no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, requerer o arquivamento da “COMUNICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO”, consoante modelo à disposição neste Órgão, ou competente alteração. O não atendimento no prazo estabelecido ensejará o cancelamento de seu registro, e conseqüente perda automática da proteção do nome empresarial.

Belém, 30 de agosto de 2000
DILERMANO GUEDES CABRAL

Secretário Geral
FORMDRM-99-01 REV: 00 DATA: 03-04-00

PORTARIA Nº 126/00 DE 28-08-00

Motivo: Rescindir a pedido, o contrato da servidora Laura do Socorro da Silva Ferreira, Assistente Administrativo “A”, matrícula n.º 2022176-013, do quadro funcional desta Autarquia.

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

TERMO ADITIVO Nº 008

CONTRATO ORIGINÁRIO: S/N

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de 197 litros de Gasolina, 190 litros de Alcool e 50 litros de Óleo Diesel mensal
Valor do Contrato: R\$ - 3.283,90 (Três Mil Duzentos e Oitenta e Três Reais e Noventa Centavos)
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação
Partes: Fundação Carlos Gomes e Comércio de Combustíveis, Lubrificantes e Serviços Gerais LTDA - COMCIUSERG.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Alterar a cláusula 2ª do contrato original. O prazo de vigência fica prorrogado pelo período 60 (sessenta) dias
Vigência do Aditamento: 25 / 08 / 2000 a 24 / 10 / 2000
Ordenador de Responsável: Paulo José Campos de Melo - Superintendente da FCC
Aditivos Anteriores: 001 - 02/01/98 - R\$ - 2.462,920
002 - 21/08/99 - R\$ - 1.541,65
003 - 02/01/99 - R\$ - 2.898,65
004 - 24/12/99 - R\$ - 1.541,65
005 - 07/12/99 - R\$ - 1.110,00
006 - 06/01/00 - R\$ - 2.893,35
007 - 01/06/00 - R\$ - 931,65

TERMO ADITIVO Nº 010

CONTRATO ORIGINÁRIO: 002/ 99

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Passagens Terrestres e Aéreas para vôos nacionais e internacionais.
Valor do Contrato: R\$ - 90.000,00 (Noventa Mil Reais)

Modalidade de Licitação, Dispensa ou Inexibibilidade: Tomada de preço nº 001 / 99
Partes: Fundação Carlos Gomes e Norte Turismo LTDA.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Alterar a cláusula 5ª do contrato original.
Prorrogar o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses.
Vigência do Aditamento: 31 / 08 / 2000 a 30 / 08 / 2001
Ordenador de Responsável: Paulo José Campos de Melo - Superintendente da FCC
Aditivos Anteriores: 001 - 28/05/99 - R\$ - 90.000,00
002 - 27/08/99 - R\$ - 11.514,00
003 - 22/10/99 - R\$ - 15.000,00
004 - 14/12/99 - R\$ - 5.340,05
005 - 30/12/99
006 - 06/01/00 - R\$ - 26.000,00
007 - 01/06/00 - R\$ - 100.000,00
008 - 30/06/00
009 - 14/07/00 - R\$ - 40.428,00

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: Cooperação técnica para atendimento à Criança e ao Adolescente com Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

PARTES: Fundação da Criança e do Adolescente do Pará

Prefeitura Municipal de Altamira

VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 10.08.2000 a 09.08.2001

Belém, 10 de agosto de 2000

JOSÉ HAROLDO TEIXEIRA DA COSTA

Presidente FUNCAP

CLAUDOMIRO GOMES DA SILVA

Prefeito de Altamira – PA

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO AOS LICITANTES (CONVITENº 008/2000)

A Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará, nesta oportunidade representada pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 022/Gab, de 25 de fevereiro de 2000, responsável pelo Convite nº 008/2000, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, torna público que realizará sorteio dos itens que restaram empatados no referido certame, em sessão pública que ocorrerá no dia 01 de setembro de 2000, às 08:30 horas, na sala de reuniões da CPL/Hemopa. Belém(Pa), 30 de agosto de 2000. Hélder Luis Silva Pantoja. Presidente da CPL/Fundação Hemopa.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARÁ

EDITAL

VAGA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará, comunica aos Srs. Advogados postulantes à vaga no quinto constitucional do TJE/PA, que por decisão do Conselho Seccional em sessão extraordinária realizada no dia 29.08.00, foi antecipada para o dia 11.09.00 (segunda-feira), a Audiência Pública e escolha da lista sextupla dos referidos candidatos. Belém, 30 de agosto de 2000. a) MARIA AVELINA L. HESKETH – Presidente da OAB/PA

CERPA

CERVEJARIA PARAENSE S/A

CERPA – CERVEJARIA PARAENSE S/A

CNPJ N.º 04.894.085/0001-50 NIRE - JUCEPA 15.300.006.112

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO

01) DATA E HORA DA REUNIÃO: 21 de agosto de 2000, às 17:00 horas; 02) LOCAL DA REUNIÃO: sede social, situada na Rod. Arthur Bernardes, n.º 7.699, Tapanã, Município e Comarca de Belém, capital do Estado do Pará; 03) ACIONISTAS PRESENTES: a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas lançadas no livro

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

próprio; 04) MESA DIRIGENTE DOS TRABALHOS: Presidente - Konrad Karl Seibel; Secretário - Victor Vilella Monteiro; 05) EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Por medida de economia o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária deixou de ser publicado. A presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme já apurado, torna regular a realização da Assembleia, nos termos do §. 4º do Art. 124, da Lei 6.404/76; 06) ORDEM DO DIA: a) Conversão de ações preferências nominativas, sem valor nominal, em Ações Ordinárias nominativas, também sem valor nominal, a pedido de seus titulares; b) Reformulação do art.5º do Estatuto Social, em face da conversão das Ações Preferências em Ações Ordinárias; 07) DELIBERAÇÕES TOMADAS: Foram aprovados pelos acionistas da companhia, expressamente por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, os seguintes assuntos da ordem do dia: a) Conversão das 677.748.494 (seiscentos e setenta e sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro) Ações Preferências nominativas, sem valor nominal, em Ações Ordinárias nominativas, também sem valor nominal, das quais, 664.041.918 (seiscentos e sessenta e quatro milhões, quarenta e um mil, novecentos e dezoito) pertencem ao acionista Konrad Karl Seibel, 13.706.576 (treze milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e setenta e seis) a acionista, Sra Helga Irmengard Jutta Seibel, procedendo-se o registro dessa conversão nos respectivos livros societários; b) Nova redação do art. 5º do Estatuto Social, que, a partir desta data, passa a ser a seguinte: "Art. 5º - O Capital Social, de R\$ 49.303.833,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e três mil, oitocentos e trinta e três reais), dividido em 1.347.793.805 (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e cinco) Ações Ordinárias nominativas sem valor nominal"; 08) ENCERRAMENTO: Como mais nada tenha ocorrido, foi lavrada a presente ata, em forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes; 09) ATA E PUBLICAÇÃO: A presente Ata é copia fiel e contém com o original lavrado em livro próprio, autorizada sua futura e publicação na forma resumida estabelecida pelo art. 130 da Lei 6.404/76; 10) ASSINATURAS: Mesa: Presidente - Sr. Konrad Karl Seibel; Secretário - Sr. Victor Vilella Monteiro; Acionista: Sr. Konrad Karl Seibel - Sra. Helga Irmengard Jutta Seibel, Belém (Pa) 21 de agosto de 2000. Victor Vilella Monteiro Secretário. Releida Ata foi encerrada em 21/08/2000 sendo lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o n.º 20000012431 do dia 23/08/2000 a) Dilermando Guedes Cabral - Secretário Geral

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP
(NIRE - 15300007089)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil (14.07.2000), às quinze horas, em primeira convocação, realizou-se a reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Pará - CDP, em sua sede social, localizada à Av. Presidente Vargas, 41, 2º andar, na cidade de Belém, Estado do Pará, convocada em decorrência do disposto no Ofício n.º 734/PGFN/PGA, de 03 de julho de 2000. Sob a Presidência do Engenheiro Carlos Acatauassú Nunes, Diretor Presidente da CDP, na forma do disposto na letra "c" do Artigo 17 do Estatuto Social, foi declarada instalada a Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido convocada a Sr.ª Dalila Modesta Nogueira Pessoa para secretariar os trabalhos. A seguir o Diretor Presidente da CDP convidou a participar da mesa o Sr. Júlio Cesar Gonçalves Corrêa, Procurador da Fazenda Nacional, devidamente credenciado pela Portaria n.º 290, de 06 de julho de 2000, do Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional, publicada no Diário Oficial da União em 07 de julho de 2000, para representar a União Federal na condição de única acionista da Companhia Docas do Pará - CDP, que assinou o Livro de Presença dos Acionistas. Foi convidada a integrar a mesa a Sr.ª Maria da Conceição Campos Gen, Assessora Jurídica da CDP. Em seguida foi efetuada a leitura da pauta da reunião, da qual constou a seguinte Ordem do Dia: I- Aprovação do aumento do Capital Social da CDP; II- Alteração do Estatuto Social da CDP; III- Homologação da eleição do Sr. Wildjan da Fonseca Magno, em substituição ao Sr. Noboru Otugi, como Presidente do Conselho de Administração da CDP. Procedida a leitura, o Presidente Carlos Acatauassú Nunes passou a palavra ao representante da União, para análise e votação dos itens da pauta da Assembleia Geral Extraordinária, conforme consta no Processo n.º 10951.000269/00-00. Item I - O senhor Representante da União votou pela aprovação do aumento do Capital Social de R\$ 106.968.220,04 (cento e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte reais e quatro centavos) para R\$ 119.273.172,03 (cento e dezenove milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e setenta e dois reais e três centavos) mediante a incorporação de créditos da União no montante de R\$ 12.304.951,99 (doze milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e um reais e nove centavos), autorizado por Decreto Presidencial, de 21 de junho de 2000, de acordo com o disposto no Artigo 4º do Decreto Lei n.º 1.678, de 22 de fevereiro de 1979. Item II - Alteração do Estatuto Social da CDP. O Sr. Representante da União votou pela alteração do Artigo 5º que ficara com a seguinte redação: "O Capital Social da Companhia Docas do Pará é de R\$ 119.273.172,03 (cento e dezenove milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e setenta e dois reais e três centavos), representado por 1.871.401.447 ações sem valor nominal, sendo 935.700.724 ordinárias e 935.700.723 preferenciais, ambas em espécies nominativas e de classe única", votou ainda pela alteração da alínea "k" do Artigo 17, que passara a ter a seguinte redação: "Determinar a realização, por empregados da CDP de inspeções, auditorias, sindicâncias, e processos administrativos disciplinares". O Artigo 33 terá a seguinte redação: "Os cargos de confiança serão privativos dos empregados ocupantes de cargo de carreira do Quadro de Pessoal da CDP, ficando facultado a DIREX designar para exercício de cargos de livre nomeação e exoneração, até 30% (trinta por cento) do total desses cargos". Item III - Homologação da eleição do Sr. Wildjan da Fonseca Magno, em substituição ao Sr. Noboru Otugi, como Presidente do Conselho de Administração da CDP. O Sr. Representante da União votou pela homologação do nome do Sr. Wildjan da Fonseca Magno, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado à SHIS, Q1 - 27,

Gleba 01, Lote 25, Condomínio Quintas da Alvorada, Brasília - DF, Portador da Carteira de Identidade - CRFP n.º 4518-1ª Região/RJ e CTC: n.º 002.902.891-49, eleito pelo CONSAD, em 29 de junho de 2000, como membro e Presidente do Conselho de Administração, representando o Ministério dos Transportes. Esgotada a pauta e, como não houvesse nada mais a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Representante da União, e dos demais participantes, dando por encerrada a reunião, tendo eu Dalila Modesta Nogueira Pessoa, lavrada a presente Ata, que depois de lida e julgada conforme, vai assinada pelos participantes e por mim. Belém, 14 de julho de 2000. Carlos Acatauassú Nunes - Diretor Presidente da CDP. Júlio Cesar Gonçalves Corrêa - Representante da União. Maria da Conceição Campos Gen - Assessora Jurídica da CDP. Dalila Modesta Nogueira Pessoa - Secretária. A presente Ata foi Arquivada e Registrada na JUCEPA em 22.08.2000, sob o n.º 20000011841. Dilermando Guedes Cabral - Secretário Geral

COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE CNPJ (ME) N.º 04.953.915/0001-72 - Capital Autorizado: R\$ 677.589.033,16 - Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 187.504.903,08 - EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DA AMAZÔNIA - FINAM - EXTRATO DA ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS CUMULATIVAMENTE. Data da Realização: 18/08/2000, às 10:00 (dez) horas. Local: Na sede social, sita na Travessa Padre Prudêncio, n.º 90, Belém/Pa. Comparcimento: Acionistas que representavam mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante. Mesa: Presidente: Fernando João Pereira dos Santos; Secretário: Francisco de Jesus Penha, representante da acionista Itapicuru Agro Industrial S/A. Deliberações: Por unanimidade de votos, aprovou-se o seguinte: 1) EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: a) O Relatório da Administração, acompanhado do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/1999, demonstrações financeiras correspondentes e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes; b) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, órgão que ficou assim constituído: Membros Efetivos: Maurílio José Rodrigues da Silva; Helvion Theunes de Melo; e Manoel de Souza Leão Veiga. Membros Suplentes: Maria da Gruta Batista Lappo; Amaro Geraldo de Barros; e Moacir Batista Domingues da Silva. Duração do Mandato: Até a próxima Assembleia Geral Ordinária. Remuneração: Para cada membro em exercício, será equivalente a 1/10 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada diretor da sociedade, não computada a participação nos lucros, se houver. 2) EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Criação do Conselho Consultivo da sociedade e eleição dos membros, órgão que ficou assim constituído: CONSELHEIROS: Rosália Pereira dos Santos; Ana Maria Pereira dos Santos Lima de Noronha; e Maria Clara Pereira dos Santos Tapajós. Duração do Mandato: 02 (dois) anos; b) reforma e consolidação do Estatuto Social; c) ratificação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária acima referida, declarando-se as mesmas com plena eficácia. Arquivamento: Na Junta Comercial do Estado do Pará, sob o n.º 20000012461, em 28/08/2000. Aos interessados serão fornecidas cópias autênticas desta Ata. Belém-Pa., 29 de agosto de 2000. Francisco de Jesus Penha, representante da acionista Itapicuru Agro Industrial S/A - Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 9ª REGIÃO - PARÁ E AMAPÁ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
9ª REGIÃO - PARÁ E AMAPÁ
RETIFICAÇÃO

No Edital publicado no Diário Oficial de 14 de agosto de 2000 onde se lê: Av. Antônio Coelho de Carvalho, 767-A, leia-se: Rua Leopoldo Machado, 2535 - sala 1 - Delegacia de Macapá.

Belém, 31 de Agosto de 2000
ECON. APOINSON BRITO CHERMONT
Presidente

EMPREENDEIMENTOS PAGUE MENOS S/A

Empreendimentos Pague Menos S/A, CGC 06.626.253/0089-99, IE 15.187.159-1 vem a público informar que conforme ocorrência policial 2000.004531, teve seus Livros de Registros de Safa n.º 01 e 02 extraviados. Publica-se para fins de direito.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL, TURISMO E FRETAMENTO DO ESTADO DO PARÁ

SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL, TURISMO E FRETAMENTO DO ESTADO DO PARÁ - SINTRITUR - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÕES SINDICAIS - O Presidente deste Sindicato nos termos do parágrafo Único do artigo 28 dos Estatutos Sociais, convida as Eleições Sindicais desta Entidade para escolha da nova Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes e seus respectivos suplentes, para o quadriênio 2000/2004, as quais serão realizadas no dia 29 de setembro de 2000, no horário de 8:30 às 17:00 horas, na Sede Social do Sindicato, a Avenida Cipriano Santos, 139 altos, São Bras Belém - Pa, onde funcionará uma urna fixa, havendo 04 (quatro) urnas itinerantes. O requerimento de Registro de Chapas deverá ser acompanhada com a devida documentação prevista no artigo 28 do Regulamento eleitoral e, será dirigido a Comissão Eleitoral, que funcionará na Sede Social do Sindicato de Segunda e Sexta-feira nos horários das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas até 10 (dez) dias subsequente da publicação do presente Edital. No caso de não obter-se o "quorum" legal, ou ocorrido empate entre chapas concorrentes, realizar-se-á a novo pleito no dia 05 (cinco) de outubro de 2000 no horário e locais do primeiro pleito. Belém - Pa, 30 de agosto de 2000 - José Cidade do Nascimento - Presidente

TÁXI AÉREO JET-NEWS LTDA

TÁXI AÉREO JET-NEWS LTDA. CGC (ME) N.º 34.677.799/0001-77. Insc. Estadual - 15.143759-9. Endereço: BR-316 Km 05 S/N, Levilândia, Ananindeua (Pa). COMUNICADO: Comunicamos as repartições públicas, federais, estaduais e municipais, e a quem mais interessar que, por ocasião da mudança de endereço do Km 07 para o Km 05 da Rod. BR - 316, no mês de junho de 1999, foram extraviados de seu arquivo geral os seguintes documentos: Livros, Notas Fiscais, arquivos, pastas e outros documentos contábeis dos exercícios de 1994 à 1998, conforme Boletim de Ocorrência Policial.

FUNDAMAZON - FUNDAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária da Fundamazon-Fundação de Preservação da Floresta Amazônica - Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, precisamente as 20 horas, em sua sede provisória sita no Conjunto Euclides Figueiredo Rua J Casa 15, reuniu-se os Srs. Membros integrantes do Conselho Administrativo e Diretoria Executiva da Fundamazon-Fundação de Preservação da Floresta Amazônica, presentes seus integrantes e fundadores: Pastor João da Cruz Velloso, Dr. Miguel Brasil Cunha, Dr. Raimundo João Oliveira Macedo, Dr. Elísio Augusto Bastos, Ana Maria Almeida Velloso, Eduardo José Velloso de Lima, Adydozilda Velloso de Lima, Dr. Hannu Kalevi Rockas, Maria de Nazaré Gama Barboza, demais membros fundadores presentes que no final assinaram a presente ata e que já assinaram o livro de presença. Na qualidade de Presidente Vitalício da Fundação, o Pastor João da Cruz Velloso, a deu por aberta a reunião com a finalidade específica de solucionar em definitivo a falta dos senhores diretores que sem justificar suas faltas as Reuniões da Diretoria e o desinteresse pelos estímulos da Fundação, e atendendo o que dispõe os Artigos 27, inciso IX e 29, Parágrafo Único, pela perda do mandato o Dr. Rui Dinamar de Andrade, e apresentando o nome do Sr. Pastor Don Davis para o cargo de Diretor Executivo da Fundação, em agradecimento a grande ajuda dada pela sua Fundação Rainforest Preservation Foundation, o que posto em votação, foi aprovado por aclamação, e em seguida dado posse ao Pastor Don Davis, como formal legal eleito o Sr. Presidente solicitou a Diretora Secretária que lava-se a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes, encerrando a presente reunião, e Eu Diretora Secretária Ana Maria Almeida Velloso, lavei a presente Ata que após ser assinada pela Diretoria Executiva da Fundamazon, será reconhecida em tabelião público e publicada no Diário Oficial deste Estado, aos 27 de novembro de 1999.

JOÃO DA CRUZ VELLOSO
Presidente
MIGUEL BRASIL CUNHA
RAIMUNDO JOÃO O. MACEDO
DONALD ELMO DAVIS
ANA MARIA A. VELLOSO

INTERNET: www.ioepa.com.br

"ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2000. Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2000, às 14h, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Mineração Rio do Norte S.A. (NIRC 1530001276-7), com sede em Porto Trombetas, Município de Oxirrimá, Estado do Pará, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 04.932.216/0001-46, representando a totalidade dos Acionistas da empresa, conforme verificado pelas assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". Nos termos do Estatuto Social, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Luiz Paulo Marinho Nunes. Presidente do Conselho de Administração que convidou o Sr. José Maria Rossani Garcez, Consultor Jurídico da Mineração Rio do Norte S.A., para atuar como Secretário. Após dar as boas vindas aos presentes, informou o Sr. Luiz Paulo que os acionistas ora se reuniam em Assembleia Geral Extraordinária a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e votação da Proposta da Diretoria Executiva, de 24.07.00, para distribuição de dividendos intermediários; 2) Outros assuntos de interesse da Companhia. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente informou que se achavam sobre a mesa a Proposta da Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. de 24.07.00, documento este que contava com a manifestação prévia do Conselho de Administração, favorável à sua aprovação pela Assembleia Geral, conforme constava na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25.07.00. Continuando, o Sr. Presidente propôs seguinte dispensada a presença dos Auditores Independentes, recomendada pela Lei nº 6.404, em seu artigo 134, § 1º, o que foi unanimemente aceito. Ato contínuo, o Sr. Presidente determinou fosse lido o documento com o seguinte teor: "Sr. Conselheiros: A Diretoria da Mineração Rio do Norte S.A., encaminha à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial da empresa levantado em 30 de junho de 2000, para atender aos termos do § 1º do artigo 204 da Lei 6.404/76, com base neste Balanço, a Diretoria propõe a V.Sas. que recomendem aos Srs. Acionistas, deliberarem no sentido de que, do Lucro Líquido apurado são R\$ 30.06.00, no valor de R\$ 76.219.357,44 (setenta e seis milhões, duzentos e dezesse mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) sejam distribuídos como dividendos intermediários. Porto Trombetas, 24 de julho de 2000. (Ass.) José Carlos Gomes Soares e Ozair Pereira de Siqueira". Examinada e debatida a Proposta acima, foi a mesma aprovada por todos, devendo estes dividendos serem pagos no dia 31 de agosto de 2000. A seguir, com relação ao último item da Ordem do Dia, facultou-se a palavra a quem dela quisesse se utilizar e, como ninguém se manifestasse, encerrou a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida por mim, Secretário, aprovada e assinada. Porto Trombetas, 26 de julho de 2000. Luiz Paulo Marinho Nunes – Presidente - J.M. R. Garcez – Secretário; Vale do Rio Doce Aluminio S.A., Alcan Aluminio do Brasil Ltda., Companhia Brasileira de Aluminio, Billiton Metais S.A., Alcoa Aluminio S.A., Reynolds Aluminio do Brasil Ltda., Norsk Hydro Comércio e Indústria Ltda., Albalco S.A., Luiz Paulo Marinho Nunes, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira, Roberto Lopes Machado, João Beltran Martins, Ronaldo Del Buono Ramos, Mário Aurélio Brígido, Carlos Ermirio de Moraes, Paulo Roberto Pizzaro, Antônio Miguel Marques, Djalma Rodrigues Teixeira Filho, David Sugden, Vitor Hugo Silveira de Castro, José Guilherme de Heráclito Lima, Carlos Eduardo Mahfuz, João Luiz Serafim da Silva, Carlos Eduardo Konder Lima e Silva, Júlio Lambertson Rabello, Luiz Eduardo Santiago Silva, Harald Martinsen, Sualre Jorgensen, Carlos Américo Ferraz e Castro. CERTIDÃO - Certifico, na qualidade de Secretário, ser a presente cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Mineração Rio do Norte S.A. realizada em 26 de julho de 2000. Porto Trombetas, 26 de julho de 2000. José Maria Rossani Garcez - Secretário. Certifico que este documento foi arquivado sob o nº 20000011120, 07/08/2000. Dilermano Guedes Cabral - Secretário Geral - JUCEPA.



Ano CIX da IOE
110ª da República
Nº 29.288

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

CADERNO DO JUDICIÁRIO

0985

1

Belém, quinta-feira,
31 de agosto de 2000

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - 1ª VARA

Juiz Titular: DR. AGLIBERTO GOMES MACHADO
Dir. Secret.: DRA. FRANCIANE MIRANDELA MEIRELES
ATOS do Exmo.: DR. AGLIBERTO GOMES MACHADO

BOLETIM Nº 142/00
AUTOS COM VISTAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

O Exmo. Sr. Juiz exarou:

2000.39.00.001596-2 ACAO ORDINARIA/TRIBUTARIA

AUTOR: A MONTEIRO TECIDOS S.A. E OUTROS

ADVOG.: PA7100 - RAIMUNDO DELIO DE ARAUJO PAIVA

REU: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

PROC.: ANTONIO JOSÉ DE MATOS NETO

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.001647-7 ACAO ORDINARIA/TRIBUTARIA

AUTOR: GLISOLIA CENTER COMERCIO LTDA E OUTROS

ADVOG.: PA7100 - RAIMUNDO DELIO DE ARAUJO PAIVA

REU: FAZENDA NACIONAL

PROC.: ANTONIO JOSÉ DE MATOS NETO

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.001896-5 ACAO ORDINARIA/PREVIDENCIARIA

AUTOR: DISTRIBUIDORA SANTA MARIA LTDA E OUTRO

ADVOG.: PA7100 - RAIMUNDO DELIO DE ARAUJO PAIVA

REU: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

PROC.: ANTONIO JOSÉ DE MATOS NETO

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.002787-5 ACAO ORDINARIA/OUTRAS

AUTOR: LUIZ GONZAGA SANTOS DA SILVA

ADVOG.: PA3887 - ANGELA DA CONCEICAO PALHETA

ADVOG.: PA8517 - ANTONIO PLACIDO RODRIGUES MACIEL

REU: UNIAO FEDERAL - MINISTERIO DA DEFESA - AERONAUTICA

PROC.: DENIS GLEYCE P. MOREIRA

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) e petição de fls. 47/49 apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.003175-2 ACAO ORDINARIA/PREVIDENCIARIA

AUTOR: MARIA GRACILIANA SALDANHA ASSUNCAO

ADVOG.: PA7506 - FRANCISCO PINTO DA SILVA

REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.: ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.004244-5 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: MAURINO BITTENCOURT DIAS

ADVOG.: PA254 - JOSE ACREANO BRASIL

REU: UNIAO FEDERAL PROC.: DENIS GLEYCE P. MOREIRA

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

2000.39.00.004855-5 ACAO ORDINARIA/OUTRAS

AUTOR: VENILDA VIEIRA DE ALMEIDA

ADVOG.: PA3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES

REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADV.: ROSILENE SILVA DE SOUZA

AT.ORD.: (...) à publicação para que o(s) autor(es) se manifeste(m) sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

AUTOS COM DESPACHOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

92.0002469-6 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL

EXQTE.: MARGARIDA MARIA DA SILVA TOUTONGE

ADVOG.: DINEMIR PIMENTA OLIVEIRA

EXCDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.: ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO

DESP.: I- Intime-se o exequente e seu patrono para manifestarem interesse no levantamento do valor depositado a título de precatório requisitório. II- Manifestado o interesse, expeçam-se os competentes alvarás de levantamento, intimando os interessados para fins de recebimento. III- Após, intime-se o exequente para manifestar interesse na complementação do pagamento da dívida, apresentando pedido instruído com a memória discriminativa dos cálculos, contendo os dados necessários para sua aferição, valor anterior, bem como os índices de correção monetária aplicados, no prazo de 30 dias, conforme itens I e II da Orientação Normativa Nº 1, de 25.09.98.

96.0003928-3 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: ATAIS FREITAS DE FARIAS E OUTROS

ADVOG.: JOSE WILSON MENDES SAMPAIO

REU: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

PROC.: CARMEN LÚCIA SIMÕES CORRÊA

DESP.: Intime-se a FUNASA, via AGU, para que tome as providências necessárias para a entrega, no prazo de 30 (trinta) dias, as fichas financeiras do(a)s autor(a)s, bem como informe a este Juízo os aumentos salariais porventura percebidos pelos mesmos, no período de janeiro/93 a junho/98.

96.0006352-4 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

IMPTE.: CARMEM SILVIA GOES CORREA

ADVOG.: LUCIO VESPASIANO MAZZINI DO AMARAL

ADVOG.: GILDA DA SILVA LIMA

IMPDO.: SUPERINTENDENTE DA SUDAM

PROC.: ANTONIO M F CAVALCANTE JR

IMPDO.: UNIAO FEDERAL

PROC.: RAIMUNDO EDSON DA SILVA MELO

DESP.: I - Cumpra-se o v. acórdão, cientes as partes. II - Feito isto, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

1997.39.00.007436-6 ACAO ORDINARIA/OUTRAS

AUTOR: RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO FILHO E OUTROS

ADVOG.: PA1858 - MARIA DA GRACA SEQUEIRA MELO

REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADV.: ELIANE MARIA ICHIHARA FONSECA

DESP.: Recebo a apelação interposta pelo CEF nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Dê-se vista ao(s) apelado(a)s para apresentar(em) contra-razões, querendo, no prazo legal. Após o que, com ou sem elas, subam os autos ao Eg. TRF da 1ª Região, com as cautelas legais.

1997.39.00.011044-8 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: DIDIER PONTES SALES

ADVOG.: PA4559 - JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA

REU: INSTITUTO BRASILEIRO DO M. AMBIENTE E REC. NATURAIS

RENOVAVEIS - IBAMA

PROC.: HELOISA MARIA C FAGUNDES

DESP.: Em face da documentação apresentada à fls. 110/124, intime(m)-se o(a)s autor(a)s para manifestar(em) interesse na execução do julgado, nos termos do art. 604 do CPC, no prazo de 30 dias, considerando a compensação de valores já contemplados, nos termos da Lei n.º 8.627/93.

1998.39.00.007766-1 ACAO ORDINARIA/OUTRAS

AUTOR: OLGA MARIA GUIMARAES LEAO

ADVOG.: PA6588 - CARLOS PEDRO PAIVA MORAES

REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADV.: LILIANA CUNHA MOUTINHO COELHO E OUTROS

DESP.: Recebo a apelação interposta pelo CEF nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Dê-se vista ao(s) apelado(a)s para apresentar(em) contra-razões, querendo, no prazo legal. Após o que, com ou sem elas, subam os autos ao Eg. TRF da 1ª Região, com as cautelas legais.

1998.39.00.010575-4 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: ANGELA MARIA FARIAS CARDOSO E OUTROS

ADVOG.: PA5936 - RONALD VALENTIM SAMPAIO

ADVOG.: PA7035 - SEBASTIANA APARECIDA S.S. SAMPAIO

REU: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PROC.: JOSÉ DE JESUS MENDES
DESP.: I- Ao cálculo, para apurar o valor das custas finais. II- Feito isto, intime-se a UFPA para manifestar interesse na execução do julgado, nos termos do art. 604 do CPC, no prazo de 15 dias.

1999.39.00.005010-1 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: FRANCISCO MOACIR DE AMORIM E OUTRO

ADVOG.: PA5326 - MARIA ELISA BESSA DE CASTRO

REU: UNIAO FEDERAL / MINISTERIO DO EXERCITO

PROC.: JOÃO JOSÉ AGUIAR CARVALHO

DESP.: Retifique-se o termo de autuação, excluindo MANOEL NAZARENO LEMOS do pólo ativo da relação processual. Sobre a contestação apresentada às fls. 26/29, diga(m) o(a)s autor(a)(es).

1999.39.00.005950-5 ACAO POSSESSORIA

REQTE.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOG.: PA977 - ROSOMIRO ARRAIS

REQDO.: RAIMUNDA DE NAZARE COSTA ASSUNCAO

DESP.: Sobre a certidão de fls. 41, diga a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, requerendo o que entender de direito.

2000.39.00.002357-6 ACAO POSSESSORIA

REQTE.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOG.: PA977 - ROSOMIRO ARRAIS

REQDO.: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA BARBOSA

DESP.: Sobre a certidão de fls. 29, diga a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, requerendo o que entender de direito.

2000.39.00.007960-4 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

IMPTE.: JOSE SEBASTIAO PINTO DA SILVA

ADVOG.: PA8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE

IMPDO.: SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DO PARÁ

DESP.: Verifico que a autoridade apontada na inicial como costora não pertence mais aos quadros do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/PA, devendo o impetrante indicar corretamente a autoridade legítima para responder no presente "mandamus", sob pena de indefeimento da inicial. Intime-se.

AUTOS COM DECISÕES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

2000.39.00.005853-0 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: AMATRA VIII - ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS DA JUSTICA DO

TRABALHO DA 8ª REGIAO

ADVOG.: PA5719 - CARLA FERREIRA ZAHLOUTH

REU: UNIAO FEDERAL

DEC.: (...) Assim sendo, pelas razões acima explicitadas, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Cite-se. PI.

2000.39.00.008213-7 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

IMPTE.: GILBERTO FERREIRA DE SOUZA AGUIAR

ADVOG.: PA7881 - CLAUDIO LOPES BUENO

IMPDO.: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ

DEC.: (...) Por estas razões, dou-me por incompetente para julgamento do feito e determino a imediata remessa dos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal, com anterior baixa no Setor de Distribuições, e expedição das comunicações de estilo, preclusas as vias impugnativas. PI.

2000.39.00.008380-2 ACAO ORDINARIA/TRIBUTARIA

AUTOR: EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA

ADVOG.: PA8517 - ANTONIO PLACIDO RODRIGUES MACIEL

REU: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

DESP.: (...) Por tanto, em face do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Cite-se. PI.

2000.39.00.008569-5 ACAO ORDINARIA/SERVICOS

PUBLICOS AUTOR: GRACINA SILVA DOS REIS

ADVOG.: PA7770 - JOAO BATISTA VEIRA DOS ANJOS

REU: UNIAO FEDERAL

DEC.: (...) Assim sendo, pelas razões acima explicitadas, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Cite-se. PI.

AUTOS COM SENTENÇAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

1999.39.00.002952-8 ACAO ORDINARIA/OUTRAS

AUTOR : ROSANGELA MARIA DA ASSUNÇÃO MOREIRA DE FARIAS
 ADVOG : PA6467 - AFONSO ARINOS DE A. LINS FILHO
 REU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV : ROSILENE SILVA DE SOUZA
 SENT : (...) Ante o exposto, com fundamento no art. 158 do Estatuto Processual do Pátrio, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO para que produza seus efeitos jurídicos e, em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC. Custas processuais em restituição e honorários advocatícios, estes arbitrados em R\$ 100,00 (cem reais), a serem arcados pela autora. P.R.L.A.P.O

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - 1ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO
 PRAZO DE 30 DIAS

REF. PROC. Nº 98.6416-6
 DE: POTY PARÁ SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CGC/MF sob o nº 07.911.191/0001 92, outrora sediada na Av. Generalíssimo Deodoro, nº 719, nesta cidade.
 FINALIDADE : para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a Ação Ordinária, processo em epígrafe, promovida por FRANCISCO DE ASSIS TAVARES GOMES em face da ora citada e outros. Ficam o(s) Réu(s) ciente(s) de que não contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão por ele(s) aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora, nos termos do art. 285 do Código de Processo Civil. SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária do Pará, 1ª Vara, Rua Domingos Marreiros, 598, Umanzil. Tel. 242-0055, ramal 150 - Belém - Pa.

Belém, PA, em 17 de agosto de 2000.
 AGLIBERTO GOMES MACHADO
 Juiz Federal Substituto no exercício da 1ª Vara

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiz Federal da 1ª Vara
 ANDRÉ PRADO DE VASCONCELOS
 Diretor de Secretaria:
 Antônio Arthur Barros Mendes

BOLETIM ESTATÍSTICO DO MÊS DE JUNHO/2000

CLASSES	SENTENÇA TPO 01	SENTENÇA TPO 02	TOTAL	EMBARGOS	
				DEC	INF
01101 - AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	01	-	01	-	-
01102 - AÇÃO ORD. SERVIÇOS PÚBLICOS	36	04	40	-	-
01103 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS	22	23	45	01	-
02101 - MAND. DE SEGURANÇA/INDIVIDUAL	01	03	04	01	-
02201 - MAND. DE SEGURANÇA/COLETIVO	01	-	01	-	-
03104 - AÇÃO POSSESSÓRIA	01	-	01	-	-
03204 - JUSTIFICAÇÃO	02	-	02	-	-
03103 - CAUÇÃO	03	-	03	-	-
03202 - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA	03	03	06	-	-
11102 - EMBARGOS DE TERCEIRO	01	-	01	-	-
13101 - PROC. COMUM - JUÍZ SINGULAR	03	-	03	-	-
13107 - PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL	02	-	02	-	-
14001 - EXEC. DE SENTENÇA	03	-	03	-	-
TOTAL	75	34	113	02	-

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiz Federal da 1ª Vara, em exercício
 RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 Diretora de Secretaria:
 Franciane Miranda da Mardes

BOLETIM ESTATÍSTICO DO MÊS DE JUNHO/2000

CLASSES	SENTENÇA TPO 01	SENTENÇA TPO 02	TOTAL	EMBARGOS	
				DEC	INF
03104 - AÇÃO POSSESSÓRIA	02	-	02	-	-
03204 - JUSTIFICAÇÃO	01	-	01	-	-
13103 - CRIMINAIS DIVERSAS /OUTROS	01	-	01	-	-
TOTAL	04	-	04	-	-

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiz Federal da 1ª Vara, em exercício
 LUCAS ROSENDO MAXIMO DE ARAUJO
 Diretora de Secretaria:
 Franciane Miranda da Mardes

BOLETIM ESTATÍSTICO DO MÊS DE JUNHO/2000

CLASSES	SENTENÇA TPO 01	SENTENÇA TPO 02	TOTAL	EMBARGOS	
				DEC	INF
05204 - JUSTIFICAÇÃO	02	-	02	-	-
TOTAL	02	-	02	-	-

INTERNET: www.ioepa.com.br

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiz Federal da 1ª Vara, em exercício
 EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS
 Diretora de Secretaria:
 Franciane Miranda da Mardes

BOLETIM ESTATÍSTICO DO MÊS DE JULHO/2000

CLASSES	SENTENÇA TPO 01	SENTENÇA TPO 02	TOTAL	EMBARGOS	
				DEC	INF
01101 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS	01	-	01	-	-
02102 - MAND. DE SEGURANÇA/INDIVIDUAL	04	-	04	-	-
04102 - EXEC. DIV. POR TÍTULO JUDICIAL	02	-	02	-	-
03103 - CAUÇÃO	01	-	01	-	-
14002 - HABEAS CORPUS	-	01	01	-	-
TOTAL	08	01	09	-	-

JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA

JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA
 Hind Ghassan Kayah
 DIRETORA DE SECRETARIA
 Rose May Braymi Borges

BOLETIM 132/2000
EXPEDIENTES DE 24/08/00
ATOS DA SECRETARIA PARA FINS DE INTIMAÇÃO

Nos processos abaixo discriminados a Diretora da Secretaria desta Vara expediu a seguinte certidão: "Certifico que de acordo com a Portaria nº 01, de 28/01/00, desta Seção Judiciária, remeto os presentes autos para serem resenhados e posteriormente encaminhados à publicação a fim de que o(s) autor(es) sejam intimados a se manifestar(em) sobre a(s) contestação(ões), no prazo legal".

Processo nº 2000.4834-9

Autor(a) MARCO JOÃO MACIELLOISHI
 Advogado(a) João José Soares Geraldo
 Réu CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) Liana Cunha Mousinho Coelho

Processo nº 2000.4835-1

Autor(a) JOSÉ ARMÍNIO DA SILVA TRINDADE
 Advogado(a) João José Soares Geraldo
 Réu CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) Liana Cunha Mousinho Coelho

Processo nº 2000.5066-2

Autor(a) MARIA LUCY FONSECA BARROS
 Advogado(a) Evandro de Oliveira Costa
 Réu CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) Liana Cunha Mousinho Coelho

DESPACHOS

CLASSE 1300 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo nº 2000.0990-0
 Autor(a) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA MARINHA
 Procurador(a) João José Aguiar Carvalho
 DESPACHO :Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0878-7

Autor(a) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Procurador(a) João José Aguiar Carvalho
 DESPACHO :Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0635-0

Autor(a) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 Procurador(a) João Luiz Colares Sarmiento
 DESPACHO :Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento

comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0874-6

Autor(a) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Procurador(a) João José Aguiar Carvalho
 DESPACHO :Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0652-5

Autor(a) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 Procurador(a) Marlene Fernandes de Miranda
 DESPACHO :Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.3030-0

Autor(a) CLAUDIONOR SODRÉ DIAS FILHO
 Advogado(a) Maria Elisa Bessa de Castro
 Réu MINISTÉRIO DA MARINHA - UNIÃO FEDERAL
 Procurador(a) João José Aguiar Carvalho
 DESPACHO :Intime-se a UNIÃO FEDERAL para se manifestar acerca do contido na petição de fl. 19.

Processo nº 2000.8833-6

Autor(a) AMAIRA VIII - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª
 Advogado(a) Carla Ferreira Zahleuth
 Réu UNIÃO FEDERAL-TRT DA 8ª REGIÃO
 DESPACHO :Emende a autora a inicial, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento, acostando aos autos a autorização para representação judicial dos magistrados PATORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE e RENATA PLATON ANJOS MENA WANDERLEY.

Processo nº 98.11757-8

Autor(a) JILMA LÚCIA COSTA DA SILVA E OUTROS
 Advogado(a) Edevaldo Assunção Caldas
 Réu UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 Procurador(a) Rui Lobato Bahia
 DESPACHO :Ao Setor de distribuição para reenumerar e reclassificar (classe 4100) o presente feito.

Processo nº 96.2545-2

Autor(a) HELENIZE MARIA BARBOSA DE LIMA E OUTROS
 Advogado(a) Meire Costa Vasconcelos
 Réu UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 Procurador(a) Rui Lobato Bahia
 DESPACHOS :Intimem-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Aguarde-se em Secretaria, conforme determinado pela Portaria nº 147, de 04/05/2000, do E. TRF da 1ª Região, que as Cortes Superiores julguem o recurso de agravo de instrumento interposto pela contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário apresentados.

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Processo nº 2000.5717-2
 Autor(a) JOSÉ JOÃO PACHECO E OUTROS
 Advogado(a) Lair da Paixão Rocha
 Réu CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 DESPACHO :Cite-se.

Processo nº 2000.5007-4

Autor(a) JOATA PUREZA DE OLIVEIRA
 Advogado(a) Norma Simone Timóteo da Silva
 Réu EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 Advogado(a) Cyro Nôvo dos Santos
 DESPACHO :Digam as partes se desejam produzir mais provas, indicando desde logo sua finalidade.

Processo nº 2000.8849-1

Autor(a) SÔNIA MARIA DA CRUZ ALBUQUERQUE FEIO
 Advogado(a) Luiz Carlos Correia
 Réu CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 DESPACHO :Indefiro o pedido de exibição por parte da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL dos extintos anexos dos meses compreendidos entre julho/87 a dezembro/90, uma vez que a agente operadora do fundo não possuía controle sobre essas contas em períodos anteriores à Lei 8.036/90, devendo tal providência ser adotada pelos autores junto aos bancos depositários na época, por ocasião da liquidação da sentença (ver a proposta Ag. Nº 94.01.22866-3-DH, 3ª Turma do TRF da 1ª Região. Quanto aos extratos referentes aos meses compreendidos entre janeiro e abril/91, é de ônus dos autores requerer os administrativamente junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Emende a autora a inicial, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento, acostando aos autos cópia autenticada do CPF de com o art. 1º do Provimento nº 91, de 03.08.2000, do TRF da 1ª Região.

Processo nº 2000.2587-3

Autor(a) : GIOVANNI OLIVEIRA ARAÚJO E OUTRO

Advogado(a) : Eliete de Souza Colares

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Liana Cunha Mousinho Coelho

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)

DESPACHO : Especificuem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando de pronto sua finalidade, no prazo de cinco dias. Intimem-se, a UNIÃO FEDERAL por mandado.

Processo nº 2000.0396-1

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0401-1

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0442-1

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0578-2

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0381-5

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.1016-3

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.1006-1

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 2000.0872-0

Autor(a) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO

FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Advogado(a) : Edevaldo Assunção Caldas

Réu : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

DESPACHO : Baixo o feito em diligência (...). Dessa feita, verificada a deficiência da petição inicial neste sentido, assino o prazo de dez dias para que tal irregularidade seja sanada mediante a juntada aos autos de documento comprobatório de vínculo funcional dos representados com a parte requerida, sob pena da extinção de processo sem julgamento do mérito. Intime-se.

Processo nº 99.0841-5

Autor(a) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Advogado(a) : Cyro Nôvoa dos Santos

Réu : FIDUCIÁRIA PLANEJ E PROM. DE EMPREND. LTDA ME

Advogado(a) : Benedito José da Silva Santana

DESPACHOS : Digam as partes se desejam produzir mais provas, indicando desde logo sua finalidade.

Processo nº 98.11567-8

Autor(a) : CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO E OUTRO

Advogado(a) : Em causa própria

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Luiz Carlos Lugues

DESPACHO : Manifestem-se as partes acerca do laudo pericial de fls. 149/164, no prazo sucessivo de dez dias, primeiro os autores. Solicito que o Sr. Perito complemente as informações constantes do laudo, esclarecendo: a) forma de cálculo dos juros e amortização; b) a ocorrência de amortização negativa embora computado o pagamento das prestações mensais; e c) se há incorporação sucessiva de juros não pagos ao saldo devedor para cálculo das prestações mensais posteriores. Intimem-se.

Processo nº 97.10120-4

Autor(a) : MARIA ARQUIDAME CHAGAS DA SILVA E OUTROS

Advogado(a) : Nilma Quites Reis e outros

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Liana Cunha Mousinho Coelho

DESPACHOS : Intimem-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Aguarde-se em Secretaria, conforme determinado pela Portaria nº 147, de 04/05/2000, do E. TRF da 1ª Região, que as Cortes Superiores julguem o recurso de agravo de instrumento interposto pela contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário apresentados.

Processo nº 96.7692-8

Autor(a) : INÊS MARIA GUERREIRO DINIZ

Advogado(a) : Paula Frassinetti Viana Atta e outros

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Liana Cunha Mousinho Coelho

DESPACHOS : Intimem-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Aguarde-se em Secretaria, conforme determinado pela Portaria nº 147, de 04/05/2000, do E. TRF da 1ª Região, que as Cortes Superiores julguem o recurso de agravo de instrumento interposto pela contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário apresentados.

Processo nº 95.1802-0

Autor(a) : JOSÉ MANOEL DA ROCHA E OUTROS

Advogado(a) : Marcelo Silva de Freitas e outros

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Luiz Carlos Lugues

DESPACHO : Assino o prazo de dez dias para que os autores requeiram o que lhes compete nestes autos. Intimem-se.

CLASSE 5101 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Processo nº 90.2474-9

Autor(a) : ALVARO RAIMUNDO MACHADO FONSECA

Advogado(a) : Orlando Antonio Fonseca

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO

Advogado(a) : Beatriz Engelmann Soares

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)

DESPACHO : Ao Setor de distribuição para renumerar e reclassificar (classe 4100) o presente feito. Após, vista à UNIÃO FEDERAL pelo prazo de dez dias, para que se manifeste sobre o valor informado à fl. 177, requerendo o que de direito.

CLASSE 5104 - AÇÃO POSSESSÓRIA

Processo nº 2000.2359-1

Reque. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Rosomiro Arrais

Reqdo. : RAIMUNDO NONATO VILHENA VALADARES E

OUTRO

Advogado(a) : Pedro Paulo Cavaleiro dos Santos

DESPACHO : Expeça-se mandado de emissão de posse.

Processo nº 97.3700-7

Reque. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Maria Amélia Maia Franco

Reqdo. : EMANUEL DE JESUS RAMOS DAMASCENO E OUTRO

Advogado(a) : Nada consta

DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na petição de fls. 61. Assim, determino que a Secretaria retifique a autuação do presente feito, incluindo no pólo passivo o atual ocupante do imóvel, WANDERLEY LIRA DE MACEDO. Em seguida, expeça-se mandado para a citação do mesmo, nos termos do despacho de fl. 11.

CLASSE 9103 - CAUÇÃO

Processo nº 99.4233-3

Reque. : AMÉRICO IANNINO SOARES E OUTRO

Advogado(a) : Rosália Oliveira Neves

Reque. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Rosilene Silva Souza

DESPACHO : Ao Setor de distribuição para renumerar e reclassificar (classe 4100) o presente feito.

CLASSE 11100 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

Processo nº 99.5745-5

Emble. : UNIÃO FEDERAL

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

Emble. : ALEXANDRE DAVID HORTA MOREIRA E OUTROS

Advogado(a) : Eliete de Souza Colares

DESPACHO : Traslade-se para os autos principais cópia da sentença. Após, remetam-se os autos ao E. TRF da 1ª Região, por força do reexame necessário.

Processo nº 99.5745-5

Emble. : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Procurador(a) : Rui Lobato Bahia

Emble. : AUGUSTO CORREA NETO E OUTROS

Advogado(a) : Dorival Indriassu de Souza Neto

DESPACHO : Recebo os presentes embargos no efeito suspensivo (CPC, art. 739, § 1º). Apense-se ao processo principal. Intime-se os embargados para impugnarem a presente ação no prazo de dez dias.

Processo nº 95.8080-0

Emble. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Luiz Carlos Lugues

Emble. : CARLOS GALVÃO BRANDÃO

Advogado(a) : Lúcia Vespasiano Mazzini do Amaral

DESPACHO : Ao setor de cálculo para manifestação do Sr. Contador do Juízo acerca do alegado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na petição de fls. 206/211. Após, oficie-se à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PAB Justiça Federal, solicitando o saldo atualizado da conta bancária 505.128-7. Após, expeça-se alvará de Levantamento dos honorários periciais, conforme o requerido à fl. 136.

DECISÃO

CLASSE 9103 - CAUÇÃO

Processo nº 2000.7509-4

Reque. : CARMEN GEORGETTE MONTEIRO NABOR

Advogado(a) : Waldiney S. M. VILASCO

Reque. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO

DECISÃO : Defiro o pedido de gratuidade judiciária. INDEFIRO o pedido de liminar por ausência de fumus boni iuris, haja vista que nos termos do pactuado pelas partes o imóvel em questão está gravado com hipoteca em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que, inclusive, já iniciou o procedimento de execução extrajudicial. Ademais, sequer constam dos autos os títulos de dívida agrária, havendo apenas cessão de direitos. Cite-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Publique-se. Intime-se.

EM TEMPO

EXPEDIENTES DE 23/08/00

ATOS DA SECRETARIA PARA FINS DE INTIMAÇÃO

Certifico e dou fé, que em decorrência da determinação contida na Portaria nº 01, de 28/01/00, desta Seção Judiciária, remeto os presentes autos à Seção de Cálculos para que sejam apurados as custas finais.

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Processo nº 2000.4494-6

Autor(a) : PAULO SÉRGIO BOTELHO SOARES E OUTRO

Advogado(a) : Luiz Carlos Silva Mendonça

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTRO

No processo abaixo discriminado a Diretora da Secretaria desta Vara expediu a seguinte certidão: "Certifico que de acordo com a Portaria nº 01, de 28/01/00, desta Seção Judiciária, remeto os presentes autos para serem reexaminados e posteriormente encaminhados à publicação a fim de que o(s) autor(es) sejam intimados a se manifestar(em) sobre a(s) contestação(ões), no prazo legal".

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo nº 2000.2866-0

Autor(a) : GERALDO JOAQUIM DA SILVA E OUTROS

Advogado(a) : Maria Raimunda Prestes Magno Reis

Réu : UNIÃO FEDERAL

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Processo nº 98.8986-3

Autor(a) : ORIVALDO DE LIMA MOTA E OUTRO

Advogado(a) : Reginaldo de Castro Maia

Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Liana Cunha Mousinho Coelho

Processo nº 95.7712-4

Autor(a) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Advogado(a) : Cyro Nôvoa dos Santos

Réu : PAULO JOSÉ DE SOUZA E OUTROS

Advogado(a) : Raimunda das Graças Matos Martins

SENTENÇAS

CLASSE 1100 - AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA

Processo nº 2000.4772-0

Autor(a) : FRIGETE FRIGORÍFICO GEL E PESCA LTDA

Advogado(a) :Saidy Mercês dos Santos Dias
Réu :UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Procurador(a) :Isaac Ramiro Bentes
SENTENÇA :...Ante o exposto, confirmo a tutela antecipada anteriormente deferida e, no mérito, julgo parcialmente procedente a ação, para que, apenas em relação à COPINS, seja mantido o conceito de latuamente tal como definido na Lei Complementar nº 70/91. Fica denegada a tutela em relação ao PIS. Sentença sujeita a reexame necessário. Recurso de metade das custas pela Ré. Em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com o ônus do seu patrocínio. Oficie-se ao Juiz Relator do Agravo interposto no TRF da 1ª Região, cientificando-o do presente julgamento. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Processo nº 99.4093-2

Autor(a) :ENDECO ENGENHARIA LTDA E OUTROS
Advogado(a) :Raimundo Dólio de Araújo Paiva
Réu :FAZENDA NACIONAL
Procurador(a) :Antônio José de Mattos Neto
SENTENÇA :...Ante o exposto, confirmo a tutela antecipada já deferida nos autos e, no mérito, julgo parcialmente procedente a ação para condenar a Fazenda Nacional a incluir, no cálculo da atualização monetária do indébito a ser restituído às autoras na esfera administrativa, consoante apurado nos processos administrativos nºs. 10280.003214/97, 10280.004472/98-18 e 10280.003604/98-11, os seguintes índices inflacionários expurgados: 42,72% em janeiro de 1989; 44,80% em abril de 1990; 7,87% em maio de 1990; e 6,60% em fevereiro de 1991. Improcedente é o pedido referente aos juros moratórios. Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com o ônus da verba honorários. Custas pro rata, ficando a Fazenda isenta da parte que lhe compete. Sentença sujeita a reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

CLASSE 1300 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo nº 99.5313-0

Autor(a) :ALCIONE ANDRADE TOCANTIS
Advogado(a) :Reginaldo de Castro Maia
Réu :UNIÃO FEDERAL
Procurador(a) :João José Aguiar Carvalho
SENTENÇA :...Ante o exposto, defiro o pedido antecipação da tutela, para obstar o desconto das contribuições previdenciárias incidentes sobre os proventos da autora, no estrito termo do pedido formulado na inicial. NO mérito, julgo procedente a ação para declarar a inexistência de relação jurídico-trabalhista que obrigasse a autora a contribuir para a seguridade social, tal como exigido pela Lei 9783/99. Em consequência, condeno a União a proceder à devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos da autora sob tal fundamento, atualizados desde a época da ocorrência das retenções, nos termos da Súmula n. 162 do STJ, mediante a aplicação da taxa SELIC (...). Condeno, por fim, a UNIÃO FEDERAL a proceder ao ressarcimento das custas adiantadas pela autora e ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em dez por cento sobre o valor da condenação. Sentença sujeita a reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Processo nº 98.7746-4

Autor(a) :NAILDE RESENDEDA SILVA E OUTROS
Advogado(a) :Miguel Brasil Cunha
Réu :FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Procurador(a) :Maria Deusdeth Marques Vieira Reale
SENTENÇA :...Ante o exposto, julgo improcedente os pedidos formulados na inicial, condenando os autores ao pagamento das custas e do honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 100,00. Contudo, atenta à gratuidade judiciária deferida nos autos, condiciono a execução de tais verbas à alteração da situação econômico-financeira que possibilite aos autores o adimplimento, verificada no prazo de cinco anos a contar do trânsito em julgado desta, após, o que passarão a não mais serem exigíveis aqueles valores (art. 12 de Lei 1060/50). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Processo nº 97.10965-4

Autor(a) :BENEIDA MARINTS CAVALCANTE E OUTROS
Advogado(a) :Maria de Fátima Coimbra
Réu :UNIÃO FEDERAL
Procurador(a) :João José de Aguiar Carvalho
SENTENÇA :...Julgo extinta a execução com base no art. 794, III, do CPC. Ao Setor de distribuição para remunerar e reclassificar (classe 4100) o presente feito. Após o trânsito em julgado, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Processo nº 99.3676-2

Autor(a) :AUDONAI COSTA TOTELHO E OUTROS
Advogado(a) :Francisco Genésio Bessa de Castro
Réu :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Liana Cunha Mousinho Coelho
SENTENÇA :...Ante o exposto, em relação ao autor RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, V, segunda figura, do CPC, condenando-o nas custas, em proporção, e em honorários advocatícios em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que arbitro em 100 UFIR. No mais, julgo procedente em parte o pedido, para condenar a Ré a creditar na conta vinculada do FGTS dos autores - ou a pagar-lhes diretamente, na hipótese de conta encerrada - os valores decorrentes da aplicação, sobre os saldos existentes nas épocas respectivas, do percentual de 44,80% - relativo ao IPC de abril/90, com reflexos em todos os meses subsequentes, acrescidos de correção monetária a partir da data em que cada parcela era devida, além de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde a citação. (...) Condeno a CEF ao pagamento das custas e de honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Processo nº 98.9934-9

Autor(a) :ANA GORETTI DE MELO PACHECO E OUTROS
Advogado(a) :Wanda Lúcia Correa Rodrigues
Réu :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Jorgemisa Jorge Aued

SENTENÇA :...Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido, para condenar a Ré a creditar na conta vinculada do FGTS dos autores - ou a pagar-lhes diretamente, na hipótese de conta encerrada - os valores decorrentes da aplicação, sobre os saldos existentes nas épocas respectivas, dos seguintes percentuais: 6,81% - relativo ao IPC de 26,06% de junho/87; 16,06% - relativo ao IPC de 42,72% de janeiro/89; 44,80% - relativo ao IPC de abril/90; 2,36% - relativo ao IPC de 7,87% de maio/90 e 13,90% - relativo ao IPC de 21,87% de fevereiro/91, com reflexos em todos os meses subsequentes, acrescidos de correção monetária a partir da data em que cada parcela era devida, além de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde a citação. (...) Condeno a CEF ao pagamento das custas e de honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Processo nº 96.4203-9

Autor(a) :FRANCISCO DA ROCHA
Advogado(a) :Ana Maria Cunha de Melo
Réu :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Luiz Carlos Lages
SENTENÇA :...Julgo extinta a execução com base no art. 794, VI, do CPC. Ao Setor de distribuição para remunerar e reclassificar (classe 4100) o presente feito. Após o trânsito em julgado, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

CLASSE 5117 - AÇÃO DIVERSA/OUTRAS

Processo nº 2000.4541-0

Repte. :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Hélio Gueiros
Reqdo. :MARIA EUNICE SAMPAIO DA SILVA
SENTENÇA :...Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem exame do mérito, com arquivamento no art. 267, IV do CPC, devendo a Requerente arcar com as custas processuais. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

AUTOS REPUBLICADOS

CLASSE 4100 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

Processo nº 2000.1129-4

Expte. :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Liana Cunha Mousinho Coelho
Excdto. :SARAIVA REPRESENTAÇÕES LTDA E OUTROS
Advogado(a) :Valter Silva Santos
DESPACHO :Defiro o pedido formulado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na petição de fl. 68. Assim, oficie-se à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-PAB Justiça Federal, solicitando a transferência dos valores depositados na conta bancária 505.529-0 para a conta informada na peça mencionada no item anterior. (Replicado por ter saído com incorreção no D.O.E. nº 29.287, de 30.08.00).

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

PROCESSO Nº 00.15144-6

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA
AUTOR: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
RÉU :DEOCLIDES RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO
DE: DEOCLIDES RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, motorista residente e domiciliado à altura do Km 260, BR-230 (Transamazônica), no sentido Marabá/Altamira, Município de Portel, Comarca de Breves-Pa, e COSME ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, motorista, residente no Km 212, trecho Marabá/Altamira, da BR-230 (Transamazônica) Município de Portel, Comarca de Breves-Pa, ambos, atualmente, em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR os réus acima, para, no prazo de 15 dias, querendo contestar a Ação Ordinária que lhe é movida pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, ficando cientes de que não contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão por eles aceito como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, tudo sob as penas da lei.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária do Estado do Pará - 2ª Vara, localizada na Rua Domingos Marreiros, nº 598 - Bairro Umanizal - CEP: 66.055-210 - Belém/PA. Fone: (091) 242-0055, ramal 151.

Belém(PA), 23 de agosto de 2000.
HIND GLASSAN KAYATH
Juíza Federal da 2ª Vara

JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA

JUÍZ FEDERAL DA 2ª VARA

Hind Glassan Kayath
DIRETORA DE SECRETARIA
Rose May Braryni Borges

BOLETIM 133/2000
EXPEDIENTES DE 25 e 26/08//00
ATOS DA SECRETARIA PARA FINS DE INTIMAÇÃO

No processo abaixo discriminado a Diretora da Secretaria desta Vara expediu a seguinte certidão: "Certifico que de acordo com a Portaria nº 01, de 28/01/00, desta Seção Judiciária, remeto os presentes autos para serem resenhados e posteriormente encaminhados à publicação a fim de que o(s) autor(es) sejam intimados a se manifestar(em) sobre a(s) contestação(ões), no prazo legal".

CLASSE 9200 - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA

Processo nº 2000.6199-7

Repte. :JORGE BALDUINO E OUTRO
Advogado(a) :Waldemar Nova da Costa Filho e outro
Reqdo. :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Rosilene Silva Souza

DESPACHO

CLASSE 13101 - PROCESSO COMUM

Processo nº 99.3665-8

Autor :MINISTÉRIO PÚBLICO
Procurador(a) :Ubiratan Cazetta
Réu :JUDINA FIGUEIREDO FONSECA
Advogado(a) :Márcia Andrea Calso da Silva
Réu :WALTER FERREIRA RIBEIRO
Advogado(a) :Raimunda das Graças Matos Martins
DESPACHO :Face a certidão de fl. 242 e considerando que a defesa da acusada Judina Figueira Fonseca, apesar de intimada (cert. fl. 241-V), não cumpriu o despacho de fl. 241, entende este Juízo que referida defesa renunciou tacitamente à inquirição da testemunha Terezinha de Jesus Bendelak. Tendo em vista que em outros processos de este cartório, o acusado Walter Ferreira Ribeiro tem-se queixado da ausência de sua defensora dativa nas audiências realizadas, e para que se evite a alegação de cerceamento de defesa por parte do mesmo, hei por bem destituir a Dr. Costovina Macedo e, em seu lugar, nomeio o Dr. Joubert Luiz Barbas Bahia, devendo o mesmo ser intimado, com urgência, da audiência designada para o dia 26.10.2000, visando a inquirição da testemunha Pedro Oliva. Intimem-se.

EM TEMPO
EXPEDIENTES DE 23/08//00
DESPACHOS

CLASSE 1300 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo nº 97.12015-9

Autor(a) :ANA SELM SILVA BEZERRA E OUTROS
Advogado(a) :Miguel Gustavo C Brasil Cunha
Réu :UNIÃO FEDERAL
Procurador(a) :João José Aguiar Carvalho
DESPACHO :Ao Setor de Cálculo para apuração da existência de custas finais.

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Processo nº 99.8365-5

Autor(a) :ALDO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES E OUTROS
Advogado(a) :Elizabeth Costa Coutinho
Réu :CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a) :Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO :Manifestem-se os autores acerca do alegado na contestação, no prazo de dez dias. Em seguida, ao Setor de Cálculo para apuração de custas finais em relação aos autor JOÃO DO CARMO ANDRÉ. Intimem-se.

CLASSE 2100 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

Processo nº 2000.8827-5

Impte. :ARLINDO TEDESCO
Advogado(a) :Kelma Sousa de Oliveira
Impdo. :DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM-PA
DESPACHO :Reservo-me a apreciar o pedido de liminar após a notificação da autoridade coatora.

Processo nº 98.4343-2

Impte. :CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.
Advogado(a) :Guilherme Henrique Rocha Lobato
Impdo. :DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM-PA
Procurador(a) :Isaac Ramiro Bentes (FAZENDA NACIONAL)
DESPACHO :Intime-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Após, não havendo manifestação, archive-se.

Processo nº 98.0612-7

Impte. :ELIANA PAULINO FONTELES E OUTROS
Advogado(a) :Augusto Costa Ferreira
Impdo. :SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Procurador(a) :João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)
DESPACHO :Intime-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Ao cálculo para apurar o valor das custas finais.

Processo nº 97.3621-2

Impte. :ONEIDE DE MELLO BASTOS E OUTROS
Advogado(a) :Antonio Ferreira Magalhães
Impdo. :DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO PARÁ
Procurador(a) :João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)
DESPACHO :Intime-se a Impetrante para requerer a citação da UNIÃO FEDERAL, na qualidade de litisconsorte passiva, conforme determinado pelo E. TRF da 1ª Região.

Processo nº 97.6249-7

Impte. :JACOB JOSÉ DA SILVA
Advogado(a) :Guilherme Henrique Rocha Lobato
Impdo. :SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Procurador(a) :João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)
DESPACHOS :Intimem-se as partes acerca do retorno dos presentes autos. Aguarde-se em Secretaria, conforme determinado pela Portaria nº 147, de 04/05/2000, do E. TRF da 1ª Região, que as Cortes Superiores julguem o recurso de agravo de instrumento interposto pela contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário apresentados.

Processo nº 96.5520-3

Impte. :FRANCISCO BORGES DE SOUSA
Advogado(a) :Alm Silvio Afonso Garcia
Impdo. :DELEGADO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA DO PARÁ

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho (UNIÃO FEDERAL)
 DESPACHOS : Intimem-se as partes acerca do retorno dos presentes autos.
 Aguardo-se em Secretaria, conforme determinado pela Portaria nº 147, de 04/05/2000, do E. TRF da 1ª Região, que a Corte Superior julgue o recurso de agravo de instrumento interposto pela contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário apresentados.

CLASSE 4100 – EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

Processo nº 2000.3454-9

Expte. : MARIA DE NAZARÉ BATALHA DE LIMA O' DE ALMEIDA
 Advogado(a) : Emanuel O' de Almeida Filho
 Excd. : UNIÃO FEDERAL
 Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela Execlente na petição de fls. 161/162, posto que nada há a ser reconsiderado, pelos motivos já expostos no despacho de fls. 160.

Processo nº 2000.4150-5

Expte. : SÉRGIO GABRIEL DA SILVA (em causa própria)
 Excd. : FAZENDA NACIONAL
 Procurador(a) : Isaac Ramiro Bentes
 DESPACHO : Expeça-se precatório requisitório, com base nos valores apresentados na petição de fls. 72/73. Intime-se a Fazenda Nacional por mandado.

Processo nº 99.6374-4

Expte. : UNIÃO FEDERAL
 Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho
 Excd. : NAGIB TUMA
 Advogado(a) : Carlos Platilha
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela UNIÃO FEDERAL na petição de fl. 134. Assim, determino o desentranhamento do mandado de fl. 131 para que o executado NAGIB TUMA seja intimado pessoalmente da penhora, nos termos do art. 669 do CPC.

Processo nº 98.1113-5

Expte. : FAZENDA NACIONAL
 Procurador(a) : Isaac Ramiro Bentes
 Excd. : ART-PE COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA
 Advogado(a) : Nelson Montalvão das Neves
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela Fazenda Nacional na petição de fl. 109. Assim, designe a Sr. Diretora de Secretaria dia e hora para realização do leilão, expedindo-se os mandados e editais necessários.

Processo nº 00.23117-1

Expte. : SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
 Procurador(a) : João Bosco Maia Sampaio
 Excd. : JOSÉ FERREIRA DE BRITO
 Advogado(a) : Nada consta
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA na petição de fl. 108, em face de o executado JOSÉ FERREIRA DE BRITO já ter sido devidamente citados nos termos do art. 652 e seguintes do CPC através do competente edital. Após encerrado o prazo de suspensão do processo (fl. 106), determino a intimação da SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA para que preste informações acerca do êxito das diligências informadas na petição de fl. 105.

CLASSE 4300 – EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA

Processo nº 99.8118-2

Expte. : UNIÃO FEDERAL
 Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho
 Excd. : BENEDITO RODRIGUES DE CARVALHO E OUTROS
 Advogado(a) : Silvia Maria Lobato de Souza
 DESPACHO : Manifeste-se a UNIÃO FEDERAL acerca do depósito efetuado (fl. 84) pelos executados BENEDITO RODRIGUES DE CARVALHO, JOSÉ BATISTA DE SOUSA e JOSÉ BRITTO, no prazo de dez dias. Intime-se por mandado.

CLASSE 5104 – AÇÃO POSSESSÓRIA

Processo nº 2000.3146-0

Repte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) : Rosomito Arrais
 Reqd. : JORGE SENA DIAS
 DESPACHO : Solicite a Secretaria informações acerca do expediente retro.

Processo nº 99.5274-3

Repte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) : Rosomito Arrais
 Reqd. : RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA E OUTRO
 Advogado(a) : Nada consta
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na petição de fl. 36. Assim, expeça-se edital para a citação dos Requeridos, nos termos do determinado no despacho de fl. 16. Assino o prazo de dez dias para que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL requiera a citação dos atuais ocupantes do imóvel. Intime-se.

Processo nº 97.5286-3

Repte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) : Rosilene Silva Souza
 Reqd. : OSCARINA ARAÚJO DOS SANTOS E OUTRO
 Advogado(a) : Nada consta
 DESPACHO : Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a efetuar o pagamento das custas finais, no valor de R\$ 28,03, no prazo de quinze dias.

Processo nº 97.6216-8

Repte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(a) : Carlos José de Amorim Pinto
 Reqd. : FRANCISCO ANTONIO DE ARAÚJO E SOUZA E OUTRO
 Advogado(a) : Nada consta
 DESPACHO : Defiro o requerido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL à fl. 45. Solicite-se da CEMAN a devolução do mandado de inibição de posse, sem o cumprimento. Declare suspenso o presente feito pelo prazo de 180 dias.

CLASSE 5117 – AÇÃO DIVERSA/OUTRAS

Processo nº 98.7982-2

Repte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Advogado(a) : Domingos Fabiano Coseza
 Reqd. : ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS E OUTRO
 Advogado(a) : Nada consta
 DESPACHO : Solicite-se a Secretaria informações acerca do expediente retro.

CLASSE 1100 – EMBARGOS À EXECUÇÃO

Processo nº 2000.7719-8

Empte. : UNIÃO FEDERAL
 Procurador(a) : João José Aguiar Carvalho
 Embdo. : ELENA CÉLIA SERAFIM E OUTROS
 Advogado(a) : José de Aimatéia Chaves Sousa
 DESPACHO : Defiro o pedido formulado pelos Embargados na petição de fls. 15/16. Assim, assino o prazo de dez dias para que a UNIÃO FEDERAL apresente os termos de acordo mencionados na petição inicial. Intime-se por mandado.

CLASSE 1301 – PROCESSO COMUM

Processo nº 96.5818-0

Autor : MINISTÉRIO PÚBLICO
 Procurador : José Augusto Torres Potiguar
 Réu : CARLOS ADIR PASTANA DE JESUS
 Advogado : Manoel José Monteiro Siqueira e outros
 DESPACHO : Considerando a aceitação, por parte do acusado, da proposta de honorários formulada pelo Perito e tendo em vista que o mesmo já procedeu ao depósito de 50% do valor correspondente, conforme se observa à fl. 180, intime-se o Sr. Perito a entregar o laudo pericial no prazo de trinta dias.

DECISÃO

CLASSE 4505 – PRISÃO EM FLAGRANTE

Processo nº 2000.8760-2

Repte. : DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
 Reqd. : CARLOS CEZAR NOGUEIRA VASCONCELOS
 DECISÃO : Isto posto, declarando sua regularidade formal, mantenho a prisão em flagrante delito de CARLOS CEZAR NOGUEIRA VASCONCELOS. Intime-se. Ciência ao MPF. Comunique-se ao DPF, mediante ofício.

SENTENÇA

CLASSE 1301 – PROCESSO COMUM

Processo nº 99.8648-7

Autor : MINISTÉRIO PÚBLICO
 Procurador : José Augusto Torres Potiguar
 Réu : OTAVIANO DOS REIS LIMA
 Advogado : Cristovina Macedo
 Réu : RENATO JUSTINO FERREIRA
 Advogado(a) : Carlos Platilha Talisman
 SENTENÇA : Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade do acusado OTAVIANO DOS REIS LIMA, nos termos do art. 107, IV do Código Penal, c/c art. 89, § 3º da Lei 9.099/95. Sem custas. Preclusas as vias impugnatórias, efetuem-se as comunicações devidas e, após, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA

RUBIENS ROLLO D'OLIVEIRA
 Juiz Federal da 3ª Vara
 MARIA DAS NEVES MIRANDA DA SILVA
 Diretora de Secretaria da 3ª Vara

BOLETIM Nº 081/2000
 EXPEDIENTES DE 28 e 29/08/2000
 DESPACHO

Classe 1300 – Ordinária / Serviços Públicos

Nº : 97.10831-5

Autor(es) : Antônio Celso Costa de Souza e Outros
 Advogado(s) : Reginaldo de Castro Maia
 Ré(u)(s) : União Federal
 Despacho : Desentranhem-se as fls. 114 a 122 e remetam-se a 2ª Vara desta Seção Judiciária, por pertencerem ao processo nº 1997.39.00.008431-2, em trâmite naquele juízo.

SENTENÇA

Classe 1300 – Ação Ordinária / Serviços Públicos

Nº : 97.10831-5

Autor(es) : Antônio Celso Costa de Souza e Outros
 Advogado(s) : Reginaldo de Castro Maia
 Ré(u)(s) : União Federal
 Sentença : Quanto às Autoras Glayce Maria Silva de Carvalho e Laila de Nazare Brabo do Prado, julgadas carcereiras do direito de ação, na forma do art. 267, VI / CPC. Quanto aos demais Autores, julgado improcedente o pedido. Custas pelos Autores, condenados a pagar, solidariamente, R\$ 300,00 (trezentos reais) pro-rata para a União (cinquenta reais individualmente), a título de honorários advocatícios.

PELA SECRETARIA

De acordo com a Portaria nº 03, de 25.11.96, do MM. Juiz Federal da 3ª Vara, a Diretora de Secretaria abre vista dos autos, para o(s) Autor(es) se manifestar(em) sobre a(s) contestação(ões) no prazo legal, nos processos abaixo relacionados:

Classe 1300 – Ação Ordinária / Serviços Públicos

Nº : 2000.7278-1

Autor(es) : Haroldo Oliveira Bastos
 Advogado(s) : Maria Elisa Bessa de Castro
 Ré(u)(s) : União Federal

Nº : 2000.5857-0

Autor(es) : Roselino Santana dos Santos
 Advogado(s) : Maria Elisa Bessa de Castro
 Ré(u)(s) : União Federal

Nº : 2000.3348-7

Autor(es) : R.E. Sangalli Comércio Importação e Exportação de Madeiras Ltda.
 Advogado(s) : Nestor Ferreira Filho
 Ré(u)(s) : Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
 Procurador : João Wilkens Gouveia Furtado Belém

Classe 1500 – Ação Ordinária / Outras

Nº : 97.2595-2

Autor(es) : Francisco das Chagas Pereira do Nascimento e Outros
 Advogado(s) : Célio Fernandes
 Ré(u)(s) : Caixa Econômica Federal
 Advogado(s) : Lianna Cunha Mousinho Coelho e Outros

JUÍZO FEDERAL - 4ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 DIAS

Ref. Proc. Nº 2000.39.00.001401-1
 DE: WILSON TADEU MORAES DAHAS JORGE, portador da Cédula de Identidade nº 173.086 SSP/PA e CIC/MF nº 171.974.732-68 e ROSA MARIA PEREIRA DAHAS JORGE, portadora da Cédula de Identidade nº 2.323.429 SSP/PA e CIC/MF nº 171.974.652-49, ambos brasileiros, odontólogos, casados um com o outro.
 FINALIDADE: Citação para os atos e termos da Ação Possessória, processo nº 2000.39.00.001401-1, ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra WILSON TADEU MORAES DAHAS JORGE E OUTRO, referente ao imóvel situado na Trav. Curuzú, nº 452, Ed. Maiauí I, apto. 403 - Belém/PA, bem como para, querendo, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgataram ou consignaram judicialmente o valor de seu débito, nos termos do art. 37, § 3º, do Decreto-Lei nº 70, de 21.11.66, consoante despacho proferido nos autos, a seguir transcrito: "Citem-se por Edital como requerido pela CEF às fls. 21/22. À Distribuição para efetuar a reificação solicitada. Belém, 23.08.2000. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 4ª Vara". Fiquem os réus cientes de que, não contestada a ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão por eles aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285, do CPC.
 SEDE DO JUÍZO: Rua Domingos Marreiros, 598, 4º andar, Umanizal, 4ª Vara.

Belém (PA), 29.08.2000
 DANIEL PAES RIBEIRO
 Juiz Federal da 4ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 DIAS

Ref. Proc. Nº 2000.39.00.001410-0
 DE: NUNO MARIA CABRAL DE ABREU VOUZELA, brasileiro, solteiro, químico, portador da Cédula de Identidade nº 1116614-SSP/PA e CIC/MF nº 047.819.372-68.
 FINALIDADE: Citação para os atos e termos da Ação Possessória, processo nº 2000.39.00.001410-0, ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra NUNO MARIA CABRAL DE ABREU VOUZELA, referente ao imóvel situado na Trav. Tupinambá, nº 689, Ed. Mozart, apto. 305 - Belém/PA, bem como para, querendo, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgatou ou consignou judicialmente o valor de seu débito, nos termos do art. 37, § 3º, do Decreto-Lei nº 70, de 21.11.66, consoante despacho proferido nos autos, a seguir transcrito: "Citem-se por Edital como requerido pela CEF às fls. 22. Belém, 23.08.2000. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 4ª Vara". Fiquem os réus cientes de que, não contestada a ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão por eles aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285, do CPC.
 SEDE DO JUÍZO: Rua Domingos Marreiros, 598, 4º andar, Umanizal, 4ª Vara.

Belém (PA), 29.08.2000
 DANIEL PAES RIBEIRO
 Juiz Federal da 4ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 DIAS

Ref. Proc. Nº 2000.39.00.001401-1
 DE: WILSON TADEU MORAES DAHAS JORGE, portador da Cédula de Identidade nº 173.086 SSP/PA e CIC/MF nº 171.974.732-68 e ROSA MARIA PEREIRA DAHAS JORGE, portadora da Cédula de Identidade nº 2.323.429 SSP/PA e CIC/MF nº 171.974.652-49, ambos brasileiros, odontólogos, casados um com o outro.
 FINALIDADE: Citação para os atos e termos da Ação Possessória, processo nº 2000.39.00.001401-1, ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra WILSON TADEU MORAES DAHAS JORGE E OUTRO, referente ao imóvel situado na Trav. Curuzú, nº 452, Ed. Maiauí I, apto. 403 - Belém/PA, bem como para, querendo, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgataram ou consignaram judicialmente o valor de seu débito, nos termos do art. 37, § 3º, do Decreto-Lei nº 70, de 21.11.66, consoante despacho proferido nos autos, a seguir transcrito: "Citem-se por Edital como requerido pela CEF às fls. 21/22. À Distribuição para efetuar a reificação solicitada. Belém, 23.08.2000. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 4ª Vara". Fiquem os réus cientes de que, não contestada a ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão por eles aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285, do CPC.
 SEDE DO JUÍZO: Rua Domingos Marreiros, 598, 4º andar, Umanizal, 4ª Vara.

Belém (PA), 29.08.2000
 DANIEL PAES RIBEIRO
 Juiz Federal da 4ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 DIAS

www.ioepa.com.br

situado na Trav. Curitiba, nº 452, Ed. Maiauatá I, apto. 403 - Belém/PA, bem como para, querendo, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgataram ou consignaram judicialmente o valor de seu débito, nos termos do art. 37, § 3º, do Decreto-lei nº 70, de 21.11.66, consoante despacho proferido nos autos, a seguir transcrito: "Citam-se por Edital como requerido pela CEF às fls. 21/22. A Distribuição para efetuar a reificação solicitada. Belém, 23.08.2000. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 4ª Vara". Ficam os réus cientes de que, não contestada a ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão por eles aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285, do CPC.

SEDE DO JUÍZO: Rua Domingos Marreiros, 598, 4º andar, Umanizal, 4ª Vara.

Belém (PA), 29.08.2000
DANIEL PAES RIBEIRO
Juiz Federal da 4ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS

Ref. Proc. Nº 2000.39.00.001410-0

DE NUNO MARIA CABRAL DE ABREU VOUZELA, brasileiro, solteiro, químico, portador da Cédula de Identidade nº 1116614-SSP/PA e CIC/MP nº 047.819.372-68. FINALIDADE: Citação para os atos e termos da Ação Possessória, processo nº 2000.39.00.001410-0, julgada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra NUNO MARIA CABRAL DE ABREU VOUZELA, referente ao imóvel situado na Trav. Tupinambás, nº 689, Ed. Mozart, apto. 305 - Belém/PA, bem como para, querendo, comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que resgatou ou consignou judicialmente o valor de seu débito, nos termos do art. 37, § 3º, do Decreto-lei nº 70, de 21.11.66, consoante despacho proferido nos autos, a seguir transcrito: "Cite-se por Edital como requerido pela CEF às fls. 22. Belém, 23.08.2000. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 4ª Vara". Fica o réu ciente de que, não contestada a ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão por eles aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285, do CPC.

SEDE DO JUÍZO: Rua Domingos Marreiros, 598, 4º andar, Umanizal, 4ª Vara.

Belém (PA), 29.08.2000
DANIEL PAES RIBEIRO
Juiz Federal da 4ª Vara

JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA
LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO
DIRETORA DE SECRETARIA, EM EXERCÍCIO
RUTH PEREIRA OLIVEIRA

BOLETIM Nº 111/00
RESENHA DO DIA 21.08.2000
AUTOS COM DESPACHO

CLASSE 1100 - AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA

PROC. Nº 96.1244-0

Autor.: VIAÇÃO GUAJARÁ LTDA.
Adv.: Dr. José de Animateia Chaves Sousa
Réu.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv.: Dr. Waldise Melo

DESPACHO: Traslade-se cópia da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento, despendendo-o a seguir. Requeira a autora a execução do julgado, no prazo de 10 (dez) dias, na forma da legislação vigente. Após, sem manifestação, arquivem-se. Intimem-se.

CLASSE 1300 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

PROC. Nº 97.367-2

Autor.: VALDIZA LOPES DE SOUZA E OUTROS
Adv.: Dr. Antônio Ailton Ribeiro
Réu.: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - COMANDO DA 8ª REGIÃO MILITAR
Adv.: Dr. Adão Paes da Silva
DESPACHO: Requeiram os autores a execução do julgado, nos termos da legislação vigente. Após, sem manifestação, arquivem-se. Intimem-se.

PROC. Nº 2000.8399-2

Autor.: PEDRO JORGE MESQUITO DE CARVALHO E OUTROS
Adv.: Dr. Edevaldo Assunção Caldas
Réu.: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
Adv.: Dr. Bernardino Ribeiro
DESPACHO: Defiro o pedido de justiça gratuita. Intimem-se as partes da distribuição destes autos a esta 5ª Vara Federal, para em seguida requererem o que lhes for de direito.

CLASSE 1500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

PROC. Nº 2000.8115-1

Autor.: ROLDÃO DE ALMEIDA LOBATO
Adv.: Dr. Milton Marcelo Silva Ferreira
Réu.: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
DESPACHO: Promova o autor, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito: a) a correta indicação da pessoa a figurar no pólo passivo da relação jurídica, eis que ao TCU falece de legitimidade para tanto. b) comprove o alegado na inicial, na forma do art. 283 do CPC. Intime-se.

PROC. Nº 94.4186-1

Autor.: ERCIRIA BRABO DA SILVA
Adv.: Dr. Francisco Esteves Coudho
Réu.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e OUTRO
Adv.: Dr. Beatriz Engelmann Soares e João José Aguiar Carvalho
DESPACHO: Em virtude do alegado à fl. 169 pela Sra. Perita, destitua a das funções que lhe foram conferidas e nomeie, em substituição, a Dra. Lindomar Gomes de

INTERNET: www.ioepa.com.br

Oliveira, CRC/PA 7.438, com endereço na Av. Pedro Álvares Cabral, 1859, bloco A, apt. 306. Assinalo o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação da perita. Intime-se.

PROC. Nº 2000.7965-8

Autor.: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PORTEL
Adv.: Dr. Vivaldo Machado de Almeida
Réu.: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
DESPACHO: Defiro o pedido de justiça gratuita. Compulsando os autos, verifico que a pessoa que outorgou poderes ao subscritor da petição de fls. não detém poderes para tanto, eis que seu estatuto designa pessoa diversa da constante naquele instrumento de procuração. Lado outro, somente o presidente da autora é que poderá representá-la em juízo e não o seu coordenador geral. Para regularização do vício apontado, concedo o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem exame de seu mérito, para que a autora regularize sua representação processual, comprovando por documento a condição de quem deverá representá-la judicialmente, na forma do art. 12, VI do CPC. Intime-se.

PROC. Nº 99.3704-5

Autor.: ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA E OUTROS
Adv.: Dr. Miguel de Oliveira Carneiro
Réu.: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA e OUTRO
Adv.: Drs. Alice do Amaral de Lima e Erika Bechara, respectivamente
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 343 e, determinar que os autores emendem a inicial nos termos do art. 282 V, do CPC.

PROC. Nº 96.8479-3

Autor.: JOSÉ DO NASCIMENTO E OUTROS
Adv.: Dr. Ruth Helena Oliveira e Oliveira
Réu.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e OUTRO
Adv.: Dr. Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO: Defiro o pedido de fl. 167, pelo prazo de 20 (vinte) dias. Após, sem manifestação, arquivem-se. Intimem-se.

CLASSE 2100 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

PROC. Nº 96.2333-6

Impte.: ABRAÃO ESTANISLAU DE LOUREIRO E OUTRO
Adv.: Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves
Impdo.: DIRETOR GERAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ - ETFFA
Adv.: Dr. Iracélia de Oliveira Vaz
DESPACHO: Arquivem-se.

PROC. Nº 2000.5241-7

Impte.: ARMANDO MONTEIRO & CIA. LTDA.
Adv.: Dr. Eliana Fernandes Leite
Impdo.: PROMOTORES DAS 4ª E 5ª PROMOTORIAS DA JUSTIÇA DE PROTEÇÃO DIREITOS CONST. E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E OUTROS
DESPACHO: Arquivem-se.

PROC. Nº 98.6239-6

Impte.: MARIA LIONOR SILVA SALDANHA
Adv.: Dr. Enólia B. Bogia
Impdo.: COORDENADOR DO CAMPUS DA UFPA - BRAGANÇA
Adv.: Dr. Rui Lobato Bahia
DESPACHO: Arquivem-se.

CLASSE 4100 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

PROC. Nº 99.6868-8

Exqte.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv.: Dr. José Maria dos Santos Rodrigues Filho
Excedo.: ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ ASSINTRA E OUTRO
Adv.: Dr. Domingos Fabiano Cosenza
DESPACHO: Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as fichas financeiras que embasam a planilha de cálculo dos valores apontados na petição de fls. 898/899.

CLASSE 1100 - EMBARGOS DE TERCEIRO

PROC. Nº 99.8047-4

Embte.: BANCO DO BRASIL S/A
Adv.: Dr. Maria Chrisantina Sá Souza
Embdo.: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Adv.: Dr. Paulo Roberto Ribeiro Carneiro
DESPACHO: Requeiram os embargados a execução do julgado, no prazo de 10 (dez) dias. Após, sem manifestação, arquivem-se.

JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA
LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO
DIRETORA DE SECRETARIA, EM EXERCÍCIO
RUTH PEREIRA OLIVEIRA

BOLETIM Nº 110/00
RESENHA DO DIA 21.08.2000
INTIMAÇÃO

Na data de 28.08.2000 foi expedida Carta Precatória nº 204/2000 - SEPROD/5ª VARA à Comarca de São Miguel do Guamá, a fim de que se proceda a inquirição da testemunha José Maria de Oliveira Machado arrolada pela acusação.

Proc. nº 99.8537-7

Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Adv.: Dr. Ubiratan Cazetta

Réu.: JOSÉ ALVAREZ NETO
Adv.: Dr. Almir Cardoso Ribeiro
Réu.: HUMBERTO DE ALMEIDA
Adv.: Dr. Sérgio Martins
Réu.: DURVAL BELLARD FERNANDES
Adv.: Dr. Ellys Pinto de Almeida

AUTOS COM DESPACHO

CLASSE 1300 - AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

PROC. Nº 2000.2054-5

Autor.: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
Adv.: Dr. Edevaldo Assunção Caldas
Réu.: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DESPACHO: Arquivem-se.

PROC. Nº 96.5331-6

Autor.: EMMANOEL DA CONCEIÇÃO MONTEIRO E OUTROS
Adv.: Dr. Reginaldo de Castro Maia
Réu.: UNIÃO FEDERAL
Adv.: Dr. João José de Aguiar Carvalho
DESPACHO: A fim de instruir o Precatório Requisitório, intima-se a parte interessada para trazer as cópias dos documentos necessários. Tomada a providência, expedir-se o Precatório.

PROC. Nº 2000.2719-8

Autor.: RAIMUNDO DE LIMA PIRES E OUTROS
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 99.5308-2

Autor.: NEWTON ÁUREO MORAES ATHAÍDE
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 95.0172-1

Autor.: CODEBAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA
Adv.: Dr. Maria Bethânia Monteiro Malato
Réu.: KOSAK MANGIARINI E CIA LTDA e HOTEL EQUINÓCIOS LTDA
Adv.: Dr. Fernando Soares
DESPACHO: Em vista da certidão de fls. 271-verso, intimem-se os réus para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comprovarem o depósito dos honorários periciais. Intimem-se.

PROC. Nº 2000.2099-6

Autor.: GREGÓRIO AMORAS ALVES
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 2000.2852-8

Autor.: CARLOS DA COSTA LIMA FILHO
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 2000.5054-5

Autor.: ALEXANDRE CASTOR DOS SANTOS
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DESPACHO: Intime-se a procuradora da parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, conforme refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 2000.2858-3

Autor.: FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA DA CUNHA
Adv.: Dr. Maria Elisa Bessa de Castro
Réu.: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA MARINHA
DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

PROC. Nº 2000.2384-3
 Autor.: SALOMÃO IVALDO CARDOSO DA SILVA
 Adv.: Dr.ª Maria Elisa Bessa de Castro
 Réu.: UNIÃO FEDERAL

DESPACHO: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 2000.2126-6
 Autor.: LUIZ CARLOS VIEIRA FURTADO
 Adv.: Dr.ª Maria Elisa Bessa de Castro
 Réu.: UNIÃO FEDERAL – MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 Despacho: Chamo o processo à ordem para determinar que seja intimada a procuradora da parte autora para que comprove nos autos a autenticidade da Lei nº 2.274, datada de 23 de novembro de 1952, consoante refere-se na inicial, indicando a data de sua publicação e vigência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade perante a OAB.

PROC. Nº 95.7606-3
 Autor.: ALCIDES CARDOSO E OUTROS
 Adv.: Dr. Miguel Brasil Cunha
 Réu.: UNIÃO FEDERAL
 Adv.: Dr. João José Aguiar Carvalho
 Despacho: Tendo em vista que, até o presente, os interessados não promoveram a execução do julgado, apesar do deferimento do prazo que lhes foi concedido para tanto (fls. 116/117, 118 e 132), arquivem-se os autos. Publique-se.

CLASSE 1500 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

PROC. Nº 2000.2974-7
 Autor.: LIGIA CORTES NORAT
 Adv.: Dr. José Otávio Teixeira da Fonseca
 Réu.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e OUTRO
 Adv.: Dr.ª Rosilene Silva de Souza
 Despacho: Manifeste-se a autora acerca da certidão de fl. 73-v, bem como sobre a contestação apresentada pela CEF. Intime-se.

PROC. Nº 95.7684-5
 Autor.: MANOEL COSTA MEDEIROS E OUTROS
 Adv.: Dr. José Wilson Mendes Sampaio
 Réu.: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS
 Adv.: Dr.ª Carmen Lúcia Simões Corrêa
 Despacho: Requeiram os autores a execução do julgado, nos termos da legislação vigente. Após, sem manifestação, arquivem-se. Intimem-se.

PROC. Nº 95.1366-5
 Autor.: LEONILDO DE SOUZA MIRALHA
 Adv.: Dr. Carlos Eduardo C. Cavalcante
 Réu.: BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, BANPARÁ e BANORTE
 Adv.: Drs. Ana Leuda Tavares Moura Brasil Matos, Jean Carlos Dias e José Roberto Porto Gomes, respectivamente
 Despacho: Diante da inércia do BANPARÁ, ordeno o imediato arquivamento destes autos. Intime-se.

CLASSE 2200 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

PROC. Nº 2000.5187-0
 Impte.: FARMÁCIA MONTEIRO LTDA. – ME
 Adv.: Dr.ª Eliana Fernandes Leite
 Impdo.: PROMOTORES DAS 4ª e 5ª PROMOTORIAS DA JUSTIÇA DE PROTEÇÃO DIREITOS CONST. E DO PATRIMÔNIO PÚBLIC. E OUTROS
 Despacho: Arquivem-se.

PROC. Nº 99.7512-0
 Impte.: MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS
 Adv.: Dr. Roberto Abdon D'Oliveira
 Impdo.: SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS – NO PARÁ
 Despacho: Arquivem-se.

CLASSE 4100 – EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

PROC. Nº 2000.2059-5
 Expte.: TANIAMARIA NOGUEIRA MAGALHÃES E OUTROS
 Adv.: Dr. Daniel Queima Coelho de Souza
 Excdto.: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 Adv.: Dr.ª Maria Clara Sarubby Nassar
 Despacho: A matéria contida na petição de fls. 509/526 deveria ter sido submetida à apreciação deste Juízo mediante embargos à execução, haja vista a finalidade da presente relação processual. Destarte, indefiro o que ali requerido e determino o prosseguimento do feito. Publique-se. Intime-se, por mandado, a UPPA.

PROC. Nº 00.32800-6
 Expte.: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 Adv.: Dr. José Sérgio Pinto
 Excdto.: THEMISTOCLES FORMICHERI
 Adv.: Dr. Dorotheu Gonçalves da Silva
 Despacho: Ao Contador do Juízo para se manifestar sobre o alegado na peça de fls. 570/582.

CLASSE 9200 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA

PROC. Nº 99.8851-7
 Repte.: JOSÉ ALVAREZ REBELO E OUTRO

Adv.: Dr. Roberto Seixas Simões
 Repto.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Despacho: Manifeste-se a CEF sobre o depósito de fls. 121/122. Intime-se.

PROC. Nº 99.0381-8
 Repte.: JOSÉ ALENCAR DA SILVA
 Adv.: Dr.ª Ângela da Conceição Palheta
 Repto.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
 Adv.: Dr. Adriano Yared de Oliveira
 Despacho: Requeira o réu a execução do julgado, no prazo de 10 (dez) dias, na forma da legislação vigente. Após, sem manifestação, arquivem-se. Intime-se.

PROC. Nº 98.10480-1
 Repte.: MARIA FERNANDA BITTENCOURT PIRES
 Adv.: Dr. Paulo Pinho
 Repto.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e UNIÃO FEDERAL
 Adv.: Drs. Luiz Carlos Lugues e João José Aguiar Carvalho, respectivamente
 Despacho: Arquivem-se.

CLASSE 13.101 – PROCESSO COMUM – JUÍZ SINGULAR

Proc. nº 99.8537-7
 Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Adv.: Dr. Ubiratan Cazetta
 Réu.: JOSÉ ALVAREZ NETO
 Adv.: Dr. Almir Cardoso Ribeiro
 Réu.: HUMBERTO DE ALMEIDA
 Adv.: Dr. Sérgio Martins
 Réu.: DURVAL BELLARD FERNANDES
 Adv.: Dr. Elias Pinto de Almeida
 Despacho: Designo o dia 10/10/2000, às 16:00 horas, para oitiva da testemunha José Maria de Souza Rodrigues, arrolada na denúncia. Depreque-se ao Juízo de Direito da Comarca de São Miguel do Guamá a inquirição de José Maria de Oliveira Machado, igualmente arrolado pela acusação. Intimem-se. Requisite-se. Publique-se. Ciência ao MPF.

Proc. nº 97.12152-7
 Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Adv.: Dr. Almerindo Augusto de Vasconcellos Tândade
 Réu.: ODAIR JOSÉ MESSIAS
 Adv.: Dr.ª Sonia Maria Kerber Almeida
 Despacho: Arquivem-se.

PROC. Nº 98.11699-0
 Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Adv.: Dr. Ubiratan Cazetta
 Réu.: ANTONIO EDINALDO FERREIRA
 Adv.: Dr. Miguel Baía Brito
 Réu.: CARLOS ALBERTO SILVA
 Adv.: Dr. Anel Fróes de Couto

DESPACHO: Intime-se a defesa do réu Carlos Alberto Silva para, em 10 (dez) dias, proceder ao depósito do valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), referente ao serviço de undução da carta rogatória e anexos efetuados pelo Prof. Tsuguo Koyama, a ser expedida para inquirição de testemunha residente no Japão, na CEF, em conta a ser aberta à ordem e disposição deste Juízo. Publique-se.

Proc. nº 99.6005-1
 Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Adv.: Dr. Ubiratan Cazetta
 Réu.: ELISÂNGELA GASPAR NASCIMENTO, MARCOS ANTONIO DE SOUSA SILVA
 Adv.: Dr.ª Cristovina Pinheiro de Macedo
 Réu.: ANA SILVA PANTOJA
 Adv.: Dr. Marco Alexandre Costa Rosário (dativo)
 Despacho: Expeça-se carta precatória à Comarca de Tomé-Açu para inquirição das testemunhas arroladas pela defesa dos réus Marco Antônio de Sousa Silva e Elisângela Gaspar Nascimento. Publique-se. Intimem-se. Ciência ao MPF.

CLASSE 13.107 – PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL

PROC. Nº 99.7415-7
 Autor.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 Adv.: Dr. Ubiratan Cazetta
 Réu.: ELISABETH DA SILVA CARDOSO LEITE
 Adv.: Dr. João Marcelo Pousa Martins
 Réu.: VERA LÚCIA SIQUEIRA DO AMARAL
 Adv.: Dr. Miguel Baía Brito
 Réu.: MYRLENE LIMA COSTA
 Adv.: Dr.ª Vanda Ferreira
 Despacho: Fl.299 : Em vista da razoabilidade do alegado, defiro o pedido. Assim, designo para o dia 16/10/2000, às 15:30 horas, a acusação entre as réus Vera Lúcia Siqueira do Amaral e Elizabeth da Silva Cardoso Leite. Publique-se. Intimem-se. Ciência ao MPF.

JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA

AGLIBERTO GOMES MACHADO
 Juiz Federal da 6ª Vara
 ANTENOR DOS REIS MONTE
 Diretor de Secretaria da 6ª Vara

BOLETIM Nº 0076/2000
 EXPEDIENTE DE 24/08/2000
 DESPACHOS

Classe 4200 - Execução por Título Extrajudicial
 Nº : 94.1048-6
 Exequente : Caixa Econômica Federal

Advogado : Maria Amélia Maia Franco
 Executado : Wilson Paulo da Silva
 Despacho : Tendo em vista o interesse voluntário da depositária em se desvincular do encargo lhe imposto (fl. 71) e face ao pleito da exequente (fls. 73/74). Expeça-se mandado de desocupação, devendo o oficial de justiça executor certificar o estado em que se encontra o referido imóvel objetivando fundamentar eventual e futura ação indenizatória por parte da Caixa Econômica contra a depositária, caso seja de seu interesse. Publique-se.

Classe 4200 - Execução por Título Extrajudicial
 Nº : 94.1392-5
 Exequente : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Rosomiro Arrais
 Executado : Reginaldo Derzo Pereira
 Despacho : Diante a dificuldade na localização de bens passíveis de penhora, defiro em parte o pleito de fl. 53. Expeça-se mandado de penhora e avaliação sobre bens que guarnecem a residência e o escritório do executado, desde que quitados e considerados como admodos suntuosos (quadros, estatuetas, objetos de cristal, prata, etc). Considerando que a regra do art. 666 do CPC não é absoluta, nomeie, o Sr. Oficial de Justiça, como depositário dos bens penhorados, o próprio executado, se do interesse deste caso contrário, proceda-se a nomeação de depositário e remoção do bem para depósito, indicado pelo credor. Publique-se. Cumpra-se.

Classe 4200 - Execução por Título Extrajudicial
 Nº : 94.4214-0
 Exequente : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Graciane da Mota Costa
 Executado : M P ENGENHARIA LTDA E OUTROS
 Despacho : Apresente a CEF demonstrativo atualizado do débito. Constando dos presentes autos o documento supra, expeça-se mandado de citação e penhora no endereço mencionado em fl. 55. Publique-se.

Classe 11100 - Embargos à Execução
 Nº : 2000.7328-3
 Embargante : Mauro Máquinas Motores e Automóveis do Brasil Ltda
 Advogado : Liana Maria Oliveira Medeiros Vieira
 Embargado : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Graciane da Mota Costa
 Despacho : Suspenda-se o curso da ação principal, de acordo com o art. 791, I, do CPC. Apensando-se os presentes autos àqueles. Intime-se o embargado, para, querendo, impugnar os presentes embargos, dentro do prazo legal. Publique-se.

EXPEDIENTE DE 28/08/2000

Classe 11100 - Embargos à Execução
 Nº : 96.7485-2
 Embargante : Godoy Construções Ltda e Outro
 Advogado : Wilson Dahias Jorge Filho
 Embargado : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Graciane da Mota Costa
 Despacho : Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05.10.2000 às 17:30h.

Classe 11100 - Embargos à Execução
 Nº : 89.7614-0
 Embargante : Construtora Simel Ltda
 Advogado : Almir de Lima Pereira
 Embargado : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Fátima de Nazaré Pereira Gobtsch
 Sentença : Diante da voluntariedade da embargada em adiantar os honorários pecúniais (fl. 85) e da impossibilidade econômica da embargante em arcar com estes valores (fl. 87). Deposite, a embargada, os honorários pecúniais, no prazo de 15 dias.

AUTOS COM DECISÃO

Classe 4200 - Execução por Título Extrajudicial
 Nº : 2000.7993-8
 Exequente : VIVENDA – Associação de Poupança e Empréstimo em Liquidação Ordinária
 Advogado : Mary Machado Scalercio
 Executado : Antônio Carlos de Souza Lima e Outro
 Decisão : (...) Ante o exposto, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito e determino a remessa dos autos, após baixa na distribuição e preclusas as vias impugnatórias, à Justiça Comum Estadual. Publique-se. Intime-se.

Classe 4200 - Execução por Título Extrajudicial
 Nº : 2000.7996-6
 Exequente : VIVENDA – Associação de Poupança e Empréstimo em Liquidação Ordinária
 Advogado : Mary Machado Scalercio
 Executado : Zair Antônio Basseto e Outro
 Decisão : (...) Ante o exposto, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito e determino a remessa dos autos, após baixa na distribuição e preclusas as vias impugnatórias, à Justiça Comum Estadual. Publique-se. Intime-se.

AUTOS COM SENTENÇA
 EXPEDIENTE DE 18/08/2000

No processo abaixo foi prolatada a seguinte sentença: “Vistos, etc (...) Isto posto, julgo extinta a presente execução, com base no art. 79-I, inciso I, do CPC”

Classe 3300 - Execução Fiscal - Outras
 Nº : 98.8674-3

INTERNET: www.ioepa.com.br

Exequente : Conselho Regional de Economia
Advogado : Sandra Suely Machado da Luz Carvalho
Executado : Sônia de Nova Cardini

EXPEDIENTE DE 23/08/2000

Classe 11100 - Embargos à Execução
Nº : 96.6027-4
Embargante : Horea Hoiéis Reunidas Ltda
Advogado : Wilson Dahás Jorge Filho
Embargado : Fazenda Nacional
Advogado : Francisco Brasil Monteiro
Sentença : Vistos, etc. (...) Condeno a Fazenda Nacional nas custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em R\$100,00 (cem reais), corrigidos pelo INPC a partir da presente decisão (Lei nº 6.899/81). Junte-se cópia desta sentença nos autos do processo nº 95.3711-4. Sentença sujeita a duplo grau de jurisdição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

EXPEDIENTE DE 28/08/2000

Classe 11100 - Embargos à Execução
Nº : 94.6021-1
Embargante : Xilo do Brasil s/a
Advogado : Isadora Octavia F. A. Avertano Rocha
Embargado : Fazenda Nacional
Advogado : Francisco Brasil Monteiro
Sentença : Vistos, etc. (...) Condeno a embargante nas despesas judiciais, bem como nos honorários advocatícios, que arbitro em R\$300,00 (trezentos reais), corrigidos pelo INPC a partir da presente decisão (Lei nº 6.899/81). Junte-se cópia desta sentença nos autos do processo nº 92.2616-8. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA

EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS
Juiz Federal substituto da 7ª Vara
LAURIMAR DOS SANTOS RODRIGUES
Diretora de Secretaria

BOLETIM Nº 125/2000
EXPEDIENTES DOS DIAS 28 e 29 AGO 2000
AUTOS COM DESPACHOS

CLASSE 03100 - EXECUÇÃO FISCAL / FAZENDA NACIONAL

Proc. nº : 91.2444-9
Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
Exqdo(a) : METALONITA AGROPECUÁRIA S.A.
Adv. : Luciana Andréa Bausta Dantas
DESPACHO : Defiro o pedido de substituição de penhora tendo em vista a anuência da Exequente em sua manifestação à fl. 133. Expeça-se mandado de penhora e avaliação, recaído a penhora sobre os 120 (cento e vinte) colchões conforme indicado à fl. 133.

CLASSE 03200 - EXECUÇÃO FISCAL / L.N.S.S.

Proc. nº : 96.180-4
Exqte. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)
Proc. : Waldise Melo
Exqdo(a) : SERTOPAGRI SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E AGRICULTURA LTDA. e outros
Adv. : Maria Telma Brasil da Nóbrega
DESPACHO : Julgo prejudicado o pedido de fls. 51/52 em face do contido no Ofício DETRAN nº 2025/2000 DCV informando o cancelamento do registro sobre os veículos penhorados nestes autos. Intime-se. Cumpra-se a decisão de fl. 40/42, parte final.

CLASSE 03300 - EXECUÇÃO FISCAL / OUTRAS

Proc. nº : 98.932-3
Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Maria Amélia Maia Franco
Exqdo(a) : T. D. HOMCI
DESPACHO : Compete ao exequente promover as diligências necessárias no sentido de localizar bens de propriedade dos devedores suficientes para a garantia do Juízo ou o endereço dos devedores, não podendo ser transferido a este Juízo tal ônus. Assim sendo, apreciarei a petição de fl. 30, após o exequente comprovar ter executado, por meios próprios, as diligências ali requeridas. Intime-se.

Proc. nº : 99.781-1

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Luiz Carlos Lúgus
Exqdo(a) : RÁDIO CARAJÁS FM LTDA. e outros
DESPACHO : Venha certidão comprobatória de que o bem indicado não é o único bem da constrita. Após, apreciarei o pedido de substituição. Intime-se.

Proc. nº : 99.7258-0

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Maria Amélia Maia Franco
Exqdo(a) : J. H. N. PRODUÇÕES E SERVIÇOS e outro
DESPACHO : Tendo em vista a manifestação da Exequente à fl. 27 e o contido na certidão de fl. 25, suspendo o curso da presente ação, nos termos do Art. 40 da Lei nº 6.830/80. Vista à exequente, nos termos do § 1º do artigo supra. Transcorrido o prazo de um ano, sem manifestação do(a) Exequente, arquivem-se estes autos nos termos do § 2º do Art. 40 da Lei nº 6.830/80.

Nos 04 (quatro) processos acima, foram exarçados despachos com conteúdos iguais, conforme mostrado a seguir. Desentramenhem-se as peças solicitadas (fls. ... a ...), entregando-as ao procurador da Exequente mediante recibo.

INTERNET: www.ioepa.com.br

CLASSE 04200 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL

Proc. nº : 00.35196-2
Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Maria Amélia Maia Franco
Exqdo(a) : OSSANA FRANCO COELHO

Proc. nº : 00.35362-0

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Rosoniro Arrais
Exqdo(a) : CREUZA VALENTE LOPES

Proc. nº : 93.2388-8

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Fátima de Nazaré Pereira Gobiisch
Exqdo(a) : REINALDO SOUZA DE OLIVEIRA e outro

Proc. nº : 98.9082-1

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Liana Cunha Mousinho Coelho
Exqdo(a) : ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA

Proc. nº : 93.2156-7

Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Beatriz Engelmann Soares
Exqdo(a) : EDMILSON GOMES RAIOL
DESPACHO : Junte a Exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha de débito atualizada.

CLASSE 04400 - EXECUÇÃO DIVERSA / OUTRAS

Proc. nº : 97.1434-0
Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Liana Cunha Mousinho Coelho
Exqdo(a) : MARIA DO SOCORRO BARATA PAREDES e outro
DESPACHO : Suspenda-se o curso da presente execução pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme requerido à fl. 77.

CLASSE 11100 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

Proc. nº : 98.4952-7
Emble. : TUNAMAR COMÉRCIO LTDA.
Adv. : Haroldo Alves dos Santos
Embledo(a) : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
DESPACHO : Proceda-se ao desapensamento da ação principal. Após, remetam-se estes autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Proc. nº : 99.1902-1

Emble. : CURTAMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Adv. : Ione Arrais Oliveira e outra
Embledo(a) : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
Adv. : Maria Luísa Gouvêa Pereira
DESPACHO : Manifeste-se o embargante, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias sobre o processo administrativo juntado aos autos às fls. 28/39.

CLASSE 11500 - EMBARGOS DE TERCEIRO

Proc. nº : 2000.8787-5
Emble. : EPAMINONDAS BRAZ DE OLIVEIRA e outro
Adv. : Pedro P. Cavaleiro dos Santos
Embledo(a) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO : Recebo os Embargos. Suspenda-se o curso da Execução principal, nos termos do art. 1.052, 1ª parte, do CPC. Reúnam-se estes autos aos da Execução principal. Cite-se o Embargado nos termos do Art. 1.053, do CPC.

AUTOS COM DECISÕES

CLASSE 03100 - EXECUÇÃO FISCAL / FAZENDA NACIONAL

Proc. nº : 91.2229-1
Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
Exqdo(a) : PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ (PRODEPA)
Adv. : Fernando Facury Scaff
DECISÃO : Vistos, etc. (...) Isto posto, deixo de colher a pretensão de fls. 22/27 e determino o prosseguimento do feito. Certifique a Secretaria quanto a interposição, no prazo legal, de embargos à execução, posto que já garantido do Juízo (fls. 20/21). Publique-se. Intime-se.

Nos 02 (dois) processos acima, foram exarçadas DECISÕES com conteúdos iguais, conforme resumo a seguir transcrito: Vistos, etc. (...) Isto posto, indefiro a pretensão do executado às fls. 13/17, e determino o prosseguimento do feito. Expeça-se mandado de avaliação e penhora. Publique-se. Intime-se.

Proc. nº : 99.2742-7

Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
Exqdo(a) : SABINO DE OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S.A.
Adv. : Dêio de A. Paiva

Proc. nº : 99.7211-4

Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
Exqdo(a) : CASA DO ELETRICISTA LTDA.
Adv. : Raimundo Delfino de Araújo Paiva

CLASSE 03300 - EXECUÇÃO FISCAL / OUTRAS

Proc. nº : 98.932-3
Exqte. : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Adv. : Renato Paulino de Carvalho Filho
Exqdo(a) : AGROPECUÁRIA RUY SECCO S.A.
Adv. : Talisman Moraes
DECISÃO : Vistos, etc. (...) Fortuitas considerações, rejeito a presente exceção de pré-executividade e determino a retomada da marcha procedimental, com a expedição do mandado de penhora contra a executada. Por oportuno, indefiro os requerimentos de fls. 37/40 e 72/73 por entender que esta não é a via adequada para formulação do pedido de retirada do nome da executada do CADIN. Intimem-se. Cumpra-se.

AUTOS COM SENTENÇAS

CLASSE 03100 - EXECUÇÃO FISCAL / FAZENDA NACIONAL

Proc. nº : 93.453-0
Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Isaac Ramiro Bentes
Exqdo(a) : MARIA DE NAZARÉ SILVA DE MENEZES
SENTENÇA : Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Levante-se a penhora e arquivem-se estes autos, após os registros de praxe e trânsito em julgado. P. R. I.

Proc. nº : 99.2476-0

Exqte. : FAZENDA NACIONAL
Proc. : Francisco Brasil Monteiro
Exqdo(a) : PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ (PRODEPA)
Adv. : Fernando Facury Scaff
SENTENÇA : Vistos, etc. (...) Isto posto, sem título executivo que represente obrigação líquida, tem-se que é juridicamente impossível o processamento do presente feito, pelo que indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 267, I, combinando com o artigo 295, III, todos do Código de Processo Civil. Indefiro os pedidos do item "b" de fl. 16 feitos pelo executado, pois, em sede de execução não instala-se o contraditório. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição e anotações de lei, após o trânsito em julgado. P. R. I.

Nos 02 (dois) processos acima, foram prolatadas SENTENÇAS com conteúdos iguais, conforme extrato transcrito: Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Custas processuais, segundo informações da Seção de Cálculo, são inferiores a 100 UFRF, não se inscrevendo em Dívida Ativa da União, consoante art. 1º da Portaria nº 289, de 31 OUT 97, do Ministério da Fazenda, pelo que determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado, com baixa na distribuição e anotações de lei. P. R. I.

CLASSE 03300 - EXECUÇÃO FISCAL / OUTRAS

Proc. nº : 97.12105-4
Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
Adv. : Sandra Suely Carvalho
Exqdo(a) : JOSÉ LUIZ ELIAS DE ALMEIDA

Proc. nº : 98.11544-6

Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
Adv. : Sandra Suely Carvalho
Exqdo(a) : EDMILSON OLIVEIRA ANDRADE

Proc. nº : 2000.7154-6

Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS (CRECI)
Adv. : Marcus Alexandre Ribeiro Fidelis
Exqdo(a) : JOSÉ EDSON SALAME
SENTENÇA : Vistos, etc. Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos efeitos, a assistência apresentada, declarando extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 26 da Lei nº 6.830/80 e art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas judiciais. Transitada em julgado, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas legais. P. R. I.

CLASSE 04200 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL

Proc. nº : 92.1382-1
Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
Adv. : Beatriz Engelmann Soares
Exqdo(a) : EDNA MARQUES DA SILVA
SENTENÇA : Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Levante-se a penhora e arquivem-se estes autos, após os registros de praxe e trânsito em julgado. P. R. I.

JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA

EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS
Juiz Federal substituto da 7ª Vara
LAURIMAR DOS SANTOS RODRIGUES
Diretora de Secretaria

BOLETIM Nº 124/2000
EXPEDIENTES DOS DIAS 25 e 28 AGO 2000
ATO ORDINATÓRIO

No processo acima, foi lavrada certidão pela Diretora de Secretaria, com o teor seguinte: "Em decorrência da determinação contida na Portaria nº 01/99, deste juízo, remeto os presentes autos à publicação para que seja intimada a Exequente a manifestar-se sobre o prosseguimento do feito".

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

CLASSE 03300 – EXECUÇÃO FISCAL / OUTRAS
 Proc. n° : 99.7257-8
 Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
 Adv° : Maria Amélia Maia Franco
 Exqdo(a) : COMÉRCIO DE MAQ. E MOTORES DO B.R.S.A. e outros
 Adv° : Mariadla de Azevedo Bezerra

AUTOS COM DECISÕES

CLASSE 03200 – EXECUÇÃO FISCAL / I.N.S.S.
 Proc. n° : 98.5833-5
 Exqte. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)
 Proc. : Waldise Melo e outra
 Exqdo(a) : SERVIÇOS GERAIS LTDA.
DECISÃO : Vistos, etc. (...) Aliás, a matéria ora em análise já foi objeto de decisão pelo e. Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, RESP 50354/SP, relator Ministro Ari Pargendler, DJ de 28 JUN 99, assim ementada: “PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. QUEBRADA SIGILO BANCÁRIO E FISCAL PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS. INVIABILIDADE. O sigilo bancário não tem qualquer consistência se, para apertelhar a execução, o credor pudesse desvelar os saldos depositados pelo devedor em instituições financeiras, valendo o mesmo para o pedido de acesso às declarações do contribuinte, em face do sigilo fiscal. Recurso especial não conhecido”. E, também, a 1ª Turma, RESP 84581/MG, relator Ministro Demócrito Reinaldo, DJ de 17 JUN 96, assim se pronunciou: “PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE BENS INTEGRANTES DA DECLARAÇÃO DE RENDA DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. A jurisprudência pacífica desta corte tem proclamado que, em execução, não se justifica a requisição de declaração de renda do executado, a pedido do credor, porquanto deve ser respeitado o sigilo de que esta revestida tal declaração. Recurso desprovido, sem discrepância.” Posto isto, indefiro o requerimento de que se cuide e determino seja dada vista dos autos ao exequente para requerer o que entender cabível.

Nos 02 (dois) processos acima, foram exaradas DECISÕES com conteúdos iguais, conforme a seguir transcrito. Atendendo que, os dois primeiros parágrafos seguem a seguir, por serem idênticos; enquanto que o último, consta no final do próprio resumo: “O art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 MAI 1966, dispõe que, nas Comarcas do interior onde não funcionar Varas da Justiça Federal, os Juizes Estaduais, são competentes para processar e julgar os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajustados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas. Dispõe a Súmula nº 40 do extinto T.F.R.: “A execução fiscal da Fazenda Pública Federal será proposta perante o Juiz de Direito da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de Vara da Justiça Federal”.

CLASSE 03300 – EXECUÇÃO FISCAL / OUTRAS
 Proc. n° : 2000.4127-9
 Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM)
 Adv° : Noeli Franco Ernesto

DECISÃO : Assim sendo, estou em que a presente Execução Fiscal não poderia ter sido aqui intentada, mas sim perante o MM. Juiz de Direito da Comarca de Primavera, onde é domiciliado(a) o(a) executado(a). Em face do acima exposto, declino da competência e determino que sejam os autos remetidos ao MM. Juiz de Direito da Comarca de Primavera, dando-se baixa na distribuição”. Publique-se. Intime-se.

Proc. n° : 2000.4139-6
 Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM)
 Adv° : Noeli Franco Ernesto
 Exqdo(a) : EDUARDO GELMIREZ DA SILVANEGRÃO
DECISÃO : “O art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 MAI 1966, dispõe que, nas Comarcas do interior onde não funcionar Varas da Justiça Federal, os Juizes Estaduais, são competentes para processar e julgar os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajustados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas. Dispõe a Súmula nº 40 do extinto T.F.R.: “A execução fiscal da Fazenda Pública Federal será proposta perante o Juiz de Direito da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de Vara da Justiça Federal”. Assim sendo, estou em que a presente Execução Fiscal não poderia ter sido aqui intentada, mas sim perante o MM. Juiz de Direito da Comarca de Ananindeua, onde é domiciliado(a) o(a) executado(a). Em face do acima exposto, declino da competência e determino que sejam os autos remetidos ao MM. Juiz de Direito da Comarca de Ananindeua, dando-se baixa na distribuição”. Publique-se. Intime-se.

Proc. n° : 2000.4137-0
 Exqte. : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM)
 Adv° : Noeli Franco Ernesto
 Exqdo(a) : ROSEMARY BRANDÃO ALVES
DECISÃO : Dispõe o caput do art. 578 do Código de Processo Civil: “A execução fiscal (art. 585, VI) será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no lugar onde for encontrado. No caso presente o(a) executado(a) é domiciliado(a) em Serra, ES, logo, entendo que a presente Execução Fiscal não poderia ter sido aqui intentada, mas sim no domicílio do(a) executado(a). Desse modo, declino da competência e determino a remessa dos autos ao Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, dando-se baixa na distribuição”. Publique-se. Intime-se.

AUTOS COM SENTENÇAS

Nos 07 (sete) processos acima, foram prolatadas SENTENÇAS com conteúdos iguais, conforme resumo a seguir transcrito: Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Custas processuais, segundo informações da Seção de Cálculo, são inferiores a 100 UFIR, não se inscrevendo em Dívida Ativa da União, consoante art. 1º da Portaria nº 289, de 31 OUT 97, do Ministério da Fazenda, pelo que determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado, com baixa na distribuição e anotações de lei. P. R. I.

CLASSE 03100 – EXECUÇÃO FISCAL / FAZENDA NACIONAL
 Proc. n° : 95.6088-4
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL e outro

Proc. n° : 97.9117-2
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : DEGRADEB COUROS E ACESSÓRIOS LTDA. ME e outro

Proc. n° : 98.2684-5
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : MANFREDINI MADEIRAS LTDA.

Proc. n° : 98.2997-8
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : NEMB COMÉRCIO DE ARMARINHOS LTDA.

Proc. n° : 98.3366-1
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : CARLOS LIMA CHARMIE

Proc. n° : 99.1053-5
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : M. R. SOBIRO

Proc. n° : 2000.7062-1
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : VOGUE DISTRIBUIDORA LTDA.

Proc. n° : 96.668-7
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Antônio José de Mattos Neto
 Exqdo(a) : EMPRESA DE PROCESSAMENTOS DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ
 Adv° : João Jorge Hage Neto
SENTENÇA : Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Arquivem-se estes autos, após os registros de praxe e o trânsito em julgado. P. R. I.

Nos 02 (dois) processos acima, foram prolatadas SENTENÇAS com conteúdos iguais, conforme extrato a seguir transcrito: Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. As custas processuais, foram pagas como consta da guia de fls. ..., verso, pelo que determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado, com baixa na distribuição e anotações de lei. P. R. I.

Proc. n° : 97.10537-9
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : DISTRIBUIDORA BRAGA NOBRE LTDA. e outro

Proc. n° : 97.10538-1
 Exqte. : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : Francisco Brasil Monteiro
 Exqdo(a) : DISTRIBUIDORA BRAGA NOBRE LTDA. e outro

JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA
 EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS
 Juiz Federal substituto da 7ª Vara
 LAURIMAR DOS SANTOS RODRIGUES
 Diretora de Secretaria

BOLETIM Nº 123/2000
 EXPEDIENTES DOS DIAS 22 e 23 AGO 2000
 AUTOS COM DESPACHOS

CLASSE 04200 – EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
 Proc. n° : 95.3397-7
 Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
 Adv° : Liapa Cunha Mousinho Coelho
 Exqdo(a) : RAIMUNDO LUIZ MANITO e outro
 Adv° : Francisca Ramos
DESPACHO : Intime-se o Exequente para requerer o que entender de direito, tendo em vista o decurso do prazo de suspensão anteriormente requerido pelo então procurador da Exequente.

Proc. n° : 97.3486-0
 Exqte. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
 Adv° : Carlos José de Amorim Pinto
 Exqdo(a) : JAMILTON FERRAZ PALMEIRA
DESPACHO : Intime-se a Exequente a efetuar o recolhimento das custas finais nestes autos.

JUIZO DE DIREITO DA
COMARCA DE SALINÓPOLIS
CARTÓRIO DO JUDICIÁRIO DE
SALINÓPOLIS – PARÁ

Ref. Proc. n° 275/00
 Autos Cíveis de Carta Precatória, extraída dos autos de Execução Fiscal (Proc. de origem nº 96.1621-6), em que é Exequente: FAZENDA NACIONAL, contra o Executado: ALL TOGETHER COMÉRCIO, LTDA.
 Deprecante: JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
 Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA DE SALINÓPOLIS-PARÁ
 Cartório Judicial do Único Ofício de Salinópolis-Pará

EDITAL DE PRAÇA

A DRA. MARIA LAUDELINA R. BARATA OLIVEIRA, JUIZA DE DIREITO DA COMARCA DE SALINÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ, BRASIL, NA FORMA DA LEI, ETC...
 F A Z S A B E R a todos que este EDITAL DE PRAÇA virem ou de notícias tiverem, que no dia 14 de setembro do ano de dois mil (2000), às 10h 00, no átrio do edifício do Fórum desta Comarca, ocasião em que o imóvel será vendido a quem mais oferecer acima da avaliação; não havendo licitante, desde já fica designada a 2ª praça para o dia 26 de setembro de 2000, às 10h 00, no mesmo local, ocasião em que o bem será vendido a quem mais oferecer, observando o disposto no artigo 692 do C.P.C.; o bem imóvel PENHORADO nos autos da ação acima referenciado, em que é exequente: FAZENDA NACIONAL, contra o executado: ALL TOGETHER COMÉRCIO, LTDA., feito que tramita por este douto Juízo, pelo expediente do Cartório Judicial do Único Ofício desta Comarca, a saber: - “UM (01) LOTE DE TERRENO, integrante do Loteamento “Baleário Atalaia”, medindo dito terreno (toie) 40,00 m de frente por 30,00 m ditos do fundos, pertencente à Quadra nº 126, do referido Loteamento, situado nesta Cidade de Salinópolis, neste Estado, estando dito imóvel devidamente registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. Avaliado em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)”. - Que o preço da arrematação não será inferior a da avaliação, ou seja, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Havendo arrematação do bem, o arrematante pagará além do preço da arrematação, as custas judiciais, honorários advocatícios, comissão do escrivão e do leiloeiro judicial. E, para que chegue ao conhecimento de todos a intimação do executado, expediu-se o presente EDITAL DE PRAÇA, que será afixado e publicado no mural do Fórum, remetendo-se cópia ao MM. Juízo Deprecante, solicitando a publicação na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Salinópolis-Pará, aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de dois mil (2000). Eu, (Francisco Xavier M. Cruz), Escrivão Judicial, que digitei e subscrevi na forma da lei.
 Drª Maria Laudelina R. Barata Oliveira
 Juíza de Direito da Comarca de Salinópolis-Pará

PODER JUDICIÁRIO
SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARAATA DE AUDIENCIA DE
DISTRIBUICAO AUTOMATICA

DATA: 29/08/2000

NA AUDIENCIA PRESIDIDA PELO MM. JUIZ FEDERAL, DR. DANIEL PABES RIBEIRO
 OS SEGUINTE FEITOS FORAM:

1 - DISTRIBUIDOS
 1) ORIGINARIAMENTE:

PROCESSO : 2000.39.00.009017-6 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
 AUTOR : JOAO MATOS DOS SANTOS E OUTROS
 ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.009018-9 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE PEREIRA DA ROCHA E OUTROS
 ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.009019-1 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
 AUTOR : MARCO ANTONIO RODRIGUES DE MAGALHAES E OUTROS
 ADVOGADO : PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.009020-9 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE FRANCISCO ARAUJO E OUTROS
 ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.009021-1 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
 AUTOR : MARCOS GERSON MARIALVA ELISARIO

INTERNET: www.ioepa.com.br

ADVOGADO: PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009022-4 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : EDILSON MONTEIRO DE SOUZA
 ADVOGADO: PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009023-7 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : MIGUEL JACKSON MARIALVA ELISARIO
 ADVOGADO: PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009024-0 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : PEDRO ODALY ALVES DOS SANTOS E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009025-2 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : HAROLDO ALVES DOS SANTOS
 ADVOGADO: PA7820 - MONICA DOS SANTOS STORINO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009029-3 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : RAIMUNDO OLIVEIRA BRAGA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009030-0 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : EDINALDO FERNANDES DA SILVA E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009031-3 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : QUINTINO PINTO DE CASTRO NETO E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009032-6 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ODILA DE SOUZA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009033-9 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ROSA SANTANA SANTOS E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009034-1 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : LAERTE PINHEIRO MACHADO E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009035-4 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : FRANCISCO SIMAO VIANA SERRA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009036-7 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE RIBAMAR DA CRUZ E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009037-0 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : DANIEL FERREIRA SANTOS E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009038-2 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSELIO PEREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009039-5 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : GRACINETE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009040-2 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ADEMAR MONTEIRO E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009041-5 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : FRANCISCO TORRES DE SOUZA E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM E OUTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009042-8 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : CARLOS JORGE GOMES DA SILVA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009043-0 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : AMELIA ROSA DOS SANTOS ALVES E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009044-3 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : RAIMUNDO NONATO DOS REIS E OUTROS
 ADVOGADO: PA9121 - TATIANA LIMA CUTRIM
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009045-6 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : PAULO DE TARSO DE SOUSA CELESTINO E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009046-9 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : PALMERINDO PIRES DE AMORIM E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009047-1 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ELI GOMES DA SILVA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009048-4 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ELIANE ALVES COLARES E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 1

PROCESSO: 2000.39.00.009049-7 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE MARIA GONSALVES DE OLIVEIRA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009050-4 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ADENOR JOSE LAMEIRA DA SILVA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009051-7 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JANETE CRISTINA REIS FERREIRA
 ADVOGADO: PA7328 - JALVO ARANTES GRANIEN

REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009052-0 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : PAULO DOS SANTOS FERREIRICCI E OUTROS
 ADVOGADO: PA7142 - FRANCISCO GENESIO BESSA DE CASTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009053-2 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : MARIA DA GOLFRIA CICALISE DE SOUZA E OUTROS
 ADVOGADO: PA7142 - FRANCISCO GENESIO BESSA DE CASTRO
 REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 VARA : 2

PROCESSO: 2000.39.00.009063-4 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
 REQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOGADO: TO607B - SILVIA MERI DOS SANTOS GOTARDO
 REQDO : VALDIVINO FERREIRA DE CARVALHO
 IDEPR: JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
 VARA : 6

PROCESSO: 2000.39.00.009064-7 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : ATALÁIA VEÍCULOS LTDA E OUTRO
 ADVOGADO: PA5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO
 IMPDO : DELEGADA DA RECEITA FEDERAL EM BELEM
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009065-0 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A.
 ADVOGADO: RJ71448 - GILBERTO FRAGA E OUTRO
 IMPDO : COORDENADOR DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO
 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) NO ESTADO E OUTRO
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009066-2 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
 REQTE : CAIO CELIDONIO FILHO E OUTRO
 ADVOGADO: PR18139 - WILSON LUIS DE PAULA
 REQDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA
 AGRARIA - INCRA E OUTROS
 IDEPR: JUIZ FEDERAL DA VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ
 VARA : 4

PROCESSO: 2000.39.00.009067-5 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 17300 - CARTA DE ORDEM PENAL
 REQTE : ELIANA FERNANDES LEITE
 ADVOGADO: PA3529 - ELIANA FERNANDES LEITE
 REQDO : LEA HELENA PESSOA DOS SANTOS
 IDEPR: JUIZ RELATOR DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
 VARA : 3

2) POR DEPENDÊNCIA:
 PROCESSO: 2000.39.00.009026-5 PROT: 23/08/2000
 CLASSE : 10100 - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
 PRINCIPAL: 2000.39.00.002525-7 CLASSE: 1100
 REQTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
 REQDO : DISPROFAG - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
 AGUILERA LTDA
 ADVOGADO: PA3310 - FERNANDO FACURY SCAFFE E OUTRO
 VARA : 5

PROCESSO: 2000.39.00.009027-8 PROT: 28/08/2000
 CLASSE : 13101 - PROCESSO COMUM - JUIZ SINGUL
 PRINCIPAL: 95.0007248-3 CLASSE: 15600
 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
 REU : ANDREZA SILVA DIAS
 ADVOGADO: PA75 - WALMIR SANTANA BANDEIRA DE SOUSA
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009054-5 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 04100 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO
 PRINCIPAL: 1998.39.00.005307-6 CLASSE: 1500
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 EXCDO : DANIEL ALBERNAS DE FREITAS E OUTROS
 ADVOGADO: PA7248 - CHALES FLANDINEY PINTO DE SOUZA
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009055-8 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 04100 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO
 PRINCIPAL: 1998.39.00.000648-9 CLASSE: 1300
 EXQTE : UNIAO FEDERAL
 EXCDO : OSORIO SILVA BARBOSA SOBRINHO E OUTRO
 ADVOGADO: AM1675 - VITOR HUGO MENEZES
 VARA : 3

PROCESSO: 2000.39.00.009056-0 PROT: 29/08/2000
 CLASSE : 04100 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO
 PRINCIPAL: 1999.39.00.004071-3 CLASSE: 9200

EXQTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EXCDO : COMPANHIA DO CAS DO ESTADO PARA - CDP
ADVOGADO : SP27841 - LAUDIO CAMARGO FABRETTI
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.009057-3 PROT:29/08/2000
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 94.0003868-2 CLASSE: 9108
EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
EXCDO : JONAS SILVA DOS SANTOS E OUTRO
PROCURAD: ELIETE DE SOUZA COLARES
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.009058-6 PROT:29/08/2000
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 93.0004290-4 CLASSE: 1300
EXQTE : UNIAO FEDERAL
EXCDO : ORLANDO PEREIRA LIMA E OUTROS
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.009059-9 PROT:29/08/2000
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 93.0000009-8 CLASSE: 9200
EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
EXCDO : SELMA PRAZERES NUNES FONSECA E OUTROS
PROCURAD: ELIETE DE SOUZA COLARES
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.009060-6 PROT:29/08/2000
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 1997.39.00.005869-3 CLASSE: 11100
EXQTE : FAZENDA NACIONAL
EXCDO : VOLTI'S ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : PA7930 - ANDRE RAMI BASSALO
VARA : 6

PROCESSO : 2000.39.00.009061-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 11500 - EMBARGOS DE TERCEIRO
PRINCIPAL: 1998.39.00.010222-4 CLASSE: 3100
EMBT : JOSE GABRIEL DA LUZ MAIA
ADVOGADO : PA8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA
EMBD : FAZENDA NACIONAL
VARA : 7

PROCESSO : 2000.39.00.009062-1 PROT:28/08/2000
CLASSE : 11500 - EMBARGOS DE TERCEIRO
PRINCIPAL: 95.0006930-0 CLASSE: 3200
EMBT : RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE
ADVOGADO : PA3776 - RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE
EMBD : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA : 7

II- REDISTRIBUIDOS
PROCESSO : 00.0028146-8 PROT:19/06/1985
CLASSE : 11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
EMBT : FIACAO E TECELAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA -
TECEFATIMA E OUTRO
EMBD : SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
- SUDAM
VARA : 7

PROCESSO : 1997.39.00.003458-5 PROT:17/04/1997
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
EXQTE : SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
- SUDAM
EXCDO : FIACAO E TECELAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA -
TECEFATIMA E OUTRO
VARA : 7

IV - NAO HOUVE IMPUGNACAO
V - DEMONSTRATIVO
DISTRIBUIDOS
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA
REDISTRIBUIDOS
ENCAMINHADOS P/ VERIFICACAO DE PREVENCAO
TOTAL DOS FEITOS
FEITOS DE DIAS ANTERIORES A DISTRIBUICAO

BELEM, 29/08/2000
ANIZIA SUELY DE JESUS
SECRETARIA DA AUDIENCIA
DANIEL PAES RIBEIRO
JUIZ DISTRIBUIDOR
PAULO RUBIO DE SOUZA MEIRA
REP. M.P.P.

PODER JUDICIARIO
SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA

ATA DE AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO AUTOMATICA
DATA: 28/08/2000

NA AUDIENCIA PRESIDIDA PELO MM. JUIZ FEDERAL, DR. DANIEL PAES
RIBEIRO OS SEGUINTE FEITOS FORAM:

I - DISTRIBUIDOS
1) ORIGINARIAMENTE:

PROCESSO : 2000.39.00.008931-1 PROT:25/08/2000
CLASSE : 05117 - ACAO DIVERSA / OUTRAS
REQTE : ANA PAULA PINTO DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : PA7568 - EDILENE SANDRA LUZ DE LIMA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008932-4 PROT:25/08/2000
CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANCA INDIVID
IMPTE : ENACO - EDIVALDO M. CARVALHO COMERCIO ENACEGACAO
LTD
ADVOGADO : PA7730 - GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO
IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BELEM E OUTROS
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008933-7 PROT:25/08/2000
CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANCA INDIVID
IMPTE : SILNAVE NAVEGACAO S.A.
ADVOGADO : PA7730 - GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO
IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BELEM E OUTROS
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008934-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : RUBENS KLEMS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008935-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : RIVALDO BERNARDES LEMOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008936-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : MARIA SONIA SANTOS SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008937-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JOSE MARIA NEVES DO NASCIMENTO
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008938-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ALDENORA OLIVEIRA LOPES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008939-3 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JANETE MARIA DE SOUSA FERNANDES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008940-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : COSME DA CONCEICAO SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008941-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : HARRISON LUIZ OLIVEIRA DINIZ
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008942-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : CLEIDE DOURADO FROTA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008943-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA

REQTE : MARIA JOSE FREIRE FERNANDES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008944-1 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : MARIA LUCIULA MARTINS VALENTE
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008945-4 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JOSE LUCIANO DE OLIVEIRA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DA SUBSECAO JUDICIARIA DE
SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008946-7 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : MARIA LUCIA LOPES DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008947-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ALFREDO PEDROSO CASTRO
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008948-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : MARIA DAS GRACAS FERREIRA DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008949-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : MANUEL MESSIAS DE SOUSA SANTOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008950-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : HELENA LEMOS MAIA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008951-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ARNALDO LINO DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008952-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : RAIMUNDO CLEMENTINO MARTINS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008953-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : PEDRO DE JESUS VIEIRA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008954-3 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JOSE AUGUSTO DA SILVA MENDES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008955-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ANANIAS COSME PEREIRA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J. DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008956-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : AMELIA BATISTA FIGUEIRA

REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008957-1 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : INACIO PINHEIRO
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008958-4 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ROSIVALDO MIRANDA TEIXEIRA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008959-7 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : CARLOS ALBERTO DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008960-4 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : FERNANDO SANTOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008961-7 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : DEOCLINO ALVES CORREA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008962-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JOAQUIM COSME DOS SANTOS SOUSA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008963-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : JOSE RIBEIRO DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008964-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : EVERALDO GOMES DOSSANTOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008965-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : FRANCISCO LIRA PEREIRA
ADVOGADO : PAR273 - RAIMUNDO NIVALDO SANTOS DUARTE
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008966-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : EDINALDO GUIMARAES DE FREITAS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008967-3 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ANTONIO DA ROCHA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008968-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : WILSON QUIRINO DA PAIXAO
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008969-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : HELENO PEREIRA DOS SANTOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008970-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ELISEU PAUSTINO PESSOA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008971-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ELIANA AZEVEDO LAGES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008972-1 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : RAIMUNDO FLORISVALDO DE SOUZA AIRES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008973-4 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : ANTONIO CARLOS PEDROSO DA SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008974-7 PROT:28/08/2000
CLASSE : 06100 - CARTA PRECATORIA
REQTE : CIPRIANO COSTA E OUTROS
REQDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008975-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 17100 - CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : FREDERICO KUEHN RICH NETO E OUTROS
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE SANTAREM/PA
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008976-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 17100 - CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : ROSA MARIA SOBRAL E OUTROS
J.DEPR : JUIZO FEDERAL DA VARA UNICA DE SANTAREM/PA
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008977-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 17100 - CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : LUIZ DE FIGUEIREDO E OUTROS
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA VARA UNICA DE SANTAREM, SECAO JUDICIARIA DO PARA
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008978-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 09200 - ACAA CAUTELAR INOMINADA
REQTE : PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE GOUVEIA E OUTROS
ADVOGADO : PA6258 - JOSE CELIO SANTOS LEMOS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008979-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : LOLIDES PAES DE ALMEIDA JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008980-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : CRISPINIANO BISPO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008981-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE MILTON ALVES VILANOVA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008982-3 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : AGNALVE SOUZA HOMEM DEL REI E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008983-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : SILVANE FEITOSA SANTANA E OUTROS

ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008984-9 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE MARIAS DOS SANTOS SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 4

PROCESSO : 2000.39.00.008985-1 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE MARQUES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008986-4 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008987-7 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE DIAS DE ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008988-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JOSE FRANCISCO MAIA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008989-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : JEVOA FURTADO DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 5

PROCESSO : 2000.39.00.008990-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : SONEMEIRE NUNES BOTELHO E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008991-2 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : MARIA ILKA LIVRAMENTO RIBEIRO E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008992-5 PROT:28/08/2000
CLASSE : 01500 - ACAA ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : ANA FATIMA LOBO BATISTA E OUTROS
ADVOGADO : PA3476 - MARCIO OLIVAR BRANDAO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008993-8 PROT:28/08/2000
CLASSE : 17100 - CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : COMPTON PATRICK LA ROSE
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA 4ª VARADA SECAO JUDICIARIA DO AM VOTAS
VARA : 2

PROCESSO : 2000.39.00.008994-0 PROT:28/08/2000
CLASSE : 17100 - CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : ARIDINEI OLIVEIRA DE CARVALHO CAVALHEIRO
J. DEPR : JUIZ FEDERAL DA 2ª VARADA SECAO JUDICIARIA DO AM VOTAS
VARA : 1

PROCESSO : 2000.39.00.008995-3 PROT:28/08/2000
CLASSE : 05204 - JUSTIÇA DE PAZ
JFTE : ROSALINA NAZARENE CORREA
ADVOGADO : PA2506 - MARIA OLIVEIRA SCAKRETT DE OLIVEIRA
JFDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA : 3

PROCESSO : 2000.39.00.008996-6 PROT:28/08/2000
CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANCIA INDIVIDUAL
IMPTE : ESTACON ENGENHARIA S/A
ADVOGADO : PA5465 - HELENO JORGE FIGUEIREDO FERREIRA E OUTROS
IMPDO : GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL EM BILEM NAZARE
VARA : 3
PROCESSO : 2000.39.00.008997-4 PROT:28/08/2000

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

CLASSE :05204 - JUSTIFICACAO
JFTE :ANA AMELIA TRUNDADE LUCIO
ADVOGADO : PA8263 - CONCEICAO PEREIRA BARBOSA
JFDO : UNIAO FEDERAL
VARA : 5

PROCESSO :2000.39.00.009000-5 PROT:28/08/2000
CLASSE :02100 - MANDADO DE SEGURANCA INDIVID
IMPTE : A PROVINCIA DO PARA LTDA
ADVOGADO : PA8664 - CHRISTIAN WANZELLER COUTO DA ROCHA
IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE BELEM E OUTROS
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009011-0 PROT:28/08/2000
CLASSE :15600 - INQUERITOS POLICIAIS
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : PEDIDO DE ARQVTO DO IMPL-232/99 REFECLAM.TRABALJCJA-215/93
VARA : 4

PROCESSO :2000.39.00.009012-2 PROT:28/08/2000
CLASSE :07100 - Acao CIVIL PUBLICA
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : DAEL RUY PARJOS
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009013-5 PROT:28/08/2000
CLASSE :15900 - CRIMINAIS DIVERSAS/OUTROS
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : ARQUIVAMENTO DA REPRES CRIMINAL (PROCB274/2000-PR/PA)
REFLITIGANCIA DE MA FE P/NEUZA S BARROS
VARA : 5

PROCESSO :2000.39.00.009014-8 PROT:28/08/2000
CLASSE :15900 - CRIMINAIS DIVERSAS/OUTROS
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
VARA : 4

PROCESSO :2000.39.00.009015-0 PROT:28/08/2000
CLASSE :13101 - PROCESSO COMUM - JUIZ SINGUL
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
REU : INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MAIUTA
VARA : 5

2) POR DEPENDENCIA:
PROCESSO :2000.39.00.008997-9 PROT:28/08/2000
CLASSE :11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL:2000.39.00.007240-4 CLASSE:3300
EMBT : ADELINO NUNES SIMAO
ADVOGADO : PA1431 - ADELINO NUNES SIMAO
EMBDO : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI
VARA : 6

PROCESSO :2000.39.00.008998-1 PROT:28/08/2000
CLASSE :11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL:2000.39.00.001249-9 CLASSE:4100
EMBT : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
EMBDO : ADLAI RAIMUNDO SOUSA E OUTROS
VARA : 4

PROCESSO :2000.39.00.009001-8 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:1997.39.00.003406-0 CLASSE:1300
EXQTE : MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO IGNACIO E OUTROS
EXCDO : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009002-0 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:95.0000951-0 CLASSE:1500
EXQTE : ELZENIR DA CUNHA ASSUNCAO E OUTROS
PROCURAD: ANTONIO CARLOS LOPES VALADAO
EXCDO : UNIAO FEDERAL E OUTRO
PROCURAD: ILDEFONSO PEREIRA GUIMARAES JUNIOR E OUTRO
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009003-3 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:1997.39.00.002887-1 CLASSE:1300
EXQTE : ANTONIO VERA CRUZ SOBIRO E OUTROS
ADVOGADO : PA4881 - JOSE WILLIAM COELHO DIAS
EXCDO : UNIAO FEDERAL
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009004-6 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:1997.39.00.003123-3 CLASSE:1300
EXQTE : MARIA AUGUSTA LISBOA CHUVAS E OUTROS
ADVOGADO : PA4559 - JOSE DE ARMATEIA CHAVES SOUSA
EXCDO : UNIAO FEDERAL
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009005-9 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:96.0000644-0 CLASSE:1200
EXQTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

EXCDO : OSMAR ANTONIO ASSUNCAO
PROCURAD: JOAO NASCIMENTO ROCHA
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009006-1 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:96.0000850-7 CLASSE:1300
EXQTE : MARIA RUTH OLIVEIRA NASCIMENTO E OUTROS
EXCDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO M. AMBIENTE E REC. NATURAIS
RENOVAVEIS - IBAMA
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009007-4 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:1997.39.00.004739-7 CLASSE:1300
EXQTE : ALTAIR ATAIDE MATEUS E OUTROS
ADVOGADO : PA96 - MIGUEL BRASIL CUNHA E OUTRO
EXCDO : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009008-7 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:1999.39.00.000475-8 CLASSE:11100
EXQTE : CONSULMAR AGENCIA MARITIMA LTDA
EXCDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : PA4286 - JOAQUIM MOREIRA ROCHA
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009009-0 PROT:28/08/2000
CLASSE :04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL:96.0005162-3 CLASSE:1100
EXQTE : MARIA DO SOCORRO MILHOMEM SOUSA E OUTROS
ADVOGADO : PA5537 - SERGIO VICTOR SARAIVA PINTO
EXCDO : FAZENDA NACIONAL
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009010-7 PROT:28/08/2000
CLASSE :11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL:2000.39.00.004882-2 CLASSE:4100
EMBT : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
EMBDO : ALICE BARREIROS DIAS E OUTROS
PROCURAD: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
VARA : 2

PROCESSO :2000.39.00.009016-3 PROT:28/08/2000
CLASSE :09200 - Acao CAUTELAR INOMINADA
PRINCIPAL:1997.39.00.011363-1 CLASSE:5110
REQTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA
AGRARIA - INCRA
REQDO : COMPANHIA AGROPECUARIA DO RIO JABUTIS/A
VARA : 5

IV - NAO HOUVE IMPUGNACAO
V - DEMONSTRATIVO
DISTRIBUIDOS
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA
REDISTRIBUIDOS
ENCAMINHADOS P/ VERIFICACAO DE PREVENCAO
TOTAL DOS FEITOS
FEITOS DE DIAS ANTERIORES A DISTRIBUICAO

BELÉM, 28/08/2000
ANÍZIA SUELY DE JESUS
SECRETÁRIA DA AUDIÊNCIA
DANIEL PAES RIBEIRO
JUIZ DISTRIBUIDOR
PAULO RÚBIO DE SOUZA MEIRA
REP. M. PF.

JUIZO FEDERAL DA 101ª VARA SUBSEÇÃO DE SANTARÉM

DIMIS DA COSTA BRAGA
Juiz Federal Substituto
JADETE SIQUEIRA DENIETO
Diretora de Secretaria

BOLETIM Nº 014
EXPEDIENTE DO DIA 24/08/000
AUTOS COM DESPACHO

Nos 56 processos a seguir, foi proferido o seguinte despacho: "Manifeste(m)-se o(s) autor(es) sobre a contestação e documentos de fls. ... Intime(m)-se."

CLASSE: 01.500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

Proc. :2000.39.02.000181-8
Autor : RONILDO PEREIRA ALVES
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000182-0
Autor : RAIMUNDO NONATO SAMPAIO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho
Proc. :2000.39.02.000185-9

Autor : FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000216-0
Autor : NEUZIR CARDOSO BRUCE E OUTRO
Advog. : João Paulo O. dos Santos
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000217-2
Autor : JORGE PINHEIRO DESOUSA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000218-5
Autor : AGNALDO FRANK BRITO SILVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000219-8
Autor : ALDO PRATA DE LIMA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000220-5
Autor : VANIA LEILA DE CASTRO ALMEIDA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000221-8
Autor : AIDA SELESTE PIMENTEL DE OLIVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000222-0
Autor : EDUARDO MIRANDA DE SOUSA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000223-3
Autor : DINAIR DOS SANTOS ALMEIDA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000234-8
Autor : Zaqueu PEDROSO DA SILVA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000235-0
Autor : TOMAS PEREIRA PINTO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000236-3
Autor : ODENIRA RAIMUNDA XAVIER MARTINS
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000237-6
Autor : MARIA DO SOCORRO BASTOS CORREA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000238-9
Autor : MARIA DE FÁTIMA FERREIRA JULIÃO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000239-1
Autor : JOSÉ ANTONIO COELHO LAURIDO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc. :2000.39.02.000240-9
Autor : JOSÉ DAS DORES DA SILVA OLIVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000241-1
Autor: JACER MONTE CARNEIRO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000242-4
Autor: FRANCISCO AZEVEDO SOUSA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000244-0
Autor: NESTOR MARQUES DE AZEVEDO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000245-2
Autor: ELIANA PEREIRA DA SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000247-8
Autor: ANTONIO ONOFRE ARAÚJO GONÇALVES
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000248-0
Autor: ANICE CORREA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000249-3
Autor: MARIA SIRLEA RODRIGUES DA SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000250-0
Autor: MANOEL ALTEMAR MOUTINHO DE SOUZA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000251-3
Autor: NORACI MONTES CARNEIRO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000337-7
Autor: JUVENAL COSTA SOUZA
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000338-0
Autor: RINALDO GONÇALVES DE FARIAS
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000341-2
Autor: DOMÍCIO VIANA LOBATO
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000342-5
Autor: SEBASTIÃO MARIANO DA SILVA
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000343-6
Autor: HERASMO ARAÚJO DE MELO FILHO
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000342-9
Autor: EDIVALDO JOSÉ BASTOS
Advog.: Oscar Damasceno Filho
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000349-6
Autor: EDVAGNO NUNES DA SILVA
Advog.: Maria Dirlina de Andrade Cardoso e Paulo Orlando Alves de Jesus Jr.
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000550-3
Autor: MARIA DAS DORES RIBEIRO ALMEIDA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000551-4
Autor: EDIVALDO LIRA FERREIRA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000552-9
Autor: FRANCISCO SOLANO PEDROSO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000553-1
Autor: JOSÉ ILDEBRANDO MAIA DE ANDRADE
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000554-4
Autor: AUDAIR GAMBOA DA SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000555-7
Autor: JUVENAL PEREIRA LOPES
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000554-0
Autor: MARLUCE CARNEIRO SALGADO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000557-2
Autor: MARIA DO SOCORRO GENTIL PEDROSO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000558-5
Autor: RAIMUNDO CICERO SERIQUE
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000559-8
Autor: SÉRGIO BARRETO SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000560-5
Autor: MARIA NATALINA PEREIRA DA SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000561-8
Autor: MARIA DO SOCORRO SILVA XAVIER
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000562-0
Autor: LUZINALDO ROCHA DE CASTRO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000563-3
Autor: FELIX GUIMARÃES DOS SANTOS FILHO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000564-6
Autor: JOSÉ CÂNDIDO MOTA DE SIQUEIRA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000566-1
Autor: DARI ANTONIO KUBICZEWSKI
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000567-4
Autor: ARLINDO GONÇALVES DA SILVA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000568-7
Autor: ARMINIO ACELINO DA COSTA FILHO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000570-7
Autor: ANTONIO DE SOUSA CHAVES
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000571-0
Autor: AILTON JOSÉ MOREIRA
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.000924-2
Autor: ADEMILSON MACEDO PEREIRA E OUTRO
Advog.: Katia Tolentino G. da Silva e Arley Márcio Soares de Souza
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

Proc.: 2000.39.02.001005-3
Autor: JOSÉ RENILTON MARINATO
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur.: Liana Cunha Mousinho Coelho

EM TEMPO
EXPEDIENTE DO DIA 07/07/2000
AUTOS COM SENTENÇA/DECISÃO

CLASSE: 14000 - HABEAS CORPUS

Proc.: 2000.39.02.001193-7
Impte.: ODILSON MATOS GUIMARÃES RODRIGUES
Pacte.: EDVALDO AMORIM CAIRES
Impdo.: DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTARÉM-PA
SENTENÇA: "... Ante o exposto, reconhecendo a ilegitimidade do Impetrado para figurar no pólo passivo do presente habeas corpus, extingo o processo sem julgamento de seu mérito, com base no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. P.R.I."

EXPEDIENTE DO DIA 22/08/2000
AUTOS COM SENTENÇA/DECISÃO

CLASSE: 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

Proc.: 1997.39.02.000336-0
Autor: ADILSON GALÚCIO FIALHO E OUTROS
Advog.: Raimundo Nivaldo S. Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu: UNIÃO FEDERAL
Procur.: José Luiz Guerreiro Holanda
DECISÃO: "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos as transações judiciais dos autores CLÉISE ALBA ANDRADE PINTO, CLEMENTE DE ALMEIDA, DEUSIMAR FERNANDES DA SILVA, FRANCISCO BEDEU DE SOUSA, IDEVALDO JOSÉ LOBATO DA SILVA, JOFRE SANTOS DE ALMEIDA ROSILDO PINTO, ROSOMIRO RODRIGUES DOS SANTOS E ROSINALDO PATROCÍNIO DE OLIVEIRA. Em face da referida homologação, determino ao autor ADILSON GALÚCIO FIALHO, a emenda da inicial da execução, fazendo constar apenas este como exequente. Desentranhem-se os cálculos da execução referentes aos demais autores. À distribuição para excluir os referidos autores do processo. Reclasseifique o feito para Execução de Título Judicial. Intimem-se. Após, cite-se."

JUIZO FEDERAL DA 101ª VAI
SUBSEÇÃO DE SANTARÉM

DIMIS DA COSTA BRAGA
Juiz Federal Substituto
RAIMUNDO MACHADO VILHENA
Diretor de Secretaria em exercício

BOLETIM Nº 033
EXPEDIENTE DO DIA 22/08/2000
AUTOS COM DESPACHO

CLASSE: 01400 - AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

Proc.: 1999.39.02.000231-2
Autor: INST. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Procur.: Silvino B. D. Soares
Réu: ESPÓLIO DE GODOFREDO MACHADO PORTELA
Advog.: Ana Cunhos da Silva Calderaro e José Olivar de Azevedo
DESPACHO: "Fixo os honorários periciais em R\$ 1.000,00 (Quatro mil reais). Intime-se o réu a fim de que proceda o depósito do valor acima referido em conta à disposição deste juízo."

CLASSE: 01500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

Proc.: 2000.39.02.000246-5
Autor: COSMO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO: "Manifeste-se o autor sobre a contestação e documentos de fls. 16/30 e 33/40. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.000365-7
Autor : OSCARDAMASCENO FILHO
Advog. : Oscar Damasceno Filho
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende o autor, a inicial, comprovando sua vinculação ao FGTS, no período de junho/87, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.000418-7
Autor : MARIA HELENA DA COSTA FERREIRA E OUTROS
Advog. : Antonio Eder John de S Coelho
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende a inicial, o autor, Almir Soares Oliveira, comprovando sua vinculação ao FGTS, nos períodos postulados na inicial, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Encaminhe-se estes autos à distribuição para retificação, fazendo constar o nome correto do autor, Raimundo Alves Guimarães. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.000541-4
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende o autor a inicial, comprovando que o substituído está registrado no sindicato, bem como, juntando autorização do mesmo para o ajuizamento da ação, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento."

Proc. : 2000.39.02.000565-9
Autor : EVANILDA BANDEIRA NASCIMENTO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO: "Manifeste-se a autora sobre a contestação e documentos de fls. 18/43. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.000569-8
Autor : ANTONIO PAULO DOSSANTOS OLIVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Procur. : Liana Cunha Mousinho Coelho
DESPACHO: "Manifeste-se o autor sobre a contestação e documentos de fls. 21/46. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.000815-7
Autor : EVANDRO ANTONIO NEVES DO NASCIMENTO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende o autor, a inicial, comprovando sua vinculação ao FGTS, no período de fevereiro/91, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

Nos dois processos a seguir, foi proferido o seguinte despacho: "O autor é pessoa não alfabetizada, devendo, por isso, valer-se da forma pública para constituir procurador judicial, condição essencial à validade do ato, já que não pode assinar, ex vi art. 1289, do Código Civil. Assim, determino que este regularize sua representação processual, apresentando instrumento público de procuração, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento."

Proc. : 2000.39.02.000860-8
Autor : RAIMUNDO TEIXEIRA DA SILVA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.000861-0
Autor : RAIMUNDO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Nos dois processos a seguir, foi proferido o seguinte despacho: "Emende o autor, a inicial, comprovando sua vinculação ao FGTS, no período de janeiro/89, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.001367-2
Autor : JOAQUIM JOÃO SILVA DOS SANTOS
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.001371-8
Autor : DARCI CONCEIÇÃO BARROSO PEREIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Nos dois processos a seguir, foi proferido o seguinte despacho: "Em face da informação de fls. 15, comparece o autor a não ocorrência de litispendência, pena de indeferimento. Prazo: 10(dez) dias. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.004751-4
Autor : NAIUM COSME DA SILVA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.001408-5
Autor : RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Elias de Sousa Marinho
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

AUTOS COM SENTENÇA/DECISÃO

CLASSE: 01.500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
Proc. : 2000.39.02.000903-8
Autor : ALONSO DE ALMEIDA SENA E OUTROS
Advog. : Idemilza Regina Siqueira Rufino e Maria Augusta Cohen de Sousa
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DECISÃO: "... Assim, tomo sem efeito o despacho de fls. 51 e homologo a desistência da autora MARIA DE NAZARÉ SANTIAGO DIAS, prosseguindo-se o feito quanto aos demais autores. Desentranhem-se os documentos requeridos. A distribuição para excluir a referida autora do processo. Defiro aos autores o benefício da assistência jurídica gratuita. Após, cite-se a Caixa Econômica Federal."

EXPEDIENTE DO DIA 25/08/2000
AUTOS COM DESPACHO

Nos cinco processos a seguir, foi proferido o seguinte despacho: "Emende o autor a inicial, comprovando que o(s) substituído(s) está(ão) registrado(s) no sindicato, bem como, juntando autorização do(s) mesmo(s) para o ajuizamento da ação, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento."

CLASSE: 01.500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
Proc. : 2000.39.02.000525-1
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.000526-1
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.000536-6
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.000542-7
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.000543-0
Autor : SINDICATO DOS EMPREG NAS EMPR DE EXTR BENEF E INDUST DE MINERIOS DE LARANJAL DO JARI E ALMEIRIM
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Proc. : 2000.39.02.001189-0
Autor : BENEVALDO LOURENÇO DE SOUZA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Remetam-se os autos à Distribuição para que proceda a retificação do nome do autor, fazendo constar o nome correto, qual seja Benevaldo Lourenço de Sousa, conforme documento de fls. 12/13. Após, cite-se."

EXPEDIENTE DO DIA 24/08/2000
AUTOS COM DESPACHO

CLASSE: 01.500 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
Proc. : 2000.39.02.001197-6
Autor : JOÃO MARÇAL COLARES DE OLIVEIRA
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Dennis J. V. Jennings
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende o autor, a inicial, comprovando sua vinculação ao FGTS, no período de janeiro/89, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

Proc. : 2000.39.02.001407-2
Autor : PEDRO MARINHO PICAÇO
Advog. : Raimundo Nivaldo S Duarte e Elias de Sousa Marinho
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
DESPACHO: "Emende o autor, a inicial, comprovando sua vinculação ao FGTS, no período postulado, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

CLASSE: 9.200 - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
Proc. : 2000.39.02.001501-6
Repte. : DINÂMICA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Advog. : Edison Messias de Almeida
Reqdo. : UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
DESPACHO: "A petição inicial não está acompanhada de documentos que prove poderes do representante legal da pessoa jurídica que a propôs. Faculto, pois, a emenda da inicial, no prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento. Intime-se."

EM TEMPO
EXPEDIENTE DO DIA 06/05/2000
AUTOS COM DESPACHO

CLASSE: 05.104 - AÇÃO POSSESSÓRIA
Proc. : 1998.39.02.000089-8
Repte. : LUIZ RODRIGUES DA SILVA
Advog. : José Antunes
Reqdo. : UNIÃO FEDERAL E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Procur. : José Luiz Guerreiro Holanda e Ewaldo George Pinho da Silva
DESPACHO: "Desentranhe-se a petição de fls. 133/136, por intempestiva. Devoivre-se a ao subscritor. Certifique a Secretaria acerca do transcurso do prazo para o autor, do despacho de fls. 117. Intime-se do mesmo a FUNAI, pessoalmente."

TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO - 8ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA

TEL./FAX: 91 751-1148
E-mail: vara-abaetetuba@uol.com.br

JUIZ TITULAR
CARLOS R. ZAHLOUTH JÚNIOR
DIRETOR DE SECRETARIA
MARTINHO LUTERO PINHEIRO

DESPACHO

PROCESSO Nº 101 - 0346/98-6
Exqte.: JOSÉ ANTONIO ESTUMANO BARBOSA
Adv.: RAIMUNDO CARLOS CAVALCANTE
Excd.: MADEIREIRA BELÉM - MARIA DE BELÉM DA LUZ BARRAL
Adv.: NEOMÍZIO LOBO NOBRE
DESPACHO: AO EXEQUENTE PARA TOMAR ACERCA DO CONTEÚDO DA CERTIDÃO DO OFICIAL TITULAR DO CRI DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE BELÉM, EM QUE INFORMA A INEXISTÊNCIA DE BENS IMÓVEIS EM NOME DA EXECUTADA.

PROCESSO Nº 101 - 953/2000-9
Rte.: MANOEL DE CASTRO CORRÊA
Adv.: JOÃO DE SOUZA BRITO
Rdo.: EXPORTADORA E IMPORTADORA PIRIÁ
Adv.: FERNANDO DA CONCEIÇÃO DO VALE CORRÊA
DESPACHO: ÀS PARTES PARA CIÊNCIA DO DESPACHO EXARADO ÀS FLS. 115 VERSO DOS AUTOS SUPRA, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "COM BASE NO ART. 833 DA CLT, FICA RETIFICADO ONDE CONSTAR ÀS FLS. 110 E 113 O NOME DO JUIZ CLASSISTA REPRESENTANTE DOS EMPREGADORES, SR. RADAMÉS DE ALMEIDA MACOLÁ, PARA CONTAR PEDRO NEGRÃO RODRIGUES". BEM COMO, À RECLAMADA PARA COMPARECER A ESTE JUÍZO, PARA RETIRAR A CTPS DO RECLAMANTE E PROCEDER A BAIXA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL FICA A RECLAMADA SEMOTE SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO ENÃO SABIDO, NOTIFICADA DE QUE NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 101-865/2000-7, EM QUE É RECLAMANTE NATALINO FERNANDES DA COSTA, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO, EM SUA PARTE DISPOSITIVA: JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS PELO RECLAMANTE NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUZADA POR NATALINO FERNANDES DA COSTA EM FACE DE SEMOTE SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA, ISENTANDO A RECLAMADA DE QUALQUER CONDENAÇÃO NA PRESENTE AÇÃO. CUSTAS PELO RECLAMANTE, NO IMPORTE DE R\$ 9,10, CALCULADAS SOBRE O VALOR DADO A CAUSA (R\$ 455,10), QUE SE ISENTA NOSTERMOS DA PORTARIA Nº 289/97, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA. CIENTE O AUTOR NOTIFIQUE-SE A RECLAMADA. CUMPRE-SE. NADA MAIS. PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI ESTE PUBLICADO NA FORMA DA LEI E NOS LUGARES DE COSTUME. PASSADO NESTA CIDADE DE ABAETETUBA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL (29.08.2000). EU, VALTER FERNANDES DA SILVA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, LAVREI O PRESENTE

14ª. VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14ª. VI-3909/2000

O Doutor PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na MM. DÉCIMA QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA a empresa GRAN TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA, cujo endereço é ignorado e incerto, litisconsorte, nos autos do processo nº 14ª.VT-900/99-1, em que são partes, JOÃO DO NASCIMENTO BERNARDES, exequente, e JOÃO MADRUGA & CIA LTDA, executada, para tomar ciência do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Dr. PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na 14ª Vara

do Trabalho de Belém, em 24.08.2000, cujo inteiro teor é o que segue: "I. COMPULSANDO O PRESENTE ÁLBUM, VERIFICO ALBERGADAS TODAS AS PEÇAS ESSENCIAIS QUE COMPUNHAM OS AUTOS DESAPARECIDOS, REFERENTES AO PROCESSO Nº 014-00900/1999-1, DESDE A INICIAL, A ÚNICA CONTESTAÇÃO PRODUZIDA, AS ATAS DE TODAS AS AUDIÊNCIAS OCORRIDAS, EDITAIS, SENTENÇA DE COGNição, COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO DE NOTIFICAÇÕES, CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO, MANDADOS ETC, POR CÓPIAS FIDÉIS, DE FORMA A ESPELHAR COMO MAIS ABSOLUTA SEGURANÇA A PLETORA DOS ATOS PROCESSUAIS ALI ENTÃO INSTRUMENTALIZADOS, SENDO BENFEJEIRA A LEMBRANÇA DE QUE EXISTE CARTA PRECATÓRIA EXECUTÓRIA EM TRAMITAÇÃO NA 17ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE, PORQUE OS DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM POR CERTO QUE SÓ RATIFICAM A INCOLUMIDADE DE TODOS OS INSTRUMENTOS ORA REPRODUZIDOS, II- NESSE DIA PASSO, RESTANDO CRISTALINA A ILAÇÃO DE QUE NÃO FAIRA O MENOR INDÍCIO DE PREJUIZO ÀS PARTES LITIGANTES, JULGO VÁLIDOS E SUBSISTENTES TODOS OS PROCEDIMENTOS LEVADOS A CABO PELA DILIGENTE DIRETORA DE SECRETARIA E SEUS COLABORADORES, ACIMA INFORMADOS, E DECLARO, COM FULCRO NOS ARTS. 220 E 221 DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, E ARTS. 653, 4º, E 796, 4º, DA CIT, E TAMBÉM NO MANEJO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E DA Celeridade Processuais, RESTAURADOS OS AUTOS EXTRAVIADOS, DEVENDO NESTES SEGUIR O PROCESSO SEUS TERMOS, EM CONSONÂNCIA AO ART. 1.067, CAPUT, DO CPC, III- DÊ-SE CIÊNCIA ÀS PARTES, EXPEDINDO-SE, CASO NECESSÁRIO, OFÍCIO AO MM. JUÍZO DEPRECADO, E EDITAL; IV- CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS. 89º. E para chegar ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado no quadro de avisos desta Vara, sito à Trav. Dom Pedro I, nº 750, 1º bloco - 4º andar, Belém - Pará. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil, Eu, Rejane Souza, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Neuza Maria Coelho Lima, Diretora de Secretaria, subscrevi.

PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na 14ª Vara do Trabalho de Belém

14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 28 DIAS - Nº 14ª-VT-3910/2000

O Doutor RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na MM. DÉCIMA QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, no dia 09.10.2000, às 14:05 horas, na sede desta Vara, sito à Tv. Dom Pedro I, nº 750, 3º bloco, 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, os bens penhorados nos autos do processo nº 14ª-VT-1077/97-2, entre partes, EDGAR SIQUEIRA DE CASTRO, exequente e, PROMAR PESSCA INDUSTRIAL S.A., executada, constante de: 01) 01 (UM) MICROCOMPUTADOR FACT, EQUIPADO MONITOR DE VÍDEO 14", MODELO 432, SÉRIE 94012669, CPU SEYGOLD, TECLADO MTEK SÉRIE FDK46AK208, MOUSE CLONG SÉRIE 6M0010227, TUDO NO ESTADO. AVALIADO EM R\$-400,00 (QUATROCENTOS REAIS); 02) 01 (UMA) MÁQUINA IMPRESSORA AFITA, MARCA RIMA, MODELO R250, SÉRIE N50010102, EM FUNCIONAMENTO. AVALIADA EM R\$-20,00 (DUZENTOS REAIS). OBS: OS BENS DESCRITOS NO ITEM 01 ESTÃO FUNCIONANDO NORMALMENTE. TOTAL DA AVALIAÇÃO R\$-600,00 (SEISCENTOS REAIS). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima referidos, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento). E para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado, e afixado no quadro de avisos desta Vara. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil. Eu, Rejane Souza, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Neuza Maria Coelho Lima, Diretora de Secretaria, subscrevi.

RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na MM. 14ª. Vara do Trabalho de Belém

14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 28 DIAS - Nº 14ª-VT-3911/2000

O Doutor RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na MM. DÉCIMA QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, no dia 09.10.2000, às 13:35 horas, na sede desta Vara, sito à Tv. Dom Pedro I, nº 750, 3º bloco, 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, os bens penhorados nos autos do processo nº 14ª-VT-146/2000-7, entre partes, MARCIAL TAVARES MORAES, exequente e, PANIFICADORA DELÍCIA LTDA, executada, constante de: - 02 (DOIS) FREEZER COM DUAS TAMPAS, CADA, MARCA METALFRIO COM LOGOMARCA COCA-COLA, EM FUNCIONAMENTO E NO ESTADO. VALOR ATRIBUÍDO: R\$-400,00 (QUATROCENTOS REAIS); 01 (UM) REFRIGERADOR DE 2M, MARCA RUBRA COM QUATRO PORTAS EM VIDRO, EM FUNCIONAMENTO. VALOR ATRIBUÍDO: R\$-800,00 (OITOCENTOS REAIS); - DEZ (10) M DE GÔNDOLA EM COMPENSADO COM ESTRUTURA DE FERRO, NO ESTADO. VALOR ATRIBUÍDO: R\$-500,00 (QUINHENTOS REAIS). VALOR TOTAL ATRIBUÍDO: R\$-1.700,00 (UM MIL E SETECENTOS REAIS). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima referidos, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento). E para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado, e afixado no quadro de avisos desta Vara. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil. Eu, Rejane Souza, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Neuza Maria Coelho

Lima, Diretora de Secretaria, subscrevi.
RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na MM. 14ª. Vara do Trabalho de Belém

14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 28 DIAS - Nº 14ª-VT-3912/2000

O Doutor RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na MM. DÉCIMA QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, no dia 09.10.2000, às 13:25 horas, na sede desta Vara, sito à Tv. Dom Pedro I, nº 750, 3º bloco, 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, os bens penhorados nos autos do processo nº 14ª-VT-047/99-2, entre partes, FLAVIANO DE BRITO COSTA, exequente e, LÚCIA CRISTINA ABRANTES E OUTROS, executados, constante de: - 01 (UM) APARELHO DE AR CONDICIONADO, MARCA PROSDÓCIMO, DE 7.500 BTU'S, BOM ESTADO, COR CINZA, FUNCIONANDO, AVALIADO EM R\$-200,00 (DUZENTOS REAIS); - 01 (UM) TELEVISOR, MARCA PHILCO, MODELO EMOTION, DE 21 POLEGADAS, COR PRETA, 181 CANAIS, VHF/UHF/CABO, BOM ESTADO, FUNCIONANDO. AVALIADO EM R\$-250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS); - 01 (UM) CONJUNTO DE SALA, COMPOSTO POR 02 (DOIS) SOFÁS, SENDO UM DE TRÊS LUGARES E O OUTRO DE 02 (DOIS) LUGARES, ESTAMPA FLORIDA, COR VERMELHA, REGULAR ESTADO, AVALIADO EM R\$-180,00 (CENTO E OITENTA REAIS). TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$-630,00 (SEISCENTOS E TRINTA REAIS). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima referidos, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento). E para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado, e afixado no quadro de avisos desta Vara. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil. Eu, Rejane Souza, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Neuza Maria Coelho Lima, Diretora de Secretaria, subscrevi.

RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na MM. 14ª. Vara do Trabalho de Belém

14ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 28 DIAS - Nº 14ª-VT-3913/2000

O Doutor RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA, Juiz do Trabalho Substituto, em exercício na MM. DÉCIMA QUARTA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, no dia 09.10.2000, às 13:05 horas, na sede desta Vara, sito à Tv. Dom Pedro I, nº 750, 3º bloco, 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, os bens penhorados nos autos do processo nº 14ª-VT-1966/99-3, entre partes, GILSON CARLO BARROS MARANHÃO, exequente e, G S SARMENTO, executada, constante de: - 01 (UM) CONDICIONADOR DE AR, DE MARCA SPRINGER CARRIER, BTU'S-10.500, Nº DE SÉRIE-1498B84715, MODELO-BLA108M - 73BLA110813M. DE COR BRANCA, DE PLÁSTICO. AVALIADO EM R\$-450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS); - 01 (UM) COMPUTADOR DE MARCA METRON DE PROCESSADOR PENTIUM-MMX-CPU AT 200MHZ, DA INTEL INSIDE, COM CD ROOM E DUAS CAIXAS, E DRIVE DE DISQUETE, PEQUENO, COM WINDOWS 95 E OUTROS PROGRAMAS, COM TECLADO E MONITOR DE VÍDEO DE 14" DA MESMA MARCA. AVALIADO EM R\$-800,00 (OITOCENTOS REAIS); 01 (UMA) IMPRESSORA DE MARCA EPSON STYLUS - COLOR 600, Nº DE SERIAL - AAB1007673 DE MODELO-P954A, FUNCIONANDO. AVALIADO EM R\$-400,00 (QUATROCENTOS REAIS). FAZENDO O TOTAL DE R\$-1.650,00 (UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima referidos, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento). E para chegar ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado, e afixado no quadro de avisos desta Vara. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil. Eu, Rejane Souza, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Neuza Maria Coelho Lima, Diretora de Secretaria, subscrevi.

RAIMUNDO AUGUSTO VALE DA ROSA
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na MM. 14ª. Vara do Trabalho de Belém

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS

O Doutor MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, Juiz do Trabalho Substituto, na MM. 13ª Vara do Trabalho de Belém. Pelo presente Edital, fica NOTIFICADO SERGIO CALDAS JUNIOR, atualmente em lugar incerto e não sabido, reclamado nos autos do Processo nº 13ª-VTB-1697/98-6, em que é reclamante IRACY SAMPALHO RIBBIRIO, de que foi levantada a penhora sobre os seguintes bens: UMA ESTANTE PARA BAR, COM QUATRO COMPARTIMENTOS, COM FUNDO ESPELHADO, EM MADEIRA LAQUEADA, NO ESTADO AVALIADO EM R\$-200,00. UM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, MARCA SPRINGER DE 21.000 BTUS, SEM Nº DE SÉRIE VISÍVEL, FUNCIONANDO, AVALIADO EM R\$-400,00. UM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, MARCA SPRINGER DE 18.000 BTUS, SEM Nº DE SÉRIE VISÍVEL, FUNCIONANDO, AVALIADO EM R\$-300,00. UMA BALANÇA ELETRÔNICA, MARCA URANO, MODELO VS-15150, CAPACIDADE PARA 18 KG, DIVISÃO 5G, Nº DE SÉRIE 42.202, FUNCIONANDO, NO ESTADO, AVALIADO EM R\$-400,00. E para que chegue ao conhecimento da interessada é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume

na sede desta Junta. Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu, (Elaysa Paula Vargas Franco), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Maria da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
Juiz do Trabalho Substituto

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 5 DIAS

Pelo presente Edital, fica CITADA a empresa-executada TRANSWILSON COMÉRCIO E TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA, estabelecida em lugar incerto e não sabido, referente aos autos do Processo nº 13ª-VTB-1294/00-5, em que é exequente INSS, PARA PAGAR EM 48 (quarenta e oito) HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PARCELAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

RESUMO DO CÁLCULO
Principal Corrigido R\$ 300,00
Total Devido R\$ 300,00

CASO NÃO PAGUE E NEM GARANTA A EXECUÇÃO NO PRAZO SUPRA, PROCEDER-SE-Á À PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DO DÉBITO, OBJETO DA EXECUÇÃO. E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Vara, à Travessa Dom Pedro I, 750, 4o. Bloco, 2o. Andar. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu, (Sandro Augusto de Oliveira Holanda), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Mª da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
Juiz do Trabalho Substituto

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS

Pelo presente Edital, fica NOTIFICADO o SR. LÚCIO HELENO NOGUEIRA SIMÕES, executado, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos do Processo nº 13ª VTB-886/97-8, que é exequente GUIOVALDO BARBOSA ARAÚJO, para tomar ciência de que foi levantada a penhora dos veículos de placas JTR-9118 e JTB-8268.

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Vara.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos vinte e dois dias de agosto de 2000. Eu (Sandro Augusto de Oliveira Holanda), Técnico Judiciário, lavrei o presente. E, eu (Maria da Conceição M. O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
Juiz do Trabalho Substituto

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 28 DIAS

O Doutor OCÉLIO DE JUSUS CARNEIRO DE MORAIS, Juiz do Trabalho Substituto.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que no dia 17.10.2000, às 15h00min, na sede desta MM. Vara, na Travessa D. Pedro I, 750, 4º bloco, 2º andar, serão levados a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance sobre o bem penhorado nos autos dos Processos 13ª-VTB-356/2000-7, em que são partes: ANA CLÁUDIA REIS GOMES, exequente, e AUDAZ-ADMINISTRADORA CORRETORA ASSESSORIA DE SEGUROS LTDA, executada, bem esse encontrado na Rua Francisco Monteiro, 396 - altos, que é o seguinte com sua respectiva avaliação:

01(UM) APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 10.000 BTUS, SPRINGER, EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, AVALIADA POR R\$-350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). VALOR TOTAL DA PENHORA E AVALIAÇÃO: R\$-350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns) deverá comparecer no dia, hora e local acima, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento) de seu valor ou a critério do Juiz da execução, os bens imóveis podem ser arrematados sem o pagamento imediato da totalidade do preço mediante proposta do interessado ao Juiz Presidente da Vara, desde que o arrematante efetue à vista o imediato depósito do lance com sinal de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor da alienação deferida pela autoridade judicial, e o restante 60% (sessenta por cento) a prazo, garantido pela penhora sobre o mesmo.

Se as partes concordarem, o Juiz poderá aceitar valor do sinal em percentual menor ao previsto acima, bem como autorizar a arrematação de bens móveis mediante pagamento a prazo, sendo que em qualquer hipótese, o depósito do bem será o próprio arrematante, que deverá assinar, na data em que fizer o seu lance, o compromisso ou o ato respectivo, perante o Juiz da execução, sob as penas da lei. O pagamento do saldo pelo arrematante, será efetuado de acordo com o prazo, a modalidade e as condições estipuladas ou aceitas pelo Juiz.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu (Elaysa Paula Vargas Franco), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E, eu (Maria da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
Juiz do Trabalho Substituto

CONTINUA NO CADERNO 2



Ano CIX da IOE
110ª da República
Nº 29.288

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

CADERNO DO JUDICIÁRIO

1001

2

Belém, quinta-feira,
31 de agosto de 2000

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS

O Doutor OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS, Juiz do Trabalho Substituto, na MM. 13ª Vara do Trabalho de Belém.
Pelo presente Edital, fica NOTIFICADO a SRAMARIA ODETE GURJAO FERREIRA Gerente da executada, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos do Processo nº 13ª VTB-1819/99-1, em que são partes WILSON MACHADO GAMA FILHO, reclamante e F. G. M. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, reclamada, DE QUE ESTE JUÍZO CONSIDEROU REGULAR A PENHORA SOBRE OS TERMINAIS TELEFONICOS DE NUMEROS 242-7719 E 225-1907. E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu, (Eloysa Paula Vargas Franco), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Mariana da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

OCÉLIO DE JESUS C. MORAIS
Juiz do Trabalho Substituto

13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS, Juiz do Trabalho Substituto.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que no dia 06.10.2000, às 16h00min, na sede desta MM. Vara, na Travessa D. Pedro I, 750, 4º bloco, 2º andar, serão levados a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance sobre o bem penhorado nos autos dos Processos 13ª VTB-1615/99-7, em que são partes: BENEDITO RODRIGUES PAIVA, exequente, e CASTEGEL CASTANHOL SEGURANÇA LTDA, executado, bens esses encontrados na Alameda Moreira da Costa, 14, Belém, PA, que é o seguinte com sua respectiva avaliação: "100(CEM) GRAMAS DE ESMERALDA NATURAIS BRUTAS, AVALIADAS EM R\$ 1.300,00, DO LOTE DE 1000 G, DE AVALIAÇÃO TOTAL DE R\$ 13.000,00. VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO EM R\$ 1.300,00 (HUM MIL REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns) deverá comparecer no dia, hora e local acima, ficando ciente de que deverá garantir o lance de 20% (vinte por cento) de seu valor ou a critério do Juiz da execução, os bens imóveis podem ser arrematados sem o pagamento imediato da totalidade do preço mediante proposta do interessado ao Juiz Presidente da Vara, desde que o arrematante efetue à vista o imediato depósito do lance com sinal de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor da alienação deferida pela autoridade judicial, e o restante 60% (sessenta por cento) a prazo, garantido pela penhora sobre o mesmo.

Se as partes concordarem, o Juiz poderá aceitar valor do sinal em percentual menor ao previsto acima, bem como autorizar a arrematação de bens móveis mediante pagamento a prazo, sendo que em qualquer hipótese, o depositário do bem será o próprio arrematante, que deverá assinar, na data em que fizer o seu lance, o compromisso ou o ato respectivo, perante o Juiz da execução, sob as penas da lei. O pagamento do saldo pelo arrematante, será efetuado de acordo com o prazo, a modalidade e as condições estipuladas ou aceitas pelo Juiz.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu (Sandro Augusto de Oliveira Holanda), Técnico Judiciário, lavrei o presente. E, eu (Mariana da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
Juiz do Trabalho Substituto

12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2000

O Doutor JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA, Juiz do Trabalho Substituto da 12ª VARA DE BELÉM FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele

notícias tiverem, que fica(m) NOTIFICADO(A)(S) TROPICAL WOOD EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, ALQUIRINO BANACH, DULCINEA E BANNACH, RUBENS BANNACH E ANA BANNACH, que se encontra(m) em lugar INCERTO E NÃO SABIDO, reclamado(s) nos autos do Processo nº 12ª VARA. 01227/2000-1, em que é reclamante FRANCISCO IVONÉSTO SILVA BATISTA, para TOMAR CIÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA DA AUDIÊNCIA PARA O DIA 27.09.2000, ÀS 15:00 HORAS. E para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial deste Estado e afixado no local de costume, na sede desta Vara, sito à Trav. D. Pedro I, 750, 4º Bloco, 1º andar. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos VINTE E OITO dias do mês de AGOSTO do ano de DOIS MIL. Eu, (MÁRCIA GISELE DE FREITAS RIBEIRO), Analista Judiciária, lavrei o presente. E eu, (ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES), Diretora Secretária, subscrevi. O JUÍZ: JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA, Juiz do Trabalho Substituto da 12ª Vara do Trabalho de Belém.

12ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 22/00

O Dr. JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA, Juiz do Trabalho, Titular da 12ª VARA TRABALHISTA DE BELÉM. FAZ SABER que pelo presente Edital fica NOTIFICADA A RECLAMADA CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS LTDA, conforme art. 852, última parte e c o artigo 841, § 1º, ambos da CLT, nos autos do Processo nº 12ª VARA-657/2000-X, no qual é reclamante ADEVALDO SOUZA RIBEIRO, para tomar ciência da conclusão da Sentença, proferida no dia 25.08.00, às 17:10 horas: "DO EXPOSTO, DECIDE AMM. 12ª VARA DO TRABALHO DA CAPITAL, POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO E, NO MÉRITO, JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE A RECLAMATÓRIA PARA CONDENAR A RECLAMADA COBLT CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS LTDA A PAGAR AO RECLAMANTE, COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, QUE INTEGRA ESTE DISPOSITIVO, AS SEQUINTE VERBAS, A TÍTULO DE: AVISO PRÉVIO (R\$ 1.137,00); FÉRIAS SIMPLES 99/00 (R\$ 1.137,00) + 1/3 (R\$ 379,00); 10/12 DE 13º SALÁRIO PROORCIONAL/99 (R\$ 94,75) + 1/3 (R\$ 31,58); DEPÓSITOS DE FGTS DE TODO O PACTO (R\$ 1.182,48) + MULTA DE 40% SOBRE O TOTAL DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS (R\$ 472,99); MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT (R\$ 700,00); SALÁRIOS ATRASADOS DE FORMA SIMPLES (R\$ 10.422,50); HORAS EXTRAS DOS 3 PRIMEIROS MESES DO CONTRATO (R\$ 1.311,00); REPOUSO REMUNERADO, EM DOBRO (R\$ 3.865,80). O MESMO RECLAMADO DEVE AINDA ANOTAR A CTPS DO AUTOR COM OS SEQUINTE DADOS: ADMISSÃO EM 08/03/1999, DISPENSA EM 02/03/2000, CARGOS DE CABISTA E SALÁRIO DE R\$ 1.137,00, O RME QUE DEVE SER UTILIZADO COMO BASE DE CÁLCULO. IMPROCEDEM OS DE MAIS PLEITOS DAS PARTES. CUSTAS DOS RECLAMADOS NO VALOR DE R\$ 600,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 30.000,00, QUE ORA SE ARBITRA PARA A CONDENÇÃO. CUSTAS DO RECLAMANTE NO IMPORTE DE R\$ 160,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 8.000,00, TAMBÉM ARBITRADO PARA A MESMA FINALIDADE, EM FACE DA SUCUMBÊNCIA PARCIAL DO AUTOR. OFICIE-SE AO INSS, NOS TERMOS DO ART. 43, DA LEI Nº 8.212/91 E DO PROVIMENTO 02/93 DA D. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. OFICIE-SE À RECEITA FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI Nº 8.541/92 E DO PROVIMENTO 01/93, DA D. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. OFICIE-SE À DRT, EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DESCONTOS FISCAIS, DETERMINO AO RECLAMADO, NOS TERMOS DO PROVIMENTO 01/96, DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DA SÚMULA 01 DO E. TRT DA OITAVA REGIÃO, QUE CALCULE, DEDUZA E RECOLHA AS RESPECTIVAS IMPORTÂNCIAS, NO PRAZO LEGAL, CONTADOS DA DATA EM QUE, POR QUALQUER MOTIVO, AS VERBAS OBJETO DA CONDENÇÃO ESTEJAM À DISPOSIÇÃO PARA PAGAMENTO AO RECLAMANTE, DEVENDO, EM IGUAL PRAZO, COMPROVAR O RECOLHIMENTO, FICANDO RESPONSÁVEL PELA DEVOLUÇÃO AO RECLAMANTE DO QUE RECOLHER INDEVIDAMENTE A MAIOR. A LITISCONSÓRTE CONSTRUTEL - PROJETOS E CONTRUÇÕES LTDA FICARÁ SUBSIDIARIAMENTE RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DAS PARCELAS ACIMA DEFERIDAS. CIENTES AS PARTES. NOTIFIQUE-SE O REVEL. NADA MAIS." Dado e passado nesta cidade de Belém, estado do Pará, aos VINTE E OITO dias do mês de AGOSTO do ano DOIS MIL. Eu, LEONARDO

FURTADO), Assistente de Juiz, lavrei o presente. E eu, (ROSA MARIA CONCEIÇÃO ALVES), Diretora de Secretaria, subscrevi. O JUÍZ: JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA - Juiz do Trabalho - Titular da 12ª VT de Belém em exercício.

10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EXPEDIENTES

Processo 10ª.VT-100/2000-5

Reclamante: SOLANGE DE CASSIA LOPES OLIVEIRA
Advogado: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI
Reclamado: MÁRIO OSVALDO EUPÍDIO FERREIRA
Advogado: GIOVANNA DE GUADALUPE BRAGA
Despacho: "1- HOMOLOGO O ACORDO DE FLS. 46/96, CONSIDERANDO-O QUITADO. 2- DISPENSO A RÊ DO PAGAMENTO DAS CUSTAS, NA FORMA DA PORTARIA Nº 285/97 DO MF. LIBERAR A PENHORA. 4- DE-SE CIÊNCIAS AS PARTES".

Processo 10ª.VT-348/2000-8

Reclamante: TEREZINHA DE JESUS SANTOS DE FARIAS
Advogado: RUTH HELENA GUEDES OLIVEIRA
Reclamado: MÁRIO BELÉM VINHAS COSTAS
Advogado: RAIMUNDO NONATO FERREIRA BRAGA
Despacho: "AO EXEQUENTE PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO Sr. OFICIAL DE JUSTIÇA, ÀS FLS. 46 DOS AUTOS".

Processo 10ª.VT-712/2000-3

Reclamante: RONALDO DA SILVA FERNANDES
Advogado: LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO
Reclamado: A R GARCIA MADEIRAS INDUSTRIALIZADAS LTDA.
Despacho: "AO EXEQUENTE PARA CIÊNCIA DA CERTIDÃO DO Sr. OFICIAL DE JUSTIÇA, ÀS FLS. 26 DOS AUTOS".

Processo 10ª.VT-841/2000-3

Reclamante: ANTONIO LOPES DE SOUZA
Advogado: ANA MARIA CUNHA DE MELLO
Reclamado: PAULIPIZZA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
Advogado: ANTONIO FLÁVIO PEREIRA AMÉRICO
Despacho: "AO RECLAMANTE PARA CONTRAMINUTAR O RECURSO ORDINÁRIO, INTERPOSTO PELA PARTE CONTRÁRIA".

Processo 10ª.VT-876/2000-6

Reclamante: DAILTON TEIXEIRA DOS SANTOS
Advogado: SEBASTIÃO PINHEIRO DA SILVA
Reclamado: RAIMUNDO NONATO CORRÊA DE ALMEIDA/EMPRESA DE NAVEGAÇÃO BOM JESUS
Advogado: ARNALDO SILVA DA ROSA/ANTÔNIO SARMENTO GUEDES - RESPECTIVAMENTE
Despacho: "ANTE O EXPOSTO, DECIDE O MM. JUÍZO COLEGIADO DA 10ª VTB, À UNANIMIDADE, NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA POR DAILTON TEIXEIRA DOS SANTOS EM FACE DE RAIMUNDO NONATO CORRÊA DE ALMEIDA E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO BOM JESUS, REJEITAR IN TOTUM OS PEDIDOS DA PETIÇÃO DE INGRESSO, À MINGUA DE AMPARO LEGAL, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS. CUSTAS, PELO RECLAMANTE, EM R\$ 410,64 (QUATROCENTOS E DEZ REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CAUSA. CONCEDE-SE A ISENÇÃO, COMO REQUERIDO. NOTIFICAR AS PARTES. NADAMAI".

Processo 10ª.VT-1047/2000-X

Reclamante: ADALBERTO PINHEIRO NERY
Advogado: LUIZA DE MARILAC CAMPELO
Reclamado: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Advogado: GODOFREDO MARTINS BORGES
Despacho: "ANTE O EXPOSTO, DECIDE ESTA MM. VARA CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR ADALBERTO PINHEIRO NERY CONTRA EMPRESA DE PESQUISA BRASILEIRA AGROPECUÁRIA, PARA ACOLHENDO OS INTEGRALMENTE SANAR A OMISSÃO AFONTADA, CONCEDENDO OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA AO

AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 14 DA LEI 5.584/70, FICANDO O RECLAMANTE ISENTO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS COMINADAS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES".

Processo 10ª.VT- 1060/1995-4

Reclamante: ANDRÉIA CARLA MATOS DO PATROCÍNIO
Advogado: MARIA RAIMUNDA PRESTES MAGNO REIS
Reclamado: JAR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE CONFECÇÕES LTDA. E P.W. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE CONFECÇÕES LTDA.
Advogado:
Despacho: " AO EXEQUENTE PARA CIÊNCIA DO EXPEDIENTE DE FLS. 176/177, DOS AUTOS".

Processo 10ª.VT- 1296/2000-9

Reclamante: TEREZA DE OLIVEIRA CAMPOS BEZERRA
Advogado:
Reclamado: ANTÔNIO RITO DAS GRAÇAS TAVARES
Advogado: JOSÉ CARDOS DE ALMEIDA
Despacho: " AO RECLAMADO PARA CIÊNCIA DOS DESPACHO DE FLS. 15, DOS AUTOS: " O ÔNUS DA PROVA É DA PARTE, NA FORMA DO ENUNCIADO Nº 16 DO C.TST. DE SE CIÊNCIA".

Processo 10ª.VT- 1361/2000-5

Reclamante: JOEL MAIA DOS SANTOS
Advogado: MARCO ANTÔNIO GOMES DE CARVALHO
Reclamado: SANTOS E NERY LTDA.
Advogado:
Despacho: " ANTE O EXPOSTO E MAIS QUE DOS AUTOS CONSTA DECIDE A 10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, À UNANIMIDADE, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROPOSTA POR JOEL MAIA DOS SANTOS CONTRA SANTOS E NERY LTDA., PARA CONDENAR ESSA A PAGAR ÀQUELE, AS SEGUINTE PARCELAS LIQUIDAS: AVISO PRÉVIO (R\$ 204,00); FÉRIAS PROPORCIONAIS 07/12 (R\$ 119,00); 1/3 DAS FÉRIAS (R\$ 39,66); 13º SALÁRIO PROPORCIONAL/ 07/12 (R\$ 119,00); FGTS (R\$ 97,92); 40% FGTS (R\$ 39,16); MULTA DO ART. 477 DA CLT (R\$ 204,00); ADICIONAL NOTURNO (R\$ 244,00); CONDENA-SE AINDA A RECLAMADA A EFETUAR A BAIXA NA CTPS DO OBREIRO OBSERVANDO OS DADOS DA FUNDAMENTAÇÃO, NO PRAZO DE 48 HORAS (A CONTAR DA INTIMAÇÃO), SOB PENA DE PAGAR MULTA DE UM SALÁRIO MÍNIMO, PELO ATRASO NO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE TER A SECRETARIA DE EFETUAR TAL ATO EM CASO DE INÉRCIA. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DEVE A SECRETARIA EFETUAR AS COMUNICAÇÕES DE PRAXE AO INSS/DRT. DETERMINA-SE A RECLAMADA A EFETUAR DESCONTOS DE IMPOSTO DE RENDA E PREVIDÊNCIA SOCIAL. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R\$ 20,00 SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, QUE ORA SE FIXA EM R\$ 1.067,54. EM FACE DA ANTECIPAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA NOTIFIQUEM-SE O RECLAMANTE E A RECLAMADA REVEL. NADA MAIS".

Processo 10ª.VT- 1466/2000-8

Reclamante: FUNERÁRIA FUM. ME PAX-PC. NUNES FILHO (EMBARGANTE)
Advogado: CLÁUDIO LOPES BUENO
Reclamado: CARLOS CÉSAR HARMES FILHO (EMBARGADO)
Advogado: OLGA BAYMA DA COSTA
Despacho: " AO EMBARGADO PARA CONTRAMINUTAR OS EMBARGOS DE TERCEIRO INTERPOSTO PELA PARTE CONTRÁRIA".

Processo 10ª.VT-1502/1999-5

Reclamante: WALTER LOPES BORGES
Advogado: RONALDO TAVARES CARRERA
Reclamado: LAURA MAGALHÃES LOBATO - LAV SHOPPING CAR
Advogado: MANUELA OLIVEIRA DOS SANTOS
Despacho: " AO AUTOR PARA ESCLARECER SE PRETENDE A SUBSTITUIÇÃO DO BEM À PENHORADO".

Processo 10ª.VT- 15222/1998-4

Reclamante: JOSÉ LUIZ TANDEIRO FONTES
Advogado: LUIZIANO B DE PAULA CAVALLEIRO
Reclamado: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A
Advogado: CARLOS AUGUSTO MENEZES SAMPAIO
Despacho: " AO RECLAMADO PARA COMPROVAR OS DEPÓSITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE EXECUÇÃO DO SEGUNDO E RECOLHIMENTO "EX-OFFICIO" DO PRIMEIRO".

Processo 10ª.VT-1064/2000-X

Reclamante: TEÓFILO CONDURÚ REIS BITTENCOURT
Advogado: PEDRO TOURINHO TUPINAMABÁ
Reclamado: WHITE MARTINS GASES IND. DO NORTE S/A
Advogado: OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR
Despacho: ÀS PARTES PARA TOMAREM CIÊNCIA DOS EXPEDIENTES DE FLS. 110 E 112.

Processo 10ª.VT- 1657/98-5

Reclamante: ROSEMIRO FREITAS CORREA
Advogado: PAULO SÉRGIO WEYLA COSTA
Reclamado: BANCO HSBC Bamerindus S/A
Advogado: JOSÉ ACREANO BRASIL
Despacho: À RÉ PARA COMPROVAR OS RECOLHIMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS, SOB PENA DE EXECUÇÃO DESTE RECOLHIMENTO "EX-OFFICIO" DO PRIMEIRO.

Processo 10ª.VT- 1089/1996-2

Reclamante: JOSÉ DA SILVA FIALHO
Advogado: RAIMUNDO RUBENS FAGUNDES LOPES
Reclamado: EQUATORIAL PESCA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e DONMAR IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
Despacho: AO AUTOR PARA MANIFESTAR-SE ACERCA DA CPE DE ANANINDEUA DEVOLVIDA E JUNTADA AOS AUTOS.

Processo 10ª.VT- 834/2000-6

Reclamante: EDUARDO AUGUSTO PINHEIRO DE MELO
Advogado: MARIA DA PAIXÃO CHAVES GONÇALVES
Reclamado: CCE CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA
Advogado: MARCO ANTÔNIO CARVALHO
Despacho: AO RECLAMANTE PARA CONTRAMINUTAR, QUERENDO O RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA ÀS FLS. 42/50.

Processo 10ª.VT- 652/2000-0

Reclamante: PAULO ANDRÉ RIBEIRO DE FIGUEIREDO
Advogado: MÁRIO ROBERTO RAJOL FAGUNDES
Reclamado: WELLINGTON DE ARAÚJO JESUS e JESUS COSTA VIEIRA
Despacho: AO RECLAMANTE PARA INDICAR BENS À PENHORA.

Processo 10ª.VT-283/2000-6

Reclamante: ANTÔNIO ABREU DE FREITAS
Advogado: FRANCIMAR BENTES GOMES
Reclamado: CARLOS MOACY BITTENCOURT JUCÁ
Advogado: ALEXANDRE MENA CAVALCANTE
Despacho: AO RECLAMANTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO RECLAMADO. ANTE O EXPOSTO, decide esta MM. Vara conhecer dos embargos de declaração opostos por CARLOS MOACY BITTENCOURT JUCÁ contra ANTÔNIO ABREU DE FREITAS, para acolhê-los parcialmente, determinar a reificação da r. sentença de fls. 63/64, para que conste como embargante CARLOS MOACY BITTENCOURT JUCÁ e como embargado ANTÔNIO ABREU DE FREITAS, rejeitando os embargos em seus demais termos. Tudo de acordo com a fundamentação supra. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Processo 10ª.VT- 112/99-9

Reclamante: ELÍSIO VIEIRA CORRÊA
Advogado: ERLIENE GONÇALVES LIMA
Reclamado: RIO TEFÉ NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES LTDA
Advogado:
Despacho: AO EXEQUENTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO ÀS FLS. 67.

Processo 10ª.VT- 1236/99-X

Reclamante: CLAUDIVAN PESSOA DA SILVA
Advogado: SUZY SOUZA OLIVEIRA
Reclamado: WALTER JOÃO BATISTA GALVÃO e CORDEIRO VARIEDADES
Advogado:
Despacho: AO EXEQUENTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO ÀS FLS. 45.

Processo 10ª.VT- 1190/2000-4

Reclamante: CARLOS ALBERTO FURTADO DA COSTA
Advogado: JOÃO JOSÉ GERALDO
Reclamado: ARISCO INDUSTRIAL LTDA
Advogado: EDVALDO TAVARES RIBEIRO
Despacho: ANTE O EXPOSTO, decide esta MM. Vara conhecer dos embargos de declaração opostos por CARLOS ALBERTO FURTADO DA COSTA contra ARISCO INDUSTRIAL LTDA, para rejeitá-los integralmente, por não haver nenhuma omissão e contradição a serem sanadas na r. decisão embargada. Tudo de acordo com a fundamentação supra. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Processo 10ª.VT- 1012/99-X

Reclamante: ALINE DE AZEVEDO FERREIRA
Advogado: ANA RAIMUNDA FERREIRA ARAÚJO
Reclamado: BANCO AMÉRICA DO SUL S/A
Advogado: LÍVIA CUNHA CHERMONT
Despacho: À RÉ PARA COMPROVAR RECOLHIMENTO DO INSS E DO IR, INDICANDO O VALOR NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE RECOLHIMENTO "EX-OFFICIO" DO SEGUNDO E EXECUÇÃO DO PRIMEIRO.

Processo 10ª.VT-579/2000-5

Reclamante: SERVISEL EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA COMERCIAL LTDA
Advogado: MÁRCIA DA SILVA ALMEIDA ALVES
Reclamado: MANOEL PEREIRA E SILVA
Advogado: BETÂNIA HOYOS FIGUEIRA VIEIRA
Despacho: À CONSIGNANTE PARA ANOTAR A CTPS DO CONSIGNADO.

Processo 10ª.VT- 502/97-8

Reclamante: MÁRCIO ANDRÉ LUCAS FOLHA
Advogado: PAULO SÉRGIO HAGE HERMES
Reclamado: BRAGANTINO CLUBE DO PARÁ
Advogado:
Despacho: DEVE O AUTOR INDICAR O ENDEREÇO, E DESCRIÇÃO DO IMÓVEL INDICADO À PENHORA, SOB PENA DE ENEXQUIBILIDADE.

Processo 10ª.VT- 430/98-5

Reclamante: EDILEUZA BASTOS SANTOS

Advogado: CARLOS ALBERTO PRESTES DE BRITO

Reclamado: COMERCIAL ÓTICA BELÉM LTDA
Advogado:
Despacho: À RECLAMANTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA PETIÇÃO DE FLS. 112.

Processo 10ª.VT- 482/98-2

Reclamante: ÉRICA MARIÉ SASAKI BRITO
Advogado: DENISE DE FÁTIMA DE ALMEIDA
Reclamado: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A e VIVENDA ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO
Advogado: MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DE OLIVEIRA e MARY MACHADO SCALÉRCIO
Despacho: À AUTORA: 1- DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE FLS. 832, PARA DETERMINAR A ATUALIZAÇÃO SOMENTE NO PERÍODO REFERENTE À DATA DO CÁLCULO (8/99) ATÉ A DO DEPÓSITO (12/99), NA FORMA DO ART. 9º, PARAG. 4º, DA LEI 6830/80.

Processo 10ª.VT- 1007/2000-9

Reclamante: ELIANA BARBOSA GOMES
Advogado: FÁBIO SAVIGNY CAVALCANTE BARATA
Reclamado: P A C COMÉRCIO LTDA
Advogado:
Despacho: À RECLAMANTE PARA APRESENTAR DE PAGAMENTOS NO PERÍODO DE MAIO/99 A ABRIL/200, INCLUSIVE 13º SALÁRIO/99, PARA QUE SEJAM EFETUADOS OS CÁLCULOS.

Processo 10ª.VT-1175/99-5

Reclamante: NELSON DOS SANTOS
Advogado: OLGA BAYMA DA COSTA
Reclamado: CONSTRUTORA HABITARE LTDA
Advogado: NILSON RICARDO DE SOUSA
Despacho: À RECLAMADA PARA COMPROVAR, NO PRAZO DE 10 DIAS, OS RECOLHIMENTOS DO INSS E IR.

Processo 10ª.VT- 1182/95-7

Reclamante: ÁLVARO DE SOUZA BRABO
Advogado: EDILSON ARAÚJO DOSSANTOS
Reclamado: TELECOMUNICAÇÃO DO PARÁ S/A
Advogado: KÁSSIA MARIA SILVA
Despacho: AO RECLAMANTE PARA MANIFESTAR-SE SOBRE A INDICAÇÃO DE BENS À PENHORA.

Processo 10ª.VT- 1648/99-0

Reclamante: JOSÉ ANTÔNIO CORRÊA MENDES
Advogado: ROSILENE SOARES FERREIRA
Reclamado: REY DO GESSO LTDA
Advogado:
Despacho: AO EXEQUENTE PARA TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FLS. 42.

Processo 10ª.VT- 1851/1998-1

Reclamante: CARLOS AUGUSTO DIAS DA COSTA
Advogado: RAIMUNDO HERALDO BESSA
Reclamado: RIO TEFÉ NAVEGAÇÃO DE TRANSPORTES LTDA
Advogado:
Despacho: AO EXEQUENTE PARA INDICAR BENS À PENHORA.

Processo 10ª.VT-1047/99-7

Reclamante: FREDERICO BARRETO TEIXEIRA NETO
Advogado: FRANCISCO GENÉSIO BESSA DE CASTRO
Reclamado: XEROX DO BRASIL LTDA.
Advogado: ANTONIO HENRIQUE FORTÉ MORENO
Despacho: AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAR-SE SOBRE O EMBARGO À EXECUÇÃO APRESENTADOS PELA EXECUTADA NOS AUTOS.

Processo 10ª.VT- 773/2000-1

Reclamante: ELOY MARGALHO FONSECA JUNIOR
Advogado: VÂNIA ALCANTARA PESSOA
Reclamado: SILVA VAZ & CIA.
Advogado: RAIMUNDO JORGE SANTOS DE MATOS
Despacho: AO RECLAMANTE PARA CONTRAMINUTAR RECURSO ORDINÁRIO NOS AUTOS.

Processo 10ª.VT- 917/99-7

Reclamante: JOANA SILVA DA COSTA
Advogado: CATIA HELENA DO NASCIMENTO BAHIA
Reclamado: RODA VIVA COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. E OUTRAS
Advogado: ELY DE FÁTIMA OLIVEIRA DE SOUZA
Despacho: ÀS PARTES PARA TOMAREM CIÊNCIA DO DESPACHO: "JÁ DETERMINADA A SUSTAÇÃO DO MANDADO DE FLS. 149 "1". DE SE CIÊNCIA ASSIM, CUMpra-se FLS. 149".

Processo 10ª.VT- 1725/97-0

Reclamante: OLIVAR ISACKSON CORDEIRO
Advogado: JADER NILSON DA LUZ DIAS
Reclamado: JONASA JOAQUIM FONSECA NAVEGAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
Advogado:
Despacho: AO EXEQUENTE PARA MANIFESTAR-SE SOBRE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO APRESENTADOS PELA EXECUTADA NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-345/2000-2

Reclamante: MARIA EDNA MACEDO FERREIRA
Advogado: ANTONIO FLÁVIO PEREIRA AMÉRICO
Reclamado: VARG CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogado: ANA KELLY JANSEN DE AMORIM
Despacho: À AUTORA TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO: "DEFIRO FLS. 119. APÓS SUBAM OS AUTOS". DEVENDO A AUTORA PROVIDENCIAR AS CÓPIAS PARA A FORMAÇÃO DA CARTA DE SENTENÇA DOS PRESENTES AUTOS.

Processo 10°.VT-1225/97-2

Reclamante: S. TRAB. IND. CONST. E MOBILIÁRIO BELÉM ANANINDEUA
Advogado: SEBASTIÃO SANTOS SILVA FILHO
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA LTDA.
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AOS AUTORES PARA CONTESTAREM AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-890/94-0

Reclamante: ADELINO DE OLIVEIRA PONTES
Advogado: MARIA JOSÉ CABRAL CAVALLI
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-582/94-0

Reclamante: LUIZ BATISTA FAGUNDES
Advogado: MARIA JOSÉ CABRAL CAVALLI
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VJ-200/94-4

Reclamante: ANTONIO REGINALDO DA SILVA VALE
Advogado: MARIA JOSÉ CABRAL CAVALLI
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VJ-1257/98-0

Reclamante: FLÁVIO ADRIANO PEREIRA E OUTROS
Advogado: SEBASTIÃO SANTOS SILVA FILHO
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VJ-1764/97-X

Reclamante: SEBASTIÃO SANTOS SILVA FILHO
Advogado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AOS AUTORES PARA CONTESTAREM AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VJ-1254/97-9

Reclamante: JOSÉ MARIA DE SOUZA E OUTROS
Advogado: MÁRCIA FIGUEIRA SOUZA
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AOS AUTORES PARA CONTESTAREM AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-1160/97-0

Reclamante: MARINALDO MIRANDA CAVALCANTE
Advogado: OLGA BAYMA DA COSTA
Reclamado: ENCOL S/A
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-947/96-6

Reclamante: ANTONIO VALDELINO BORGES BARROS
Advogado: MARIA MADALENA GAECIA QUITES
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VJ-385/98-4

Reclamante: FRANCISCO DAS CHAGAS DO NASCIMENTO
Advogado: SEBASTIÃO SANTOS SILVA FILHO
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Processo 10°.VT-348/98-4

Reclamante: MANOEL MACEDO XAVIER
Advogado: MARIA JOSÉ CABRAL CAVALLI
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.
Processo 10°.VT-27/94-5

Reclamante: LUCINDO MALCHER DA SILVA

Advogado: MARIA JOSÉ CABRAL CAVALLI
Reclamado: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado: MARIALDA AZEVEDO BEZERRA
Despacho: AO AUTOR PARA CONTESTAR AGRAVO DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

10°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 20 DIAS Nº 10°.VARA-0283/2000

O Doutor FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR, Juiz da MM. DÉCIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, no dia 29.09.2000 às 16:00 horas, na sede desta Junta, sito à Tv. Dom PEDRO I, nº 750, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, os bens penhorados nos autos do Processo-ET- nº 10° VT-1591/99-8, entre partes, FAZENDA NACIONAL, exequente e, RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA, executada, constante de: UM EXO DE MANIVELA PARA MOTOR CATERPILLAR, MOD - D 346, 08 CILINDROS, STAND EM BOM ESTADO, AVALIADO EM R\$ 4.000,00. E para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL, que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado no quadro de avisos desta Junta. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil, Eu, Mônica Lisboa, Analista Judiciário, lavrei o presente e eu Francisco José Figueiredo Cardoso, Diretor de Secretaria, subscrevi. FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR Juiz da MM. 10°. Vara do Trabalho de Belém.

10°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA Nº 10°.VTB-297/2000

O Doutor FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR, Juiz Substituto da DÉCIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADA a Empresa DELTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., O cujo endereço e ignorado e incerto, executada nos autos do Processo nº 10°.VTB-561/2000-8, sendo exequentes DAVID PEREIRA DE SOUZA, para pagar no prazo de 48 (QUARENTA E OITO) horas, a quantia de R\$ 6.750,00 (SEIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), índice de julho/2000, devida nos autos supra, devendo ser atualizada até a data do pagamento, correspondente a:

-PRINCIPAL	R\$ 4.500,00
-JUROS DE MORAS	R\$ 2.250,00
-TOTAL DEVIDO	R\$ 6.750,00

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a PENHORA de tantos bens quanto bastem para o integral cumprimento da dívida. E para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado no quadro de avisos desta Vara, sito à Trav. Dom Pedro I, nº 750, 1º bloco - 4º andar, Belém - Pará. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu João Carlos Aguiar Lima, Técnico Judiciário, lavrei o presente e eu Francisco José Figueiredo Cardoso, Diretor de Secretaria, subscrevi. FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR Juiz Substituto da 10°. Vara do Trabalho de Belém.

10°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10° JCI-299/2000

O Doutor FERNANDO DE JESUS DE CASTRO JÚNIOR, Juiz da MM. DÉCIMA VARA DO TRABALHO DE BELÉM: FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA CIAPESC COMPANHIA AMAZÔNICA DE PESCA, cujo endereço é ignorado e incerto, executada nos autos do Processo nº 10°.VTB-792/96-3, em que BENEDITO SARMENTO DE ABREU é exequente, para tomar ciência da penhora sobre o seguinte bem: UM BARCO DE PESCA, DENOMINADO CIAPESC XVI, DE ALTO MAR, REGISTRADO NO TRIBUNAL MARÍTIMO SOB O Nº 10.801, COM 22,67 m DE COMPRIMENTO; 6,70 m DE BOCA; 3,20 m DE PONTAL, CONSTRUÍDO EM AÇO POR MICON - MACEDO IND. E COM. METALÚRGICA LTDA/BELÉM-PARÁ, OBS. A EMBARCAÇÃO ENCONTRA-SE ATRACADA E ENCALHADA NO PORTO DA EQUATORIAL PESCA. SEM CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE, FAZENDO ÁGUA A ALTURA DA CARCAÇA DO MOTOR APARENTANDO AVARIAS NO CASCO E CONVÉS, NECESSITANDO DE RESPAROS GERAIS, TUDO NO ESTADO AVALIADO EM R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS). E para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado no quadro de avisos desta Vara, situada na Trav. Dom Pedro I, nº 750, 1º bloco - 4º andar, Belém - Pará. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil. Eu, Mônica Maria de Oliveira Lisboa, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu, Francisco José Figueiredo Cardoso, Diretor de Secretaria, subscrevi. FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR Juiz Substituto da 10°. Vara do Trabalho de Belém.

9°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM

PROCESSO Nº 9a. VTB - 460/98

Exequente: NELSON VITAL DE OLIVEIRA
Advogado(a): Dr. RAIMUNDO NONATO CORREA DIAS.
Executado(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(a): Dra. GRACIONE DA MOTA COSTA (FLS.419).
Conteúdo: MANIFESTEM-SE AS PARTES ACERCA DOS CÁLCULOS DE FLS.468/472 DOS AUTOS.

PROCESSO Nº 9a. VTB - 758/00

Reclamante: GIL CARDOSO DO LAGO

Advogado(a): ANTONIO RODRIGUES FERREIRA FILHO

Reclamado(a): FIEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA
Advogado(a): CARLOS J. E. GONDIM JÚNIOR (FLS.115)
Conteúdo: AS PARTES PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PROLATADA NO DIA 04/08/2000, ÀS 15:00 HORAS, CUJA CONCLUSÃO FOI A SEGUINTE ANTE O EXPOSTO, DECIDE AMM. 9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO RECLAMANTE GIL CARDOSO DO LAGO, A FIM DE, SANANDO A OMISSÃO APONTADA, ACOLHER O SEU PEDIDO DE ISENÇÃO DAS CUSTAS A QUE FOI CONDENADO NA SENTENÇA DE FLS. 361/362, NO IMPORTE DE R\$50,00. TUDO NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES. NADA MAIS.

PROCESSO Nº 9a. VTB - 822/99

Exequente: ELIZETE DOS RAMOS FERREIRA
Advogado(a): Dr. ADEMIR MOREIRA DE MIRANDA, OAB-PA 1748
Executado(a): COLÉGIO ÍCARO

Advogado(a):
Conteúdo: NOTIFIQUEM-SE AS PARTES A FIM DE TOMAREM CIÊNCIA DE QUE OS BENS PENHORADOS NO PROCESSO SUPRA SERÃO LEVADOS A LEILÃO / PRACA, MARCADO PARA 28/09/2000, ÀS 13:30, NA SEDE DA MM. 9ª. VARA TRABALHISTA DE BELÉM, SITO NA TRAV. D. PEDRO I, 746, UMARIZAL, DEVENDO O EXEQUENTE MANIFESTAR SEU INTERESSE NA ADJUDICAÇÃO, E A EXECUTADA, NA REMIÇÃO.

PROCESSO Nº 9a. VTB - 1337/98

Exequente: ANA CLAUDIA SILVA BARBOSA
Advogado(a): Dr. RAIMUNDO KULKAMP
Executado(a): BANCO BAMEINDUS DO BRASIL S/A e BANCO HSBC BAMEINDUS S/A
Advogado(a): Dr. PAULO BRITO CHERMONT (FLS.370)
Conteúdo: MANIFESTEM-SE AS PARTES ACERCA DOS CÁLCULOS RETIFICADOS AS FLS. 447/454 DOS AUTOS.

PROCESSO Nº 9a. VTB - 1893/99

Exequente: INÁCIO PINHEIRO DA SILVA
Advogado(a): ANTONIO DOSSANTOS DIAS, OAB-PA 1419
Executado(a): TELLES SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
Advogado(a): RONALDO TAVARES CARRERA
Conteúdo: "COMPARECER A AUDIÊNCIA DE EXECUÇÃO, DESIGNADA PARA 05/09/2000, TERÇA-FEIRA, ÀS 15:45 HS, NA SEDE DESTA MM. 9ª VARA, PARA TENTATIVA DE ACORDO, VISANDO SOLUCIONAR O LITÍGIO. "

9°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Nº 253/00. PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) COBABI ALIMENTOS LTDA, lusconsorte nos autos do processo nº 9a. VTB - 904/00, em que são partes: MARCELO DE SOUZA ARAÚJO, exequente(s) e DISTRIBUIDORA NOVO HORIZONTE LTDA, executado(as), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, INTERPOSTO NOS AUTOS SUPRA. Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 25 de agosto de 2000. Eu.....<Maria Raimunda dos Santos>, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA
Juíza do Trabalho

9°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Nº 254/00. PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) LUIS FERNANDO G DA COSTA, executado nos autos do processo nº 9a. VTB - 327/99, em que são partes: JOSÉ MARQUES DOS SANTOS, exequente(s) e LUIS FERNANDO G DA COSTA, executado(as), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DO LEVANTAMENTO DA PENHORA DE FLS.26/27 (UM TERMINAL TELEFÔNICO PREFIXO 222-5228 E UM MICROCOMPUTADOR MORSE PENTIUM).

Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 25 de agosto de 2000. Eu.....<Ronald Araújo Barbosa>, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA
Juíza do Trabalho Substituta

9°.VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Nº 255/00. PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) JOÃO REIS, executado nos autos do processo nº 9a. VTB - 2032/99, em que são partes: EDINALDO DE SOUZA SARDINHA, exequente(s) e JOÃO REIS, executado(as), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: COMPROVAR NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, O RECOLHIMENTO DOS VALORES REFERENTES AO INSS, CONFORME DEMONSTRATIVO DE FLS. 39, DOS AUTOS SUPRA.

Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 28 de agosto de 2000. Eu.....<Ronald Araújo Barbosa>, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA
Juíza do Trabalho Substituta

INTERNET: www.ioepa.com.br

9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO
COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS Nº. 9a. VTB - 256/00

O(A) Doutor(a) TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA, Juíza do Trabalho Substituta da MM. 9a. Vara do Trabalho de Belém.
 Faz saber a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que no dia 28/09/2000, às 13:20 horas, na sede da MM. 9ª Vara do Trabalho de Belém, sito na Trav. D. Pedro I, 750, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do Processo 9a. VTB-822/99, em que são partes: ELIZETE DOS RAMOS FERREIRA, exequente(s) e COLÉGIO ÍCARO, executado(s), constante do seguinte:

Direito de uso e gozo dos terminais telefônicos prefixos 243-6777, contrato 511334-2 e 223-5659, contrato TPA 96921, pertencentes à Sociedade Civil Colégio Ícaro Ltda, n.º 243-1070, contrato TPA 05904, pertencente à Rosângela do Carmo R. Alves, sócia da executada. Avaliados em R\$ 150,00 cada, totalizando em R\$ 450,00 <quatrocentos e cinquenta reais>.

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, está autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão dos referidos bens, pela melhor oferta, podendo ser o pagamento parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do provimento CR-Nº 15/96.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente que deverá garantir o lance com o valor correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, ficando desde já a executada ciente da realização da referida Praça e Leilão, em caso de não recebimento ou devolução da notificação, por via postal. Aos 25/08/2000. Eu Ronaldo Araújo Barbosa, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu Marcos Josiran Alves de Lima, Diretor de Secretaria, subscrevi.

O(A) Juiz(a): TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA
 Juíza do Trabalho Substituta

9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO
COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS Nº. 9a. VTB - 257/00

O(A) Doutor(a) TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA, Juíza do Trabalho Substituta da MM. 9a. Vara do Trabalho de Belém.

Faz saber a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que no dia 28/09/2000, às 13:22 horas, na sede da MM. 9ª Vara do Trabalho de Belém, sito na Trav. D. Pedro I, 750, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do Processo 9a. VTB-987/00, em que são partes: GLESON KLEY FERNANDES DE FREITAS, exequente(s), e LINAWE N. P. LUIZ IVAN NAVEGAÇÕES, executado(s), constante do seguinte:

- Uma carreta semi-reboque, carroceria aberta, cor laranja, ano 1976/1976, placa JUG-3330, Renavan 310786720, chassis 31115, marca Random, capacidade de carga: 27 toneladas, acompanhada de doze pneus 1100 x 22 em três eixos, avaliada em R\$ 10.000,00 <dez mil reais>.

- Referido(s) bem(ns) encontra(m)-se sob a guarda do(a) fiel depositário(a), Sr(a). Geison Barbosa Correa, com endereço na Av. Bernardo Sayão, 3852

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, está autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão dos referidos bens, pela melhor oferta, podendo ser o pagamento parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do provimento CR-Nº 15/96.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente que deverá garantir o lance com o valor correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, ficando desde já a executada ciente da realização da referida Praça e Leilão, em caso de não recebimento ou devolução da notificação, por via postal. Aos 29 de agosto de 2000. Eu Ronaldo Araújo Barbosa, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu Marcos Josiran Alves de Lima, Diretor de Secretaria, subscrevi.

O(A) Juiz(a): TEREZA CRISTINA DE A. C. ARANHA
 Juíza do Trabalho Substituta

7ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

PROCESSO: 7ª-VT-0628/2000-8

RECLAMANTE: Pedro Levy Gomes Coelho

ADVOGADO: Olga Bayma da Costa

RECLAMADO: Superpet Ind e Com Ltda / Aplashi Ind e Com Ltda

ADVOGADO: Antonio Barreto da Silva

DESPACHO: A PATRONA DO RECLAMANTE TOMAR CIÊNCIA DO ACORDO DE FS. 84/85 JUNTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-0674/1994-4

RECLAMANTE: Rosinete Baista da Silva

ADVOGADO: Maria da Graça Sequeira Melo

RECLAMADO: RLS Marketing Assessoria e Representações SC Ltda

DESPACHO: A PATRONA DO RECLAMANTE SE MANIFESTAR SOBRE O DOCUMENTO DE FL. 282 JUNTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-0984/2000-6

RECLAMANTE: Luciano Gouveia dos Santos

ADVOGADO: Edilson Araújo dos Santos

RECLAMADO: Telecomunicações do Pará SA - Telepará

ADVOGADO: Denise de F. Almeida e Cunha

DESPACHO: AO PATRONO DO RECLAMANTE SE MANIFESTAR SOBRE O RECURSO ORDINÁRIO JUNTADO AOS AUTOS.

INTERNET: www.ioepa.com.br

PROCESSO: 7ª-VT-1000/1999-2

RECLAMANTE: Lúcio dos Santos Tavares

ADVOGADO: Luiz Cados de Souza Santos

RECLAMADO: M Silva Confeções Ltda

ADVOGADO: Jaci Monteiro Colares

DESPACHO: AO PATRONO DA EXECUTADA PARA COMPROVAR RECOLHIMENTO SOB PENALIDADE DE EXECUÇÃO INCLUSIVAS DAS CUSTAS DEVIDAS

PROCESSO: 7ª-VT-1071/1998-7

RECLAMANTE: João Monteiro de Sousa

ADVOGADO: Antonio Carlos do Nascimento

RECLAMADO: Condomínio Residencial Natália Luis

ADVOGADO: Pedro Paulo Cavaleiro dos Santos

DESPACHO: AOS PATRONOS DAS PARTES TOMAREM CIÊNCIA QUE FOI LIBERADA A PENHORA DE FLS 55 DOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-1665/1996-4

RECLAMANTE: Ademir Amaral

ADVOGADO: Maria José Cabral Cavalli

RECLAMADO: Construtora Barra Venturieri Ltda

ADVOGADO: Madalena Siqueira Rebelo

DESPACHO: A PATRONA DO EXEQUENTE TOMAR CIÊNCIA DO OFÍCIO DE FL. 92 JUNTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-1979/1993-2

RECLAMANTE: Alvaro Ribeiro Miranda

ADVOGADO: Pedro Rodrigues da Silva

RECLAMADO: Companhia Brasileira de Distribuição

ADVOGADO: Madalena Siqueira Rebelo

DESPACHO: A PATRONA DO EXEQUENTE SE MANIFESTAR SOBRE O AGRADO DE INSTRUMENTO JUNTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-1980/1993-9

RECLAMANTE: Edson Soares Pinto

ADVOGADO: Mary Machado Scalercio

RECLAMADO: Engenharia e Marketing Imobiliário Ltda

ADVOGADO: Tito Eduardo Valente do Couto

DESPACHO: A PATRONA DO EXEQUENTE PARA QUE INDIQUE BENS DO EXECUTADO PASSÍVEIS DE PENHORA.

PROCESSO: 7ª-VT-0730/1996-2

RECLAMANTE: Francisco das Chagas Lourenço de Freitas

ADVOGADO: Antonio Flávio Pereira Américo

RECLAMADO: Cláudio Companhia Amazônica de Pesca

ADVOGADO: Joaquim Neyes das Chagas

DESPACHO: AO PATRONO DA EXECUTADA PARA QUE COMPROVE O RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENALIDADE DE EXECUÇÃO.

PROCESSO: 7ª-VT-0006/2000-1

RECLAMANTE: Walmar Pereira da Costa

ADVOGADO: Mary Machado Scalercio

RECLAMADO: J C Segurança e Vigilância Ltda

DESPACHO: A PATRONA DO RECLAMANTE TOMAR CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FL. 35 DOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-2855/1992-4

RECLAMANTE: Maria Rosali Dias Barbosa

ADVOGADO: Maria Madalena Garcia Guttes

RECLAMADO: Fundação do Bem Estar Social do Pará - FBESP

DESPACHO: AO PATRONO DO EXEQUENTE SE MANIFESTAR SOBRE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO JUNTADO AOS AUTOS.

PROCESSO: 7ª-VT-1734/1996-1

RECLAMANTE: Francisco Seguin Dias Filho

ADVOGADO: Paula Prassinetti Mattos

RECLAMADO: Banco da Amazônia SA / CAPAF

ADVOGADO: Maria da Glória da Silva Maroja / Ophir Cavalcante Junior

DESPACHO: AOS PATRONOS DAS PARTES TOMAREM CIÊNCIA DO DOCUMENTO DE FLS. 411/433 DOS AUTOS, ONDE A CAPAF OFERECE IMÓVEL A PENHORA.

5ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

PROCESSO Nº 5a. VTB - 17/99-3

Exequente: RAIMUNDO NONATO BARROSO

Advogado(a): Paulo Sérgio Hage Hermes (PA-2995)

Executado(a): CLEBER PIZZIOLO

Conteúdo: Obter as certidões pretendidas perante os órgãos competentes.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 135/91-8

Exequente: JANDAIA MARIA CONCEIÇÃO DE AZEVEDO

Advogado(a): Evandro de O. Costa - PA/5154

Executado(a): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(a): Adnaro Yared de Oliveira - Procurador Federal - PA/8621

Conteúdo: "...acolho parcialmente os presentes embargos para homologar a conta refeita conforme a presente decisão".

PROCESSO Nº 5a. VTB - 305/92-X

Exequente: EDUARDO MONTEIRO DOS SANTOS

Advogado(a): ERLIENE GONÇALVES DE LIMA (PA/3852)

Executado(a): DENÉ DO PARÁ S/A - DENPASA

Conteúdo: Contraminutar embargos à execução.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 351/99

Exequente: JOSÉ IVO SOARES

Advogado(a): Glória de Fátima Tavares de Barros (PA-3686)

Executado(a): SOTAVE NORTE S/A

Advogado(a): Maria Luísa Gouvêa Pereira de Souza (PA-6103)

Conteúdo: AS PARTES: Ficar ciente da penhora no rosto dos autos da ação de Desapropriação nº 1993.3900.003129-7, que tramita na 5ª Vara da Seção Judiciária do Pará da Justiça Federal.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 359/00-1

Exequente: KATIA DO SOCORRO OLIVEIRA CALDAS

Advogado(a): Paulo Rogério de Souza Garcia (PA-9417)

Executado(a): EVANDRO ANGELO MENEZES

Advogado(a):

Conteúdo: Ao reclamante p/obter em lista telefônica o número de telefones em nome do executado e em caso positivo, informar ao Juízo. Quanto ao ofício p/o Banco Central, fica indeferido. No silêncio do autor, à praça.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 520/93-3

Exequente: SINDICATO DOS PORTUÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ

Advogado(a): PAULA PRASSINETTI MATTOS. OAB/PA-2731

Executado(a): COMPANHIA DO CAS DO PARÁ

Advogado(a): OPHIR CAVALCANTI JR. - PA/3259

Conteúdo: "...Rejeito os embargos do devedor e acolho a impugnação do credor..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 634/00-8

Reclamante: GEORGE ALEXANDRE COELHO DAVIS

Advogado(a):

Reclamado(a): PRISMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Advogado(a): RICARDO PAULO DE LIMA SAMPAIO. OAB/PA-3117

Litescornte: COOMEPA - COOPERATIVA NACIONAL DOS CONDUTORES DE MOTOCICLETAS E AFINS

Advogado(a): JOSÉ RAIMUNDO COSTA DA SILVA (PA/7779)

Conteúdo: Contra minutar R.O.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 712/00-2

Exequente: AGOSTINHO VIEIRA PERDIGÃO E OUTROS

Advogado(a): Miguel de Oliveira Carneiro (PA-3048)

Executado(a): BANCO DA AMAZÔNIA S/A

Conteúdo: "...Nego seguimento ao recurso por deserção".

PROCESSO Nº 5a. VTB - 836/00-9

Exequente: SUANI DO SOCORRO BLASBERG ANDRADE

Advogado(a): ÉRIKA BECHARA - PA/8554

Executado(a): EDITORA GLOBO S/A

Advogado(a): SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO - PA/9975

Conteúdo: Ao reclamante: Contraminutar RO interposto p/ reclamada. À reclamada: Contraminutar RO interposto p/ reclamante.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 840/97-5

Exequente: ANTÔNIO NILDENY DOS SANTOS PÉTY

Advogado(a): JOSÉ BENEDITO P. GUIMARÃES - PA/4609

Executado(a): BANCO BRADESCO S/A

Advogado(a): SOLON COUTO RODRIGUES FILHO - PA/6340

Conteúdo: "...acolho as razões do impugnante homologando os novos cálculos de liquidação, já refeitos conforme a presente decisão, onde a parcela de horas extras e seus reflexos está calculada com base nas verbas de ordenado, adicional de tempo de serviço, gratificação de função e ajuda de custo especial".

PROCESSO Nº 5a. VTB - 863/00-1

Exequente: CLAUDEMIR JORDÃO BASTOS

Advogado(a): SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO - PA/9975

Executado(a): EDITORA GLOBO S/A

Advogado(a): ÉRIKA BECHARA - PA/8554

Conteúdo: Ao reclamante: Contraminutar RO interposto pela reclamada. À reclamada: Contraminutar RO interposto pelo reclamante.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 872/95-4

Exequente: ELIEZER MENDES ROCHA

Advogado(a): ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (OAB/PA-361)

Executado(a): ALBRAS-ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.

Advogado(a): PAULA FERNANDA MAIA BRASIL (OAB/PA-4554)

Conteúdo: "...acolho parcialmente os presentes embargos para determinar sejam efetuados os cálculos de IR e INSS..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 911/00-8

Exequente: MARIA DA CONSOLAÇÃO PAMPLONA MONTEIRO

Advogado(a): FRANCISCO SOARES NAPOLEÃO (PA/3304)

Executado(a): EDITORA GLOBO S/A

Advogado(a): ÉRIKA BECHARA - PA/8554

Conteúdo: Contraminutar Recurso Ordinário reciprocamente.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 989/99-9

Exequente: ELENIA BAKER DA CUNHA

Advogado(a): PATRÍCIA DA ROCHA - PA/9215

Executado(a): INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR

Advogado(a): ANTÔNIO PEREIRA - PA/4042

Conteúdo: "...rejeito os presentes embargos..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1025/00-X

Exequente: ANTÔNIO BILÓRIO CARRETEIRO JR.

Executado(a): LEMS FARMA DISTRIBUIDORA FARMACÉUTICA LTDA

Advogado(a): CORINA DE MARIA CARVALHO FRADE (PA/2915)

Conteúdo: "...Nego trânsito ao recurso ordinário porque deserto..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1071/00-6
 Reclamante: ANTÔNIO JOSÉ CORRÊA DE MOURA
 Advogado(a): Antônio Pereira de Moura (PA/4042)
 Reclamado(a): OFFICE EXPRESS SERVIÇOS AUXILIARES
 Conteúdo: Contramutação recurso ordinário.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1151/98-X
 Exequente: VÂNIA REGINA DE SOUZA FRAZÃO E OUTROS
 Executado(a): JORGE HENRIQUE SANTOS LIMA - ME
 Advogado(a): Raimundo Jorge Santos de Matos (PA-6643)
 Conteúdo: Pagar a diferença entre o valor do acordo e a quantia levantada.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1134/00-4
 Reclamante: ORVACIO DA SILVA FERREIRA
 Advogado(a): João Duarte - PA/4402
 Reclamado(a): MULTICASA CONSTRUÇÕES LTDA E OUTRO
 Conteúdo: SENTENÇA E.D.: "...conheço dos embargos de declaração opostos por... acolhendo-os parcialmente para fazer constar da decisão embargada a determinação para as anotações na CTPS do autor..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1144/96-5
 Exequente: RUDIMAR DOS SANTOS
 Advogado(a): Eurico de Almeida Cavalcante Júnior (PA-3485)
 Executado(a): EXTINGUÍDA LTDA.
 Conteúdo: "Ao reclamante para juntar a certidão do Cartório do 1º Ofício".

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1151/00 - 4
 Reclamante: ALFREDO GARCIA PEREIRA e OUTRO
 Advogado(a): Edilson Silva Moreira (PA/7564)
 Reclamado(a): MARIA DO SOCORRO M. RODRIGUES
 Conteúdo: "Nego seguimento ao recurso porque deserto."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1176/95
 Exequente: FRANCISCO CARLOS CARDOSO DA SILVA
 Advogado(a): Antônio Carlos Bernardes Filho (PA-5717)
 Executado(a): MULTIMÍDIA-ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E PESQUISA
 Advogado(a): Oscar Maria de Alencar Fernandes (PA-4199)
 Conteúdo: ÀS PARTES - Ficar ciente do despacho: "No documento de fls. 299 o reclamante declara ter dado quitação ao reclamado dos créditos existentes, nada tendo comprovado a respeito dos possíveis vícios naquela declaração. Em face disso, considero extinta a obrigação e a presente execução."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1283/97
 Exequente: JOÃO BANDEIRA BARBOSA
 Advogado(a): Albertini Último da Rocha Athayde (PA-7636)
 Executado(a): VERSÁTIL EMPRESA DE SANEAMENTO E TRANSPORTE
 Conteúdo: Ficar ciente que não há valores disponíveis para abandono na 8ª Vara do Trabalho.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1292/00 - 0
 Exequente: CLEIZE HELENA PEREIRA FERNANDES
 Advogado(a): OLGA BAYMA DA COSTA (PA/717)
 1º Executado(a): COOPMARKET COOPERATIVA MULTID SERV. RJ
 2º Executado(a): AMPER DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES
 Advogado(a): FRANCISCO SOARES NAPOLEÃO (PA/3154)
 3º Executado(a): TELEMAR S/A
 Advogado(a): ANA MARIA ? ROCHA (PA/9194)
 Conteúdo: SENTENÇA: "...conheço dos embargos de declaração opostos por... para acolhê-los e sanando a omissão apontada julgar improcedente o pedido de compensação e autorizar os descontos fiscais e previdenciários..."

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1312/00
 Reclamante: JOEL PACHECO PAIVA
 Advogado(a): César Augusto Pity Paiva Rodrigues (PA-7740)
 Reclamado(a): CARLOS XERIAN TECIDOS
 Advogado(a): Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior (PA-3259)
 Conteúdo: ÀS PARTES: Ficar ciente que a audiência de instrução designada para o dia 08.09.00 foi transferida para o dia 26.09.00, às 15.00 horas.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1358/00-4
 Exequente: MAICO LUIZ DA SILVA SANTOS
 Executado(a): NAVEGAÇÃO SION LTDA
 Advogado(a): Ana Cristina Campos e Silva Calderaro (PA-7510)
 Conteúdo: Prestar esclarecimentos acerca de dados divergentes na conta vinculada do reclamante, conforme ofício da CEF, às fls. 14/16.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1476/93
 Exequente: JOÃO DE SOUZA SOARES
 Advogado(a): Antônio Alves da Cunha Neto (PA-3443)
 Executado(a): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A
 Conteúdo: Manifestar-se acerca do bem oferecido à penhora: 01 camioneta aberta, marca IMP/GM SILVERADO 4.1, ano/mod. 98/98, gasolina, cor branca, placa JUX-3730, chassi 8AG244NEWWA157781, avaliada em R\$ 21.669,00.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1524/91
 Exequente: SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ
 Advogado(a): Edilson Araújo dos Santos (PA-5884)
 Executado(a): RODOMAR LTDA.
 Advogado(a): José Azevedo Brasil (PA-254)
 Conteúdo: ÀS PARTES: Ficar ciente que os bens penhorados nos autos supra irão à praça no dia 23.11.00, às 15:15 horas.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1675/97
 Exequente: RAIMUNDO NONATO CÂNDIDO
 Advogado(a): CARMEN LÚCIA BRAUN QUEIROZ (PA/4852)
 Executado(a): EMPESCA S/A
 Advogado(a):
 Conteúdo: Apresentar o CPF do reclamante para expedição de guia de retirada.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1751/99
 Exequente: JAYME CLEY GONÇALVES DE AGUIAR
 Advogado(a): Alessandra Del Castillo Pinheiro (PA-7452)
 Executado(a): SIDNEY BRAGA DOS SANTOS
 Advogado(a):
 Conteúdo: Ficar ciente do despacho: "Mantenho o despacho de fls. 52".

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1787/92
 Exequente: JOÃO BATISTA CHAVES FERREIRA
 Advogado(a): Marco Antônio Anjos Tangelino (PA-4742)
 Executado(a): INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A
 Advogado(a):
 Conteúdo: Informar o endereço dos fiéis depositários dos bens penhorados nos autos supra.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1798/93-9
 Exequente: ANA LUCIA MACIEL GOMES
 Advogado(a): Maria José Cabral Cavalli (PA-3191)
 Executado(a): CENTRO INDUSTRIAL DE CONFECÇÕES LTDA
 Advogado(a):
 Conteúdo: Ficar ciente de que o bem penhorado nos autos do processo supra, será levado à Praça no dia 28.11.2000, às 15:15 horas, na Sede da 5ª Vara do Trabalho de Belém.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 1837/98 - 6
 Exequente: ERICSSON RODRIGUES MORAES
 Advogado(a): SEBASTIANA APARECIDA S.S. SAMPAIO (PA/7035)
 Executado(a): EXECUTIVO ORG NACIONAL DE COBRANÇAS SC LTDA E WALDEMAR PAIVA SOBRINHO
 Advogado(a):
 Conteúdo: Ficar ciente do conteúdo da certidão de fls. 73: O Sr. Valdemar de Paiva Sobrinho faleceu em acidente de carro (08/10/99) e a Sra. Elizabeth L. P. Sobrinho encontra em local incerto e não sabido.

PROCESSO Nº 5a. VTB - 2638/91 - 0
 Exequente: LENE SUELY DOS SANTOS EVANGELISTA
 Advogado(a): JOÃO JOSÉ GERALDO - PA/4842
 Executado(a): TELEVISÃO LIBERAL LTDA
 Advogado(a):
 Conteúdo: Contramutação agravio de petição.

2ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, Juiz do Trabalho Titular da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém-PA.
 Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, manda notificar a empresa AKY DISCOS E TAPES LTDA., ora em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo Nº 2ª VT-625/2000-7 em que é reclamante RUTENALDO ABDON DA COSTA, para tomar ciência do seguinte:
 "COMPARECER NA SECRETARIA DESTA VARA DO TRABALHO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, PARA COMPROVAR NOS AUTOS OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS, SOB PENA DE EXECUÇÃO."
 E, para que chegue ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750, Umanizal, nesta cidade. Aos 25 dias do mês de agosto do ano 2000. Eu, Rosana Oliveira de Aragão, Técnico Judiciário, digitei o presente.

ANTÔNIO DE JESUS
 Diretor de Secretaria da
 MM 2ª Vara do Trabalho de Belém

2ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM-PA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, Juiz do Trabalho Titular da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém-PA.
 Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, manda notificar EMBRASERV-EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇO, ora em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo Nº 2ª VT-1202/1999-3 em que é exequente EDMAR FERREIRA DO LAGO, para tomar ciência do seguinte:
 "TOMAR CIÊNCIA DA PENHORA DE FL. 74 NESTES AUTOS: VALOR DE R\$ 563,72 (QUINHENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) DEPOSITADO NO BANCO DO BRASIL AG. PAB/TRT, ATRAVÉS DA GUIA DE DEPÓSITO Nº 935/2000, DATADA DE 30.06.2000."
 E, para que chegue ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750, Umanizal, nesta cidade. Aos 25 dias do mês de agosto do ano 2000. Eu, Rosana Oliveira de Aragão, Técnico Judiciário, digitei o presente.

ANTÔNIO DE JESUS
 Diretor de Secretaria da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém

2ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM-PA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, Juiz do Trabalho Titular da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém-PA.
 Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, manda notificar SOCIEDADE CIVIL MACHADO DE ASSIS LTDA., ora em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo Nº 2ª VT-1413/1997-2 em que é exequente JOMARLO REBELO PIRES, para tomar ciência do seguinte:
 "COMPARECER NA SECRETARIA DESTA VARA DO TRABALHO, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA DIFERENÇA DEVIDA, NO VALOR DE R\$ 590,60, SOB PENA DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO."
 E, para que chegue ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede desta MM. 2ª Vara do Trabalho de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750, Umanizal, nesta cidade. Aos 28 dias do mês de agosto do ano 2000. Eu, Rosana Oliveira de Aragão, Técnico Judiciário, digitei o presente.

ANTÔNIO DE JESUS
 Diretor de Secretaria da MM 2ª Vara do Trabalho de Belém

1ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E DE PRAÇA COM PRAZO DE VINTE DIAS - NÚMERO 228/2000

A Doutora MARY ANNE A. C. MEDRADO, Juíza do Trabalho titular da Primeira Vara do Trabalho de Belém:
 FAZ SABER a todos quantos este EDITAL virem ou dele notícia averem que no dia 27.09.2000 às 13:50 horas, será (ão) levado(s) a público o preção de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(s) penhorado(s) na execução movida por FÁTIMA CRISTINA SANTOS DA SILVA, exequente(s), contra MARIA ELISA BESSA DE CASTRO executado(a), nos autos Processo nº 1ª VTB-1455/1999-X, bem(s) esse(s) que é(são) o(s) seguinte(s):
 "1) UM COMPUTADOR PENTIUM 100 MHZ, COMPOSTO DE MONITOR DE VÍDEO DA MARCA FIVE STAR, 14 POLEGADAS, CPU E TECLADO DA MARCA UPSON, MOUSE DA MARCA LEADERSHIP, FUNCIONANDO, EM BOM ESTADO AVALIAÇÃO: R\$ 780,00 (SETECENTOS E OITENTA REAIS). UMA IMPRESSORA HEWLETT PACKARD, DESKJET 520, JATO DE TINTA, PRETO E BRANCO, FUNCIONANDO E EM BOM ESTADO. AVALIAÇÃO: R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). TOTAL DA AVALIAÇÃO R\$ 1.030,00 (UM MIL E TRINTA REAIS).
 Quem pretender arrematar o(s) dito(s) bem(ns) deverá comparecer na data acima mencionada, à sede da 1ª Vara do Trabalho de Belém, na Travessa Dom Pedro I, 750, 3º bloco, 2º andar, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor, ou formular proposta dirigida à Juíza Presidente da Vara, nos termos dos itens I e II do Provimento CR-015/96. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e afixado no local de costume, na sede desta Vara. DADO e passado nesta cidade de Belém-PA, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 2000. Eu, Regina Uchôa de Azevedo, Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (MARIA MADALENA FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, o subscrevo.

AJUÍZA: MARY ANNE A. C. MEDRADO
 JUÍZA DO TRABALHO

1ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO NÚMERO 229/2000

A Doutora MARY ANNE ACATAUASSI CAMELIER MEDRADO, Juíza Titular da Primeira Vara do Trabalho de Belém:
 FAZ SABER que pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA a empresa M. L. CAPITANI COM REPRESENTAÇÕES, em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 001-1264/1999-3, em que é reclamante MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DE OLIVEIRA, para: TOMAR CIÊNCIA DA PENHORA LAVRADA, NO DIA 17.08.2000, SOBRE OS SEGUINTE BENS: 1) MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL, COR BEGE, Nº 0793, COM MOTOR NINSEN MODELO 400W 2SP, 2 CV, 2 POLOS 60HZ, 110/220 V. RTM 3450 EM PERFECT ESTADO E FUNCIONAMENTO AVALIADA EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS); 2) MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL "BROTHER" ELGIN DB2 B755 3, COM MOTOR COM 0,5 CV, SEM IDENTIFICAÇÃO VISÍVEL EM BOM ESTADO. EM FUNCIONAMENTO AVALIADA EM R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS); 3) MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL OVERLOCK GNE-S, COM MOTOR, SEM PLACA APARENTE APROXIMADAMENTE 0,5 CV. NO ESTADO. AVALIADA EM R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), é passado o presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado no lugar de costume, na Trav. D. Pedro I, nº 750, 2º andar, 3º bloco.

DADO e passado nesta Cidade de Belém - PA, aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2000. Eu, JACIR PINO L. DA SILVA FILHO, Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu, (MARIA MADALENA FARIAS GOMES), Diretora de Secretaria, o subscrevo.

AJUÍZA: MARY ANNE A. CAMELIER MEDRADO
 Juíza do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PRAÇA DE VENTE DE VINTE DIAS - NÚMERO 229/2000

A Doutora MARY ANNE ACATAUASSI CAMELIER MEDRADO, Juíza do Trabalho Titular da Primeira Vara do Trabalho de Belém:

INTERESSADO: MARY ANNE ACATAUASSI CAMELIER MEDRADO

FAZ SABER a todos que este EDITAL vierem ou dele tiverem notícia, que no dia 10.10.2000, às 13:50 horas, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, do(s) bem(ns) penhorado(s) na execução movida por SONIA CRISTINA ALMEIDA FERREIRA, exequente, contra OLÉ OLÁ COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, executada, no Processo nº 001-0045/2000-0, que é o seguinte: "13 (TREZE) VENTILADORES DE TETO, SEM MARCA VISÍVEL, NO ESTADO, AVALIADOS EM R\$300,00 CADA, TOTALIZANDO A IMPORTÂNCIA DE R\$390,00; 01 (UMA) MESA DE ESCRITÓRIO, EM FERRO E MADEIRA, COM TRÊS GAVETAS, NO ESTADO, AVALIADA EM R\$50,00; 01 (UMA) MESA DE ESCRITÓRIO, EM MADEIRA E ESTRUTURA DE FERRO, COM TRÊS GAVETAS, NO ESTADO, AVALIADA EM R\$50,00. VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$490,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)."

Quem pretender arrematar o(s) dito(s) bem(ns) deverá comparecer na data e hora acima mencionadas, à sede da 1ª Vara do Trabalho de Belém, na Travessa Dom Pedro I, nº 750, 3º bloco, 2º andar, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor, ou formular proposta dirigida ao Juiz Presidente da Junta, nos termos dos itens I e II do Provimento CR-015/96. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no local de costume, na sede desta Junta.

DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 2000. Eu (AGRUPINO L. DA SILVA FILHO), Técnico Judiciário, lavrei o presente. E eu MARIA MADALENA R. GOMES, Diretora de Secretaria, subscrevo.

A JUÍZA: MARY ANNE A. C. MEDRADO
Juíza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

PROCESSOS JULGADOS NA SESSÃO DE 29.8.2000 RELAÇÃO 46/2000 - 4ª TURMA

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 2213/2000. EMBARGANTE: ROSANA DO SOCORRO DA SILVA PORFÍRIO. Doutor João Daibes de Campos Júnior. EMBARGADA: LOGOS PRÓ-SAÚDE S.A. Doutora Carla Nazaré da Gama Jorge Melém. RELATOR: Juiz Mario Martins Junior. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. Dá-se provimento aos embargos para corrigir equívoco na fundamentação do r. decisum embargado, via artigo 833, da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E OS ACOLHER PARA RETIFICAR O JULGADO, VIA ARTIGO 833 DA CLT, A FIM DE CONSTAR NO SEXTO PARÁGRAFO DE FL. 247, A DATA DE 30.04.1994, AO INVÉS DE 30.04.1995, CONFORME OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 2281/2000. EMBARGANTE: INCOR - INSTITUTO DO CORAÇÃO DO PARÁ LTDA. Doutor Helder Wanderley Oliveira. EMBARGADA: NAILZA DA SILVA REIS LEAL. Doutor Ronaldo Bentes Batista. RELATOR: Juiz Mario Martins Junior. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Acolhem-se os embargos de declaração, quando, no v. Acórdão embargado existe omissão a ser suprida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E OS ACOLHER PARA, SUPRINDO A OMISSÃO, DETERMINAR QUE SEJAM EFETUADOS OS DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 2212/2000. EMBARGANTE: ERCÍLIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA. Doutor Tito Eduardo Valente do Couto. EMBARGADO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Doutora Carla Nazaré da Gama Jorge Melém. RELATOR: Juiz Mario Martins Junior. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. Devem ser rejeitados os embargos, por não haver o que sanar no v. acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITÁ-LOS, POR NÃO HAVER O QUE SANAR NO V. ACÓRDÃO EMBARGADO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 2072/2000. EMBARGANTE: NERO TRIVIERO QUINTO. Doutora Andrea Costa Pereira. EMBARGADO: BANCO HSBC BAKERINDUS S.A. Doutor Paulo Brito Chemont. RELATOR: Juiz Mario Martins Junior. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. Devem ser acolhidos os embargos, quando há omissão a ser sanada, imprimindo-se efeito modificativo ao julgado (Enunciado nº 278/TST). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E OS ACOLHER PARA, IMPRIMINDO-LHES EFEITO MODIFICATIVO, SANAR A OMISSÃO VERIFICADA, INCLUINDO NA CONDENAÇÃO DA INCIDÊNCIA DAS HORAS EXTRAS TAMBÉM OS TERMOS DA CLÁUSULA NONA, PARÁGRAFO SEGUNDO, DA NORMA COLETIVA DE 1993/1994 (FLS. 124/130), CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/AP 2743/2000. EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S.A. Doutor Washington Lima Praia. EMBARGADO: TALES DOS SANTOS QUEIROZ. Doutor Sérgio Victor Saraya Pinto. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando o v. acórdão embargado não apresenta qualquer omissão a ser sanada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA

TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIR OMISSÃO NA R. DECISÃO EMBARGADA, CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/AP 2755/2000. EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA EMPRESA COPAL INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A. Doutor Raimundo Jorge Santos de Matos. EMBARGADO: JOSÉ ANTONIO LIRA DOS SANTOS. Doutor Elói Fernandes Nunes. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Acolhem-se os embargos de declaração para prestar os esclarecimentos solicitados. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS; NO MÉRITO ACOLHÊ-LOS PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS, CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 3078/2000. EMBARGANTES: JOSÉ RIBAMAR DA ROSA BULHÕES. Doutor Joaquim Lopes de Vasconcelos. CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA. Doutora Eliane Sabá Lopes. EMBARGADOS: OS MESMOS. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Acolhem-se os embargos para fazer constar na parte conclusiva do v. acórdão embargado a total improcedência da reclamação proposta. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, ACOLHÊ-LOS PARA, SANANDO A OMISSÃO APONTADA, FAZER CONSTAR NA PARTE CONCLUSIVA DO V. ACÓRDÃO A TOTAL IMPROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO, BEM COMO A COMINAÇÃO DE CUSTAS PELO RECLAMANTE, FICANDO ASSIM REDIGIDA: "ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO, NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMO. JUIZ REVISOR, DAR-LHE PROVIMENTO, PARA EXCLUIR A REPERCUSSÃO DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E DE TEMPO DE SERVIÇO SOBRE AS DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS E, POR CONSEQUÊNCIA, JULGAR A RECLAMAÇÃO TOTALMENTE IMPROCEDENTE", CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS PELO RECLAMANTE DE R\$-100, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO DE R\$ 5.000,00, DE CUJO PAGAMENTO FICA ISENTA", CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/AP 2511/2000. EMBARGANTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAR. Doutora Maria da Graça Meira Almeida. EMBARGADOS: EDGAR BRAGA RODRIGUES. Doutora Simone de Paiva Barreiros. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (BASA). Doutora Vanja Irene Viggiano Soares. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. Os Embargos Declaratórios devem ser rejeitados quando não houver qualquer omissão, obscuridade ou contradição a sanar na decisão embargada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIR OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NA R. DECISÃO EMBARGADA, CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/AREG/AI 5023/2000. EMBARGANTE: POLIPLAST S.A. - PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA. Doutor Raimundo Barbosa Costa. EMBARGADA: ALDA MARIA DA SILVA GAIA. Doutor Cláudio Monteiro Gonçalves. PROLATOR: Juiz José Francisco Pereira. EMENTA: "Cumpra às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais" (Inciso X da Instrução Normativa TST nº 16, de 03/09/99). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR O R. DESPACHO AGRAVADO EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/AI 3738/2000. AGRAVANTE: POLIPLAST S.A. - PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA. Doutor Raimundo Barbosa Costa. AGRAVADA: LEONORA CARVALHO BRANDÃO. Doutor Abelardo da Silva Cardoso. RELATOR: Juíza Odete Alves. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - A obrigação pela instrumentação do agravo é da parte que recorre. Se esta não traz peça alguma capaz de confirmar suas alegações, sem existir até mesmo a possibilidade de se conferir a tempestividade do apelo, uma vez que o AR correspondente à notificação da decisão agravada não foi juntado aos autos, esse, não merece ser conhecido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO DEVIDO A AUSÊNCIA DE INSTRUMENTAÇÃO, NOS MOLDES DO ART. 897, §§ 5º, 6º E 7º, DA CLT.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/REXOFF E RO 2126/2000. RECORRENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Doutora Lúcia Pampolha de Santa Brígida. RECORRIDO: JOÃO CRISÓSTOMO DA SILVA, MARIA DA GLÓRIA AVELAR, ANTONIO ALVES TEIXEIRA, CLAUDIONOR PASSOS DOS SANTOS, BENEDITO LOBATO DA CUNHA E OUTROS. Doutor Sérgio Victor Saraya Pinto. RELATOR: Juíza Odete Alves. EMENTA: DIFERENÇAS SALARIAIS - Não existindo comando sentencial para incorporação aos vencimentos de verbas decorrentes de diferenças salariais de planos econômicos, ainda que tenha ocorrido recebimento de boa fé, é incabível manter o pagamento. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DA

REMESSA DE OFÍCIO E DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXMª JUIZ ANTONIO CAETANO DE SOUZA FILHO, DAR-LHES PROVIMENTO, PARA, REFORMANDO O R. DECISÃO, JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO DE ATENTADO, FICANDO INVERTIDO O ÔNUS QUANTO ÀS CUSTAS, QUE DEVERÃO SER ASSUMIDAS PELOS RECLAMANTES.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/REXOFF 3818/2000. RECLAMANTE: FRANCISCA ROMANA SOARES DA SILVA RECLAMADO: MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz José Francisco Pereira. EMENTA: CONTRATAÇÃO NULA - Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é obrigatória a realização de concurso público para o ingresso na administração pública, sob pena de ser decretada a nulidade do contrato celebrado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DA REMESSA, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO O R. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, CONSIDERAR NULO O CONTRATO DE TRABALHO DA AUTORA, POR INFIRIGÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 37, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONFORME OS FUNDAMENTOS, DETERMINANDO A REMESSA DAS PEÇAS ESSENCIAIS DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS PARA A APURAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES. CUSTAS PELA RECLAMANTE, NO VALOR DE R\$10,00, CALCULADA SOBRE O MONTANTE ARBITRADO EM R\$500,00, DE CUJO PAGAMENTO FICA ISENTA, POR EQUIDADE.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 3779/2000. RECORRENTE: A. L. DOS SANTOS. Doutor Pedro Tominho Tupinambá. RECORRIDO: VALDERNEI DOS SANTOS AVELAR. Doutora Maria de Fátima Cardoso. PROLATOR: Juíza Odete Alves. EMENTA: JUSTA CAUSA - IMPROBIDADE - A prova da rasura em documentos, aliada ao depoimento da testemunha, é suficiente para evidenciar o descumprimento da principal obrigação do contrato de trabalho, qual seja a de agir com lealdade e honestidade. PROVA - Não se pode desprezar a prova testemunhal, sob a justificativa de que sendo produzida por empregada da reclamada é de ser presumida a coação econômica. Afinal, se assim for, nenhum empregador poderá comprovar os fatos que alega, configurando-se a ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMª JUIZ RELATOR, DAR-LHE PROVIMENTO, PARA REFORMANDO O R. DECISÃO RECORRIDA, RECONHECER A JUSTA CAUSA PARA O DESPEDIMENTO, EXCLUINDO AS PARCELAS DA CONDENAÇÃO E JULGANDO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO. FICA INVERTIDO O ÔNUS QUANTO ÀS CUSTAS. PROLATOU O ACÓRDÃO A EXMª JUIZA REVISORA.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 3719/2000. RECORRENTE: PENA BRANCA DO PARÁ S.A. Doutor Aluísio Augusto Martins Meira. RECORRIDOS: GILBERTO OLIVEIRA BEZERRA, BENEDITO SEVERIANO DA SILVA, GILBERTO LIMA DE OLIVEIRA, TADEU DE SOUZA MENDONÇA E JOSÉ AUGUSTO FIGUEIREDO. Doutora Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues. RELATOR: Juiz José Francisco Pereira. EMENTA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Restando caracterizado, através do perícia técnica, que o trabalho do reclamante era desenvolvido em condições insalubres, deve ser mantida a r. sentença que deferiu o adicional de insalubridade, com base na perícia realizada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMO. JUIZ RELATOR, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO O R. DECISÃO RECORRIDA, DETERMINAR QUE O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE SEJA CALCULADO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO E EXCLUIR UMA HORA DO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS EM FUNÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INTERVALO INTRAJORNADA; SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/AI 3916/2000. AGRAVANTE: ALVO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Doutora Nanira Januária Silva de Souza. AGRAVADO: MIGUEL MIRA PANTOJA. Doutor Horácio Maunon Ferreira de Magalhães. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: DESERÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. Não pode ser conhecido recurso ordinário quando o valor depositado para o preparo é inferior ao determinado pelo C. TST, caracterizando a deserção do apelo. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR O R. DESPACHO AGRAVADO EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 3342/2000. RECORRENTE: REDENÇÃO FRIGORÍFICO DO PARÁ LTDA. Doutor Roseval Rodrigues da Cunha Filho. RECORRIDO: PEDRO GOMES DE SOUSA. Doutor Geraldo Guedes Pinheiro Júnior. RELATOR: Juíza Maria Luíza Brito. EMENTA: ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO PREJUÍZO A SER REPARADO. O arbitramento de indenização necessita da configuração do prejuízo causado pelo empregado ao empregado. Se a ausência de registro de parte do contrato de trabalho na CTPS do reclamante não o impossibilitou de receber o mesmo de parcelas do seguro desemprego, a indenização arbitrada é indevida, pois não houve prejuízo para o empregado, neste sentido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. DECISÃO RECORRIDA, DETERMINAR

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

QUE SEJAM ABATIDOS OS VALORES JÁ PAGOS A TÍTULO DE FÉRIAS/97 E FGTS + 40%, BEM COMO EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A PARCELA DE MULTA DE UM SALÁRIO MÍNIMO A TÍTULO DE SEGURO DE EMPREGO, MANTENDO A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3679/2000. RECORRENTES: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Doutora Maria da Graça Meira Abnader. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (BASA). Doutora Alice do Amaral de Lima. AGOSTINHO REIS, JONAS DE ALCÂNTARA BENTES, NARCISA CONCEIÇÃO RODRIGUES RUSSO E OUTROS. Doutor Miguel de Oliveira Carneiro. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Maria Luíza Bato. EMENTA: ABONO PREVISTO EM ACORDO COLETIVO. NATUREZA SALARIAL. Restando caracterizada a natureza salarial do abono previsto no acordo coletivo de trabalho, é devido o seu pagamento aos empregados aposentados, por força dos Estatutos que regulam as suas relações com a Caixa de Previdência. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL, INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA, E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BASA E DA CAPAF SUSCITADAS PELA RECLAMADA, E NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REFORMAR EM PARTE A DECISÃO RECORRIDA, PARA AFASTAR A COISA JULGADA ARGUIDA CONTRA OS RECLAMANTES, JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS DE AGOSTINHO REIS, JONAS DE ALCÂNTARA BENTES, NARCISA CONCEIÇÃO RODRIGUES RUSSO, RAIMUNDO NONATO NUNES E JOVITO TRINDADE LOPES, E DECLARANDO ANATUREZA SALARIAL DAS PARCELAS PREVISTAS NA 2ª CLÁUSULA DO ACORDO COLETIVO, DEFERIR O PAGAMENTO DA MESMA AOS RECORRENTES, CONCEDENDO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA AOS RECLAMANTES, DETERMINANDO A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CUMPRIMENTO DESTA DECISÃO, INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO, FICANDO ESTIPULADO MULTA DE 2% DO VALOR DEVIDO A CADA RECLAMANTE, EM FAVOR DOS MESMOS REVERTIDA, POR DIA DE ATRASO E, AINDA, SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3219/2000. RECORRENTES: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (BASA). Doutor José Célio Santos Lima. CLAUDOMIRO AZEVEDO SANTANA, ANTÔNIO MARQUES AMORAS FILHO, ONEIDE ARAÚJO AZEVEDO E MIGUEL PEREIRA DA SILVA. Doutor Miguel de Oliveira Carneiro. CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Doutora Maria da Graça Meira Abnader. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz José Francisco Pereira. EMENTA: VANTAGEM PECUNIÁRIA CONCEDIDA EM ACORDO COLETIVO PELO BASA. CARÁTER SALARIAL. Restando caracterizada a natureza salarial da vantagem pecuniária concedida pelo BASA aos trabalhadores da ativa, por meio do acordo coletivo, deve o referido pagamento ser estendido aos aposentados e pensionistas da CAPAF, a teor do que dispõe o estatuto instituído pela Portaria nº 375/69, consoante entendimento consolidado no Enunciado nº 288 do C. TST. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DO BASA E DA CAPAF E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DOS RECLAMANTES REMANESCENTES PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, AFASTAR A COISA JULGADA E, EM CONSEQUÊNCIA, ESTENDER TAMBÉM A ELAS O ABONO DE QUE TRATA A CLÁUSULA 2ª DO ACORDO COLETIVO DE FLS. 63/69, ASSIM COMO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CONCEDIDA PELO PRIMEIRO GRAU, QUE FICARATIFICADA. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3833/2000. RECORRENTE: JB LOTERIAS LTDA. Doutor Roberto Mendes Ferreira. RECORRIDA: JACILENE PEREIRA LIMA. Doutora Olga Bayma da Costa. RELATOR: Juiz José Francisco Pereira. EMENTA: JUSTA CAUSA - IMPROBIDADE - ARTIGO 482, "a", DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. O ato de improbidade é uma imputação que em muito prejudica a vida do trabalhador. Por isso, a acusação de ter praticado improbidade pelo empregado exige prova robusta, isenta de qualquer dúvida, ou seja, é necessário que seja cabalmente provada a intenção de prejudicar (má-fé) do obreiro. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA, MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3732/2000. RECORRENTE: JB LOTERIAS LTDA. Doutor Roberto Mendes Ferreira. RECORRIDO: JOSÉ AUGUSTO SANTOS ALMADA. Doutor Cláudio Monteiro Gonçalves. RELATORA: Juíza Odete Alves. EMENTA: SALÁRIO - Incabível adotar o valor do salário informado na inicial, quando a parte contrária contesta a alegação e o autor, através de sua testemunha demonstra realidade diversa. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, PARA REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, DECLARAR O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM JANEIRO DE 1989, DEVENDO A CONDENAÇÃO NAS VERBAS DE FÉRIAS COM 1/3, 13º SALÁRIO E FGTS SER ADAPTADA A ESSA REALIDADE E AINDA, REDUZIR O SALÁRIO PARA R\$ 450,00, CALCULANDO-SE QUANTO AO PERÍODO ANTERIOR VALOR EQUIVALENTE AO FIXADO, TOMANDO COMO PARÂMETRO O SALÁRIO

MÍNIMO, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. POR MAIORIA, VENCIDA A EXMA. JUÍZA PRESIDENTE QUANTO AO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DAS VERBAS DE FÉRIAS COM 1/3 E 13º SALÁRIO, MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3793/2000. RECORRENTES: ANTÔNIO AUGUSTO BELLARD PEREIRA. Doutor Marcos José Nalton. ANTÔNIO NAZARENO DOS SANTOS. Doutor Otávio Marques de Lima. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Odete Alves. EMENTA: VERBAS RESCISÓRIAS - O pedido de quitação da rescisão só será válido quando feito com a assistência do sindicato da categoria respectiva ou perante a autoridade do Ministério da Fazenda. Logo, provado que o trabalhador não é empregado doméstico, devidas são as verbas rescisórias. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS, NO VALOR DE UM SALÁRIO NOBRE DE BRITO E JOSÉ FRANCISCO PEREIRA, DAR PROVIMENTO AO APELO DA RECLAMADA, PARA REDUZIR A INDENIZAÇÃO SEGURO DE EMPREGO A UM SALÁRIO MÍNIMO, AINDA POR UNANIMIDADE, MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO A CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/AP 3694/2000. AGRAVANTE: BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Doutora Cristina de Sousa Noronha. AGRAVADO: JOSÉ AFONSO SANTA BRIGIDA MONTEIRO. Doutor Luiz Gonzaga de Melo Valença. RELATORA: Juíza Odete Alves. EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO - Por não terem os embargos à execução a característica de recurso, é incabível aplicar a regra fixada no § 1º, do art. 897, da CLT. Afinal, o art. 884, da CLT, exige apenas a garantia do Juízo, não sendo razoável exigir planilha de cálculos naquela ocasião. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO E, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO, PARA REFORMANDO A R. DECISÃO QUE REJEITOU LIMINARMENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, DETERMINAR A BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, A FIM DE QUE APRECIE AS DEMAIS QUESTÕES, CONFORME ENTENDER DE DIREITO.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/RO 3843/2000. RECORRENTE: F. PIO & CIA. LTDA. Doutora Madalena Siqueira Rebelo. RECORRIDO: JOSÉ MARIA LEDO GOMES DE MIRANDA JÚNIOR. Doutor Márcio Roberto Raiol Fagundes. RELATORA: Juíza Odete Alves. EMENTA: EMPREGADO COMISSIONISTA - HORAS EXTRAS - Não tem qualquer sustentação a afirmação de que o comissionista não faz jus a horas extras. Ao pagar comissões, a empregadora não tem em mira remunerar as horas trabalhadas, até porque se assim fosse, dependendo do número das vendas, poderia autorizar o empregado a encerrar o dia de trabalho poucas horas depois de efetuar um bom negócio, o que não acontece. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO A CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT/4ª TURMA/AI 3906/2000. AGRAVANTE: SARA SILVA SANTOS. Doutora Nina Maria Ramos da Silva Youssef Arous. AGRAVADOS: EQUIPE ENGENHARIA LTDA., COUTEL - COUTINHO TELECOMUNICAÇÕES, EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA., ODEMAR NOVAES COUTINHO FILHO E DELMIRO DE NAZARÉ GOMES LIMA. Doutor Sérgio Oliva Reis. RELATORA: Juíza Odete Alves. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - Não há necessidade de garantia no processo se a parte ainda não foi citada da decisão do mesmo Juízo, que reformando a sentença proferida nos autos, através de despacho, inverteu o ônus quanto às custas. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO AGRAVADA, DETERMINAR A SUBIDA DOS AUTOS, VISANDO O JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Belém, 29 de agosto de 2000.
ANA DINAMARA P. LANDIM FERRO
Secretária da 4ª Turma do TRT da 8ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO
EDITAL TRT/8ª TURMA/Nº 018/2000

Pelo presente edital, ficam os agravados notificados de que foram interpostos AGRAVOS DE INSTRUMENTO nos autos dos processos abaixo relacionados, ficando, ainda, por este ato, notificados a oferecerem, querendo, no prazo legal, contraminuta aos Agravos e aos Recursos de Revista (os Agravos de Instrumento ficam processados de acordo com a Instrução Normativa Nº 16, do C. TST, publicada no Diário da Justiça em 03/09/1999). TRT/AI 4383/2000 (RO 1575/2000). Aggravante: ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A. Doutor Márcio Miranda Viana. AGRAVADO: RAIMUNDO DE JESUS FERREIRA. Doutor Antonio Olívio Rodrigues Serrano. TRT/AI 4386/2000 (RO 2279/2000). Aggravante: ARLINDO VALES DA ROCHA. Doutor Antonio Alves da Cunha Neto. AGRAVADA: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Doutora Francisca Edna Leal Fagoso. TRT/AI 4392/2000 (RO 1389/2000). Aggravante: AALBORG INDUSTRIES LTDA. E ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A. - ALUNORTE. Doutor Ângelo Demétrius de Albuquerque Carrazzosa. AGRAVADOS: OS MESMOS E JOSÉ

FRANCISCO GOMES MAGNO. Doutor Zinaldo Costa Ferreira. UNIMAM - MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Doutora Vilma Chavaglia. TRT/AI 4403/2000 (RO 1495/2000). Aggravante: ANA LÚCIA TUMA ABDON. Doutora Mychelle Braz Pompeu Brasil. AGRAVADA: MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS SILVA. Doutor João Augusto de Jesus Correa Júnior. TRT/AI 4412/2000 (RO 2299/2000). Aggravante: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES. Doutor Antonio Henrique Forte Moreno. AGRAVADO: JOSÉ RAIMUNDO COSTA ALEIXO. Doutor Cássio Souza do Brito. TRT/AI 4413/2000 (RO 2562/2000). Aggravante: BIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S/A. Doutor Tito Eduardo Valente do Couto. AGRAVADO: SEBASTIÃO CHIAGAS DOS SANTOS. Doutor Joaquim Lopes de Vasconcelos. TRT/AI 4573/2000 (RO 3162/2000). Aggravante: CONSTRUTORA MAUÁ JÚNIOR LTDA. Doutor José Alberto Soares Vasconcelos. AGRAVADO: JURACY LACHERDA SANTANA. Doutor Geraldo Guedes Pinheiro Júnior. TRT/AI 4576/2000 (AP 2230/2000). Aggravante: VASP - VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO. Doutora Karen Pontes Richardson. AGRAVADO: JOSÉ RIBAMAR SILVA. Doutora Ediene Gonçalves Lima. TRT/AI 4580/2000 (RO 2749/2000). Aggravante: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA. Doutor José Célio Santos Lima. AGRAVADOS: ANTÔNIO CARLOS BORGES DE HOLANDA E ANTÔNIO LISBOA GARCIA. Doutor Rui Evaldo da Cruz. TRT/AI 4581/2000 (RO 2995/2000). Aggravante: VARIG S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE). Doutora Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza. AGRAVADO: LUIZ OSVALDO ALENCAR DE LIMA. Doutora Luciana Andrea Batista Dantas. TRT/AI 4582/2000 (AP 2263/2000). Aggravante: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. Doutora Shirley da Costa Pinheiro. AGRAVADA: YOLANDA FERREIRA MONTEIRO NUNES. TRT/AI 4583/2000 (RO 1405/2000). Aggravante: RAIMUNDO NONATO CARRILLO DE LIMA. Doutor Wallace Maria de Araújo Correa. AGRAVADA: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Doutor Dennis de Almeida Alves. TRT/AI 4612/2000 (AP 3115/2000). Aggravante: BANCO DO BRASIL S/A. Doutor Washington Lima Peix. AGRAVADO: ANTÔNIO SILVIO MOTA DOS SANTOS. Doutor Yguatzi Macambira Santana Lima. TRT/AI 4613/2000 (RO 1546/2000). Aggravante: BANCO DO BRASIL S/A. Doutora Susana Pignatari de Barros Coimbra. AGRAVADO: ABEL PITÃO DA COSTA. Doutor Miguel Bata Bato. TRT/AI 4615/2000 (AP 1496/2000). Aggravante: CIAPESC - COMPANHIA AMAZÔNICA DE PESCA. Doutor Benedito Marques da Rocha. AGRAVADO: DELSON BATISTA DE AZEVEDO. Doutor Antônio Flávio Pereira Amêncio.

Belém, 30 de agosto de 2000.
ANA DINAMARA P. LANDIM FERRO
Secretária da 4ª Turma

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

RELAÇÃO 43/00
3ª TURMA - SESSÃO: 30-8-00

ATO SUMARÍSSIMO - PROCESSO TRT RO 3999/00. RECORRENTE: ANTÔNIO CARLOS REIS DOS SANTOS. Doutora Márcia Margalho Carvalho e outros. RECORRIDOS: MA3 - ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. Doutora Fernanda Lucchesi Carneiro Leão e outros; E INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Doutora Cydia Emy Pereira Ribeiro. RELATOR: Juiz Emanuel Batalha. ORIGEM: Décima Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDO: Juiz Hebert Tadeu. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR LHE PROVIMENTO, PARA REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA. DEFERIR OS REFLEXOS DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS NO AVISO PRÉVIO (R\$ 467,61 - QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), 13º SALÁRIO PROPORCIONAL (R\$ 77,93 - SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), FÉRIAS PROPORCIONAIS ACRESCIDAS DE 1/3 (R\$ 103,91 - CENTO E TRÊS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), E NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO MAIS 40% (R\$ 218,88 - DUZENTOS E DEZOITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. A EXCELENTÍSSIMA PROCURADORA DO TRABALHO MANIFESTOU-SE ORALMENTE PELO PROSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LC 75/93, SEM PREJUIZO, CONTUDO, DE MANIFESTAR-SE EM SESSÃO.

PROCESSO TRT RO 4234/00. RECORRENTE: LUIZ AUGUSTO FERREIRA SANTOS. Doutor Antônio dos Reis Pereira e outros. RECORRIDO: OFFICE EXPRESS SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA. Doutora Emília de Fátima da Silva Fannia. RELATOR: Juiz Herbert Tadeu. ORIGEM: Décima Segunda Vara do Trabalho de Belém. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, DECLARAR O ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DE AEROMARINHEIRO COM CONSEQUENTE APLICAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS DESTA CATEGORIA PROFISSIONAL, E ASSIM, INCLUIR NA CONDENAÇÃO HORAS EXTRAS NO VALOR DE R\$ 1.923,80 (UM MIL, NOVECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS), DIFERENÇA DE VALE ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 122,89 (CENTO E VINTE E DOIS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), FOLGA AGROPADA NO VALOR R\$ 128,79 (CENTO E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), MULTA CONVENCIONAL NO VALOR DE R\$ 18,24 (DEZOITO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), A TOTALIZAR O ACRÉSCIMO CONDENATÓRIO EM R\$ 2.193,72 (DOIS MIL, CENTO E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS); DETERMINAR UMA CORREÇÃO TÉCNICA NA SENTENÇA PARA TORNAR LÍQUIDAS AS PARCELAS DEFERIDAS NO PRIMEIRO GRAU E TRANSITADAS EM

INTERNET: WWW.TRT8.JUS.PA

JULGADO: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE NO PERCENTUAL DE 30% SOBRE O SALÁRIO-BASE DE TODO O PERÍODO LABORAL NO VALOR DE R\$ 1.048,74 (UM MIL E QUARENTA E OITO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), DIFERENÇAS DE DEPÓSITOS DO FGTS (ART. 15 DA LEI Nº 8.036/90) EM RAZÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E FERIADOS TRABALHADOS NO VALOR DE R\$ 251,08 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS), PAGAMENTO DOS FERIADOS TRABALHADOS DURANTE TODO O PACTO LABORAL (SEIS FERIADOS) SIMPLES NO VALOR DE R\$ 51,85 (CINQUENTA E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS), IMPORTANDO A LIQUIDAÇÃO DA PARTE INCONTROVERSA EM R\$ 1.351,67 (UM MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS), DEVENDO SER APLICADOS OS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA DA LEI MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELA RECLAMADA NA QUANTIA DE R\$ 70,90, CALCULADAS SOBRE O VALOR TOTAL DA CONDENACÃO DE R\$ 3.545,39, CONFORME FUNDAMENTOS. A EXCELENTÍSSIMA PROCURADORA DO TRABALHO MANIFESTOU-SE ORALMENTE PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LC 75/93, SEM PREJUIZO, CONTUDO, DE MANIFESTAR-SE EM SESSÃO.

PROCESSO TRT RO 4236/00 - RECORRENTE: LUIZ PIRES MAIA JÚNIOR. Doutor Hélio Jorge Figueiredo Ferreira. RECORRIDO: FRANCISCO IVANILDO NUNES DA SILVA. Doutor Antônio dos Santos Dias e outros. RELATOR: Juiz José Alencar. ORIGEM: Décima Quarta Vara do Trabalho do Belém. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, APLICAR A PROPORCIONALIDADE PREVISTA NO ARTIGO 477, §§ 6º E 8º DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, CONSIDERANDO QUE EM 23 DE FEVEREIRO DE 2000 O RECLAMANTE PROTOCOLOU O TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA FINS DE SAQUE DOS DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CAMPO 60 DO FORMULÁRIO, FOLHA 5), RESULTANDO PRESUNÇÃO QUE NESSE DIA FORAM PAGAS AS VERBAS RESULTANTES DA RESCISÃO E QUE O ATRASO FOI DE ONZE DIAS, PELO QUE REDUZ-SE A MULTA PELO ATRASO NO PAGAMENTO DESSAS VERBAS A 11/30 (ONZE TRINTAS AVOS) DE R\$ 199,55 (CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), O QUE CORRESPONDE A R\$ 73,16 (SETENTA E TRÊS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS); COMINA-SE CUSTAS DE R\$ 1,46 (UM REAL E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) AO RECLAMADO, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENACÃO, DAS QUAIS FICA ISENTO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4º, I, DA LEI Nº 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996 E ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 289, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. A EXCELENTÍSSIMA PROCURADORA DO TRABALHO MANIFESTOU-SE ORALMENTE PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LC 75/93, SEM PREJUIZO, CONTUDO, DE MANIFESTAR-SE EM SESSÃO.

RITO ORDINÁRIO - ACÓRDÃO TRT 3ª T RO 3730/00. RECORRENTE: RUI GUILHERME GAMA GOMES. Doutor Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. RECORRIDO: AUTO VIAÇÃO ICOARACIENSE LTDA. Doutor Haroldo Carlos do Nascimento Cabral e outros. RELATOR: Juiz Herbert Tadeu. EMENTA: DANOS MORAIS PROVENIENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA. A competência da Justiça Ordinária para causas de acidente de trabalho, de cunho residual, não afasta a da Justiça do Trabalho quando a ação é proposta pelo trabalhador em face ao seu empregador, atribuindo a este a responsabilidade pelo dano sofrido. A competência do órgão jurisdicional comum prende-se aos dissídios que envolvam o ente previdenciário em torno de benefício ou indenização de responsabilidade deste. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUÍZ JOSÉ CONRADO AZEVEDO SANTOS, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, AFASTAR A EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM FACE AO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRABALHO; AINDA POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUÍZ JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA JULGAR AS QUESTÕES DE MÉRITO, COMO ENTENDER DE DIREITO; CUSTAS AO FINAL, CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T AP 3490/00. AGRAVANTE: MANOEL DA SILVA TAVARES. Doutora Maria da Paixão Chaves Gonçalves e outros. AGRAVADO: CONSTRUTORA BARROS RIBEIRO - CBR. RELATOR: Juiz Herbert Tadeu. EMENTA: IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS. PRECLUSÃO. Se o Exequente quedou-se inerte à decisão que indeferiu sua manifestação impugnatória dos cálculos no tocante à atualização de determinada parcela, reputada (a atualização) indevida pelo Juízo competente, resta precluso o seu direito de ver apreciada a questão em segundo grau de jurisdição. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA MANTER A R. DECISÃO AGRAVADA, CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T AP 3497/00. AGRAVANTE: ESPÓLIO DE RAIMUNDO NAZARÉ LEAL FRANCO. Doutor Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. AGRAVADA: RHODIA S.A. Doutor Nelson Pinto e outros. RELATOR: Juiz Herbert Tadeu. EMENTA: ACORDO JUDICIAL. QUITAÇÃO ATRAVÉS DE CHEQUE. MULTA. Não é devida a multa estabelecida no acordo judicial quando o atraso no recebimento do crédito se deu em decorrência da demora na compensação bancária,

ainda mais, quando nenhuma objeção foi feita pelo credor quanto à forma de liquidação do débito. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE DA EXMª JUÍZA ODETE DE ALMEIDA ALVES, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA CONFIRMAR O R. DESPACHO AGRAVADO CONFORME OS FUNDAMENTOS VENCIDOS OS EXMºS JUÍZES REVISOR E EMANUEL DO NASCIMENTO BATALHA. DEFERIDA JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE AO EXMº JUÍZ REVISOR.

ACÓRDÃO TRT 3ª T RO 3.243 / 2.000. RECORRENTES: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Advogados: Doutora Maria da Graça Meira Almader e outros. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA. Advogados: Doutora Alice do Amaral de Lima e outros. RECORRIDO: ORLANDO THADEU PONTES TAVERNARD. Advogados: Doutor José Acreano Brasil e outros. RELATOR: Juiz José Maria Quadros de Alencar. EMENTA: CONTRIBUIÇÃO. ISENÇÃO. O associado da CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF que for aposentado, somente quando completar trinta anos de contribuição após a aposentadoria ficará isento de seu pagamento. Inteligência do parágrafo sétimo do art. 6º da Portaria nº 375/69. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DOS RECLAMADOS; SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR A QUESTÃO PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA E A QUESTÃO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO, SUSCITADAS PELA CAIXA RECORRENTE, NO MÉRITO, À UNANIMIDADE, EM DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA RECLAMADA, DECLARANDO PREJUDICADO O PEDIDO DE DESCONTOS FISCAIS FEITO PELA CAIXA RECORRENTE E COMINANDO CUSTAS PELO RECLAMANTE NO IMPORTE DE R\$ 80,00 (OITENTA REAIS), CALCULADO SOBRE O VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), ARBITRADO PARA TAL FIM, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 3346/00. EMBARGANTE: OCRM S/A - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury e outros. EMBARGADO: EDINEIA BEZERRA DA COSTA. Dra. Norma Solange Crisostomo Monteiro e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar omissão no Venerando Acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR OMISSÃO NO VENERANDO ACÓRDÃO EMBARGADO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 3101/00. EMBARGANTE: MARKO ENGENHARIA E COMÉRCIO IMOBILIÁRIO LTDA. Dr. Geraldo Fernandez Vasques. EMBARGADO: ANTÔNIO BENEDITO MORENO. Dr. Raimundo Nivaldo Santos Duarte e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR QUAISQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 2830/00. EMBARGANTE: DOUGLAS QUEIROZ NOOBLATH. Dr. Jader Kahwage David e outros. EMBARGADO: BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S/A. Dr. João José Maroja e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR QUAISQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 2663/00. EMBARGANTE: ESPLANADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA. Dr. Mauro Mendes da Silva e outra. EMBARGADOS: ADENILSON DOS SANTOS COSTA. Dr. Valdeci Quaresma de Almeida. E ANTÔNIO SALAZAR DE ALMEIDA. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR QUAISQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 2151/00. EMBARGANTE: DE LUCCA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA. Dr. Rosane Baglioli Daminski e outros. EMBARGADOS: BRIVALDO PINHEIRO MARTINS. Dra. Maria de Lourdes Reboças Silva e outros. E INGA - INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar omissão no Venerando Acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO

TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR POR INEXISTIR A OMISSÃO APONTADA NO VENERANDO ACÓRDÃO EMBARGADO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 1813/00. EMBARGANTE: TRANSPORTES NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA. Dra. Izabela Ribeiro Russo Rodrigues e outros. EMBARGADO: MARIA ZELI MOUSINHO MODA. Dr. Fabiano Antônio Siqueira Bastos. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando inexistir omissão apontada no Venerando Acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PORÉM OS REJEITAR POR INEXISTIR A OMISSÃO APONTADA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 2901/00. EMBARGANTES: JOCEMIR TEIXEIRA MONTEIRO. Dr. Roberto Mendes Ferreira. E.H.C. PNEUS S/A. Dr. Mendel Eliasquevici e outros. EMBARGADOS: JOCEMIR TEIXEIRA MONTEIRO. Dr. Roberto Mendes Ferreira. H.C. PNEUS S/A. Dr. Mendel Eliasquevici e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I - Rejeitam-se os embargos de declaração quando não se verificar quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil. II - Acolhem-se os embargos de declaração quando se verificar contradição no Venerando Acórdão. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR OS DO RECLAMANTE, POR INEXISTIR QUALQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E, ACOLHER OS DA RECLAMADA PARA, SANANDO A CONTRADIÇÃO APONTADA, EM CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DE FOLHAS 355/364, MANTENDO-SE A DECISÃO DO VENERANDO ACÓRDÃO EMBARGADO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 3289/00. EMBARGANTES: ERNESTO DANTAS JÚNIOR. Dr. Ronaldo Bentes Batista e outro. E BANCO BRADESCO S/A. Dr. Abu Antunis Amate Peres e outros. EMBARGADOS: ERNESTO DANTAS JÚNIOR. Dr. Ronaldo Bentes Batista e outro. E BANCO BRADESCO S/A. Dr. Abu Antunis Amate Peres e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Acolhem-se os embargos de declaração quando existir omissão no Venerando Acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR OS APRESENTADOS PELO BANCO RECLAMADO E ACOLHER, PARCIALMENTE, OS APRESENTADOS PELO RECLAMANTE PARA, SUPRINDO A OMISSÃO APONTADA, DETERMINAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 833 CONSOLIDADO, QUE NA CONCLUSÃO DO VENERANDO ACÓRDÃO EMBARGADO, ONDE CONSTAR: "... EM RELAÇÃO AO APELO DO RECLAMADO, LIMITAR A APURAÇÃO DAS 25 HORAS EXTRAS MENSUAIS DEFERIDAS ATÉ FEVEREIRO/97", LEIA-SE "... NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO BANCO RECLAMADO", MANTIDO O VENERANDO ACÓRDÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 1034/00. EMBARGANTE: DANILO VIEIRA GOMES. Dr. Raimundo Kulkamp e outro. EMBARGADOS: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO. Dr. Paulo Brito Chermont e outros, BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Dr. José Acreano Brasil e outros E BANCO HSBC BAMERINDUS S/A. Dr. José Acreano Brasil e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração, quando no Venerando Acórdão embargado inexistir quaisquer das hipóteses do artigo 535, do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR QUAISQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 1679/00. EMBARGANTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF. Dra. Maria das Graças Meire Almader e outros. EMBARGADOS: MIGUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO. Dr. Antônio Carlos Bernardes Filho e outros. BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA. Dr. José Célio Santos Lima e outros. RELATOR: Juiz Emmanuel Batalha. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Rejeitam-se os embargos de declaração quando inexistir a omissão apontada no Venerando Acórdão embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS OS REJEITAR, POR INEXISTIR A OMISSÃO APONTADA NO VENERANDO ACÓRDÃO EMBARGADO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 3ª T/ED/RO 1854/2000. EMBARGANTE: COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DAS INDÚSTRIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ LTDA - COOPERINDUS. Doutora Ana Carla Cal Freire de Souza e outros. EMBARGADOS: JOÃO ALVES DO NASCIMENTO. Doutora Olga Bayma da Costa e outros. DANILO MESQUITA LIMA. SANTOS. Doutora Karla Martins Dias e outros. ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO - SEDUC. Doutora Yacy das Neves Pinto. RELATOR: Juiz José Conrado. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Juiz Herbert Tadeu. EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. FALTA DE DELIMITAÇÃO JUSTIFICADA DOS VALORES IMPUGNADOS. Deve ser mantida a decisão que não conheceu de agravo de petição em que a parte não tenha delimitado, justificadamente, os valores impugnados. Aplicação do artigo 897, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA ASSIM MANTER INTEGRALMENTE A DECISÃO AGRAVADA, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXMº JUIZ HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS.

ACÓRDÃO TRT-3ª Tª AREG/AP 2.959/2.000. AGRAVANTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA. Advogados: Doutora Luciana Pinto Passos e outros. AGRAVADO: JOSÉ MARIA ABREU DE BRITO. Advogados: Doutora Maria Dolores Cajado Brasil e outros. PROLATOR: Juiz José Maria Quadros de Alencar. EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. CONHECIMENTO. DELIMITAÇÃO JUSTIFICADA DE VALORES E MATÉRIAS. Não pode ser conhecido o agravo de petição que não delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, do molde a permitir a imediata execução da parte remanescente. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

Ana Carolina Zúñiga
Secretária da Egrégia Terceira Turma,
em substituição

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

RELAÇÃO 47/2000 - 2ª TURMA
JULGADOS EM 23 E 29.08.2000

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2724/2000. RECORRENTE: DARCY DAMASCENO ROSA. Dr. Anhur Alves Ramos e outros. RECORRIDA: MARIA EDITE SILVA OLIVEIRA. Dr. Heitor Barbosa Haderby Filho e outros. PROLATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: Não é empregada a esposa que com seu marido e filhos residem na fazenda onde este desempenhava seu mister. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO E NULIDADE DA SENTENÇA, BEM COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL, NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, E PELO VOTO DE DESEMPATE DO EXMO. JUIZ JOSÉ AUGUSTO DE FIGUEIREDO AFFONSO, DAR-LHE PROVIMENTO PARA AFASTAR O RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO E JULGAR A RECLAMANTE CARCEDORA DE AÇÃO NESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONTRA A RECLAMADA, VENCIDOS OS EXMOS. JUÍZES RELATOR E REVISOR QUE MANTINHAM A DECISÃO; CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS DE R\$100,00 PELA RECLAMANTE CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R\$5.000,00, PARA ESSE FIM ARBITRADO, DE CUJO PAGAMENTO FICA ISENTA POR EQUIDADE.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 3786/2000. RECORRENTE: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A. Drª Denise de Fátima de Almeida e Cunha e outros. RECORRIDOS: WILSON RODRIGUES PEREIRA E OUTRO. Dr. Edilson Araújo dos Santos e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. TELEPARÁ. A participação nos lucros e resultados que a TELEPARÁ pagou aos seus empregados é devida aos reclamantes, haja vista que estes contribuíam para a obtenção do lucro. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUIZ LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, DETERMINAR QUE SEJA OBSERVADO O ÍNDICE DE 0,68 DA REMUNERAÇÃO (SALÁRIO BASE + ANUÊNIO) DO RECLAMANTE ORLANDO DINIZ MELO E SOBRE O RESULTADO APURADA A PROPORCIONALIDADE AOS MESES TRABALHADOS EM 1998; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2768/2000. RECORRENTES: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A, sucedida pela REDE-EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Drª Eliane Sabbá Lopes e outros. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DE SOUSA. Drª Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. H. M. G. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Dr. Suenon Ferreira de Souza. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, desde que este tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial. Inteligência do Enunciado 331, IV, do Colendo TST. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA

DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; REJEITAR A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR EM PARTE PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA PARA CONVERTER A RESPONSABILIDADE DESTA, DE SOLIDÁRIA PARA SUBSIDIÁRIA, E DAR TOTAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE PARA INCLUIR NA CONDENAÇÃO AS PARCELAS DE 13º SALÁRIO SOBRE AVISO PRÉVIO E MULTA DO ART. 477 DA CLT; MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 3835/2000. RECORRENTE: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A. Drª Denise de Fátima de Almeida e Cunha e outros. RECORRIDO: FERNANDO MOURA MARQUES. Dr. Edilson Araújo dos Santos. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. TELEPARÁ. A participação nos lucros e resultados que a TELEPARÁ pagou aos seus empregados é devida aos reclamantes, haja vista que estes contribuíam para a obtenção do lucro. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE DO EXMº JUIZ JOSÉ AUGUSTO FIGUEIREDO AFFONSO, VENCIDOS OS EXMOS JUÍZES LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA E WILSON JOÃO SCHUBER, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 921/2000. RECORRENTES: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Drª Carla Nazaré Jorge Melém Souza e outros. CARLOS ALBERTO SILVA DO AMARAL. Drª Aécio Lima Magalhães e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Luiz Albano de Lima. EMENTA: HABILITAÇÃO "Estando apóse o subestabelecimento do mandato, não se pode conhecer de recurso por falta de habilitação regular da subscritora do apelo". DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO DO RECLAMADO POR FALTA DE HABILITAÇÃO REGULAR DA SUBSCRITORA DO APELO, E VIA DE CONSEQUÊNCIA, NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. CUSTAS COMO FIXADAS NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2701/2000. RECORRENTE: FARMA PENA LTDA. Dr. Adalberto Guimarães Neto. RECORRIDO: JOSÉ VIBRA GOMES. Dr. Cláudio César Nunes Batista e outros. PROLATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. ENTREGADOR DE MEDICAMENTOS. O entregador de medicamentos que presta serviço pessoal, com subordinação, habitualidade e mediante pagamento é empregado, e não autônomo. Confirma-se a decisão de 1º grau que reconheceu a relação de emprego pleiteada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXMOS JUÍZES RELATOR E ROSA MARIA SERRA FREIRE, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU. DESIGNADO PROLATOR DO ACÓRDÃO O EXMº JUIZ REVISOR.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2730/2000. RECORRENTE: LAURINDO PASTANA NETO. Dr. Silvio Sérgio Silva Barros e outros. RECORRIDA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT. Drª Ana Cláudia da Costa Maia e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: Havendo prova nos autos de que o reclamante laborou na reclamada desde a data de sua admissão em função distinta da que foi contratada, são devidas as diferenças salariais pleiteadas, mesmo em se tratando de empresa pública, para evitar o uso indevido da força de trabalho do obreiro sem a devida contra-prestação. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIO SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO SUSCITADA PELA RECLAMADA EM CONTRA-RAZÕES, POR FALTA DE AMPARO LEGAL E DELE CONHECER, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, AFASTAR A NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO E CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR AO RECLAMANTE O QUE FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR CÁLCULO A TÍTULO DE: DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DE DESVIO DE FUNÇÃO, POR TODO O PACTO LABORAL, ACRESCIDAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NA FORMA DA LEI, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS DE R\$30,00 PELA RECLAMADA CALCULADAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DE R\$1.500,00 PARA ESSE FIM ARBITRADA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2618/2000. RECORRENTE: JOSÉ JOÃO FERREIRA COSTA. Drª Vilma Aparecida de Souza Chavaglia e outros. RECORRIDA: COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES. Dr. Ricardo Rabello Sariano de Melo e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: INCOMPETÊNCIA MATERIAL - A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar indenização em decorrência de moléstia adquirida em

função da atividade laborativa, realização de perícia técnica e tratamento médico, conforme dispõe o art. 109, inciso I, da CF/88, hoje já pacificada nas Súmulas 501, do Excelso STJ, e 15, do C. STJ. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIO SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2565/2000. RECORRENTE: KATSUHIKO AKAO. Dr. Gilberto Alves de Araújo e outros. RECORRIDO: OSÉIAS DE OLIVEIRA SARAIVA. Drª Maria de Nazaré Cunha Kauffman e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: Havendo confissão expressa do reclamante de que pediu desligamento da empresa em que trabalha, não pode o reclamado ser condenado ao pagamento de aviso prévio. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIO SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMAR A R. DECISÃO RECORRIDA E EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS PARCELAS DE AVISO PRÉVIO E FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3 E MULTA DE 40% DO FGTS; MANTER O DECISUM EM SEUS DEMAIS TERMOS; REDUZIR AS CUSTAS PROCESSUAIS PARA R\$20,00 CALCULADAS SOBRE R\$1.000,00, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/RO 2427/2000. RECORRENTE: TÂNIA MÁRCIA DA SILVA BARATA. Drª Mary Machado Scalécio e outros. RECORRIDOS: ESTADO DO PARÁ. Drª Ana Cláudia Santana dos Santos. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP. Drª Maria Rocha Lobato e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: INCOMPETÊNCIA RATIONE MATERIAE. A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar lide entre servidor público e Órgão da Administração Pública Direta e Autarquia Estadual, reclamados, quanto a parcelas relativas ao período de vigência do Regime Jurídico Único, cabendo à Justiça Comum Estadual atribuição de apreciar o fato. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/AP 2602/2000. AGRAVANTES: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Drª Carla Nazaré Jorge Melém Souza e outros. NAYSA SILVA E SILVA. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. AGRAVADOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Elizário Bentes. EMENTA: HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. Não precisaria a reclamante ter dito na petição inicial quais as verbas que deveriam ser consideradas para o cálculo de horas extras, estas são calculadas sempre com base na remuneração. "A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa" (Enunciado da Súmula nº 264/TST). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, NÃO CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO PELA RECLAMANTE, PORQUE INTEMPESTIVO; CONHECER DO AGRAVO APRESENTADO PELO EXECUTADO; E NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/AP 2697/2000. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ (SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES - SETRAN). Dr. José Henrique Mouta Araújo. AGRAVADO: FREDERICO GUILHERME BRAGARODRIGUES. Dr. Otávio Oliveira da Silva e outros. RELATOR: Juiz Elizário Bentes. EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO SE CONHECE POR AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO E POR TRANSGRESSÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. O agravante delimitou as matérias, mas não delimitou os valores impugnados. Hoje quem interpõe agravo de petição tem que demonstrar os valores que entende que são devidos, trazendo com as razões do agravo a memória do cálculo. É isso que é delimitar justificadamente os valores. Se a parte não faz isso, o recurso não pode ser conhecido, é isso que diz a lei (CLT/art. 897, § 1º). Por outro lado, de acordo com o sistema jurídico brasileiro, para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto pelo ordenamento, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais outro recurso visando a impugnação do mesmo ato judicial. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, NÃO CONHECER DO RECURSO DE AGRAVO DE PETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO E POR TRANSGRESSÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª Tª/AP 2536/2000. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC). Dr. Alexandre A. L. Bello. AGRAVADO: ANTÔNIO FORTE MONTEIRO. Dr. Francisco Hosamam de Oliveira e outros. RELATOR: Juiz Elizário Bentes. EMENTA: DÉBITOS DE NATUREZA TRABALHISTA. ATUALIZAÇÃO. O art. 39, da Lei nº 8.177/91, não afronta o art. 192, § 3º, da Constituição Federal de 88, razão pela qual é essa norma que está norteando a atualização dos débitos de natureza trabalhista. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL

REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 2419/2000. RECORRENTE: GERALDO JOSÉ CARMONA DOS SANTOS. Dr. Edilson Araújo dos Santos. RECORRIDA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL. Dr. Márcia Valéria Melo e Silva e outros. RELATOR: Juiz Eliázio Bentes. EMENTA: AÇÃO DE DESPEJO. IMÓVEL OCUPADO EM RAZÃO DO CONTRATO DE EMPREGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A habitação fornecida pelo empregador, no presente caso, era parte integrante do salário como parcela in natura. E, em razão desse aspecto que decorre a competência da Justiça do Trabalho para decidir sobre a desocupação do imóvel. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; NO SEU MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS COMO FIXADAS NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3411/2000. AGRAVANTE: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A - VASP. Dr. Haroldo Guilherme Pinheiro da Silva e outros. AGRAVADO: ALADILSON LINHARES CAMPOS. Dr. Yguaraci Macambira Santana Lima e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DESERÇÃO. O Agravo de Petição é recurso previsto na lei consolidada e, como tal, um de seus pressupostos de admissibilidade é o depósito prévio, a que se refere o § 2º do art. 8º da Lei 8.542/92. Também o recolhimento das custas processuais é outro requisito formal para o preparo do recurso, imprescindível à sua admissibilidade, sob pena de deserção, tal como exige o art. 789, § 4º, da CLT. Tendo em vista o disposto no § 5º, I, do art. 897, da CLT, comando introduzido pela Lei 9.756/98, a polêmica em torno da exigência de depósito recursal para o conhecimento do agravo de petição restou superada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO PRESENTE AGRAVO DE PETIÇÃO, PORQUE DESERTO, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3176/2000. AGRAVANTE: MASSA FALIDA DA ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Dr. Marilda de Azevedo Bezerra. AGRAVADA: MARIA APARECIDA ALVES IGREJA. Dr. Sebastião Pinheiro da Silva e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: MASSA FALIDA. COMPETÊNCIA. À falência concorrem todos os credores por dívida civil ou comercial, porém os créditos trabalhistas não estão sujeitos ao concurso de credores de diferentes privilégios, sendo o juízo trabalhista competente para executar suas próprias decisões, pois o título executivo trabalhista não está sujeito a rateio e a própria Lei de Falência excluiu de ir ao juízo de Falências as ações iniciadas antes da falência e os títulos não sujeitos a rateio, como o crédito trabalhista, à aplicabilidade do art. 186 do CTN. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO E REJEITAR A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA ACOLHER A NULIDADE DA EXECUÇÃO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO, DETERMINANDO SEJA EXPEDIDA CARTA PRECATÓRIA CITATÓRIA AO SÍNDICO DA MASSA FALIDA, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3491/2000. AGRAVANTE: TRANSBRASIL S/A - LINHAS AÉREAS. Dr. Karen Pontes Richardson e outros. AGRAVADO: JOÃO BENTES DO ESPÍRITO SANTO. Dr. Antonio dos Reis Pereira e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO - COISA JULGADA. O cálculo das parcelas liquidadas deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo v. Acórdão transitado em julgado, sob pena de vulnerar a res judicata, o que é inadmissível. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER INTEGRALMENTE A R. SENTENÇA AGRAVADA, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3497/2000. AGRAVANTE: ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A. Dr. Ângelo Demétrius de Albuquerque Carrasqueira e outros. AGRAVADO: CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA. Dr. Ana Marganda Silva Loureiro Godinho e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: NOTIFICAÇÃO. IRREGULARIDADE. Para o desenvolvimento válido e regular do processo é indispensável que as notificações dirigidas às partes não contenham vícios capazes de prejudicá-las, sob pena de invalidar os atos subsequentes à nulidade que se reconhece. Se a Secretaria do Juízo não pode certificar a tempestividade da manifestação da executada ao refazimento dos cálculos em virtude de irregularidade na notificação que lhe foi endereçada, não pode a o juízo proclamar a intempestividade da aludida peça. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA RECONHECENDO O VÍCIO DE IRREGULARIDADE DA NOTIFICAÇÃO DE FLS. 770. AFASTAR A INTENESTIVIDADE DA PETIÇÃO DE FLS. 771/776. ANULAR OS ATOS PRATICADOS NO PROCESSO

A PARTIR DAÍ E DETERMINAR A BAIXA DOS AUTOS AO MM. JUÍZO DE ORIGEM, A FIM DE QUE EXAMINE A REFERIDA PEÇA COMO ENTENDER DE DIREITO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3402/2000. AGRAVANTE: DELTA DADOS LTDA. Dr. Maria Aparecida Freire Brasil e outros. AGRAVADO: VALDIR VASCONCELOS MOREIRA. Dr. Antonio Nazareno Lima dos Santos e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO - COISA JULGADA. O cálculo das parcelas liquidadas deve seguir as diretrizes estabelecidas pela decisão transitada em julgado, sob pena de vulnerar a res judicata, o que é inadmissível. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO E REJEITAR A PRELIMINAR DE DESERÇÃO INVOCADA EM CONTRA RAZÕES, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3529/2000. AGRAVANTES: CARLOS CELSO BATISTA E OUTROS. Dr. Jair Carmo da Silva e outros. AGRAVADO: ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSONOS PORTOS DE BELÉM E VILA DO CONDE. Dr. Glaírson Dias Figueiredo e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: EXECUÇÃO ADICIONAL DE INDENIZAÇÃO DO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. RESPONSABILIDADE. O Banco do Brasil, na condição de gestor do FITT, não pode ser obrigado a efetivar bloqueio nessa conta, quando já informou que não existe saldo disponível a essa finalidade, em virtude da grande quantidade de valores já sobreestados para garantia de decisões judiciais anteriores. Não pode responder pela execução trabalhista, se não figura no título executivo como demandado, não tendo sido condenado a qualquer pagamento. Se o Órgão Gestor de Mão de Obra foi condenado a pagar os valores resultantes da coisa julgada, devem os exequentes indicar à penhora, bens do devedor livres e desembaralhados, na forma da lei. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA CONFIRMAR INTEIRAMENTE O R. DESPACHO AGRAVADO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3139/2000. AGRAVANTES: KARINE BRAGA SOARES. Dr. Pedro Raimundo Maia Milão e outros. UNIÃO FEDERAL (FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA) Dr. Níomar de Souza Nogueira. AGRAVADOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: FAZENDA PÚBLICA - EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. A jurisprudência predominante de nossos Pretórios pontifica que na execução trabalhista contra a Fazenda Pública, os juros e a correção monetária devem ser calculados até o pagamento do valor da condenação, não estando os entes públicos excepcionados do cumprimento da Lei 8.177/91, já que cobram de seus devedores com a respectiva atualização. O art. 100 e seus parágrafos apenas ditam o procedimento na execução contra as pessoas jurídicas de direito público, em consonância aos princípios da impenhorabilidade e inalienabilidade dos bens públicos, da universalidade e anualidade orçamentárias, mas não disciplinam a atualização monetária dos débitos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS AGRAVOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO DA EXECUTADA E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO DA EXEQUENTE PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA AGRAVADA, DETERMINAR QUE A ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS SEJA PROCEDIDA ATÉ À DATA DO REFAZIMENTO DA CONTA, EXCLUINDO TAMBÉM DA CONDENAÇÃO AS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/AP 3421/2000. AGRAVANTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Dr. Eliane Sabibá Lopes e outros. AGRAVADO: JOÃO FERNANDES PEREIRA. Dr. João José Soares Geraldo e outros. RELATORA: Juíza Elizabeth Newman. EMENTA: NOVOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. REFORMULAÇÃO DOS CÁLCULOS. MATÉRIA NOVA. A parte não pode inovar em sede de embargos opostos contra a conta que fez os cálculos anteriores ou em agravo de petição à nova sentença, propondo questões inusitadas, que não haviam sido propostas nos embargos anteriores, sob pena de afronta à coisa julgada, pois está preclusa a oportunidade para discutir os enteiros adotados pela conta de liquidação e que já foram referendados pela sentença de embargos à execução transitada em julgado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO E REJEITAR A PRELIMINAR DE DESERÇÃO INVOCADA EM CONTRAMINUTA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA AGRAVADA, DETERMINAR SEJAM REFEITOS OS CÁLCULOS QUANTO À PARCELA DE ADICIONAL DE DESLOCAMENTO PARA ADOTAR SE OS VALORES CORRETOS, R\$324,50 EM DEZEMBRO/95 E R\$317,61 EM NOVEMBRO/96 E EXCLUIR A MULTA DE 1% SOBRE A CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, MANTENDO A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS ASPECTOS, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 2224/2000. RECORRENTE: ELIAS DUARTE DE ALMEIDA. Dr. Jafas Vasconcelos do Carmo e outros. RECORRIDA: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Dr. Dirce Cristina Furtado Nascimento e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. NÃO EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria espontânea não é causa extintiva do contrato de trabalho, razão pela qual a continuidade na prestação dos serviços não importa em "novo" contrato. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, RECONHECER QUE O RECLAMANTE FOI DISPENSADO SEM JUSTA CAUSA EM 30.09.98 E AFASTAR A NULIDADE CONTRATUAL QUANTO AO PERÍODO LABORAL QUE SE SEGUIU À APOSENTADORIA OBTIDA EM 05.01.93, BEM COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO BIENAL, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À MM. VARA DO TRABALHO DE ORIGEM PARA QUE JULGUE OS PEDIDOS CONSTANTES DA INICIAL, COMO ENTENDER DE DIREITO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 2115/2000. RECORRENTE: RENATO PANTOJA DA SILVA. Dr. Vilma Chavaglia e outros. RECORRIDO: PONTE IRMÃO & CIA. LTDA. Dr. Mauro Mendes da Silva e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. Se o próprio reclamante confessa, ao depor, que foi transferido em caráter definitivo, descabe a percepção do adicional. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 1941/2000. RECORRENTES: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Dr. Francisco Edna Leal Fragoso e outros. JOÃO PALHETA PARÁ. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. NÃO EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria espontânea não é causa extintiva do contrato de trabalho, razão pela qual a continuidade na prestação dos serviços não importa em "novo" contrato. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; REJEITAR A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, SUSCITADA PELA RECLAMADA EM CONTRAMINUTA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, AFASTAR A NULIDADE CONTRATUAL QUANTO AO PERÍODO LABORAL QUE SE SEGUIU À APOSENTADORIA ESPONTÂNEA DO RECLAMANTE, OBTIDA EM 24.10.97, E RECONHECER QUE ESTE FOI DISPENSADO SEM JUSTA CAUSA EM 13.02.98, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À MM. VARA DO TRABALHO DE ORIGEM PARA QUE JULGUE OS PEDIDOS, COMO ENTENDER DE DIREITO, CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE UM ÚNICO PERÍODO CONTRATUAL, VIGENTE ATÉ 13.02.98, CONFORME OS FUNDAMENTOS. PREJUDICADO, POR ORA, O EXAME DAS QUESTÕES SUSCITADAS NO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/REXOFF/RO 1764/2000. RECORRENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Dr. Rui Lobato Bahia e outros. RECORRIDOS: ANA ALCIR MELO NEIVA E OUTROS. Dr. Mildred Lima Pitman. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho é competente para apreciar e julgar o pedido cuja natureza é nitidamente trabalhista e decorre da relação de emprego anterior à mudança do regime. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; REJEITAR A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 2144/2000. RECORRENTE: BELÁGUA - BELÉM ÁGUAS LTDA. Dr. Dalton Emmanuel Leal Rodrigues. RECORRIDO: JOSÉ MARCELO DAX DA COSTA. Dr. Polidório Barbalho de Santana Filho. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: A existência de Laudo Pericial Técnico resultante de perícia feita no local de trabalho do autor pode ser utilizado como prova emprestada para o reconhecimento do direito deste obreiro ao adicional de insalubridade. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIO SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 2145/2000. RECORRENTE: MARIA DE NAZARÉ DE BRITO ROLIM. Dr. Mildred Lima Pitman e outros. RECORRIDO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SEST. Dr. Fernando de Moraes Vaz e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: É devida a multa de 40% do FGTS sobre os valores

levantados em razão de aposentadoria quando o contrato de trabalho não sofre solução de continuidade. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMAR A R. DECISÃO RECORRIDA E CONDENAR O RECLAMADO A PAGAR À RECLAMANTE O QUE FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR CÁLCULO A TÍTULO DE DIFERENÇA DA MULTA DE 40% RELATIVA AOS DEPÓSITOS DO FGTS LEVANTADOS EM RAZÃO DE APOSENTADORIA; MANTER O R. DECISUM EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS DE R\$30,00 PELO RECLAMADO CALCULADAS SOBRE R\$1.500,00.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2661/2000. RECORRENTES: MARISA NAZARETH POTTER DE CARVALHO. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL. Drª Márcia Valéria de Oliveira de Melo e outros. FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL-TELOS. Dr. Dagnar Abreu Sousa Cotra e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: FGTS - PRESCRIÇÃO - A questão do prazo para ajuizar ação visando depósitos ou diferenças de depósitos do FGTS, a partir do advento da Resolução 90/99, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, que editou o Enunciado 362, não comporta mais discussão, permanecendo o entendimento de que o prazo para ajuizar a ação é de dois anos, retroagindo para todo o período do contrato de trabalho quando se tratar de pleito de diferenças ou depósitos do FGTS, por ser considerada esta parcela benefício de natureza previdenciária. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DA RECLAMADA E DA LITISCONSORTE E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE PARA REFORMAR A R. DECISÃO RECORRIDA E INCLUIR NA CONDENAÇÃO AS DIFERENÇAS DE FGTS DE 8% E 40%, DO PERÍODO DE 01.02.75 A 24.06.96 RELATIVOS AO ADICIONAL REGIONAL, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS DE R\$140,00 PELA RECLAMADA EMBRATEL, CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R\$ 7.000,00 PARA ESSE FIM ARBITRADO.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2516/2000. RECORRENTES: TRANSPORTES MARITUBA LTDA. Drª Mildred Lima Pitman e outros. MILTON OLIVEIRA DE FREITAS. Dr. Carlos Thadeu Vaz Moreira e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: DIRETORIA DE SINDICATO - NÚMERO DE MEMBROS SUPERIOR AO LEGALMENTE PERMITIDO - INEXISTÊNCIA DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. Não tendo a entidade sindical observado a norma inscrita no artigo 522, da Consolidação da Lei do Trabalho, não pode ser reconhecida a estabilidade provisória ao trabalhador que na ordem de nomeação dos eleitos está após o número máximo legalmente permitido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHES PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2721/2000. RECORRENTE: ORLANDO ANTÔNIO MACHADO FONSECA. Dr. Dalton Lavour Moreira. RECORRIDA: SIMONE DE FÁTIMA LYRA DO NASCIMENTO. Drª Karissse Lobato Ferreira da Silva e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: ADVOGADO REGULARMENTE ESTABELECIDO - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - NÃO CABIMENTO - RECURSO DESERTO - O advogado regularmente estabelecido com banca de advocacia não pode pretender o benefício da justiça gratuita, porque não lhe aplica, estando obrigado ao preparo de seu apelo e não o fazendo, dele não se pode conhecer porque deserto. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM ACOLHER A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO SUSCITADA NAS CONTRA-RAZÕES E NÃO CONHECER DO RECURSO PORQUE DESERTO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2597/2000. RECORRENTE: LAMINADORA OURO VERDE LTDA. Dr. Newton Cêlio Pacheco de Albuquerque. RECORRIDO: SILVIO INÁCIO FERNANDES. Drª Eldely da Silva Hubner e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO - SUBORDINAÇÃO - EXISTÊNCIA - Tendo restado provado nos autos que a relação havida entre as partes foi de emprego, com subordinação e pagamento de salário, deve ser reconhecido o vínculo de emprego. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO, EM PARTE, PARA REDUZIR A CONDENAÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO PARA UM SALÁRIO MÍNIMO; MANTER A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2614/2000. RECORRENTE: EDITORA GLOBO S/A. Drª Érika Moreira Bechian. RECORRIDOS: ORLANDO SIDNEY OLIVEIRA RODRIGUES. Dr. Francisco Soares Napoleão e outros. QUEIROZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Drª Maria Madalena Garcia Quint e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA - TOMADORA DE SERVIÇO - OCORRÊNCIA - estando a prestadora de serviço inadimplente com as

obrigações trabalhistas de seus empregados, tendo a empresa tomadora dos serviços sido parte do título executivo, deve esta ser condenada subsidiariamente ao pagamento dos créditos trabalhistas do reclamante. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2619/2000. RECORRENTE: JUAREZ FRANCO DA CONCEIÇÃO. Dr. Polidônio Barbalho de Santana Filho e outros. RECORRIDOS: UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ. CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ. Dr. Marília Siqueira Rebelo e outros. PAULO SÉRGIO DOS SANTOS ANDRADE. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. EMENTA: Comprovado nos autos que o contrato existente entre as partes era de empreitada, não há como reconhecer o vínculo empregatício. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, POR FALTA DE AMPARO FÁTICO E LEGAL E DELR. CONHECER, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

CERTIDÃO TRT-8º/2ª T/RO 4282/2000. RECORRENTE: JORGE AUGUSTO SILVA BARATA. Drª Maria Lúcia da Silva Pimentel. RECORRIDO: R.M. ALVES. Dr. Jorge Pimental Ferreira. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. DECISÃO: UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

CERTIDÃO TRT-8º/2ª T/RO 4254/2000. RECORRENTE: SUZANA MATOS DE AZEVEDO. Dr. José de Matos Fernandes. RECORRIDOS: CLÉO CUSTÓDIO NAVEGAÇÃO. Dr. Vivaldo Machado de Almeida. CATARINO DOS SANTOS MATOS. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. DECISÃO: UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

CERTIDÃO TRT-8º/2ª T/RO 4280/2000. RECORRENTE: ZÉLIO JESUS VIEIRA DA SILVA. Drª Ângela da Conceição Socorro Mourão Palheta e outros. RECORRIDA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Dr. Antônio Cândido Barra Monteiro de Brito. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. DECISÃO: UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3537/2000. RECORRENTE: VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A. Dr. Raimundo Barbosa Costa e outros. RECORRIDO: FRANCISCO CARLOS PALHETA. Dr. Hildenor Helker de Aguiar Franco. RELATORA: Juíza Rosa Maria Freire. EMENTA: Havendo restado provado nos autos que a reclamada não observava a norma coletiva a que estava obrigada a cumprir, a qual estabelecia o pagamento do adicional noturno no percentual de 30% sobre a hora normal, deve ser esta empresa compelida ao pagamento da diferença devida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3492/2000. RECORRENTE: LUIZ ALBERTO VILAR DOS SANTOS. Dr. Raimundo Kulkamp e outros. RECORRIDO: BANCO BRADESCO S/A. Dr. Edson Lima Proza e outros. RELATORA: Juíza Rosa Maria Freire. EMENTA: É do reclamante o ônus da prova de labor em jornada extraordinária sem o pagamento devido, por se tratar de fato constitutivo de seu direito, arts. 818, da CLT, e 333, I, do CPC. Não tendo este oneroso se desincumbido do ônus a que estava obrigado, não há horas extras a deferir. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3507/2000. RECORRENTE: JEFERSON MONTEIRO BIZERRA. Dr. Márcio Mota Vasconcelos e outros. RECORRIDO: EXTRA SORTE SORTEIOS DO PARÁ LTDA. RELATORA: Juíza Rosa Maria Freire. EMENTA: É trabalhador autônomo e não empregado aquele que presta serviços sem qualquer subordinação, fixação de horários e pagamento de salário a diversas empresas. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/REXOFF/RO 3484/2000. RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES (SETRAN). Dr. Sérgio Oliva Ras. RECORRIDOS: MANOEL VINÂNCIO DA SILVA E OUTROS. Drª Elizabeth Costa Coutinho e outros. RELATORA: Juíza Rosa Maria Freire. EMENTA: FGTS - REGULARIDADE NOS RECOLHIMENTOS - Sendo o reclamado o único responsável pelos depósitos do FGTS na conta vinculada dos reclamantes durante a vigência do contrato de trabalho havido entre as partes, bem como pela sua regularidade, está este obrigado a comprovar em juízo, através das guias competentes ou do extrato analítico, a efetivação de tais depósitos, sob pena de ser compelido ao pagamento dos valores relativos aos depósitos não efetuados com os acréscimos legais. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO E DO RECURSO VOLUNTÁRIO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHES PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2696/2000. RECORRENTE: NORSEGEREL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA. Drª Helane Rosse Araújo Tavares e outros. RECORRIDO: BENEDITO SILVA MENEZES. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Nos termos do caput do art. 193 da CLT, o trabalhador que mantém contato permanente com o agente de risco faz jus ao adicional de periculosidade, mas esse permanente não quer dizer "por toda a jornada", porque em questão de segundos o pior pode acontecer. Sentença mantida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, LIMITAR O ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AO PERÍODO DE 09.08.94 A 16.10.97, EXCLUIR A REPERCUSSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, DE RISCO E DAS DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS NO 13º SALÁRIO DE 93 E LIMITAR AS REPERCUSSÕES DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E DE RISCO À DATA DA DISPÊNSA DO RECLAMANTE, EM 16.10.97; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2402/2000. RECORRENTE: EDERSON LUIS LOBATO BORGES. Dr. José Luiz Flexa Alves e outros. RECORRIDA: BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA. Dr. Kleber Luiz da Silva Jorge e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: DESVIO DE FUNÇÃO. O desvio de função caracteriza-se pelo exercício de atribuições diversas do pactuado inicialmente entre os sujeitos do contrato de trabalho, o que não ficou evidenciado nos presentes autos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2871/2000. RECORRENTE: OSMAR PEREIRA VILA. Dr. José Ivo Cardoso Júnior. RECORRIDO: IDEVALDO DOS SANTOS PAES - CASA IDEAL. Dr. Robson Cristiano Leão Matos e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. Trabalho desenvolvido com autonomia e eventualidade não caracteriza a relação de emprego. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2793/2000. RECORRENTE: ARMAZÉM NOSSA SENHORA APARECIDA. Drª Eliane de Fátima Chaves Moussallim e outros. RECORRIDA: MARIADO CARMO PEREIRA DA SILVA. Dr. Fernando Menezes Cunha e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: TESTEMUNHA. ENCERRAMENTO PRECOCE DO DEPOIMENTO. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. O encerramento precoce da oitiva da testemunha manifestamente tendenciosa não caracteriza cerceamento de defesa, porque o procedimento está usando na liberdade do juiz na direção do processo (art. 765, da CLT). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2567/2000. RECORRENTE: MANOEL ANTÔNIO DIAS. Dr. Valdir Borcedo de Paula Moura Júnior. RECORRIDO: ABRILHO ALCANTARA DO CUTO. Dr. Paulo Alberto dos Santos. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: RELAÇÃO DE TRABALHO. ÔNUS DA PROVA. A teor do art. 333, II, do CPC, a reclamada arca com o ônus de provar a alegação de que o reclamante prestava serviço autônomo. Não tendo se desincumbido de seu ônus, impõe-se a manutenção da sentença condenatória. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2000

DIÁRIO OFICIAL

CADERNO DO JUDICIÁRIO 2 PÁGINA 13

RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2659/2000. RECORRENTE: REDIENÇÃO FRIGORÍFICO DO PARÁ LTDA. Dr.ª Fernanda Fleury da Silva e Souza Ribeiro e outros. RECORRIDA: RAQUEL LIMA DIAS. Dr. Geraldo Guedes Pinheiro Júnior. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: NULIDADE. JULGAMENTO "ULTRA PETITA". A eventual existência de excesso na condenação importa em reforma da decisão, com a exclusão do excesso, e não a nulidade da sentença. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, FIXAR QUE EM 30 (TRINTA) MINUTOS DIÁRIOS AS HORAS EXTRAS REFERENTES AO INTERVALO PARA ALMOÇO, COM O ACRÉSCIMO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO), DEVIDOS A PARTIR DE 01/06/97, LIMITAR EM 4 (QUATRO) OS FÉRIADOS A SEREM PAGOS À RECLAMANTE, BEM COMO LIMITAR EM R\$0,50 A DEVOLUÇÃO DO DESCONTO A TÍTULO DE CESTA BÁSICA; MANTIDA A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2595/2000. RECORRENTE: MANOEL RIBAMAR LEITE DE MELO. Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes e outros. RECORRIDA: VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Dr.ª Mônica de Melo Alves Ribeiro e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. O pedido de indenização por dano moral decorrente de relação de emprego, de competência desta Justiça Especializada, nos termos do art. 114 da CF/88, depende de prova cabal, sob pena de indeferimento do pedido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2814/2000. RECORRENTE: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA. Dr. José Célio Santos Lima e outros. RECORRIDO: WLADIMIR BARBOSA LAMBEIRA. Dr. Rui Hivaldo da Cruz. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: HORAS EXTRAS. REGISTRO DE HORÁRIO. As folhas de ponto perdem o valor probante quando demonstrado nos autos que os horários eram registrados por terceiros. Sentença mantida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU, OBSERVADA A ISENÇÃO CONCEDIDA NA SENTENÇA.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2491/2000. RECORRENTE: CLEOMIR OLIVEIRA. Dr. Márcio Mota Vasconcelos e outros. RECORRIDA: EXTRASORTE SORTEIOS DO PARÁ S/C LTDA. Dr. José Claudio dos Santos Marques e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. A relação nitidamente comercial entre as partes desautoriza o reconhecimento do vínculo empregatício, porque ausente o requisito essencial da subordinação. Recurso improvido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; POR MAIORIA DE VOTOS, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA, VENCIDO EM PARTE O EXMº JUIZ RELATOR, QUE DETERMINAVA UM REPARO TÉCNICO NA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA, PARA JULGAR O RECLAMANTE CARECEDOR DA AÇÃO NESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2903/2000. RECORRENTE: TRANSALEX CARGAS LTDA. Dr. Ivan Caldas Moura Filho e outros. RECORRIDO: DIVINO JOSÉ PINTO. Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: DIFERENÇAS DE FGTS. Se a reclamada alega que recolheu corretamente o FGTS, mas não traz aos autos todos os comprovantes, devem ser deferidas as diferenças. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, LIMITAR AS DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DE DESVIO DE FUNÇÃO A AGOSTO/98 E DETERMINAR QUE SEJA ABATIDO, EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, O VALOR PAGO ÀS FLS. 110 PELA RECLAMADA, A TÍTULO DE MULTA COMPENSATÓRIA DE 40% DO FGTS; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2695/2000. RECORRENTES: YAMADA S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Dr. José Figueiredo de Souza. AURIBERTO GALHARDO POLARES JÚNIOR. Dr. Roberto Afonso da Silva Carvalho.

RECORRIDOS: OSMESMOS. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. PROVA IRREFUTÁVEL. Por marcar de maneira indelevel a vida profissional do trabalhador, a justa causa para a dispensa do empregado, em especial quando alegada a prática de ato de improbidade, só deve ser decretada com base em provas irrefutáveis. No presente feito, a instrução processual não traz elementos convincentes, devendo ser mantida a r. decisão que não reconheceu a justa causa. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE E DAR EM PARTE PROVIMENTO AO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A DEVOLUÇÃO DE QUANTIA DESCONTADA; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2693/2000. RECORRENTES: BENEDITO VILHENA SARMENTO E RAYMUNDA ORLANDA GOMES GUIMARÃES. Dr. Fernando Augusto Braga Oliveira e outros. RECORRIDOS: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF. Dr. Ophir Figueiras Cavalcante Júnior e outros. BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA. Dr. José Célio Santos Lima e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. É competente a Justiça do Trabalho para dirimir controvérsias relativas à complementação de aposentadoria, desde que o direito ao benefício fique estabelecido como decorrência do contrato de trabalho". (Ac. unânime - TST. 2ª T. - RR3990/90.1. Rel. Ministro Hely Gurgel, DJU - 05.08.91, p. 10099). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, DECLARAR A COMPETÊNCIA DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA PARA APRECIAR A PRESENTE DEMANDA, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À MM. VARA DO TRABALHO DE ORIGEM, PARA O JULGAMENTO DAS DEMAIS QUESTÕES SUSCITADAS NO PROCESSO, COMO ENTENDER DE DIREITO.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3003/2000. RECORRENTE: JOEL RAIMUNDO PANTOJA DA SILVA. Dr. Raimundo Kulkamp e outros. RECORRIDO: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO. Dr. Paulo Brito Chermont e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: SALÁRIO. DESCONTOS. SEGURO SAÚDE. São lícitos os descontos efetuados no salário do empregado, a título de seguro saúde, quando há autorização do trabalhador e este admite que auferia benefícios. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2582/2000. RECORRENTES: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ. Dr.ª Maria de Fátima Vasconcelos Penna e outros. MIGUEL ARAÚJO BECHARA. Dr.ª Maria Lúcia da Silva Pimentel. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: HORAS EXTRAS. EFETIVOS DA CONFISSÃO FICTA. Se a reclamada é declarada confessa quanto à matéria de fato, reputam-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, relativos ao trabalho em horas extras, sobretudo diante dos demais elementos dos autos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE E DAR EM PARTE PROVIMENTO AO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, LIMITAR EM 14 (QUATORZE) AS HORAS EXTRAS SEMANAIS RELATIVAS AO PERÍODO DE PLANTÃO; MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2464/2000. RECORRENTE: PARATRUCK EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA. Dr. Raimundo Nonato Laredo da Ponte. RECORRIDO: IVANILDO GONÇALVES SANTA ROSA. Dr. José Ricardo de Abreu Sarquis e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: TESTEMUNHAS. A oitiva de testemunhas referidas é faculdade do juízo, que não está obrigado a atender requerimento da parte, a quem incumbe a produção de provas. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO E ILEGITIMIDADE DE PARTE, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2615/2000. RECORRENTE: EVERTON RIBEIRO MOURA. Dr. José Benedito dos Prazeres Guimarães. RECORRIDO: BANCO BRADESCO S/A. Dr. Solon Couto Rodrigues Filho e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: HORAS EXTRAS. É do reclamante o ônus de comprovar que laborou em horário extenuante, a teor do disposto no artigo 818 da CLT. No presente feito, o

autor não conseguiu comprovar o excedente de horário no período pleiteado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2669/2000. RECORRENTE: ANTÔNIO JOSÉ DE CASTRO. Dr.ª Anna Fátima Hage Karan Giordano. RECORRIDO: ESPÓLIO DE RUBENS GOSSON. Dr.ª Ângela de Oliveira Monteiro e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. Para que seja reconhecida a existência do vínculo empregatício, devem estar presentes os requisitos do artigo 3º da CLT. A falta de um desses requisitos impede materialização da relação de emprego. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2670/2000. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, sucedida pela REDE - EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Dr. Denis de Almeida Alves e outros. RECORRIDO: LUIZ FERNANDO ARAÚJO ROSÁRIO. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: HORAS EXTRAS. CÁLCULO. "A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acréscimo do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa" (Enunciado 264 do TST). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2958/2000. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. Dr.ª Luciana Pinto Passos e outros. RECORRIDO: AFONSO CÂNDIDO DE GOUVEA QUINTAS. Dr.ª Wallace Maria de Araújo Corrêa e outros. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: FGTS. PROVA. ÔNUS. O ônus de provar o correto recolhimento do FGTS mês a mês é do empregador, e a reclamada não se desincumbiu desse encargo. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS, E INDEFERIR O REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, RELATIVO AOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3521/2000. RECORRENTE: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ. Dr.ª Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos e outros. RECORRIDOS: AMÂNCIO ANDRADE DO NASCIMENTO. Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito. ENGTEL - ENGENHARIA CIVIL, ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Dr. Sebastião Paronazzi Corrêa. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, desde que este tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3434/2000. RECORRENTE: REGINALDO NASCIMENTO BARBOSA. Dr. Ubiratan de Aguiar e outros. RECORRIDOS: TIA BOLA ANIMAÇÕES LTDA (LUCIMARY CORRÊA RODRIGUES). Dr. Francisco de Assis dos Santos Filho. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. A falta dos requisitos previstos no art. 3º da CLT não autoriza o reconhecimento de relação de emprego. Sentença de 1º grau mantida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU, JÁ DEFERIDA A ISENÇÃO AO RECLAMANTE, ÀS FLS. 48.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3477/2000. RECORRENTE: AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S/A - AMCEL. Dr. Luiz Carlos de Souza e outros. RECORRIDO: JOAQUIM DA SILVA SALES. Dr. José Junadir Bentes da Silva. RELATOR: Juiz Wilson Teixeira. EMENTA: HORAS "IN ITINERE". Devidas quando presentes os requisitos do Enunciado 90, do Colendo TST. O transporte é feito em prol do serviço, daí porque o pagamento das horas de percurso não pode ser interpretado como punição para o empregador, que tem interesse direto na implementação dos serviços. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR

INTERNET: www.ioepa.com.br

MAIORIADE VOTOS, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, VENCIDOS OS EXM'S JUIZES PRESIDENTE E VILSON SCHUBER, QUE DAVAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA EXCLUIR DA CONDENAÇÃO O ACRÉSCIMO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOBRE AS HORAS "IN ITINERE". CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3486/2000. RECORRENTE: ZAUQUEU MILHOMENS PAIXÃO. Dr. Diomedes de Sousa Campos. RECORRIDO: ARAPONGA MÓVEIS. Dr. Marcos Luiz Alves de Melo e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. EMENTA: Tendo restado provado nos autos que o reclamante trabalhava na reclamada ajustando preço pelos serviços executados, tem-se que o fazia na condição de autônomo, não havendo relação de emprego a reconhecer. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO - CERCEAMENTO DE DEFESA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/AP 4928/1997. AGRAVANTE: BANCO ECONÔMICO S/A. Dr. Tito José Viana da Silva e outros. AGRAVADO: WILDE NELSON MOTA VINHOTE. Dr. Yguanci Macambim Santana Lima e outros. RELATOR: Juiz Luiz Albano de Lima. EMENTA: LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. "Não se suspendem as execuções trabalhistas iniciadas antes da decretação de liquidação extrajudicial da entidade financeira, pois são créditos de natureza alimentar que não estão sujeitos a rateio. Aplica-se o Art. 24, § 2º, inciso I da Lei de Falências (Decreto-Lei nº 7.661/45)". DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXECUTADO E, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL PARA, REFORMANDO A D. DECISÃO AGRAVADA, EXCLUIR OS JUROS DE MORA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO, MANTIDA A D. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2274/2000. RECORRENTES: NILSON NATALINO DA PAZ TAVARES. Dr. Leonídio Gonçalves Gomes. PEDRO TAVARES BOULHOSA. Dr. Rosimiro Araiz e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. PROVA. ÔNUS. O reclamante alegou que foi contratado, nos moldes do artigo 3º da CLT, para exercer a função de auxiliar contábil no escritório do reclamado, e este, ao contestar, negou a existência de qualquer relação de trabalho. Logo, cabia ao autor o ônus da prova do fato constitutivo de direito, nos moldes dos artigos 818, da CLT, e 333, I, do CPC. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE E DAR PROVIMENTO AO DO RECLAMADO PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS PELO RECLAMANTE, DE R\$60,00, CALCULADAS SOBRE R\$3.000,00.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2070/2000. RECORRENTE: MANOEL CANTE FILHO. Dr. Norma Solange Crisóstomo Monteiro e outros. RECORRIDA: PANIFICADORA SÃO GERALDO LTDA - ME. Dr. Joelson dos Santos Monteiro. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: RECURSO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DO ADVOGADO. A ausência de habilitação do advogado impede o conhecimento do recurso, por descumprimento de um dos pressupostos legais de admissibilidade. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR MAIORIA DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, PORQUE SUBSCRITO POR PROFISSIONAL SEM HABILITAÇÃO REGULAR NOS AUTOS, VENCIDOS OS EXM'S JUIZES LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA E ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, QUE CONHECIAM DO RECURSO, EM RAZÃO DO MANDATO TÁCITO.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2311/2000. RECORRENTES: JOÃO BERNARDE FINTO BATISTA e FRANCISCO ANTÔNIO MONTEIRO SANTOS. Dr. Manoel Gatinho Neves da Silva e outros. RECORRIDA: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A. Dr. Érika Moreira Bednara e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: INDENIZAÇÃO ADICIONAL. ART. 9º DAS LEIS Nº 6.708/79 E 7.238/84. "O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional do art. 9º, da Lei nº 6.708/79 (TST - Enunciado 182)". DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR A CADA RECLAMANTE A INDENIZAÇÃO ADICIONAL EQUIVALENTE A 1 (UM) SALÁRIO MENSAL DA ÉPOCA DA DISPENSA, ACRÉSCIMO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NA FORMA DA LEI, CUSTAS PELA RECLAMADA, CALCULADAS SOBRE R\$1.500,00, NO VALOR DE R\$30,00.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 2342/2000. RECORRENTE: CENTRAIS INTERNET. www.ioepa.com.br

ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Dr. Francisca Edna Leal Fragoso e outros. RECORRIDOS: PEDRO EVANGELISTA NETO. Dr. Isabel Pereira Cruz e outros. AZEVEDO & BONILHA LTDA. Dr. Paulo de Tarso Bandeira Pinheiro e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, desde que este tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial. Inteligência do Enunciado 331, IV, do Colendo TST. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; REJEITAR A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, CONVERTER EM SUBSIDIÁRIA A RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE; CONSIDERAR, PARA EFEITO DE DOBRA DOS SALÁRIOS RETIDOS, O VALOR DE R\$380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS), BEM COMO RETIFICAR O 13º SALÁRIO PROPORCIONAL PARA 4/12; MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3444/2000. RECORRENTE: OSÉAS CASTRO E SILVA JÚNIOR. Dr. Miguel Ângelo Silva de Cansanção Pereira. RECORRIDO: D.R. DOS SANTOS DANTAS - CHURRASCARIA PISCANIA DE OURO. Dr. Fernando Alves Soares e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não se pode reconhecer uma relação de emprego com base em elementos vacilantes e inconsistentes, sobretudo quando o "suposto" empregador alegou e provou a existência de fatos impeditivos de direito. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3428/2000. RECORRENTE: COMERCIAL EVEREST LTDA. Dr. Simão Bentes. RECORRIDO: ELTON QUARESMA GALVÃO. Dr. Francimar Bentes Gomes e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: DEPÓSITO RECURSAL. DIFERENÇA. INFIMA. DESERÇÃO. OCORRÊNCIA. "Ocorre deserção quando a diferença a menor do depósito recursal ou das custas, embora ínfima, tinha expressão monetária, à época da efetivação do depósito." (TST - SDI - Orientação Jurisprudencial 140). DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, PORQUE DESERTO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3515/2000. RECORRENTE: DAISE DO SOCORRO SERRANO BRASIL. Dr. Raimundo Jorge Santos de Matos e outros. RECORRIDA: GRÁFICA EDITORA - JORNAL DO DIAS/CLTDA. Dr. Márcia Helena de Oliveira A. Senque e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. EMENTA: CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. PRAZO. CUMPRIMENTO. O cumprimento do prazo de 90 (noventa) dias, previsto no contrato de experiência celebrado entre as partes, extinguiu a pretensão da reclamante, de receber as parcelas de aviso prévio e multa de 40% do FGTS. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/AP 3513/2000. AGRAVANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA). Dr. José Ubiraci Rocha Silva e outros. AGRAVADA: IVANETE LOBATO PAES. Dr. Abelardo da Silva Cardoso e outros. RELATOR: Juiza Elizabeth Newman. EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO. MATÉRIA E VALORES. Se a executada esclareceu convenientemente os motivos que a levaram a impugnar a conta de liquidação e apontou os valores sob seu ponto de vista corretos, quanto às parcelas impugnadas, não incorreu em afronta às regras insertas nos §§ 2º do art. 879 e 1º do art. 897, ambos da CLT, devendo o Juízo a quo examinar o mérito da peça apresentada. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA AGRAVADA, DETERMINAR AO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE APRECIÉ O MÉRITO DOS EMBARGOS OFERECIDOS PELA EXECUTADA, COMO ENTENDER DE DIREITO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

ACÓRDÃO TRT-8º/2ª T/RO 3426/2000. RECORRENTE: RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA FILHO. Dr. Fernando Conceição do Vale Corrêa Júnior e outros. RECORRIDO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ. Dr. Mary Francis Pinheiro de Oliveira e outros. RELATOR: Juiza Elizabeth Newman. EMENTA: TRANSAÇÃO - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. Como a transação feita no PAVI diz respeito a direitos indisponíveis, a rigor, ela é vedada por lei (art. 1.037 do Código Civil) e, só pode ser admitida como mecanismo de autocomposição extrajudicial, adotando-se uma postura inovadora em relação à legislação trabalhista e, ainda assim, deve ser interpretada restritivamente, face ao disposto no art. 1.027 do Código Civil. Por isso, só tem efeito liberatório quanto às parcelas ali expressamente

previstas e, nos valores pagos, pelo que prevê o § 2º, do art. 477, da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO E REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, AFASTAR A EFICÁCIA DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL QUANTO À PARCELA DE HORAS EXTRAS, OBJETO DE INSURGÊNCIA DO APELO, DETERMINANDO A BAIXA DOS AUTOS À MM. JUNTA DE ORIGEM, A FIM DE APRECIAR A PARCELA RECLAMADA, COMO ENTENDER DE DIREITO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Belém, 30 de agosto de 2000
NÁDIA MARIA RICKMANN FOLHA
Secretária da 2ª Turma

PAUTA DE JULGAMENTO DA 2ª TURMA DO E. TRT DA 8ª REGIÃO

DO DIA 04.09.2000, SEGUNDA-FEIRA
COM INÍCIO A PARTIR DAS 13:00 HORAS

RITO SUMARÍSSIMO:

01. PROCESSO TRT/8º RO 4316/2000. RECORRENTE: BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A. Dr. Tito Eduardo Valente do Couto e outros. RECORRIDO: ODEMIR MACHADO DA SILVA. Dr. Maria do Perpétuo Socorro Leão Lopes. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. ORIGEM: VT de Ananindeua.

02. PROCESSO TRT/8º RO 4378/2000. RECORRENTE: MANOEL DO CARMO XAVIER DOS SANTOS. Dr. Ubiratan de Aguiar e outros. RECORRIDO: SUPERMERCADOS KI-PREÇO LTDA. Dr. Maria Avelina Imbiriba Kesketh e outros. RELATOR: Juiz Raimundo Machado. ORIGEM: 10ª VT de Belém.

03. PROCESSO TRT/8º RO 4278/2000. RECORRENTE: AUTOMOTO - AUTOMÓVEIS E MOTOS DO AMAPÁ LTDA. Dr. George Wandré Assunção Salvador e outros. RECORRIDO: SÉRGIO DO SOCORRO TRINDADE BARBOSA. Dr. Washington dos Santos Caldas e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 2ª VT de Macapá.

04. PROCESSO TRT/8º RO 4281/2000. RECORRENTE: HOME EMPREEDIMENTOS LTDA. Dr. Márcio Silva Maués do Faria e outros. RECORRIDO: REGINALDO FERREIRA DA SILVA. Dr. Nilson Paixão Gomes. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 4ª VT de Belém.

05. PROCESSO TRT/8º RO 4314/2000. RECORRENTE: JOANA ANGÉLICA DE ALMEIDA CABRAL. Dr. Edilson Araújo dos Santos e outros. RECORRIDO: FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. Dr. Yelene de Azevedo Barros e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 4ª VT de Belém.

06. PROCESSO TRT/8º RO 4315/2000. RECORRENTE: R. M. C. SILVA COMÉRCIO - ME. Dr. Ronaldo Felipe Siqueira Soares. RECORRIDO: LUIS CONCEIÇÃO SILVA. Dr. Francisco Edmir Lopes Figueira e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 4ª VT de Belém.

07. PROCESSO TRT/8º RO 4577/2000. RECORRENTE: AGNALDO DE JESUS BRITO. Dr. Ubiratan de Aguiar e outros. RECORRIDO: GUILHERME MIRANDA LIMA. Dr. Luiz Augusto Pinheiro Cardoso e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 7ª VT de Belém.

08. PROCESSO TRT/8º RO 4416/2000. RECORRENTE: ESPÓLIO DE MANOEL SILVINO DA COSTA. Dr. Selma Lúcia Lopes Leão. RECORRIDO: CLÓVIS DE SOUSA RODRIGUES. Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: VT de Castanhal.

09. PROCESSO TRT/8º RO 4488/2000. RECORRENTE: CARLOS MÁRCIO BAHIA DE MELO. Dr. César Miraci Cezar da Cruz. RECORRIDO: ALEX OLIVEIRA DOS SANTOS. Dr. João Augusto de Jesus Corrêa Júnior e outros. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. ORIGEM: 13ª VT de Belém.

RITO ORDINÁRIO:

10. PROCESSO TRT/8º AP 4058/2000. AGRAVANTE: ESTADO DO AMAPÁ. Dr. Newton Ramos Chaves e outros. AGRAVADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO AMAPÁ. Dr. José Caxias Lobato. RELATOR: Juiz Elizário Bentes. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: 1ª VT de Macapá.

11. PROCESSO TRT/8º RO 3457/2000. RECORRENTE: REICON - REBELO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA. Dr. Kelly Cristina Braga de Lima. RECORRIDO: JOSÉ LUIS DA SILVA PEREIRA. Dr. Ivan da Costa Félix. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: 1ª VT de Macapá.

12. PROCESSO TRT/8º RO 3460/2000. RECORRENTE: SCHAHIN ENGENHARIA LTDA. Dr. Rosângela Bentes Campos e outros. RECORRIDO: POMILHO RODRIGUES COSTA E OUTRO. Dr. Osni Alves Fraiz. RELATOR: Juiz Vilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: VT de Itaituba.

13. PROCESSO TRT/8º RO 3493/2000. RECORRENTE: ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A. Dr. Márvio Miranda Viana e outros. JOSÉ LUIZ DE FRANÇA. Dr. Antônio Olívio Rodrigues Serrano. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: VT de Abaetetuba. IMPEDIDO: Juiz Eliziário Bentes.

14. PROCESSO TRT/8º RO 3519/2000. RECORRENTE: M. VERÔNICA C. MONTEIRO. Dr. Marcos Vinícius Eiró do Nascimento e outros. RECORRIDA: MARIA JOSÉ SOUZA SILVA. Dr. Ubiratan de Aguiar e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: 3ª VT de Belém.

15. PROCESSO TRT/8º RO 3436/2000. RECORRENTE: JOSÉ AUGUSTO PONTES MORAES. Dr.ª Rosa Keilla Sousa de Souza. RECORRIDO: RAIMUNDO NASCIMENTO COSTA. Dr. José Luiz Amaral Pinheiro e outros. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: VT de Castanhal.

16. PROCESSO TRT/8º REXOFF 4173/2000. RECLAMANTE: PEDRO ALMEIDA SABÓIA. Dr. An. Pena. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz Wilson Schubert. REVISOR: Juiz Luiz Albano de Lima. ORIGEM: VT de Tucuruí.

17. PROCESSO TRT/8º AP 4194/2000. AGRAVANTE: MARILSON DE LIMA GOMES. Dr. Roberto Mendes Ferreira. AGRAVADA: NAVEGAÇÃO SION LTDA. Dr.ª Vânia Irene Viggiano Soares e outros. RELATOR: Juiz Luiz Albano de Lima. REVISOR: Juiz Eliziário Bentes. ORIGEM: 3ª VT de Belém.

18. PROCESSO TRT/8º AP 4099/2000. AGRAVANTES: VITOR GOULARTE E OUTRA. Dr. Mauro Trindade da Rocha. AGRAVADOS: SEBASTIÃO SOUSA DE ARAÚJO E OUTROS. Dr.ª Valdirene Parias da Silva Louande. RELATOR: Juiz Luiz Albano de Lima. REVISOR: Juiz Eliziário Bentes. ORIGEM: VT de Itaituba.

Belém, 30 de agosto de 2000
NÁDIA MARIA RICKMANN FOLHA
Secretária da 2ª Turma

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO.

RELAÇÃO 035/ 2000
1ª TURMA - SESSÃO DE 29.08.2000.

RITO SUMARÍSSIMO - LEI nº 9957/2000

PROCESSO TRT 1ª T/RO 4225/2000. RECORRENTE: EDUARDO ANDRADE - CONDOMÍNIO EMPRESARIAL. Dr. Manoel Vera Cruz dos Santos. RECORRIDOS: MANOEL SOUZA DAS CHAGAS. Dr. Regis do Socorro Trindade Lobato. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. DECISÃO: A EGRÉGIA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, CONHECEU DO RECURSO; REJEITOU A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO POR VÍCIO DE NOTIFICAÇÃO, HAJA VISTA QUE A MESMA FOI ENTREGUE NO PRAZO DA LEI (ART. 841, DA CLT); NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A RESPEITÁVEL DECISÃO RECORRIDA POR TODOS OS SEUS FUNDAMENTOS.

PROCESSO TRT 1ª T/RO 4238/2000. RECORRENTE: RONALDO SILVA LEAL. Dr. João José Soares Geraldo. RECORRIDO: LÍDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. Dr.ª Albina de Fátima Barbosa de Souza. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. DECISÃO: A EGRÉGIA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, CONHECEU DO RECURSO, MAS NEGOU-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

RITO ORDINÁRIO

ACÓRDÃO TRT 1ª T/ED/RO 4002/2000. EMBARGANTE: TELEPARÁ S/A. TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ. Dr.ª Denise de Fátima de Almeida e Cunha. EMBARGADA: IARA MARIA MONTEIRO TAVARES. Dr.ª Danielle Maranhão Jesus. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. EMENTA: EMBARGOS DECLARATIVOS NÃO CONHECIDOS. Se a contumina apresentada pela mesma parte embargante não foi conhecida por falta de habilitação do subscritor, da mesma forma os embargos não podem ser conhecidos, porque subscritos pela mesma profissional, que providenciou a juntada do instrumento de procuração original ou em cópia autenticada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DOS EMBARGOS, PORQUE SUBSCRITOS POR ADVOGADA QUE NÃO SE ENCONTRA REGULARMENTE HABILITADA NOS AUTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3894/2000. RECORRENTE: AGOSTINHO MONTEIRO. Dr. Allan Fábio da Silva Pinheiro. RECORRIDA: EMISSORAS RÁDIO MARAJÓARA LTDA. Dr. Tito Eduardo Valente do Couto. RELATOR: Juiz José Augusto Figueiredo Afonso. EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - ÔNUS DE QUEM ALEGA - Quando há a discussão da configuração ou não do vínculo empregatício entre as partes, e inexistindo provas materiais do atendimento dos requisitos previstos pelos arts. 3º e 442, da CLT, é obrigação da parte que alega atestá-lo. E, evidentemente não o fazendo nem arcando com o ônus, é correta a

deliberação que nega o reconhecimento do alegado pacto por ausência de prova. Portanto, foi acertada a decisão não merecendo qualquer reparo. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO. NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A TOTALIDADE DA R. SENTENÇA RECORRIDA. TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3720/2000. RECORRENTE: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD. Dr. Marcos André Basilio Pereira de Souza. RECORRIDOS: FRANCISCO BASTOS ALVES. Dra. Aurenice Pinheiro Botelho e MAVEPER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Dr. Francisco Caspar de Lima. RELATORA: Juiza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA TOMADORA DOS SERVIÇOS. A empresa tomadora dos serviços terceirizados deve ser considerada subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas assumidas pela prestadora de serviços, tendo em vista entendimento sumulado do C.TST, Enunciado nº 331, bem como aplicação analógica do art. 455, da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO APELO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E DE ILEGITIMIDADE DE PARTE, POR FALTA DE AMPARO LEGAL, E, NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO PARA MANTER INTEGRALMENTE A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3776/2000. RECORRENTE: AMAZONPASS - COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Dr. Regis do Socorro Trindade Lobato. RECORRIDO: ROSSON ADRIANO DE OLIVEIRA LIMA. Dr. Aníton Noronha do Nascimento. RELATORA: Juiza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. Deve ser reformada a r. decisão de 1ª Grau que reconheceu relação de emprego, quando não restou provada nos autos sequer a prestação de serviços, e muito menos que a mesma tenha se dado na forma do art. 3º consolidado. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE OFÍCIO. Restando provado nos autos que o autor alterou a verdade dos fatos, servindo-se inclusive de documento contendo assinaturas inautênticas, pode o juiz, de ofício, reconhecer a litigância de má-fé, condenando o litigante a pagar à parte contrária indenização pelos prejuízos sofridos, nos termos dos artigos 16, 17, II, 18 e 19, § 2º, do CPC. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO E CONSIDERAR OS DOCUMENTOS DE FLS. 38/40 R 50/51, JUNTADOS COM O RECURSO E CONTRAMINUTA, NA FORMA DO ART. 397, DO CPC; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR TOTAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO E INDEFERIR TODOS OS PEDIDOS CONSTANTES DA INICIAL, CONSIDERANDO, AINDA, O RECLAMANTE LITIGANTE DE MÁ-FÉ, CONDENANDO-O A PAGAR À RECLAMADA INDENIZAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA NA INICIAL, BEM COMO AO PAGAMENTO DE CUSTAS DE R\$157,04 SOBRE O MESMO VALOR, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CONSIDERO PREJUDICADO O REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, QUANTO AOS DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3664/2000. RECORRENTE: COMÉRCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANÇA LTDA. Dr. Jorge Cláudio Mena Wanderley. RECORRIDO: SEBASTIÃO RUI RODRIGUES NUNES. Dra. Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues. RELATORA: Juiza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: AJUDA DE CUSTO. NATUREZA SALARIAL. Tendo ficado provado nos autos que o reclamante recebia mensalmente parcela fixa intitulada de ajuda de custo, paga fora do contracheque, correta a decisão que entendeu possuir natureza salarial, até porque não se destinava a atender despesas com viagens. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; E NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, A FIM DE MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AI 3874/2000. AGRAVANTE: JOAQUIM FONSECA NAVEGAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. AGRAVADA: MILENE DO SOCORRO FONSECA FRANCO. RELATORA: Juiza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTRUMENTO DEFICIENTE. Não se conhece de agravo cujo instrumento não foi formado, desatendendo ao disposto no art. 897, § 5º, da CLT, com a alteração introduzida pela Lei nº 9.756, de 17.12.98. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA PELO AGRAVADO E NÃO CONHECER DO AGRAVO, POR FALTA DE FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AI 3918/2000. AGRAVANTE: MANOEL MARIA

RODRIGUES PEREIRA. Dra. Vilma Aparecida de Souza Chavaglia. AGRAVADA: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES. RELATORA: Juiza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. INSTRUMENTO DEFICIENTE. Não se conhece de agravo cujo instrumento foi insuficientemente instruído, faltando traslado de diversos documentos necessários à sua formação, nos termos do art. 897, § 5º, da CLT, com a alteração introduzida pela Lei nº 9.756, de 17.12.98. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO, POR FALTAR NO INSTRUMENTO DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À SUA FORMAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3745/2000. AGRAVANTE: EQUIPE ENGENHARIA LTDA. Dr. Sérgio Oliva Reis. AGRAVADO: JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA e OUTRO. Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. EMENTA: GARANTIA DA EXECUÇÃO - PRESSUPOSTO PARA O CONHECIMENTO DOS EMBARGOS - A garantia da execução é um dos requisitos imprescindível para o conhecimento dos embargos, logo o juízo de origem decidiu acertadamente quando não conheceu os embargos à execução, por faltar preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do remédio legal. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO POR DESERÇÃO; POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXCELENTÍSSIMOS JUÍZES REVISOR E FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA, QUE NÃO CONHECIAM DO RECURSO DE AGRAVO POR ENTENDEREM SER INCABÍVEL NA ESPÉCIE; EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A RESPEITÁVEL DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3780/2000. RECORRENTE: BELÉM RIO TRANSPORTES LTDA. Dr. Márcio Sérgio Pinto Tostes. RECORRIDO: ALUIZIO DA SILVA SANTANA. Dra. Rosane Baglioli Damunski. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. EMENTA: JUSTA CAUSA. NÃO RECONHECIMENTO. A justa causa tem que ser provada robustamente pelo empregador. A resolução do contrato sem ônus para o empregador só se admite mediante robusta e inequívoca prova de falta imputada ao empregado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A RESPEITÁVEL DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3646/2000. AGRAVANTE: LUIZ REBELO NETO. Dr. José Maria Castro Castilho. AGRAVADO: ALDECIR ANTÔNIO MAIA DE ARAÚJO. Dra. Rosane Baglioli Damunski. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. EMENTA: FRAUDE A CREDORES - INEXISTENTE - FALTA DE COMPROVAÇÃO. O terceiro adquiriu o imóvel de boa-fé, pois contra o executado não existia nenhum crédito trabalhista constituído legalmente, e face à ausência de comprovação do requisito fraude à época da transação, reforma-se a decisão agravada, determinando-se a desconstituição da penhora lavrada sobre o bem descrito no auto de penhora. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, unanimemente, em conhecer do agravo; no mérito, sem divergência, em dar-lhe provimento para, reformando a respeitável decisão agravada, determinar a desconstituição da penhora lavrada sobre o bem descrito no auto de penhora constante à fl. 08, conforme os fundamentos.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3904/2000. AGRAVANTE: A. J. M. DIOGO - ME. Dr. Antônio Villar Pantoja Júnior. AGRAVADA: MARIA SIMONE DO ROSÁRIO CUNHA. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Leão Lopes. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. EMENTA: DESERÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO RECURSAL - Não é possível conhecer do Agravo de Petição quando não houver a efetivação do depósito recursal, conforme preceitua o disposto no § 1º do artigo 899 da Consolidação Oubreira, com nova redação dada pelo artigo 8º da Lei 8.542, de 23 de dezembro de 1992, a qual alterou o artigo 40 da Lei 8.177/91. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO PORQUE DESERTO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3814/2000. AGRAVANTE: MASSA FALIDA DE LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. Dra. Helene Rosse Araújo Tavares. AGRAVADA: VÂNIA LÚCIA FREITAS DE SOUSA. Dr. Marcos Valério Gomes de Almeida. RELATORA: Juiza Vânia Costa de Mendonça. EMENTA: MASSA FALIDA - APLICAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. A Carta Magna de 1988 estabelece, no artigo 46 das Disposições Transitórias Constitucionais, que são sujeitos à correção monetária desde o vencimento, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, os créditos junto a entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial, mesmo quando esses regimes sejam convertidos em falência. Assim não pode uma norma ordinária, como é a Lei de Falências, por meio de seu artigo 26, prevalecer

INTERNET: www.ioepa.com.br

sobre a Lei Maior do nosso ordenamento, de vez que dentro da hierarquia da aplicação das leis, a Constituição encontra-se no topo da pirâmide. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE DISPENSA DO PAGAMENTO DE CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL E CONHECER DO AGRAVO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A RESPEITÁVEL DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3581/2000. AGRAVANTE: LUIZ REBELO NETO. Dr. José Maria Castro Castilho. AGRAVADO: RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA DA SILVA. Dr. Rosane Baglioli Damnski. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: FRAUDE A CREDORES - INEXISTENTE - FALTA DE COMPROVAÇÃO. O terceiro adquiriu o imóvel de boa-fé, pois contra o executado não existia nenhum crédito trabalhista constituído legalmente, e face à ausência de comprovação do requisito fraude à época da transação, reforma-se a decisão agravada, determinando-se a desconstituição da penhora lavrada sobre o bem descrito no auto de penhora. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A RESPEITÁVEL DECISÃO AGRAVADA, DETERMINAR A DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA LAVRADA SOBRE O BEM DESCRITO NO AUTO DE PENHORA CONSTANTE À FL. 14, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3905/2000. RECORRENTE: OCIMAR NUNES NASCIMENTO. Dr. Fernando Vasconcelos Moreira de Castro Neto. RECORRIDA: PANIFICADORA DELÍCIA LTDA. Dr. Máio Henriques Brito. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO - INEXISTÊNCIA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 3º DA CLT. O reclamante não comprovou o seu estado de subordinação jurídica em relação ao reclamado, que retrata o poder de comando e direção do empregador, em correspondência ao dever específico do empregado de obedecer, e nem o preenchimento do requisito onerosidade. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, SEM DIVERGÊNCIA, EM ISENTAR O RECLAMANTE DO PAGAMENTO DAS CUSTAS, NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A RESPEITÁVEL SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3773/2000. RECORRENTES: ELIONAY BARBOSA CARNEIRO. Dr. Francisco Soares Napolitano e EDITORA GLOBO S/A. Dra. Erika Moreira Bechta. RECORRIDOS: OS MESMOS e QUEIROZ, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. Reconhecimento da culpa in eligendo e in vigilando por parte da tomadora do serviço. Em consequência, reconhecimento da sua responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas do reclamante, conforme Enunciado nº 333 do C. TST. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO A RESPEITÁVEL DECISÃO RECORRIDA, DEFERIR AO RECLAMANTE O PAGAMENTO DA DOBRA SALARIAL PREVISTA NO ARTIGO 467 DA CONSOLIDAÇÃO OBRIGADA, FICANDO MANTIDA A RESPEITÁVEL DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3784/2000. RECORRENTE: ALDIONOR MOACIR FERREIRA DE OLIVEIRA. Dra. Midene Baitral França e outras. RECORRIDO: MIB MANUTENÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. Dra. Rita dos Santos Barbosa. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: PERÍCIA - VALIDADE DA NOMEAÇÃO DO PERITO PELO JUÍZO A nomeação de perito foi realizada de acordo com as Leis nº 5.584/70 e 8.455/92, assim o perito assume a posição de serventário "ad hoc" da Justiça. Logo, não houve nenhuma ilegalidade nesta nomeação de perito, vez que perito oficial do juízo é aquele que é nomeado pelo juízo, pois a lei não insinuou que perito oficial fosse aquele que estivesse vinculado a determinado órgão. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ABSOLUTA FALTA DE AMPARO LEGAL, NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A RESPEITÁVEL DECISÃO, DEFERIR AO RECLAMANTE O REFLEXO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS PAGAS POR FORA NOS REPOUSOS REMUNERADOS, REFERENTE AO PERÍODO DE MAIO/97 A JANEIRO/99, OBSERVADO OS RECIBOS AVULSOS DE FLS. 19/21 E O REFLEXO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS E ADICIONAL NOTURNO TAMBÉM PAGOS ATRAVÉS DE RECIBOS AVULSOS, FLS. 19/21, SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, FICANDO MANTIDA A

RESPEITÁVEL DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO. DEFERIR O REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO Nº 01/98 DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3573/2000. RECORRENTE: JAMES MOSS NEPOMUCENO NASCIMENTO. Dr. Edison Claro Medeiros. RECORRIDA: TÁGIDE ADMINSTRADORA LTDA. Dra. Aluisio Meira Nunes. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: JUSTA CAUSA. IMPROBIDADE. A alegação de justo motivo para rompimento de pacto laboral restou sobejamente comprovada nos autos, pelo empregador, nos termos do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o artigo 333 I do Código de Processo Civil, vez que o recorrente apossou-se dos valores destinados à adesão ao consórcio do cliente, conforme declarações prestadas nos depoimentos das testemunhas arroladas pelo reclamado, as quais foram unânimes e contundentes em afirmar que o reclamante não repassou o valor à empresa e ao ser instado sobre este fato, justificou que havia sido assaltado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3413/2000. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN Proc. Dr. Graco Ivo Alves Rocha Coelho. AGRAVADOS: ADOLFO SOARES DE BARROS e OUTROS. Dr. Miguel Gonçalves Serra. RELATORA: Juíza Vanja Costa de Mendonça. EMENTA: PRECATÓRIO - DISPENSABILIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO DE PEQUENO VALOR. Como se trata de débito de pequeno valor, é dispensável a expedição de precatório, por força do parágrafo 3º do art. 100 da Constituição Federal/88 e artigo 128 da Lei 8.213/91, que estabelece o que pode ser considerado pequeno valor, vez que tal dispositivo só foi considerado inconstitucional pelo STF na parte que dispunha sobre a indispensabilidade de precatório, porquanto ainda está vigente a parte que trata de pequeno valor. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ REVISOR, QUE CONFIRMAVA TOTALMENTE A R. SENTENÇA, EM DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A RESPEITÁVEL DECISÃO, EXCLUIR A DETERMINAÇÃO DE SEQUESTRO CONSTANTE À FL. 313 VERSO DOS AUTOS E, TAMBÉM POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ PRESIDENTE, QUE A REFORMAVA E DETERMINAVA A EXPEDIÇÃO DE NOVO PRECATÓRIO COM BASE NOS TERMOS DO § 3º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, EM MANTER A DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AI 3891/2000. AGRAVANTES: GILBERTO VIEIRA BLASBERG DA SILVA e OUTROS. Dr. Roberto Ribeiro da Cunha. AGRAVADO: MARCOS MARCELINO S/A. Dr. Elias Pinto de Almeida. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. EMENTA: NULIDADE. PRECLUSÃO. Caberia ao agravante arguir a pretensão nulidade na primeira oportunidade que tivesse de manifestar-se nos autos, nos termos do artigo 795 da CLT. A oportunidade surgiu e passou com o oferecimento do recurso ordinário onde nada foi suscitado quanto a nulidade arguida pelo agravante. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO POR FALTA DE AMPARO LEGAL, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3721/2000. RECORRENTE: ANA LÚCIA GOES BRABO. Dra. Vilma Aparecida de Souza Chavaglia. RECORRIDO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Dr. Leonardo de Oliveira Linhares. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. EMENTA: PLANO DE DEMISSÃO INCENTIVADA. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. LIMITES. Não se há de falar em necessidade de homologação judicial para emprestar validade a Programas de Desligamento Voluntário, havendo forma estabelecida para a extinção dos contratos de trabalho e pagamento dos haveres do empregado que é a homologação de rescisão contratual por autoridade administrativa e até mesmo por ente sindical, formalidade que restou satisfeita. A transação de direitos decorrentes do contrato de trabalho é válida, posto que nem mesmo possível coação econômica foi alegada ou demonstrada. Assim, não se pode pretender a incidência do disposto no artigo 9º da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXMª JUÍZA REVISORA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A RESPEITÁVEL SENTENÇA, LIMITAR A COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS DA RECLAMANTE AO VALOR EQUIVALENTE A UM MÊS DE REMUNERAÇÃO, DEVENDO O SALDO SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, MANTIDA A DECISÃO EM SEU

DEMAIS TERMOS. TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 3643/2000. RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A. Dr. Abu Antunes Amate Peres. RECORRIDA: MARIA NEUZA MARÇAL RODRIGUES. Dr. Ronaldo Bentes Batista. RELATOR: Juiz Gabriel Velloso Filho. EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÃO PELO PERÍODO DE ESTABILIDADE - MONTANTE. A indenização pelo período estabilidade é fruto do reconhecimento da nulidade do ato patronal de dispensado, praticado em ofensa a direito do trabalhador. Seu montante não alcança apenas os salários do empregado, mas todos os valores que o empregado receberia caso permanecesse em atividade, a fim de cumprir-se integralmente o art. 9º da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, SEM DIVERGÊNCIA, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO, EM PARTE, PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A PARCELA DE AUXÍLIO-REFEIÇÃO NO CURSO DO PERÍODO DE LICENÇA-MATERNIDADE E A INDENIZAÇÃO POR MÁ-FÉ PROCESSUAL CUSTAS, COMO NO PRIMEIRO GRAU.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3524/2000. AGRAVANTE: MASSA FALIDA DA ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Dra. Manalida Azevedo Bezerra. AGRAVADA: JOSILEA BANDEIRA DE SOUZA. Dr. Rosemiro Arrais. RELATOR: Juiz Gabriel Velloso Filho. EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. FALÊNCIA - ARREMATACÃO. Os bens já arrematados na época da decretação de falência somente serão remetidos ao juízo universal após o pagamento ao exequente, na forma do § 1º, do art. 24 da Lei nº 7.661/45. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, SEM DIVERGÊNCIA, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, REJEITANDO A PRELIMINAR DE NÃO-CONHECIMENTO, À FALTA DE AMPARO LEGAL; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO, POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA CONFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA. TUDO NA FORMA DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, COMO NO 1º GRAU.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 3531/2000. AGRAVANTES: LUIZ GONZAGA LIMA NASCIMENTO. Dr. José Benedito dos Prazeres Guimarães e MASSA FALIDA DO BANCO DO PROGRESSO S/A. Dra. Maria Madalena Garcia Quites. AGRAVADOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Gabriel Velloso Filho. PROLATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. EMENTA: FALÊNCIA. CRÉDITOS TRABALHISTAS. EXECUÇÃO. A Justiça do Trabalho possui competência para proceder à execução de suas próprias decisões (art. 114, da CF), não se submetendo o crédito trabalhista ao rateio entre credores, considerando ser superprivilegiado, face sua natureza alimentar a teor do art. 102, do Decreto-lei nº 7.661/45, e art. 449, § 1º, da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, Á UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS, SEM DIVERGÊNCIA, DETERMINAR QUE SEJA FEITA A AUTUAÇÃO CORRETA DO AGRAVO DE PETIÇÃO E, TAMBÉM, A RENUMERAÇÃO CORRETA DAS FOLHAS DOS AUTOS, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXMOS. JUÍZES RELATOR E FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA, CONHECER DOS DOCUMENTOS DE FLS. 87/89; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXMOS. JUÍZES RELATOR E FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA, DAR TOTAL PROVIMENTO AO RECURSO DO EXEQUENTE, PARA DETERMINAR QUE A EXECUÇÃO SE FAÇA NESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA; SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO AGRAVO DA EXECUTADA PARA, MODIFICANDO A R. DECISÃO RECORRIDA, DEFERIR O PEDIDO DE DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS. PROLATOU O ACÓRDÃO A EXMA. JUÍZA REVISORA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AI 3898/2000. AGRAVANTE: GILSON PAULO FIENY. Dr. Álvaro Augusto de Paula Vilhena. AGRAVADOS: JOSÉ DE JESUS RODRIGUES DOS REIS. Dra. Selma Clara Rodrigues e MADEIREIRA SANTA ROSA LTDA. Dr. Álvaro Augusto de Paula Vilhena. RELATOR: Juiz Gabriel Velloso Filho. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - SUBSCRITOR SEM HABILITAÇÃO - DEFICIÊNCIA DE TRASLADO - NÃO CONHECIMENTO. Se o recurso é subscrito por pessoa sem habilitação regular nos autos, não deve ser conhecido. Da mesma forma, se estiver deficiente a formação do agravo, cabendo ao agravante total responsabilidade por este procedimento, devendo apresentar certidão de todas as peças indispensáveis à apreciação. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, PORQUE SUBSCRITO POR PESSOA SEM HABILITAÇÃO REGULAR NOS AUTOS E POR AUSÊNCIA DO TRASLADO DE PEÇA ESSENCIAL À FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. PREJUDICADO O PEDIDO DE COMINAÇÃO DA PENALIDADE DO ART. 18 DO CPC. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Belém, 30 de agosto de 2000.
TARCILA GUEDES TOURINHO
Secretária da 1ª Turma

CONTINUA NO CADERNO 3

Secretaria Pública "Arthur Viana"



Ano CIX da IOE
110ª da República
Nº 29.288

DIÁRIO OFICIAL

3

Belém, quinta-feira,
31 de agosto de 2000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

CADERNO DO JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

ESTATÍSTICA GLOBAL DE PROCESSOS REFERENTES AO MÊS JULHO/2000
(Art 37 da Lei Complementar nº 35-LOMAN)

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO														ACORDÃO	
JUIZES	RECEBIDOS		EM ESTUDO				DEVOLVIDOS		AGUARDANDO PAUTA	VISTA REGIMENTAL REQUERIDA	JULGADOS	LAVRADOS	AGUARDANDO LAVRATURA		
	RELATOR	REVISOR	NO PRAZO		PRAZO VENCIDO		RELATOR	REVISOR							
			RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR									
VICENTE J. M. FONSECA (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
ROSITA S. NASSAR (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
GEORGENOR S. F. FILHO (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0		
LYGIA S. L. OLIVEIRA (1)	0	0	0	0	0	0	10	58	2	0	5	4	0		
LUIZ ALBANO M. LIMA (1)	10	58	1	0	0	0	39	26	26	0	7	8	0		
JOSE B. BENTES (1)	12	7	10	0	0	0	58	65	35	0	28	27	0		
JOSE M.Q. ALENCAR (1)	44	65	3	0	0	0	14	15	4	0	18	12	0		
FRANCISCA O. FORMIGOSA(1)	17	15	3	0	0	0	98	4	25	0	47	45	0		
VANILSON F. HESKETH (1)	62	3	0	0	0	0	0	0	10	0	5	5	0		
JOSE A. F. AFONSO (1)	0	0	0	0	0	0	75	71	28	0	40	36	0		
WALDIR O. COSTA (1)	56	59	17	0	0	0	56	3	3	0	52	47	0		
M. JOAQUINA S. REBELO (1)	54	3	3	0	0	0	47	36	36	0	37	37	0		
ELIZABETH F. M. NEWMAN (1)	47	36	0	0	0	0	40	68	20	0	23	27	0		
ODETE A. ALVES (4)	40	68	0	0	0	0	40	22	13	0	23	23	0		
RAIMUNDO S. MACHADO (2)	2	15	0	0	0	0	49	7	17	0	67	63	0		
JOSE F. P. PEREIRA (2)	35	7	14	0	0	0	16	0	36	0	9	10	0		
VILSON J. SCHUBERT (3)	1	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0		
JOSE C. A. SANTOS (3)	0	0	0	0	0	0	8	0	3	0	1	1	0		
FRANCISCO SERGIO S. CORREIA(4)	8	0	0	0	0	0	47	15	58	0	0	0	0		
EMANUEL N. BATALHA (5)	39	15	37	0	0	0	9	5	24	0	13	11	0		
MARIO MARTINS JUNIOR (5)	1	5	0	0	0	0	50	28	20	0	27	22	0		
HERBERT TADEU P. MATOS(6)	63	23	13	0	0	0	62	56	24	0	30	27	0		
MARIA LUIZA N. DE BRITO (6)	46	56	23	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		
ANTONIO CAETANO FILHO (6)	0	0	0	0	0	0	15	7	10	0	3	3	0		
ROSA SERRA FREIRE (6)	41	7	26	0	0	0	30	0	4	0	0	0	0		
WILSON M. TEIXEIRA (7)	67	26	37	26	0	0	64	1	5	0	38	40	0		
VARJA C. MENDONÇA (8)	64	1	0	0	0	0	36	14	24	0	1	1	0		
BERNARDINO F. FILHO (6)	64	14	28	0	0	0	363	501	467	0	480	449	0		
TOTAL	773	488	215	26	0	0									

OBS: O Exmº Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca, Juiz Presidente, esteve de férias no período de 10 a 21.7.2000.
A Exmª Drª Rosita de Nazaré Sidim Nassar, Juiza Vice-Presidente, esteve no exercício da Corregedoria nos dias 3 e 4.7 e no exercício da Presidência no período de 10 a 21.7.2000.
O Exmº Dr. Luiz Albano Mendonça de Lima, Juiz Togado, esteve no exercício da Corregedoria no período de 24 a 31.7.2000.
O Exmº Dr. José Maria Quadros de Alencar, Juiz Togado, esteve de férias no período de 24 a 27.7 e no dia 31.7.2000.
A Exmª Drª Lygia Simão Luiz Oliveira, Juiza Togada, esteve de férias no período de 15.6 a 14.7.2000.
O Exmº Dr. Luiz Albano Mendonça de Lima, Juiz Togado, esteve de férias no período de 17.7 a 15.8.2000.
O Exmº Dr. José Edilmo Elizário Bentes, Juiz Togado, esteve de férias no período de 3 a 13.7.2000.
A Exmª Drª Francisca Oliveira Formigosa, Juiza Togada, esteve de férias no período de 3 a 18.2000.
O Exmº Dr. José Augusto Figueiredo Atencio, Juiz Togado, esteve de férias no período de 3.7 a 18.2000.
O Exmº Dr. José Corrado Azevedo Santos, Juiz Classista Empregador, esteve de férias no período de 8.7 a 6.8.2000.
O Exmº Dr. Wilson João Schubert, Juiz Classista Empregador, esteve de férias no período de 13.7 a 11.8.2000.
O Exmº Dr. Raimundo de Souza Machado, Juiz Classista Empregador, esteve de férias no período de 10.7 a 8.8.2000.
O Exmº Dr. Mano Martins Junior, Juiz Classista Empregador, esteve de férias no período de 10.7 a 8.8.2000.

Decisões Monocráticas: Juiz Vicente José Malheiros da Fonseca, Juiz Presidente - 6
Juiz Waldir O. Costa - 8
Juiz José de Alencar - 3
Juiza Francisca Formigosa - 2
Juiza Maria Joaquina - 2
Juiz Herbert Tadeu - 4
Juiza Maria Luiza Brito - 7
Juiz Vanilson Hesketh - 1

PROCESSO TRT/RO Nº 3927/2000
RECORRENTE: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ

[illegible]

Belém, 23 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TRT AP Nº 2507/2000
RECORRENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
Advogado(a):
Dr. Gustavo Amaral Pinheiro da Silva e outros
RECORRIDO: REPOLO DO JACUÍ OLIVEIRA FIGUEIREDO
Advogado(a):
Dr. Simone Tavares Barreiros e outros
CITY DE FERRVIRÂNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONARIOS LIG

Belem, Pa., 24 de agosto de 2000.
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Juiza Vice Presidente

Feito isto, nego seguimento ao recurso. Inútil.
Belém, Pa., 24 de agosto de 2000
ROSITA DE NAZARESIDRIM NASSAR
Juza Vice-Presidente

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains. The *Agrobacterium* strains were grown in the YEA medium for 24 h and then adjusted to the OD₆₀₀ of 0.1. The *Agrobacterium* strains were then grown in the YEA medium with the concentration of 0.1, 0.2, 0.3, 0.4, 0.5, 0.6, 0.7, 0.8, 0.9, 1.0, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 2.0, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 3.0, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.0, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 5.0, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 6.0, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9, 7.0, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 8.0, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8, 8.9, 9.0, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.7, 9.8, 9.9, 10.0, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7, 10.8, 10.9, 11.0, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, 11.8, 11.9, 12.0, 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 12.9, 13.0, 13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8, 13.9, 14.0, 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 15.0, 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 16.0, 16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.7, 16.8, 16.9, 17.0, 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9, 18.0, 18.1, 18.2, 18.3, 18.4, 18.5, 18.6, 18.7, 18.8, 18.9, 19.0, 19.1, 19.2, 19.3, 19.4, 19.5, 19.6, 19.7, 19.8, 19.9, 20.0, 20.1, 20.2, 20.3, 20.4, 20.5, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 21.0, 21.1, 21.2, 21.3, 21.4, 21.5, 21.6, 21.7, 21.8, 21.9, 22.0, 22.1, 22.2, 22.3, 22.4, 22.5, 22.6, 22.7, 22.8, 22.9, 23.0, 23.1, 23.2, 23.3, 23.4, 23.5, 23.6, 23.7, 23.8, 23.9, 24.0, 24.1, 24.2, 24.3, 24.4, 24.5, 24.6, 24.7, 24.8, 24.9, 25.0, 25.1, 25.2, 25.3, 25.4, 25.5, 25.6, 25.7, 25.8, 25.9, 26.0, 26.1, 26.2, 26.3, 26.4, 26.5, 26.6, 26.7, 26.8, 26.9, 27.0, 27.1, 27.2, 27.3, 27.4, 27.5, 27.6, 27.7, 27.8, 27.9, 28.0, 28.1, 28.2, 28.3, 28.4, 28.5, 28.6, 28.7, 28.8, 28.9, 29.0, 29.1, 29.2, 29.3, 29.4, 29.5, 29.6, 29.7, 29.8, 29.9, 30.0, 30.1, 30.2, 30.3, 30.4, 30.5, 30.6, 30.7, 30.8, 30.9, 31.0, 31.1, 31.2, 31.3, 31.4, 31.5, 31.6, 31.7, 31.8, 31.9, 32.0, 32.1, 32.2, 32.3, 32.4, 32.5, 32.6, 32.7, 32.8, 32.9, 33.0, 33.1, 33.2, 33.3, 33.4, 33.5, 33.6, 33.7, 33.8, 33.9, 34.0, 34.1, 34.2, 34.3, 34.4, 34.5, 34.6, 34.7, 34.8, 34.9, 35.0, 35.1, 35.2, 35.3, 35.4, 35.5, 35.6, 35.7, 35.8, 35.9, 36.0, 36.1, 36.2, 36.3, 36.4, 36.5, 36.6, 36.7, 36.8, 36.9, 37.0, 37.1, 37.2, 37.3, 37.4, 37.5, 37.6, 37.7, 37.8, 37.9, 38.0, 38.1, 38.2, 38.3, 38.4, 38.5, 38.6, 38.7, 38.8, 38.9, 39.0, 39.1, 39.2, 39.3, 39.4, 39.5, 39.6, 39.7, 39.8, 39.9, 40.0, 40.1, 40.2, 40.3, 40.4, 40.5, 40.6, 40.7, 40.8, 40.9, 41.0, 41.1, 41.2, 41.3, 41.4, 41.5, 41.6, 41.7, 41.8, 41.9, 42.0, 42.1, 42.2, 42.3, 42.4, 42.5, 42.6, 42.7, 42.8, 42.9, 43.0, 43.1, 43.2, 43.3, 43.4, 43.5, 43.6, 43.7, 43.8, 43.9, 44.0, 44.1, 44.2, 44.3, 44.4, 44.5, 44.6, 44.7, 44.8, 44.9, 45.0, 45.1, 45.2, 45.3, 45.4, 45.5, 45.6, 45.7, 45.8, 45.9, 46.0, 46.1, 46.2, 46.3, 46.4, 46.5, 46.6, 46.7, 46.8, 46.9, 47.0, 47.1, 47.2, 47.3, 47.4, 47.5, 47.6, 47.7, 47.8, 47.9, 48.0, 48.1, 48.2, 48.3, 48.4, 48.5, 48.6, 48.7, 48.8, 48.9, 49.0, 49.1, 49.2, 49.3, 49.4, 49.5, 49.6, 49.7, 49.8, 49.9, 50.0, 50.1, 50.2, 50.3, 50.4, 50.5, 50.6, 50.7, 50.8, 50.9, 51.0, 51.1, 51.2, 51.3, 51.4, 51.5, 51.6, 51.7, 51.8, 51.9, 52.0, 52.1, 52.2, 52.3, 52.4, 52.5, 52.6, 52.7, 52.8, 52.9, 53.0, 53.1, 53.2, 53.3, 53.4, 53.5, 53.6, 53.7, 53.8, 53.9, 54.0, 54.1, 54.2, 54.3, 54.4, 54.5, 54.6, 54.7, 54.8, 54.9, 55.0, 55.1, 55.2, 55.3, 55.4, 55.5, 55.6, 55.7, 55.8, 55.9, 56.0, 56.1, 56.2, 56.3, 56.4, 56.5, 56.6, 56.7, 56.8, 56.9, 57.0, 57.1, 57.2, 57.3, 57.4, 57.5, 57.6, 57.7, 57.8, 57.9, 58.0, 58.1, 58.2, 58.3, 58.4, 58.5, 58.6, 58.7, 58.8, 58.9, 59.0, 59.1, 59.2, 59.3, 59.4, 59.5, 59.6, 59.7, 59.8, 59.9, 60.0, 60.1, 60.2, 60.3, 60.4, 60.5, 60.6, 60.7, 60.8, 60.9, 61.0, 61.1, 61.2, 61.3, 61.4, 61.5, 61.6, 61.7, 61.8, 61.9, 62.0, 62.1, 62.2, 62.3, 62.4, 62.5, 62.6, 62.7, 62.8, 62.9, 63.0, 63.1, 63.2, 63.3, 63.4, 63.5, 63.6, 63.7, 63.8, 63.9, 64.0, 64.1, 64.2, 64.3, 64.4, 64.5, 64.6, 64.7, 64.8, 64.9, 65.0, 65.1, 65.2, 65.3, 65.4, 65.5, 65.6, 65.7, 65.8, 65.9, 66.0, 66.1, 66.2, 66.3, 66.4, 66.5, 66.6, 66.7, 66.8, 66.9, 67.0, 67.1, 67.2, 67.3, 67.4, 67.5, 67.6, 67.7, 67.8, 67.9, 68.0, 68.1

(The following information was obtained from the records of the Federal Bureau of Investigation.)

PÁGINA 6 - CADERNO DO JUDICIÁRIO - 3

procedimento adotado, em consonância com o valor dos créditos postulados, e o sumariário, recentemente introduzido no universo do Dúeto Processual do Trabalho pela Lei nº 9.957, de 12 de janeiro de 2000. Foi bem para o momento nos interesses informados acerca do § 6º, inciso II, do art. 896, da CLT, pela supracitada Lei, que cuida da admissibilidade do recurso de revista, quando o procedimento adotado for o sumariário, como no caso sob exame. Assim dispõe tal parágrafo, in verbis: "Nas causas sujeitas ao procedimento sumariário, somente será admitido o recurso de revista por contradição da súmula de jurisprudência emanada do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República". Portanto, irrelevante a análise da situação, a respeito da violação da Constituição da República, não é pressuposto de admissibilidade, nestas situações. A recorrente alega violação a artigos do Diploma Processual Civil e da CLT, também prejudicada, pelos mesmos fundamentos, mencionando, também, que o Egrégio TST, em decisão fora contrariada. Ocorre que, para inferir esta última alegação, faz-se inevitável o exame dos fatos e das provas deste processo, vedado para o momento recursal, por força do Enunciado nº 126/TST. De forma definitiva, no mérito, a parte que recorre adstringe as suas razões a fatos e a provas que não podem ser reavaliados, como já fundamentado.

V -

Belém, 25 de agosto de 2000
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR,
Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST RO Nº 2032/2000
RECORRENTE: WAGNO MURICI VALENTE

Advogado:
Dr. José Augusto Setúbal de Campos
RECORRIDO: HELIO RIBEIRO DAS CHAGAS

Advogado:
Dr. Kelly Rangel Vilela e outra

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Sendo a revista um recurso do trabalho, não há necessidade de depósito em nome do autor, conforme dispõe o art. 896, da CLT. Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão do fl. 62/68, que ao reformar, em parte, a r. sentença de 1º Grau, excluiu da condenação os salários reidos, permanecendo, apenas, os salários dos meses de novembro e dezembro de 1988, fevereiro, outubro e novembro de 1989, e janeiro de 1990. Em longo arazoado, com inúmeras alegações e provas produzidas, o recorrente pugna pela modificação da r. decisão impugnada, para que seja negado o suporte vinculo de emprego entre as partes.

II - O recorrente não logra êxito com o presente recurso. Sendo a revista um recurso do trabalho, não há necessidade de depósito em nome do autor, conforme dispõe o art. 896, da CLT. Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão do fl. 62/68, que ao reformar, em parte, a r. sentença de 1º Grau, excluiu da condenação os salários reidos, permanecendo, apenas, os salários dos meses de novembro e dezembro de 1988, fevereiro, outubro e novembro de 1989, e janeiro de 1990. Em longo arazoado, com inúmeras alegações e provas produzidas, o recorrente pugna pela modificação da r. decisão impugnada, para que seja negado o suporte vinculo de emprego entre as partes.

III - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 25 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST RO Nº 2928/2000

RECORRENTE: SITA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO S/A

Advogado:
Dr. Marília Siqueira Rebelo e outros

RECORRIDO: CARLOMAN BULCÃO REDIG

Advogado:
Dr. Natanael Galhardo Gomes

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se nas

alíneas "a" e "c", do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da Egrégia 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

de aeronaves ocorra de forma eventual.

III - Alega a recorrente que o v. acórdão violou o art. 5º, II, da Carta Magna, por ter

conferido ao empregado o direito de indenização por danos morais, sem que haja comprovação

de danos. Ocorre que a r. sentença de 1º Grau, ao reconhecer a existência de danos morais, não

apresenta qualquer elemento que permita concluir que o empregado sofreu danos morais.

IV - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.

Belém, 28 de agosto de 2000

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TST A REG AP Nº 2705/2000

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

Advogado:
Dr. Francisco Rêda Leal Praxedes e outros

RECORRIDO: BENEDITO BERNARDES DA SILVA

Advogado:
Dr. Cadmo Bentes Melo Júnior e outros

DESPACHO

I - O recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se no

parágrafo 2º, do art. 896, da CLT.

II - Insurge-se a recorrente contra o v. acórdão da C. 3ª Turma deste Regional (fl. 187/191), que

reformando, parcialmente, a r. sentença da MM. Vara do Trabalho, ampliou a

condenação do pagamento do adicional de periculosidade para todo o período trabalhado, ao

argumentar, em síntese, que o empregado faz jus à parcela, ainda que o ingresso no posto de manobras

</

VI - Ante o exposto, nega seguimento ao recurso. Intimar.
Belém, Pa., 29 de agosto de 2000
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TRT RO Nº 2752/2000
RECORRENTE: EXPRESSO BEIRA DÃO LTDA
Advogados:
Dr. Raimundo Jorge Santos de Matos e outros
RECORRIDO : WALTER JESUS CARVALHO DE ALENCAR
Advogados:
Dr.ª Maria Lúcia de Lima Soares e outros

DESPACHO

I - O Recurso preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se na alínea a e c do art. 896, da CLT.

II - Percebe a recorrente a modificação do r. decisório da Egrégia 1ª Turma desta Corte II, que reconheceu a criação de emprego e a condição de pagar à redeatante diversas parcelas trabalhistas, dentre das indenizações compensatórias do tempo decorrido na ordem de quatro salários mínimos.

III - Em seu arrazoado recursal, argumenta, dentre outras questões, que improcedente é a condenação por indenização pelo não recebimento do seguro desemprego, haja vista a impossibilidade de comprovar a obrigação de fazer, bem como das guias para habilitação, em indenização pecuniária. Colaciona, no particular, nora a este caso, para comprovar a divergência jurisprudencial que entendo configurada.

IV - O apelo merece ser admitido. A recorrente consagrou doutrina ao dizer que o prazo prescricional aliado, apesar dos dois decretos arrematados acórdãos oriundos, posto que da Turma do TST, aliado Especial, os outros, af. fls. 112/113, comprovam a divergência, o que encerra a pretensão, ataca da alínea "a" do art. 896, da CLT. Turna-se desconnection a análise das demais questões, nos termos do Enunciado nº 265/TST.

V - Ante o exposto, dou seguimento ao apelo. Intima:

Belém, 29 de agosto de 2000.
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
 Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TRT AP Nº 2650/2000
RECORRENTE : FÁBICA - FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S.A.
Advogados:
Dr. Helder Wanderley Oliveira e outros
RECORRIDO : ADELINO RODRIGUES MACHADO
Advogados:
Dr. Manoel Ganhho Neves da Silva e outros

DESPACHO

O recuso pretende os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se na alínea "c" do art. 896, da CLT.

II - Inerteza por omissão contra o v. Acórdão da C. Terceira Turma deste E. Tribunal, que não conheceu do agravo de petição, por inobservância do pressuposto específico de admissibilidade previsto no § 1º, do art. 897, da Consolidação das Leis do Trabalho e em condenação a pagar ao recorrido multa de um por cento e a indenizar-lhe dos prejuízos que sofreu, arbitrada em 20% (vinte por cento), mais 15% (quinze por cento) de honorários advocatícios.

III - Alega violação ao art. 93, IX, da Constituição Federal, no argumento de que a partilha da Lei nº 84.392/92, ora ocultos de liquidação de sentença não podem ser simplesmente homologados, pois devem evidenciar as razões pelas quais os recursos foram de execução. Assereva, ainda, que em razão do recorrido não se encontrar assilado dentro do sindicato de classe, ocorreu a violação ao art. 11, § 1º, da lei nº 1.060/50.

IV - Indadmissível o recurso. Sobre o assunto, a posição adotada pelo v. acórdão recorrido foi desenvolvida, com bem resume sua ementa, al. III, 379, nos seguintes termos: "Repita-se: litigante de má-fé executada que se utiliza de procedimentos inatervíveis com o objetivo de prolongar delibadamente o processo judicializado no andamento do processo ao provocar incidentes protelatórios, pelo qual opõe resistência injustificada ao andamento do processo ao provocar incidentes manifestamente infundados" (CPC, arts. IV, VI e VII), devendo responder pelo dano processual manifestamente infundado, uma vez que não pôde usufruir do crédito trabalhista já muito já reconhecido causado ao exequente em julgamento. Agravo não conhecido". A inadmissibilidade do recurso do pedido transacionado em segunda. Agravo não conhecido". A inadmissibilidade do recurso do recurso, na face de exceção tal qual esta admitiu, unicamente, à violação direta e literal de norma da Constituição Federal, a teor do § 2º, do art. 896, da Consolidação das Leis do Trabalho. Não obstante, in casu, nenhuma ofensa ao dispositivo constitucional apontado, considerando atinente a razoabilidade da interpretação dispensada pelo r. decisório impugnado, o que entenzimamos com o Verbete Sumular nº 221/TST.

V. Ante o exposto, negue seguimento ao recurso de revista. Intimar.

Belém, Pa, 29 de agosto de 2000.
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR,
 Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TRT RO Nº 3092/2000
RECORRENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Advogado(s):
Dr. Edgard Mario Medeiros Junior e outros
RECORRIDO: JORGE GOMES DA ROSA
Advogado(s):
Dr. Raimundo Jorge Santos de Matos e outros

[illegible]

Belém, 24 de agosto de 2000
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
 Juíza Vice-Presidente

PROCESSO TRT RO Nº 2389/2000
RECORRENTE : NIBIDE PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(a):
Dr.ª Valcira Maria de Araújo Cortes e outras
RECORRIDO : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. CELPA
Advogado(a):
Dr.ª Eliane Salles Lopes e outras

[illegible]

V. Ante o exposto, nego seguimento ao apelo. Intimar.
Belém, 29 de agosto de 2000.
ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Juíza Vice-Presidente.

PROCESSO TRT RO Nº 3151/2000
RECORRENTE : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ

Advogados:
Dr.ª Maria de Fátima Varzoncelos Pereira e outros.

RECORRIDO : RAIMUNDO CEZAR CARVALHO PEREIRA

Advogados:
Dr. Edilson Araújo dos Santos e outros.

[illegible]

Belém, 29 de agosto de 2000.
LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
 Juiz Togado, no impedimento do Juiz Vice-Presidente,
 Rosita de Nazaré Sidim Nassar.

PROCESSO TRT RO Nº 2564/2000
RECORRENTES: JOSÉ CARLOS DE FIGUEIREDO BANDEIRA
Advogados:
Dr.ª Vilma Aparecida de Souza Chavaglia e outras
RECORRIDA: COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES
Advogado:
Dr. Nyrton Rabello Senano de Mello e outros

[illegible]

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso de revista. Intimar
Belém, 29 de agosto de 2009

LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Juiz Togado, no impedimento da Juíza
Rosita de Nazaré Sadrin Nassar, Vice-Presidente

PROCESSO TRT RO Nº 2278/2000
 RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
 EMPRATTEL

RECORRIDO : ORLANDO OLIVEIRA DA SILVA
Advogados:
Dr. Edilson Araújo dos Santos

DISPACHO
I. — Em nota subscrita por advogado habilitado nos autos e em ordem quanto ao preparo, o recurso não pode ser conhecido porque interposto fora do prazo legal.
II. — Recurso não conhecido por falta de dedicação de folhas 203 a 210, opostos pela reclamada, não foram conhecidos, porque autor do processo profissional não habilitado nos autos. Nesta circunstância, não há que se cogitar de antecipo do prazo recursal. Consequentemente o prazo para interposição de novo recurso iniciou na data da publicação da sentença e do acórdão de sustentação originária.

IV - Portanto, se a sentença é conclusiva do Acórdão regional de folhas 290 a 294 firmadas pelo Juiz Relator, não há necessidade de se recorrer ao Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, pois a decisão regional já é definitiva e não cabe recurso. Assim, não há necessidade de se recorrer ao Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, pois a decisão regional já é definitiva e não cabe recurso. Assim, não há necessidade de se recorrer ao Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, pois a decisão regional já é definitiva e não cabe recurso.

V. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intimar.
Belém, 29 de agosto de 2000.
LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Juiz Togado, no impedimento da Juíza Vice-Presidente,
Rosita de Nazaré Sidim Nasar

PAUTA DE JULGAMENTO

A Secretaria Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, comunique aos interessados, a seguinte pauta para a Sessão de 05/09/2000, terça-feira, às 8h30, cumpriam-se ao disposto no art. 271 § 2º do Código Eleitoral, de acordo com o 128 do Regimento Interno, dos seguintes processos:

1. Proc. 0214 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Mantuba - PA. Recorrente: Dr. Silvio Paulo Brabo Rodrigues, Promotor de Justiça, junto à 43ª Zona Eleitoral - Ananindeua. Recorrido: Sérgio Ricardo da Conceição Ribeiro, Presidente do PFL/Mantuba. Assunto: Decisão que concedeu a validade à filiação do recorrente ao Partido Socialista Brasileiro - PSB nos autos do Proc. nº 054/2000 (43ª ZE). Relator: Jui Almirando Augusto de Vasconcellos Trindade, por preferência.

2. Proc. 0172 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Mantuba - PA. Recorrente: Dr. Silvio Paulo Brabo Rodrigues, Promotor de Justiça, junto à 43ª Zona Eleitoral - Ananindeua. Recorrido: Fernando da Silva Oliveira Assunto: Decisão que concedeu a validade à filiação do recorrente ao Partido Liberal - PL, nos autos do Proc. nº 085/2000 (43ª ZE). Relator: Jui Almirando Augusto de Vasconcellos Trindade.

3. Proc. 0274 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Mantuba - PA. Recorrente: Dr. Silvio Paulo Brabo Rodrigues, Promotor de Justiça, junto à 43ª Zona Eleitoral - Ananindeua. Recorrido: Lázaro da Silva Soares Assunto: Decisão que concedeu a validade à filiação do recorrente ao Partido Socialista Brasileiro - PSB nos autos do Proc. nº 109/2000 (43ª ZE). Relator: Jui Almirando Augusto de Vasconcellos Trindade, por preferência.

4. Proc. 0175 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Ananindeua - PA. Recorrente: Dr. Silvio Paulo Brabo Rodrigues, Promotor de Justiça, junto à 43ª Zona Eleitoral - Ananindeua. Recorrido: Manoel Eneidino Borges Almeida Assunto: Decisão que concedeu como válida a filiação do recorrente ao Partido Socialista Brasileiro - PSB nos autos do Proc. nº 058/2000. Relator: Jui Almirando Augusto de Vasconcellos Trindade, por preferência.

5. Proc. 0205 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Mantuba - PA. Recorrente: João Batista dos Santos Besp, por seu advogado, Dr. Raimundo Alves Souza Júnior Assunto: Decisão que concedeu a validade à filiação do recorrente ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, após indeferida solicitação de transferência de domicílio eleitoral por impugnação. Relator: Jui Almirando Augusto de Vasconcellos Trindade.

6. Proc. 0201 - Rec. - Recurso Eleitoral Ordinário. Origem: 43ª Zona Eleitoral - Redenção - PA. Recorrente: José de Fátima Viana, por seu advogado, Dr. João Batista Alves. Recorrido: Dr. Manoel Antônio Campos, Juiz Eleitoral da 59ª Zona Redenção. Assunto: Decisão que declarou nula a filiação pública do recorrente, nos autos do Proc. nº 025/2000 (59ª ZE). Relator: Jui Rubens Rollo d'Oliveira.

RESOLUÇÃO Nº 2.715

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 20.056 do E. Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO as justas e legítimas apresentadas pela Secretaria de Informática, em especial a existência de rede-estrutura, facilitando de acesso por parte dos técnicos de Rede Regional e proximidade das locais de votação;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, a instalação no mesmo local de apuração de mais de uma junta eleitoral, nos Municípios de Belém, Ananás e Santarém, e Cabreúva, para:

GNASIN DE ESPORTES DO CENTRO EDUCACIONAL IDEAL - 1º a 76ª Juntas Apuradoras;

GNASIN DE ESPORTES DO CENTRO EDUCACIONAL IDEAL DO PARÁ - ETPA - 28ª e 73ª Juntas Apuradoras;

GNASIN DE ESPORTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA - 29ª e 77ª Juntas Apuradoras;

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL - AAB - 43ª e 72ª Juntas Apuradoras;

SEDE SOCIAL DO GRUPO AGRICANOS RUTEL CLUB - 20ª e 83ª Juntas Apuradoras;

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 29 de agosto de 2000.

@ @ @

Dezembro/2001 YVONNE SANTIAGO MARTINI - O-Prezidente e Relatora, Dezembro/2001

JOAO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA, Juiz RUBENS SICALI DE OLIVEIRA

Juiz RONALDO MARQUES VALLE, Juiz ROMULO JOSE FERREIRA NUNES, Juiz

ALMIRINDO AUGUSTO DE VASCONCELOS TRINDADE, Juiz CLELIA MARIA

DE SOUZA, Juiz PAULO TORRES FIGUEROA, Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO N.º 2718

Autor de Processo Administrativo
Relatora: Desembargadora **YVONNE SANTIAGO MARINHO**
Elegido: 2009. Afastamento Eletoral: Transferência: Entrega de Títulos Eleitorais: Proterção:
de prazo.
Proterção: o prazo para entrega dos títulos eleitorais e o fundamento da garantia do exercício
do voto a todos os cidadãos que requeram o Afastamento Eletoral e Transferência de Domicílio
regularmente. Devido extenuar-se todas as Zonas Eleitorais do Estado.
RESOLVEM que os membros do Tribunal Regional Eleitoral, a unanimidade, devota, prorrogar
o prazo para a entrega de Títulos Eleitorais para até 5 (cinco) dias antes do pleito a todas as Zonas
Eleitorais do Estado, nos termos do voto da Relatora.
Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral, em 29 de agosto de 2009.
@QDDesembargadora Yvonne Santiago Marinho - Presidente do Tribunal, Desembargador
João Alberto Castello Branco de Faria, Juiz Paulo D'Oliveira, Juiz Ronaldo
Marques Valle, Juiz Roberto de Jesus Pereira Nunes, Juiz Almirando Augusto de
Vasconcelos Almeida, Juiz Celso Maria Costa da Silva, Dr. José Augusto Torres
Bromberg, Regional Eleitoral.

Processo n.º 15.840 : 099-Res.

Processo n.º 1.077-1961

Origem: Rondonópolis, Pará.
Autora: Regeria Elitairal Ordámeno,
Advogada - Núcleo Regime de Jesus Miranda, por seu advogado, Dr. Afonso Málio Diniz da
Silva.
Recomenda: Dr. Roder Barata Araújo - Representante do Ministério Público, junto à 5ª Zona
Eleitoral.
Assunto: Pedido que declarou nulas as filiações partidárias da _____ recorrente, noutros de
Fron. n.º 01237/2003 (59ª TJD).

Relator: José Rubens Rêgo Coutinho.
Recurso Eleitoral Registre de candidatura. Dupla filiação. Art. 22, parágrafo único, da Lei n.º
9.093/1995.

"Quem se filia antes da partida deve fazer comunicação ao partido do seu voto, para que este seja
Eleitoral, para com esta filiação não o tiver no dia da votação ao dar a filiação. Se a configuração
dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos."
ACÓRDÃO dos Juizes-Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em unanimidade, com o
de maioria, para negar o provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sesões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 20 de agosto de 2008.

Desembargador VIVIANO DE SANTAGATO MARINHO P. de Azevedo, Juiz Presidente
do Tribunal. Relator: Dr. JOSÉ AUGUSTO TORRES FIGUEIRA, Procurador Regional
Eleitoral.

PROCESSO N.º
Origem: Belém-Para.
Autor do Processo de Incorporação:
Exemplares: 1 DM Publicação: 1.1.14

